

ALGUNS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS
DO PLANEJAMENTO NA CAFEICULTURA

Laura Corrêa Guarnieri

Orientador:

Prof. Dr. Tamás Szmrecsányi

Dissertação de Mestrado apresentada
no Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas para obtenção do
título de Mestre em Ciências Econô-
micas.

CAMPINAS - 1979

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero externar, de modo especial, meus agradecimentos ao prof. Dr. Tamás Szmezsányi, que orientou não apenas a execução dessa dissertação, como também meus primeiros trabalhos referentes ao estudo da Agricultura e do planejamento nesse setor. Durante esse nosso convívio, através das pacientes e cuidadosas leituras das várias versões, sempre demonstrou a máxima seriedade e rigor na orientação. Contudo, nunca deixou de estimular o prosseguimento dos estudos necessários à realização destes trabalhos.

Também agradeço a todo o Grupo de Estudos Agrários da UNICAMP, com o qual tive oportunidade de discutir o projeto da pesquisa que deu origem a esta monografia. As sugestões dadas, especialmente pelos profs. José Graziano da Silva, Nazareth Baudel-Wanderley e Maria Helena Antuniassi contribuíram para melhor entendimento do processo de planejamento dentro da realidade agrícola brasileira.

Fico grata aos profs. Sérgio Silva e Vera Marisa Miranda por suas sugestões após uma cuidadosa leitura da versão preliminar deste trabalho.

Ao prof. Jorge Miglioli, os meus agradecimentos pelo constante apoio ao trabalho intelectual. O que também faço aos colegas e professores do Departamento de Economia da UNICAMP, que direta ou indiretamente me ajudaram nesta tarefa.

Aos meus pais pelas oportunidades de estudo que me

proporcionaram, quero também externar minha gratidão.

E, entre as pessoas que me apoiaram durante a realização deste trabalho, agradeço particularmente ao colega e sempre a amigo Álvaro Zini, do qual recebi toda sorte de estímulos e incentivos.

Gostaria ainda de salientar que as pessoas mencionadas não têm responsabilidade alguma pelas falhas existentes na presente dissertação. Estas se devem unicamente às limitações da autora.

Finalizando, resta dizer que a maior parte da pesquisa, da qual se originou esta monografia, foi financiada por Bolsa de Estudos concedida pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Í N D Í C E

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - A Intervenção Governamental no Setor Cafeeiro	01
1.1. Primeiras Manifestações a Nível dos Estados Produtores (até 1930)	03
1.2. A Política Cafeeira do Governo Federal no Período 1931-1951...	16
1.3. O Instituto Brasileiro do Café e a Criação do GERCA (1952-1961)	35
Notas do Capítulo I	54
CAPÍTULO II - A Experiência de Planejamento no Se- tor Cafeeiro	62
2.1. Condicionantes dos Programas de Erradicação	63
2.2. Aspectos da Execução dos Progra- mas de Erradicação nos Estados Cafeeiros	74
2.3. O Programa de Diversificação E- conômica das Regiões Cafeeiras- e o papel do Crédito Rural.....	80
2.4. Políticas de Expansão da Capacidade Produtiva da Cafeicultura.	84
Notas do Capítulo II	100
CAPÍTULO III - Análise e Avaliação dos Planos e Pro- gramas do GERCA	105
3.1. Diretrizes e Execução do <u>Plano</u> <u>Diretor</u> de 1962	106
3.2. <u>O Segundo Programa de Erradica-</u> <u>ção</u> (1966 - 1967)	124
3.3. <u>Programa de Diversificação Eco-</u> <u>nômica das Regiões Cafeeiras...</u>	132

3.4. <u>O Programa de Controle da Ferrugem..</u>	139
3.5. <u>Planos e Programas de Renovação e Re vigoramento de Cafezais.....</u>	142
Notas do Capítulo III	163
APÊNDICE ESTATÍSTICO: TENTATIVA DE AFERIÇÃO DOS EFEI - TOS DA ATUAÇÃO DO GERCA NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	166
BIBLIOGRAFIA CITADA	207

INTRODUÇÃO

A importância da economia cafeeira para o desenvolvimento econômico brasileiro foi e continua sendo das mais significativas. É a partir da sua expansão em fins do século XIX e no início do século XX que se pode compreender as transformações econômicas, sociais e políticas que engendraram o processo de industrialização no Brasil. Este, no seu desenvolvimento dinâmico, promoveu modificações qualitativas no papel exercido pela cafeicultura na economia. Tais modificações decorreram do fato de que a indústria, gerada a partir do complexo cafeeiro, foi se tornando progressivamente mais autônoma e passou a constituir o núcleo do desenvolvimento econômico. Devido a isso, a cafeicultura foi assumindo uma importância cada vez maior na determinação da capacidade de importar produtos essenciais para a indústria, além de continuar a gerar empregos e renda no setor agropecuário.

As inter-relações entre o setor cafeeiro e o resto da economia brasileira, especificamente no período mais recente, não se limitaram apenas aos seus vínculos com o setor industrial. Na medida em que a cafeicultura constitui uma atividade de grande influência na determinação do nível de emprego e de renda na agricultura, a evolução das suas formas de organização da produção acaba tendo um grande impacto sobre as transformações do setor agropecuário como um todo.

É principalmente por causa disso que o estudo da evolução da política cafeeira passa a adquirir uma especial relevância.

Através desse estudo pode-se identificar o processo pelo qual essa política, antes identificada com a própria política --

econômica geral passou a ser subordinada a esta - paralelamente à própria subordinação do setor cafeeiro aos interesses dos capitais industriais e financeiros, à medida que estes foram se situando progressivamente no centro do desenvolvimento econômico do Brasil.

Dentro desta perspectiva, procura-se no presente trabalho analisar os fatores estruturais e/ou conjunturais que levaram ao estabelecimento de um processo permanente de planejamento na cafeicultura.

Para atingir tal objetivo considerou-se fundamental - caracterizar primeiramente os aspectos mais relevantes da evolução da intervenção do Estado no desenvolvimento da economia cafeeira, para só em seguida analisar especificamente a atuação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - (GERCA) - órgão responsável pela elaboração e execução do planejamento neste setor a partir de 1961.

A importância de estudar em primeiro lugar essa evolução decorre do fato de se considerar a adoção do planejamento econômico como uma das formas avançadas de intervenção do Estado na economia - forma que, por sua vez, está relacionada a uma determinada etapa do desenvolvimento da sociedade capitalista. Em consequência, para melhor compreender concretamente o modo pelo qual se iniciou o planejamento na cafeicultura do Brasil, é importante levar em consideração a forma como se processaram o desenvolvimento capitalista no país e as intervenções do Estado neste desenvolvimento. Como o avanço das transformações capitalistas teve início justamente com a expansão cafeeira, principalmente a do Oeste paulista, surge a necessidade da análise partir das primeiras intervenções do Estado no setor.

Além disso, à medida em que o capital industrial e o financeiro vão assumindo progressivamente o comando do desenvolvimento econômico, é preciso ter presente a posição da cafeicultura dentro deste desenvolvimento. Só assim é que se pode compreender a crescente necessidade da implantação do planejamento na cafeicultura, bem como as diretrizes por ele estabelecidas.

Com base nessas considerações, faz-se seguir uma análise da evolução da atuação do GERCA entre 1961 e 1976. Através dela procura-se alcançar dois objetivos:

(1) Apresentar as linhas gerais das diferentes fases do planejamento da cafeicultura, levando em conta os objetivos propostos e procurando, na medida do possível, mostrar algumas inter-relações

entre seus principais aspectos de um lado, e a evolução geral da economia nacional e da política econômica adotada do outro; e (2) Aferir os planos e programas elaborados para o setor cafeeiro em termos formais, ou seja, mediante o exame dos objetivos a serem atingidos, das metas estabelecidas, recursos financeiros, prioridades, etc. - tentando a partir daí fazer uma avaliação dos resultados dessa experiência de planejamento, tendo como quadro referencial os próprios objetivos descritos em cada plano.

Na medida em que o planejamento equivale a uma maior intervenção do Estado na economia, é importante, para melhor compreender o seu estabelecimento, apresentar inicialmente algumas considerações sobre o papel do Estado nas sociedades capitalistas e, em seguida, sobre as especificidades que este papel assume nas sociedades de industrialização tardia, como é o caso do Brasil.

Partindo do pressuposto de que, na sociedade capitalista, existem duas classes sociais com interesses opostos - a classe trabalhadora e a classe capitalista, esta detentora dos meios de produção - a existência do Estado como instituição torna-se fundamental. Isto porque, na medida em que se desenvolve o capitalismo, também se acirram as contradições e conflitos dos capitalistas entre si e com a classe trabalhadora. E, devido ao agravamento destas contradições e conflitos, a reprodução da sociedade passa a constituir ao mesmo tempo um problema e um processo contraditório, para cujo equacionamento se requer a presença de uma instituição capaz de compatibilizar os vários interesses particulares e de apresentá-los como interesses gerais.

Sob este ponto de vista, o Estado na sociedade capitalista, apesar de expressar necessariamente o conjunto de interesses da classe dominante, não pode ser considerado tão somente um instrumento nas mãos das classes dominantes ou de uma fração das mesmas. Trata-se da instituição feita para manter e reproduzir o sistema social vigente. Para tanto em alguns momentos, chega até a fazer certas concessões às classes trabalhadoras, especialmente quando o potencial de contestação política das mesmas atinge níveis que colocam em xeque a reprodução do sistema como um todo.

Em decorrência disso pode-se dizer que o Estado mantém uma relativa autonomia frente ao padrão vigente de relações entre as classes sociais. Em outras palavras, dentro de determinada forma de organização da produção, na qual coexistem vários setores do capital (financeiro, industrial, agrário, etc.) e, por -

tanto várias frações das classes dominantes, prevalece uma variabilidade das relações político-institucionais em função das alianças e das lutas de classes. (1)

Por outro lado, é importante ressaltar que em nenhum momento os conflitos de classes são resolvidos sem a presença do Estado, devido ao fato de haver no capitalismo monopolista uma crescente politização da economia, na medida em que tanto a forma da concorrência intercapitalista quanto a forma das relações entre capital e trabalho são interiorizadas pelo Estado. E, também porque a sua atuação passa a expressar a complexidade crescente desses conflitos.

O fato do Estado levar em consideração fundamentalmente os interesses das classes dominantes, transparece na política-econômica capitalista, quaisquer que sejam as diretrizes por ela estabelecidas. Por isso, de certa forma, a política econômica pode ser encarada como manifestação particular das relações entre o Estado e a economia.

Na etapa do capitalismo monopolista, o grau de intervenção do Estado na área econômica tende a ser crescente, entre outros, por dois motivos.

Em primeiro lugar, devido ao acirramento da concorrência intercapitalista através da formação de grandes blocos de capital, ou seja, à medida em que certos grupos capitalistas conseguem obter posições monopolistas, surge o desejo de mantê-las. E, quanto maior a força destes grupos, mais difícil se torna a superação das crises pela ação de mecanismos estritamente econômicos. Isto porque, os grandes blocos de capital dificilmente entram numa guerra de preços para recompor a taxa de lucro e de investimento como tendia a ocorrer na etapa do capitalismo concorrencial. Em consequência, a regulação dos ciclos econômicos passa a ser efetuada pelo Estado, particularmente no que se refere à distribuição dos ônus da crise, ao estabelecimento da divisão dos mercados, à distribuição dos riscos e aos mecanismos que gerarão uma nova etapa de expansão. (2)

(1) Sobre a autonomia relativa do Estado frente às classes sociais veja-se Poulantzas (1977), especialmente cap. IV.

(2) A respeito das diferenças entre a resolução das crises no capitalismo concorrencial e no capitalismo monopolista, veja-se Mello (1977).

Em segundo lugar, à medida que o capitalismo avança, surge a necessidade de implantar e expandir os serviços públicos - de infra-estrutura como energia, transportes, etc., os quais exigem usualmente grandes investimentos e longos prazos de maturação. Tais investimentos, por sua vez, precisam ser programados com antecedência e desembolsados de maneira controlada. Este tipo de programação e controle de sua realização pode ser considerado como uma das origens das técnicas de planejamento crescentemente utilizadas com o avanço do capitalismo monopolista. Neste sentido cabe lembrar que os primórdios do planejamento deram-se nos países capitalistas mais avançados, o que mostra que a crescente intervenção do Estado na economia, assim como a necessidade de se utilizar crescentemente o planejamento são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo. (3) E, na medida em que uma das características do Estado neste sistema econômico é justamente a de privilegiar os interesses das classes dominantes, o planejamento econômico nas sociedades capitalistas também tende a atender fundamentalmente a estes interesses.

No caso brasileiro, apesar da intervenção do Estado na economia ter existido pelo menos desde os primórdios da economia - cafeeira, foi a partir de 1956, com o início da última fase da industrialização do País, que ela passou a assumir características - mais específicas. Isto porque, de um lado, ela se manifestou através da implantação de um setor produtivo estatal na indústria de base, estendendo o controle do Estado ao processo de acumulação de capital. (4) Por outro lado, foi a partir desse período que se difundiu no País a utilização das técnicas de planejamento econômico, seja a nível da economia nacional, seja a nível dos seus principais setores e regiões.

A consolidação da indústria brasileira, a partir da execução do Plano de Metas, coincidiu com uma intensificação da concorrência intercapitalista no âmbito mundial. Com isto, ao mesmo tempo em que se ampliava o grau de intervenção do Estado na área econômica, crescia também o seu grau de autonomia em relação às classes sociais.

(3) Com relação aos primórdios do planejamento nos países capitalistas veja-se Szmrecsányi (1976).

(4) Veja-se Mello e Belluzzo (1977) a respeito das características particulares do capitalismo monopolista no Brasil e suas implicações no último ciclo econômico.

Essas considerações mais gerais permitem entender como se deu o início do planejamento na cafeicultura, e também o modo pelo qual são determinadas as suas diretrizes.

Em relação ao último aspecto, cabe ressaltar que, apesar da perda de poder da burguesia cafeeira na determinação direta da política econômica num primeiro momento, e depois na da política cafeeira e das diretrizes do seu planejamento, os interesses da mesma não tem sido deixados de lado. Até certo ponto isto pode ser explicado pelo alto grau de internacionalização da economia brasileira, fazendo com que haja uma estreita interrelação do processo de acumulação de capital com o desempenho das exportações, entre as quais continuam sendo muito importantes as de produtos agrícolas. Esta característica da economia brasileira propicia as bases para determinada articulação a nível político entre a burguesia agrária e a burguesia industrial, articulação a partir da qual se estabelecem as diretrizes da política econômica geral e das políticas regionais e setoriais.

Por outro lado, cabe salientar algumas das características do sistema financeiro brasileiro, a partir da reforma fiscal e financeira de 1965/66. Isto porque, numa estrutura crescentemente oligopolizada a mobilidade do capital deixa de se estabelecer pela concorrência entre os diversos capitais e passa a se consubstanciar na órbita financeira, tendo consequências a nível de todas as atividades produtivas e na determinação da política econômica, inclusive no estabelecimento das diretrizes do planejamento da cafeicultura.

Primeiramente é importante salientar que, entre os propósitos declarados da Reforma Financeira de 1965, estavam o de se criar novos instrumentos de mobilização financeira e instituições especializadas no provimento dos vários tipos de crédito. Um dos fatores determinantes para o surgimento dessas novas instituições foi a instituição da correção monetária, que tornou possível o uso de uma taxa de juros positiva num processo inflacionário crescente. Um outro elemento importante foi a criação do mercado aberto, cujas finalidades inicialmente declaradas eram: o controle da liquidez do sistema econômico e o financiamento da dívida pública, através da venda de obrigações do Tesouro.

Dentro deste quadro mais geral de reforma do sistema financeiro, foi também criado em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural. Este fato se refletiu no planejamento da cafeicultura através da ampliação do volume de crédito a juros subsidiados des

tinado à expansão da capacidade produtiva desse subsetor.

Entretanto, na medida em que os títulos financeiros - com perfeita negociabilidade tiveram um crescimento bastante acentuado a partir de 1965/66 - caso especial dos títulos públicos - perfeitamente líquidos e com rentabilidade garantida - abriu - se um espaço para que a massa global dos ativos financeiros fossem - transacionados no interior do próprio sistema financeiro em busca de contínua valorização meramente financeira. (5)

Consequentemente, quando se iniciou, a partir de 1974, a desaceleração do crescimento Econômico brasileiro, os títulos - da dívida pública garantidos por correção monetária a posteriori - adquiriram uma dimensão de "quase moeda". Ou seja, o Governo ao vender estes títulos numa tentativa de controlar os meios de pagamento, na verdade substituía um ativo não rentável e desprotegido da inflação - o dinheiro -por outro de elevada rentabilidade , resguardado pela correção monetária. Uma vez que a distância entre a rentabilidade das atividades produtivas e a das transações financeiras tendia a ser crescente com a desaceleração do crescimento econômico, criaram-se as condições para aumentar ainda - mais a acumulação puramente financeira.

Ao tornar cada vez mais rentável a acumulação financeira desvinculada de qualquer acumulação real, esta tendência acabou gerando consequências na execução do planejamento voltado - para o setor cafeeiro. Essa execução se traduziu, em parte, pela aplicação financeira dos créditos destinados à expansão do plantio, à compra de insumos e equipamentos agrícolas. Em outras palavras, o planejamento da cafeicultura no Brasil pode ser visto também como um processo contraditório, através do qual os objetivos estabelecidos ora servem para conciliar interesses industriais , financeiros e agrícolas e, ora pouco ou nada têm a ver com os interesses vinculados à economia cafeeira propriamente dita.

Tendo em vista a complexidade do processo de planejamento da cafeicultura, devido aos diversos níveis de articulação do setor agropecuário com o desenvolvimento do capital industrial de um lado, e, com a atuação do Estado no outro, procurou-se encaminhar a análise dentro de uma perspectiva histórica.

Assim, no primeiro capítulo tenta-se mostrar como a

(5) A respeito das especificidades do sistema financeiro brasileiro que viabilizaram a acumulação puramente financeira a partir de 1965 veja-se Tavares (1979), cap. IV.

intervenção estatal na economia cafeeira, dentro dos próprios de terminantes da evolução do setor, acabou desembocando num sistema de planejamento permanente. A evolução deste sistema é apresentada no segundo capítulo, tomado por base as diretrizes estabelecidas pela política econômica geral e setorial. O terceiro capítulo, por sua vez, contém uma apreciação cronológica dos planos e programas elaborados e executados pelo GERCA. Nela se tenta comparar os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados através do planejamento da cafeicultura. E, finalmente, é apresentado um apêndice estatístico relativo a algumas das transformações ocorridas nas atividades agropecuárias paulistas no período de 1960 a 1975. A finalidade deste apêndice é tentar analisar as transformações engendradas pela execução dos planos e programas do GERCA durante este período.

Como fontes de dados foram utilizados, além dos documentos oficiais e da bibliografia disponível, os arquivos de jornais como Gazeta Mercantil, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. O uso destas fontes adicionais permitiu preencher algumas lacunas de informação relativas à época da criação do Instituto Brasileiro do Café e ao período mais recente. No que se refere a este, foi possível identificar e caracterizar as posições assumidas pela burguesia cafeeira frente ao planejamento do sub-setor, bem como às fricções entre ela e o Estado.

CAPÍTULO I

A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NO SETOR CAFEEIRO

O principal objetivo deste capítulo consiste na análise dos aspectos mais relevantes da evolução da intervenção do Estado no desenvolvimento da economia cafeeira do País. Através de uma visão panorâmica, pretende-se mostrar que a instituição do processo de planejamento na cafeicultura está vinculada a um processo histórico no qual, de um modo geral, a intervenção do Estado foi crescente no setor, seja para manter ou elevar a renda nele gerada, seja para defender a capacidade de importar do País, especialmente no que se refere à importação de mercadorias essenciais ao desenvolvimento industrial, ou ainda para ajudar a garantir a capacidade de pagamento da dívida externa provocada pelo modelo de desenvolvimento econômico existente no Brasil.

Dado o grande número de intervenções estatais e dos aspectos a serem analisados, procurou-se atribuir maior peso àquelas que foram realizadas por órgãos de âmbito nacional e que proporcionariam transformações qualitativas não apenas na economia cafeeira mas também em outras atividades econômicas. Nunca é demais lembrar que nas primeiras décadas deste século o complexo cafeeiro era o principal setor da economia brasileira, fazendo com que o desenvolvimento das outras atividades econômicas dependesse em maior ou menor grau da sua evolução. Por causa disso, algumas das intervenções do Estado na economia cafeeira, ao promoverem importantes transformações qualitativas na mesma, também se refletiam em outras atividades econômicas, o que por sua vez influía na evolução da economia brasileira.

Sob este ponto de vista, a primeira intervenção do Estado de grande envergadura foi o financiamento a partir do final do século XIX da imigração de trabalhadores europeus, principalmente pelo Estado de São Paulo, com a finalidade de proporcionar mão-de-obra livre em substituição à mão-de-obra escrava. Esta intervenção viabilizou uma série de significativas transformações qualitativas que ocorreram na economia cafeeira do Oeste paulista, diferenciando-a da que se havia estabelecido no Vale do Paraíba.

Mais adiante a intervenção governamental continuou a cargo dos Governos Estaduais e foi exercida principalmente na órbita da comercialização, através dos chamados Esquemas de Valorização e das tentativas de defesa permanente. Estas políticas, ao manterem o nível de renda e o poder de acumulação da atividade cafeeira tiveram ao mesmo tempo consequências em outras atividades econômicas como, por exemplo, na indústria, no crescimento dos bancos, etc., não chegando, porém, a promover transformações fundamentais na forma do desenvolvimento econômico. Este continuava a ser baseado fundamentalmente no crescimento da atividade cafeeira, ao qual se mantinha atrelado o crescimento da indústria.

Transformações mais substanciais só ocorreram com a intervenção do Estado a partir de 1931, em consequência da crise de 1929. Estas transformações contribuíram para que a indústria passasse a ser o principal setor no desenvolvimento econômico do País. Isto se deveu em boa parte à crise do complexo cafeeiro agravada pela crise internacional de 1929, à possibilidade do desenvolvimento deste complexo econômico ter conseguido engendrar a indústria anteriormente, e à política econômica adotada frente à crise cafeeira de 1929, que atingiu toda a economia brasileira.

A partir dessa época, a política cafeeira passou a ser cada vez mais subordinada a uma política econômica "geral" determinada de forma crescente pela expansão do setor industrial. Isto se tornou especialmente evidente a partir do final da II Guerra Mundial. Apesar da crescente intervenção do Estado no setor cafeeiro "coincidir" com a progressiva subordinação da política cafeeira às diretrizes da política econômica determinada principalmente pelo desenvolvimento industrial, é importante ressaltar que os interesses dos cafeicultores não deixaram de ser considerados e atendidos em boa parte do período estudado. Até a década de 1930 isto se deveu - ao fato da burguesia cafeeira ter em certo sentido dominado o aparelho de Estado e, depois disso porque ela não deixou de deter um poder de pressão ao nível político e, por outro lado, porque a des

peito da nova posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, seu desenvolvimento continuava ser bastante dependente do comércio exterior.

Na periodização adotada levou-se em consideração principalmente as mudanças da política cafeeira no que se refere ao nível de intervenção do Estado e aos principais responsáveis pelo estabelecimento de suas diretrizes. Desse modo, pode-se distinguir um primeiro período durante o qual a política cafeeira incidiu principalmente a nível da comercialização. Este período compreende três etapas: (1) até 1930, quando houve as primeiras manifestações intervencionistas a nível dos Estados produtores; (2) de 1931 a 1951, quando a política cafeeira passou a ser exercida pelo Governo Federal mas ainda na órbita da comercialização; e (3) de 1952 a 1961, quando a política cafeeira passou a ser exercida pelo IBC - Instituto Brasileiro do Café. Em 1961 iniciou-se um segundo período com a instituição do processo de planejamento na cafeicultura através da criação do GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Foi a partir daí que a intervenção do Estado no setor cafeeiro passou a abranger diretamente o âmbito da produção.

1.1. Primeiras Manifestações a Nível dos Estados Produtores (até 1930)

Os primórdios da intervenção Estatal no setor cafeeiro remontam a meados do século XIX, quando houve sucessivos financiamentos governamentais da parte dos Estados produtores, principalmente São Paulo, a fim de promover a imigração de mão-de-obra livre para as fazendas, em substituição ao trabalho escravo. A fim de melhor compreender a necessidade da promoção dessas correntes imigratórias é importante considerar os limites da expansão cafeeira - baseada no trabalho escravo. Tais limites haviam sido atingidos praticamente no Vale do Paraíba, e a continuidade da expansão cafeeira dependia fundamentalmente da sua superação. (1)

Na época em que se expandiu pelo Vale do Paraíba, o café já deixara de ser um produto exótico. Seu consumo havia - se generalizado em vários países desde as primeiras décadas do século XIX, graças ao aumento da oferta brasileira e à conseqüente baixa dos preços internacionais do produto. O crescimento da procura que daí resultou, ao elevar novamente os preços do café, proporcionava uma situação favorável à contínua expansão das plantações.

Enquanto a produção cafeeira se baseava inicialmen

te no latifúndio escravista, os elementos necessários à continuidade de sua expansão eram determinados: (1) pela disponibilidade de escravos a baixos preços, (2) pela existência de terras férteis e bem localizadas, nas quais os custos de transporte não tornassem inviável a exploração em termos de rentabilidade, e, (3) quanto ao mercado externo, pela existência de um limite superior de preços acima do qual o produto seria praticamente excluído do "consumo popular".

É dentro desse quadro mais geral que se pode melhor compreender a decadência da economia cafeeira no Vale do Paraíba. A oferta de terras aptas para a cafeicultura era bastante limitada na Região. Por outro lado, os preços dos escravos, ao se elevarem a partir da proibição do tráfico negreiro, passaram a encarecer sobremaneira os custos de produção do café. Entre 1850 e 1875, os preços dos escravos aumentaram de uma média entre 700\$000 e 1 conto de réis para 3 contos de réis⁽²⁾.

Além disso, à medida que aumentavam os dispêndios com a aquisição da mão-de-obra, devido à elevação dos preços dos escravos, também cresciam os gastos monetários com a compra de alimentos. A ocorrência deste fato se devia basicamente à tendência à especialização da cafeicultura, a qual reduzia a área destinada aos cultivos de alimentos dentro das fazendas, e ao não surgimento de uma agricultura mercantil de alimentos próxima à área cafeeira. Em consequência, os preços dos alimentos básicos, necessários à manutenção dos escravos, cresceram assustadoramente entre 1855 e 1875, elevando ainda mais os custos de produção na economia cafeeira e pressionando os preços para cima.

Contudo, paralelamente à decadência da exploração cafeeira no Vale do Paraíba houve um rápido crescimento da produção de café em outras áreas de São Paulo, devido à crescente demanda internacional do produto no início da década de 1870. Esse crescimento foi acompanhado de um deslocamento do centro geográfico das plantações e, durante a década de 1880 a produção da província de São Paulo ultrapassou a do Rio de Janeiro.

Como a expansão cafeeira, cuja organização da produção era baseada no latifúndio escravista, havia praticamente cessado, devido aos estreitos limites de acumulação de capital que proporcionava, a expansão de 1870 a 1880 passou a ser realizada em outros moldes, com base em novas relações de trabalho. Isto acabou provocando uma profunda transformação nos aspectos sócio-econômicos da cafeicultura e, por extensão, de toda a estrutura da econo-

mia brasileira. O aspecto qualitativo fundamental destas transformações residia na transição da utilização do trabalho escravo para a do trabalho livre. ⁽³⁾ Esse processo encontraria um dos seus primeiros obstáculos na disponibilidade de força-de-trabalho nas proporções requeridas pela nova expansão cafeeira, dado que os braços existentes, além de relativamente pouco numerosos não estavam disponíveis, devido ao seu engajamento em outras atividades.

Numa sociedade estruturada em bases escravistas, a maior parte dos homens livres e que eventualmente pudessem trabalhar nas novas fazendas de café, achavam-se voltados para a produção de subsistência ou estavam ligados a outras explorações agropecuárias na condição de moradores, agregados, etc. Em ambos os casos para que estes homens dedicados à subsistência se transformassem em trabalhadores das novas plantações de café, a taxa de salário teria que ser muito elevada, pois deveria cobrir os custos de subsistência e proporcionar ainda uma margem que compensasse a transformação desses produtores de sua própria subsistência em assalariados das fazendas de café. Diante disso, o caminho seguido foi promover a imigração européia subsidiada pelo Estado, a qual se expandiu inicialmente de modo lento e de forma mais acelerada nas últimas décadas do século XIX. Essa aceleração teve grande impacto no sentido de viabilizar o primeiro salto da expansão cafeeira de São Paulo, a qual entre 1876 e 1883, resultou na duplicação da capacidade produtiva do café no Brasil.

Apesar da imigração ter sido maciça somente a partir das últimas décadas do século XIX, as primeiras experiências com trabalho livre datam de meados deste século, sendo uma das primeiras a realizada por Nicolau Vergueiro em 1847 na fazenda Ibicaba em Limeira. O sistema inicialmente adotado era o de parceria, por meio da qual o proprietário e o parceiro dividiam entre si os lucros obtidos na venda do café e dos demais produtos agrícolas colhidos nas terras cedidas ao parceiro para garantir a sua subsistência. Da parcela que cabia ao parceiro eram deduzidas as despesas de beneficiamento, transporte, comissão de vendas, impostos, etc, além dos gastos feitos pelos fazendeiros em adiantamento aos imigrantes, entre os quais se incluíam as despesas relativas à sua viagem e instalação. Estas despesas crescentemente passaram a ser efetuadas pelos fazendeiros com financiamento do Estado ⁽⁴⁾.

Todavia, devido às precárias condições concedidas aos imigrantes, este sistema não conseguiu promover uma imigração maciça, pois, além da prepotência dos fazendeiros de café, que estavam

acostumados a se fazer obedecer cegamente por escravos, os trabalhadores imigrantes podiam ser "vendidos" no mercado, para ressarcimento das suas dívidas para com os seus antigos patrões. Esta situação os aproximava da condição de escravidão provocando sérios conflitos entre imigrantes e fazendeiros, além de sérias repercussões internacionais.

Não obstante o malogro das primeiras experiências imigratórias, tornava-se cada vez mais importante solucionar o problema da "falta de braços" que passaria a ser o principal empecilho para o prosseguimento da acumulação cafeeira. Dessa forma, na década de 1880, quando os preços do café começaram a subir no mercado internacional, incentivando a expansão cafeeira, esta questão passaria a exigir uma solução imediata. Tendo em vista a magnitude do problema e os interesses envolvidos, o Governo de São Paulo tomou a seu cargo todas as despesas relativas à imigração, tais como o pagamento da viagem dos trabalhadores e de suas famílias. Além disso, foi criado um organismo encarregado de dirigir a imigração através de agências fixadas em vários países da Europa. O financiamento das despesas baseava-se na tributação à propriedade de escravos e, em parte, ficou a cargo do Governo Imperial, que resolveu empregar recursos na formação de um fundo de emancipação para subsidiar a imigração.

A partir dessas providências, e mediante o oferecimento aos imigrantes de condições de trabalho baseadas em contratos salariais, a imigração pôde se tornar maciça, permitindo uma redução do custo da mão-de-obra e tornando viável a nova expansão das plantações de café.

O sistema de trabalho adotado foi o do colonato. Neste regime estabelecia-se, através de um contrato de trabalho por um ano, o pagamento de um salário base proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador, e uma soma variável em função da colheita obtida. Acrescentava-se a isso o fato do trabalhador se comprometer a efetuar trabalhos externos às plantações, tais como participar do beneficiamento, ensacamento e carregamento da produção. Além de remuneração monetária por todos esses serviços, o colono e sua família recebiam um pedaço de terra que podiam cultivar por conta própria para sua subsistência. Nas plantações novas, as culturas de subsistência eram intercaladas ao café, enquanto que nos cafezais produtivos tratava-se de um terreno à parte. As culturas normalmente autorizadas pelo fazendeiro limitavam-se ao milho, à mandioca e ao feijão. Os eventuais excedentes dessa produção ali

mentar destinada à subsistência eram comercializados pelos próprios colonos nos mercados locais⁽⁵⁾.

O financiamento da imigração, principalmente por parte do Estado de São Paulo, constituiu uma das primeiras intervenções governamentais de vulto na cafeicultura. Sua importância histórica não reside apenas na superação de um dos possíveis obstáculos ao prosseguimento da expansão cafeeira. Além desse aspecto, é necessário considerar que, na medida em que as imigrações superaram de muito as necessidades da cafeicultura, formou-se em São Paulo um mercado com excesso de mão-de-obra. Este fato, ao permitir que os salários fossem flexíveis para baixo, criou condições favoráveis à diversificação da economia e à implantação de outras atividades, entre elas a indústria. Isto porque, de um lado, a presença de uma massa de assalariados resultava numa ampliação do mercado interno e, do outro, porque viabilizava o pagamento de baixos salários nas atividades urbanas já existentes e/ou emergentes, ampliando assim o seu potencial de acumulação de capital.

Além das vantagens propiciadas pela remuneração monetária no sistema de colonato -- ao expandir a demanda de mercadorias não-agrícolas e servir de parâmetro para a fixação da taxa de salários nas atividades urbanas -- é importante assinalar que a cessão de terras para plantio de culturas alimentares permitiu uma certa diversificação agrícola, dando origem a uma posterior organização da agricultura mercantil de alimentos nas terras menos férteis subtraídas ao café. O desenvolvimento dessa agricultura iria ter grande importância para assegurar a reprodução da força de trabalho empregada nos setores não-agrícolas da economia paulista.

À medida que se desenvolvia a economia cafeeira, outras modificações qualitativas foram ocorrendo, tais como: a expansão ferroviária altamente lucrativa, realizada predominantemente pelo próprio capital cafeeiro, a progressiva predominância das casas exportadoras sobre os comissários, o crescimento dos bancos, os quais, com o desenvolvimento passariam a financiar também outras atividades e, a renovação das técnicas produtivas na cafeicultura.

Contrariamente ao que ocorrera no Vale do Paraíba, a partir de 1870 iniciou-se no Oeste paulista a introdução de máquinas beneficiadoras nas fazendas de café. O beneficiamento primitivo realizado por meio de monjolos, carretão e pilões começava a ceder lugar ao maquinário importado ou fabricado no Brasil, disso resultando também a melhoria da qualidade do café exportado⁽⁶⁾. É importante reter, dessas diferenças qualitativas da expansão ca -

feeira paulista, o fato de que a relativa mecanização do beneficiamento de café foi por um lado determinada em grande parte pela necessidade de diminuição dos custos de produção. Isto porque os trabalhadores recém imigrados, ao não aceitarem passivamente as condições de trabalho impostas pelos fazendeiros, pressionavam os salários para cima, especialmente na época em que a imigração ainda não se havia tornado maciça e o número de escravos existentes era insuficiente para o prosseguimento da expansão cafeeira. Por outro lado, a relativa mecanização do beneficiamento do café, ao lado da transformação da posse da terra em propriedade⁽⁷⁾ aumentava ainda mais a distância entre os que detinham possibilidade real de se estabelecer como fazendeiros de café e aqueles que apenas possuíam sua força de trabalho para vender. Isto diminuía ainda mais as poucas chances que o imigrante poderia ter de se estabelecer por conta própria tanto dedicando-se à produção de alimento como a remota possibilidade de se tornar um concorrente potencial aos fazendeiros de café⁽⁸⁾.

A mecanização do beneficiamento de café e a expansão ferroviária permitiram por um lado significativas reduções dos custos de produção, propiciando pelo outro rentáveis oportunidades de inversão aos capitais oriundos do café. Vale a pena lembrar que a expansão das ferrovias - na medida em que requer oficinas de reparo, construção e montagem - teve grande importância na introdução e expansão das atividades manufatureiras, inclusive no que se refere ao treinamento e habilitação da mão-de-obra. E, com relação à mecanização do beneficiamento, é interessante lembrar que, pouco antes de 1880, já havia no Estado de São Paulo três fábricas produtoras de máquinas destinadas ao beneficiamento de café.

Desse modo, pode-se notar que as transformações havidas na produção cafeeira paulista acabaram propiciando a formação de um verdadeiro complexo econômico integrado pelas atividades agrárias, industriais, bancárias, comerciais, etc., atividades essas desenvolvidas sob o domínio do mesmo capital. Foram essas transformações - que permitem compreender como e porque o café se tornaria o centro-motor do desenvolvimento no Brasil. E, por outro lado, elas permitem compreender também o fato da indústria ter nascido como parte integrante da acumulação de capital do complexo cafeeiro paulista⁽⁹⁾.

Para que as transformações acima apontadas pudessem ocorrer, foi de fundamental importância a generalização do trabalho livre. E, a possibilidade dessa generalização concretizou-se na adoção e difusão do sistema de colonato nas plantações de café, para

as quais foram de grande importância às imigrações maciças que ocorreram nas duas últimas décadas do século XIX. Estas, por sua vez, dificilmente teriam ocorrido, nas dimensões havidas, se os cafeicultores não tivessem contado com os financiamentos proporcionados pelo Governo, principalmente o de São Paulo para custear as despesas de transporte e instalação dos imigrantes, e com a criação de organismos estatais encarregados de orientar os fluxos migratórios através de agências estabelecidas em vários países da Europa.

A partir do início do século XX, a intervenção do Estado nos negócios do café passou a abranger principalmente a órbita da comercialização, tendo sido exercida entre 1906 e 1931 predominantemente pelos Estados produtores. Nesse período de 25 anos, pode-se distinguir a existência de duas fases sucessivas.

A primeira estendeu-se de 1906 a 1924. Em todos esses anos o instrumento básico da política cafeeira foram os chamados Esquemas de Valorização, instituídos pelos governos estaduais em resposta às crises de superprodução, a fim de sustentar os preços do café no mercado internacional e manter a rentabilidade do setor. O principal mecanismo desses esquemas era o financiamento da formação de estoques internos - ou seja, a restrição artificial da oferta, com a finalidade de não permitir maiores quedas nos preços internacionais do café. Um importante subproduto desta política foi a manutenção da capacidade de importar do país.

A segunda fase (1924 - 1930) caracterizou-se pela instituição de uma política de defesa permanente do café. Em decorrência do sucesso dos Esquemas de Valorização, os cafeicultores e seus representantes nos governos federal e estaduais pensaram que a definitiva solução dos problemas da economia cafeeira poderia estar na implantação de uma política de defesa permanente capaz de garantir a rentabilidade do subsetor. Uma das principais consequências dessa política foi a grande elevação da capacidade produtiva, não apenas no País mas também no Exterior. Essa elevação por sua vez, foi um dos principais determinantes da crise que irrompeu em 1929 no mercado internacional do produto, e que seria agravada pela Grande Depressão que se iniciou no mesmo ano.

Antes de passar à análise de cada uma dessas fases, convém examinar as razões pelas quais a execução da política cafeeira esteve, durante a maior parte do período, a cargo dos Estados produtores, especialmente do Estado de São Paulo. A predominância do Governo de São Paulo nos negócios do café era devida não

apenas ao poder político e econômico de sua burguesia cafeeira, mas também e talvez principalmente à autonomia concedida pela Constituição de 1889 aos governos dos Estados federados. A referida Constituição autorizava, entre outras coisas, a fixação e recolhimento dos impostos sobre as exportações e a contratação de empréstimos no Exterior pelos Estados federados, cabendo ao Governo Central apenas o poder de tributar as importações. Em consequência disso, era muito acentuada a fragilidade financeira do Governo Central. Sua receita passou a depender quase exclusivamente do desempenho da economia cafeeira - na qual se baseava a capacidade de importar do País - e ficou atrelada a seu comportamento cíclico.

A precariedade desta situação se manifestava de duas maneiras: pela dependência exclusiva do imposto sobre importações e pela impossibilidade do Governo elevar a alíquota desse imposto além de certos limites. Uma elevação muito grande desse tributo suscitava a oposição de todas as classes sociais, devido a seus efeitos sobre o custo de vida, chegando a contrariar inclusive os interesses da burguesia cafeeira, na medida em que o mesmo também incidia sobre seu consumo. Por outro lado, os gastos que o Governo Federal tinha que arcar, para suprir necessidades regionais mais urgentes, ou para custear as obras de infraestrutura que se tornavam necessárias à medida que cresciam os setores urbanos vinculados ou não ao desenvolvimento do complexo cafeeiro, eram desproporcionalmente elevados quando comparados à arrecadação fiscal. Assim, o Governo Federal tinha que recorrer a empréstimos externos para cobrir seus déficits, empréstimos cujo ressarcimento era duplamente problemático: de um lado devido à estreita base da arrecadação fiscal, e do outro por causa das sucessivas desvalorizações cambiais efetuadas na época para contrabalançar a queda dos preços internacionais do café e minimizar os prejuízos da burguesia cafeeira⁽¹⁰⁾.

Quanto às receitas públicas estaduais, que também estavam sujeitas aos rumos do comércio exterior, apenas os Estados cafeeiros contavam com uma base tributável relativamente estável. Em todos os demais, como por exemplo nos Estados produtores de cana-de-açúcar e algodão - que eram apenas ofertantes marginais no mercado internacional - essa base era extremamente reduzida e instável. Isto faria com que a autonomia concedida pela Constituição de 1889 quanto à contratação de empréstimos no Exterior somente fosse utilizada pelos Estados cafeeiros possuidores de uma base tributável capaz de permitir o ressarcimento de tais empréstimos. E, entre eles, obviamente se sobressaía o Estado de São Paulo, cuja economia cafeeira,

devido ao dinâmico processo de desenvolvimento gerado pelas relações de produção capitalistas, o tornava o centro mais importante da economia nacional.

Estas considerações sobre a estrutura das receitas públicas são importantes para se compreender a forma que assumiu a intervenção governamental frente às primeiras crises de superprodução de café.

Os primeiros indícios destas apareceram no final do século XIX, a partir de 1882 quando a produção mundial já havia ultrapassado o nível do consumo mundial. Os efeitos da queda dos preços internacionais do produto foram sendo inicialmente amortecidos através da política de desvalorização cambial dos primeiros Governos republicanos. Esse mecanismo fez com que tais efeitos fossem distribuídos pelo conjunto da economia, por meio da elevação dos preços das importações. É importante lembrar que nessa época a maior parte dos bens de consumo no Brasil era importada e que, em consequência, as sucessivas desvalorizações cambiais tendiam a elevar os custos de produção da economia cafeeira, via elevação dos salários monetários e, no limite - quando as receitas dos cafeicultores não aumentavam na mesma proporção que os preços dos produtos importados - afetar o próprio nível de consumo da burguesia cafeeira.

Dessa forma a desvalorização cambial só poderia ser feita dentro de estreitos limites. Além da já mencionada oposição - que o aumento dos preços dos produtos importados suscitava em todas as classes sociais, havia o fato do aumento do volume das exportações, proporcionado pela desvalorização cambial, nem sempre compensar a queda dos preços internacionais. Isto reduzia as receitas provenientes das exportações de café e afetava diretamente a renda da economia cafeeira.

Mesmo que tais receitas pudessem ser mantidas inalteradas, a desvalorização cambial afetava a capacidade de pagamento do Brasil, através da elevação do valor em mil-réis do serviço de sua dívida externa. Por isso, como já foi visto anteriormente, a situação das finanças públicas em geral era bastante precária. Além de apresentar essas limitações, a desvalorização cambial não conseguia solucionar - mas, pelo contrário, só acentuava - o problema da superprodução. Isto porque, ao garantir certo nível de rentabilidade a economia cafeeira, mantinha os incentivos à expansão da produção, principalmente nas áreas novas e mais férteis, onde a produtividade física era mais elevada. Essa expansão por sua vez

pressionava os preços internacionais para baixo e dava origem a novas desvalorizações cambiais. Em consequência, o problema da superprodução de café passou a ser considerado o principal problema - em 1902, quando os estoques brasileiros de café atingiram 73% do consumo mundial do ano anterior. (Costa, 1962, p. 563)

A colheita de 1906/07, ao ultrapassar o nível de 20 milhões de sacas colocou a economia cafeeira a beira de um colapso (Silva, 1976, p. 66). Este foi evitado pelo início da nova política de defesa do café, através do Primeiro Esquema de Valorização. As medidas para sua execução foram adotadas em fevereiro de 1906 - no Convênio, realizado em Taubaté, entre os presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesse Convênio - foi colocado como principal objetivo o restabelecimento do equilíbrio entre oferta e demanda de café, através da compra de excedentes para diminuir a oferta no mercado internacional. E as medidas adotadas para atingir esse objetivo foram, principalmente, os esquemas de financiamento para a compra de café. Esses, por sua vez, foram realizados através de empréstimos obtidos junto a bancos estrangeiros; sua amortização seria efetuada mediante a cobrança de um imposto, fixado em ouro, sobre cada saca de café exportado.

Houve muita polêmica em torno do Convênio entre os Governos dos Estados cafeeiros e os das demais unidades da Federação, especialmente os do Nordeste e do Rio Grande do Sul. A isso se acrescentou uma tomada de posição contrária ao Convênio por parte dos banqueiros ingleses. Estes achavam que, se o esquema de valorização do café fosse colocado em execução, o Brasil não poderia honrar os seus compromissos externos, dos quais eles eram os principais credores.

Em vista dessas circunstâncias, o Governo Federal não assumiu imediatamente as resoluções estabelecidas pelo Convênio de Taubaté. Como São Paulo pôde garantir os empréstimos externos com o produto do imposto sobre exportação de café, esse Estado colocou em marcha de imediato as operações de sustentação do mercado. Ao Governo Federal coube apenas o papel secundário de endossar, em 1908, o empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas conseguido pelo Estado de São Paulo junto a bancos alemães, ingleses, franceses e norte-americanos, e de complementar os recursos destinados à operação de financiamento.

Entre 1906 e 1908, o Estado de São Paulo adquiriu mais de 10 milhões de sacas de café, e os empréstimos externos que viabilizaram a operação foram totalmente pagos em 1914. O êxito do

esquema de valorização não apenas assegurou a continuidade da acumulação cafeeira, como também consolidou o papel dominante da burguesia cafeeira paulista, que até 1930 conseguiu manter subordinado o Governo Central aos objetivos de sua política econômica⁽¹¹⁾.

Uma outra consequência da execução do Convênio de Taubaté foi o rápido crescimento das subsidiárias de bancos estrangeiros, bem como dos bancos nacionais e das casas de exportação pertencentes à burguesia cafeeira. Acentuou-se com isso uma delimitação de interesses financeiros e agrícolas dentro da burguesia cafeeira. O crescente predomínio da fração financeira passaria a ser um fator determinante nas medidas de política cafeeira adotadas para debelar a crise de 1929⁽¹²⁾.

Após um período de relativa estagnação na expansão cafeeira, a floração de 1917 novamente anunciava uma safra de proporções gigantescas para o ano de 1918. Em decorrência disso, estabeleceu-se o Segundo Programa de Valorização. A compra de 3 milhões de sacas de café foi financiada por recursos do Estado de São Paulo e recursos adiantados pela União através da emissão de papel-moeda. O êxito dessa segunda operação de valorização, inclusive o fato de ter deixado um lucro para o Estado de São Paulo e para a União de 160 mil contos, deveu-se em boa parte à ocorrência de geadas em 1918. Esta reduziu a dois terços do nível normal a safra de 1918/19. Outro fator importante foi o término da Primeira Guerra Mundial e o conseqüente restabelecimento do comércio internacional. A brusca elevação da demanda dos países importadores, que estivera reprimida durante o conflito, foi o principal fator responsável pela elevação considerável dos preços internacionais do café.

Contudo, essa situação favorável à expansão cafeeira, que caracterizou o período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, não tardou a se inverter. Entre o segundo semestre de 1920 e o fim do ano de 1921, a recessão que acometeu várias economias centrais provocou uma queda dos preços internacionais do café, reduzindo outrossim a possibilidade de empréstimos externos.

Diante do novo perigo de um colapso da economia cafeeira foi colocado em execução o Terceiro Programa de Valorização em 1921. A compra de 4,5 milhões de sacas de café foi financiada pela Carteira de Emissão e Redescuento do Banco do Brasil. Essa operação terminou em 1924, quando todo o estoque em mãos do Governo acabou sendo vendido. Para o término da operação contribuiu a recuperação econômica dos EUA, principal cliente do Brasil, que foi um dos fatores determinantes da manutenção dos preços internacionais do

café em níveis relativamente elevados até 1929⁽¹³⁾. Outro fator, de âmbito interno, foi a transformação da política de valorização numa política de defesa permanente.

O fato das operações de valorização terem sido bem sucedidas fez com que houvesse a convicção generalizada de que as crises de superprodução poderiam ser evitadas mediante o estabelecimento de um programa de defesa permanente do café. A primeira tentativa nesse sentido foi a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café, pelo decreto nº 4 548 de 1922, durante a terceira operação de valorização. Na realidade, este órgão federal, com exceção da construção de alguns armazéns estoques reguladores, nunca chegou a ser posto em funcionamento.

Em 1924, o Estado de São Paulo chamou a si a responsabilidade de um programa de defesa permanente da economia cafeeira, com a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. Os recursos para o seu funcionamento originavam-se do imposto de transporte do café e de empréstimos externos garantidos por esse imposto. A nova entidade logo passou a ser denominada Instituto de Café de São Paulo.

Sua organização administrativa estava subordinada à Secretaria da Fazenda do Estado. A Diretoria do Instituto era composta de 5 membros: o Secretário da Fazenda (presidente), o Secretário da Agricultura (vice-presidente), e mais três representantes da burguesia cafeeira - isto é, dos cafeicultores e dos comerciantes de café da praça de Santos⁽¹⁴⁾.

A precária situação das finanças públicas do Estado e as escassas possibilidades de contratação de novo empréstimo⁽¹⁵⁾ dificultaram a atuação do Instituto de Café de São Paulo nos dois primeiros anos, impedindo-o de atingir seus objetivos em relação à defesa permanente do café. Esses objetivos eram os seguintes :

- (a) regularização da entrada de café no porto de Santos;
- (b) promoção de acordos com outros Estados para a ampliação do imposto de transporte;
- (c) empréstimos a produtores e comerciantes;
- (d) aquisição de café em Santos ou outros lugares, sempre que as condições de mercado assim exigissem;
- (e) melhoria das informações estatísticas.

A recuperação das finanças públicas do Estado em 1926 possibilitou, juntamente com uma situação de relativa liquidez internacional, a tomada de um empréstimo no valor de 10 milhões de libras esterlinas junto à casa bancária Lazard Brothers de Londres. Graças a essa nova situação, a defesa permanente do café pô

de se tornar efetiva a partir de 1927. A política de sustentação dos preços do produto mudou então de caráter: em vez de procurar impedir a queda dos preços externos, ela se voltou para a conservação dos preços internos e externos em níveis elevados. Isto realmente foi conseguido até 1929⁽¹⁶⁾.

Entre 1924 e 1926 os preços internacionais do café mantiveram-se elevados em decorrência do equilíbrio entre oferta e demanda alcançado através da Terceira Operação de Valorização. Entre 1927 e 1929, isso ocorreu basicamente devido à Política de Defesa Permanente. É importante observar que, embora os preços internacionais do café se tivessem mantido elevados em 1928 e 1929, os estoques brasileiros atingiram 13,4 milhões e 21,6 milhões de sacas respectivamente, enquanto as exportações nestes anos foram de 13,8 e 14,9 milhões de sacas. Em outras palavras, a manutenção de altos preços no mercado internacional do café encobria a situação real que era de aumento desproporcional da oferta em relação a demanda.

Um dos principais fatores responsáveis por essa situação foi a política adotada pelo Instituto do Café de São Paulo diante da produção excepcional obtida na safra 1927/28, a qual atingiu o montante de 27,6 milhões de sacas. Essa safra fez com que a programação do Instituto passasse a orientar-se para as seguintes metas: limitação das exportações através de regularização da entrada de café nos portos, campanhas de publicidade e financiamento de estoques. A principal medida adotada em relação à terceira meta foi o adiantamento aos cafeicultores de 60 mil réis por saca de café. Esse adiantamento, em vez de se pautar pelos custos de produção, foi baseado nos preços do produto armazenado, o qual era elevado devido à política de sustentação dos preços. Assim, o adiantamento de 60 mil-réis equivalia a quase o dobro do custo de produção da zona antiga e a quase tres vezes o da zona nova⁽¹⁷⁾.

Esse amplo financiamento concedido à economia cafeeira não deve ser explicado apenas pelo empréstimo externo conseguido em 1926, o qual acabou viabilizando a referida política. É bem possível que a causa principal estivesse no elevado número de cafeeiros antigos existentes no Estado de São Paulo, cujo Governo era responsável pela política de defesa permanente. Em 1928 a população cafeeira no Brasil era avaliada em 2,5 bilhões de pés e desse total, nada menos que 1,2 bilhão era constituído de cafeeiros velhos localizados no Estado de São Paulo, cujo estoque incluía apenas 133,9 milhões de cafeeiros novos. (Taunay, 1945, p. 422)

A principal consequência dessa política, ao garantir -

elevadas taxas de rentabilidade à economia cafeeira, foi uma expansão desenfreada da capacidade produtiva. Tal expansão iria gerar uma enorme crise de superprodução quando toda essa capacidade começasse a produzir plenamente. O problema da superprodução seria agravado pelo fato da expansão das plantações de café não se terem limitado ao território brasileiro, e também por coincidir com a grande crise econômica internacional de 1929⁽¹⁸⁾.

Por outro lado, a atuação do Instituto de Café de São Paulo teve também sérias consequências políticas. A execução da política de defesa permanente a nível regional fez com que houvesse a necessidade de entendimentos entre os vários Estados produtores, os quais deveriam concretizar-se por meio de convênios. A formulação e execução desses convênios tornou explícitas as disputas entre diversas frações regionais da burguesia cafeeira, principalmente entre a paulista e a mineira. Paralelamente a esse processo, houve também uma progressiva autonomização de frações "setoriais" da burguesia cafeeira; frações cujos interesses eram diversos: a fração agrária, a fração comercial, a fração financeira, etc. (Aureliano da Silva, 1976, cap. III). Consequentemente, a crise de superprodução do café de 1929 transformou-se numa crise de todo o sistema social, apresentando desdobramentos não apenas econômicos, mas também políticos.

1.2. A Política Cafeeira do Governo Federal no Período 1931 - 1951

As considerações apresentadas no item anterior permitem concluir que a crise cafeeira de 1929 não foi um simples reflexo da grande crise internacional. Tratava-se, na realidade, de uma crise econômica, política e social, que acabou desencadeando uma progressiva centralização da política cafeeira pelo Governo Federal a partir da Revolução de 1930.

Iniciou-se a partir daí a segunda etapa da intervenção do Estado na economia cafeeira predominantemente a nível nacional e ainda na órbita da comercialização. Nesta etapa pode-se notar três fases. A primeira, que vai de 1931 a 1933, constituiu um período de transição, caracterizado pela transferência da direção da política cafeeira do âmbito dos Estados produtores para o âmbito do Governo Federal. Essa transição terminaria em 1933 com a criação do Departamento Nacional do Café (DNC), através do qual a política cafeeira passou a ser cada vez menos determinada pelos-

interesses dos cafeicultores, e cada vez mais por considerações - mais gerais da política econômica. A transferência do controle da política cafeeira para o Governo Federal decorreu em grande parte das medidas da política econômica exigidas em resposta à crise de 1929. Para enfrentar essa crise, tornou-se necessária a adoção de medidas que somente poderiam ser executadas através de um organismo centralizador da política cafeeira a nível nacional.

A segunda fase de 1933 a 1946 corresponde ao período - de atuação do DNC. O principal objetivo desse órgão era a redução da oferta de café, a fim de se manter o nível dos preços, através do equilíbrio estatístico entre a oferta e demanda.

E, finalmente, a terceira fase (1946 a 1951) iniciou - -se com a queda do Estado Novo e a conseqüente extinção do DNC . Nessa fase a ordenação da comercialização do café passou a ser exercida por uma Divisão de Economia Cafeeira, criada no Ministério da Fazenda. Como não houve nessa fase uma política específica para o setor cafeeiro, na medida em que o destino deste passou a depender de uma política cambial centralmente orientada, em cuja fixação a burguesia cafeeira não podia influir diretamente, começaram a surgir crescentes reivindicações no sentido de se criar um órgão destinado a elaborar e executar a política cafeeira, no qual a burguesia cafeeira pudesse ter maior participação. Essas reivindicações foram um dos fatores responsáveis pela posterior criação do Instituto Brasileiro do Café.

Em relação às principais características dessa segunda etapa da intervenção do Estado na economia cafeeira cumpre inicialmente destacar a gravidade da crise de 1929 para este setor. Para isto basta atentar para a crescente defasagem entre a produção e as exportações de café. Assim, entre as safras de 1927/28 e 1933 / 34, a produção cafeeira do Brasil atingiu volumes espetaculares - quatro safras próximas a 30 milhões de sacas e três em torno de 15 milhões de sacas - enquanto que as exportações nesse período não atingiram, em média, 15 milhões de sacas anuais. (Silber, 1977, p. 189) A queda de preços daí decorrente foi vertiginosa, principalmente entre 1929 e 1930, quando os preços médios internos caíram - 37% e os externos 43%, tendo havido em conseqüência uma diminuição de 26 milhões de libras esterlinas no valor das exportações brasileiras de café. (DNC, 1935, p. 154)

A crise internacional, por sua vez, agravaria a crise cafeeira pelo menos sob três aspectos: (1) fuga de capitais estrangeiros facilitada pela possibilidade da conversibilidade dos -

mil-réis em ouro, o que provocou uma rápida diminuição das reservas metálicas existentes; (2) crescentes dificuldades na tomada de empréstimos externos para sustentar a política cafeeira e; (3) diminuição do consumo de café pelos principais países importadores. Isto explica porque a queda dos preços internacionais do produto não resultou numa elevação do volume de café exportado além do fato da demanda de café ser relativamente inelástica aos preços. (Furtado, 1975, cap. XXXI)

Portanto, havia a necessidade de se procurar, ao menos, atenuar os efeitos da crise cafeeira, que atingia gravemente toda a economia, através de medidas de política econômica. Mas, considerando-se os limites impostos a esta pela crise internacional, tais medidas praticamente se limitavam à desvalorização cambial, a única que poderia ser adotada imediatamente pelo Governo brasileiro.

Entretanto, essa medida tinha várias limitações sérias, inclusive algumas já apontadas em relação às primeiras crises de superprodução de café do início do século XX. A situação tornar-se-ia ainda mais difícil devido à gravidade da crise de 1929. Desse modo cabe reafirmar a existência de pelo menos três limitações da desvalorização cambial como meio de solucionar a crise econômica daquele ano:

(1) como bem salientou Furtado (1975) - "A depreciação da moeda, ao atenuar o impacto da baixa do preço internacional sobre o empresário brasileiro, induzia este a continuar colhendo café e a manter a pressão sobre o mercado. Esta situação acarretava nova baixa do preço e nova depreciação da moeda, contribuindo para agravar a crise. Como a depreciação da moeda era menor que a baixa de preços, pois também estava influenciada por outros fatores, era claro que se chegaria a um ponto em que o prejuízo acarretado aos produtores de café seria suficientemente grande para que estes abandonassem as plantações... A análise desse processo de ajustamento põe em evidência que o mecanismo do câmbio não podia constituir um instrumento de defesa efetivo da economia cafeeira dentro das condições excepcionalmente graves criadas pela crise que estamos considerando." (p. 188)

(2) Além disso, se por um lado as sucessivas desvalorizações cambiais funcionavam como um incentivo à indústria, ao promoverem o encarecimento das mercadorias importadas, por outro, se elas ultrapassassem um certo limite, isto acabaria aprofundando ainda mais a crise da economia, ao elevarem a níveis insuportáveis os preços das mercadorias importadas fundamentais para o funcionamento

do setor industrial.

(3) E, por último, havia o fato da desvalorização cambial produzir uma elevação da dívida externa em moeda nacional, o que acabaria levando a sucessivos períodos de controle da taxa de câmbio por parte do Governo Federal e renegociações da dívida externa. Neste sentido, a situação chegou a se tornar tão grave que, em 1937, o Governo Federal chegou a suspender qualquer pagamento referente à dívida externa durante três anos⁽¹⁹⁾.

Uma outra medida que foi possível adotar, apesar da gravidade da crise internacional, consistiu na contratação, em meados de 1930, de um empréstimo externo pelo Governo de São Paulo, no valor de £ 20 milhões, com exigências bastante rígidas de pagamento. Esta importância serviu para custear a aquisição de três milhões de sacas de café da safra de 1929/30 e para refinar mais 13,5 milhões de sacas estocadas, sob a forma de adiantamentos. (Aureliano da Silva, 1976, p. 99)

Contudo, as medidas de desvalorização cambial e compra de excedentes de café com o empréstimo acima mencionado não foram suficientes para debelar a crise da economia cafeeira, que continuou a se aprofundar cada vez mais, alcançando seu ponto culminante em 1931. Naquele ano, os preços internacionais do café atingiram níveis inferiores aos de 1921, que também fora um ano de recessão econômica nos países desenvolvidos. Já os preços internos tiveram uma ligeira elevação, em decorrência principalmente da política que passou a ser adotada a partir de fevereiro de 1931.

Nessa ocasião, o Governo Federal comprometeu-se a comprar os estoques de café existentes até 30/06/1930, com exceção dos cafés de propriedade do Estado de São Paulo adquiridos para respaldar o empréstimo de £ 20 milhões contraídos em 1930. A adoção dessa medida, e não de outra que havia sido proposta, de compra da safra de 1931/32, faz com que a fração financeira da burguesia cafeeira fosse mais beneficiada do que a fração agrária, revelando, assim, uma supremacia da primeira nos ditames da política econômica. Com efeito, os bancos, através da compra de estoques pelo Governo puderam imediatamente reaver os capitais empregados em caução dos conhecimentos de depósitos. É importante lembrar que o Decreto nº 19 473, de 10/12/1931 estabelecia que os portadores dos conhecimentos de depósitos, ou seja, os bancos, fossem considerados donos da mercadoria. (Aureliano da Silva, 1976, cap. II)

A compra de excedentes de café, ao lado de outras medidas adotadas para a solução da crise cafeeira como redução dos estoques pela destruição física dos excedentes, a troca de 1 275 mil

sacas de café por 1 562 mil bushels de trigo com a Grain Stabilisation Corporation dos EUA, exigiam para a sua execução uma maior centralização da política cafeeira. Foi principalmente devido a isso, que teve início, na época, uma progressiva transferência do âmbito da intervenção governamental. Embora esta ainda permanecesse basicamente na órbita da comercialização, foi sendo aos poucos transferida do âmbito dos Governos estaduais para a do Governo Federal.

Por outro lado é necessário considerar que, paralelamente à centralização da política cafeeira, ocorreu no período uma centralização da política econômica em geral, como por exemplo foi o caso também da agroindústria canavieira, cuja situação requereu a criação em 1933 do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). - (Szmrecsányi, 1976, cap. III)

Desse modo, a partir da Revolução de 1930 que marcaria o ponto culminante da crise política, o Governo Federal criou no período 1930-45 um grande número de órgãos e empresas estatais, cuja diversidade constituiu uma manifestação da complexidade dos problemas enfrentados pelo Governo. Além disso, conforme Aureliano da Silva (1976), a constituição dessas instituições estatais de âmbito nacional possibilitavam um novo relacionamento do Estado com as forças sociais presentes. Pois, ao participar desses organismos, os "grupos sociais", ainda que trouxessem as marcas regionais de sua origem, passariam a confrontar seus interesses em um espaço específico frente a um denominador comum, seja ele a indústria, o café, o açúcar, etc. (20).

O primeiro passo para a progressiva centralização da política cafeeira consistiu na criação de um Conselho dos Estados Cafeeiros, durante a IV Convenção Cafeeira, da qual participaram representantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. A partir de abril de 1931, quando se deu sua instituição através do Decreto nº 4 986, o Conselho dos Estados Cafeeiros passou a cobrar uma taxa sobre cada saca de café exportada, a fim de financiar a aquisição de excedentes e estabelecer a criação de um fundo (em espécie) para propaganda do produto no Exterior e para a conquista de novos mercados. A criação desse Conselho marcaria o início do fim da fase de predomínio dos principais Estados produtores na orientação da política cafeeira do País.

Já no mês seguinte ao da instituição do Conselho dos Estados Cafeeiros, o Governo Federal criou a 16/05/1931, o Conselho Nacional do Café (CNC), ao qual competiria a administração das vendas dos estoques, a direção dos programas oficiais de sustentação,

a administração das taxas em moeda estrangeira incidentes sobre as exportações de café, e o controle do transporte do produto até os portos de embarque. De acordo com o seu regulamento, o CNC era administrado por um presidente designado pelo Governo Federal, com voto deliberativo e de qualidade, e por delegados de cada um dos seguintes Estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. Além destes havia um delegado conjuntamente nomeado pelos Estados da Bahia, Pernambuco e Goiás. Os delegados dos Estados no CNC não poderiam ser pessoas diretamente vinculadas ao comércio do café. (21)

A execução das deliberações do Conselho, tomadas por maioria de votos de seus membros, foi atribuída a uma Comissão Executiva, integrada pelos delegados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Era de sua incumbência também, entre outras, a superintendência e controle de todos os serviços do Conselho, a movimentação dos fundos provenientes das rendas operacionais do órgão, o informe mensal sobre o andamento e execução de seus serviços. A fim de por em andamento a política cafeeira, a Comissão Executiva do CNC contava com o apoio administrativo dos seguintes órgãos auxiliares: Departamento Técnico, Contadoria Geral, Consultoria Jurídica, Expediente, e Agências nas cidades do Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Paranaguá, Vitória, Salvador e Recife. (22)

Na realidade, apesar dos delegados estaduais pertencentes ao CNC não poderem ser pessoas diretamente ligadas aos negócios do café, os delegados designados pelos principais Estados cafeeiros para representá-los na Comissão Executiva praticamente detinham o poder de decisão em relação às diretrizes políticas a serem seguidas e não havia referência específica na legislação de que não deveriam ser pessoas diretamente ligadas aos interesses cafeeiros. Portanto, a política cafeeira ainda continuava a ser orientada em grande parte pelos interesses de classe. Porém, na determinação dos seus rumos haveria perda relativa da participação da burguesia cafeeira paulista, a qual poderia ser constatada pelo fato de que tanto no CNC como um todo, como na sua Comissão Executiva, o delegado de São Paulo representava apenas um voto, o que era bastante desproporcional ao peso do Estado na produção brasileira.

A autonomia do CNC ampliou-se em fins de 1931, uma vez que a partir de fins de 1931, a política de sustentação do café tornou-se mais drástica. Foi nessa época que se propôs a incineração de 18 milhões de sacas de café, o aumento da taxa de exportação em moeda estrangeira e a aquisição pelo CNC de todo excedente da produ

ção cafeeira do Brasil. Estabeleceu-se também uma taxa de um mil -
-réis por cafeeiro plantado. Logo depois foi determinada a proibi -
ção do plantio em todo território nacional, com exceção do Estado -
do Paraná e dos Estados com menos de 50 milhões de pés plantados .
Essa concessão em relação ao Estado do Paraná seria em parte decor -
rente dos protestos deste Estado contra a imposição da taxa. Ela
teria importantes conseqüências para a expansão da cafeicultura pa -
ranaense, o mesmo ocorrendo com as demais medidas protecionistas a
dotadas pelo Governo Federal.

Durante a década de 1930, houve uma expansão da cafeei -
cultura no Norte do Paraná, cujas condições de solo são muito propí -
cias à mesma. Para essa expansão teve grande importância a mudançã -
no equilíbrio de forças políticas provocada pela Revolução de 1930,
uma vez que o progressivo afastamento do poder político da burgue -
sia cafeeira paulista, proporcionava melhores condições relativas -
de ação ao Governo paranaense. É importante, contudo, não perder de
vista o fato de que a expansão da cafeicultura no Paraná foi em boa
parte obra de fazendeiros paulistas. E ainda que a comercialização -
do café paranaense foi, durante muito tempo, feita exclusivamente a
través da capital paulista e do porto de Santos. Assim, a economia -
paranaense, cujo principal produto era o café, permanecia sob vá -
rios aspectos, subordinada à economia do Estado de São Paulo, de
cujo território, aliás, chegou a fazer parte antes de se transfor -
mar em unidade político-administrativa autônoma. Levando em conside -
ração estes fatores, pode-se concluir que a extensão da proibição -
do plantio de café no Paraná, somente a partir de 1933, provavelmen -
te beneficiou de forma indireta a burguesia cafeeira paulista. Esta -
conclusão é corroborada pelo fato da proibição do plantio não ter
chegado a interromper a expansão cafeeira no Paraná. (23)

A intensificação das compras de café em 1932 teve impor -
tantes conseqüências para a economia nacional. Naquele ano, essas -
compras equivaliam a 20% das despesas do Governo Federal, tendo si -
do financiadas por recursos dos impostos sobre exportações de café,
créditos do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, e por emissões -
de papel-moeda. Essa injeção de recursos financeiros, aliada à am -
pliação dos déficits públicos causada pela Revolução Constituciona -
lista de São Paulo e pelos gastos destinados ao atendimento das ne -
cessidades mais imediatas do Nordeste devido às graves secas, foram
os principais responsáveis imediatos pelo surgimento dos primeiros -
sintomas da recuperação econômica. (Villela & Suzigan, 1975, p.30)
Isto porque ao se injetar recursos monetários na economia, esta pôde

manter um nível mínimo de emprego e renda, constituindo desse modo um fator que colaborou para uma recuperação mais rápida da economia. Um dos primeiros sintomas desta situação seria o fato do produto interno bruto ter ultrapassado nesse ano o pico de 1928 e daí em diante passou a evoluir a uma taxa de 5,6% ao ano até 1939. (24)

Apesar da economia cafeeira ter dado algumas mostras de recuperação a partir de 1932, a sua situação novamente se agravou no ano seguinte com a perspectiva da safra atingir 30 milhões de sacas, enquanto que as possibilidades de exportação não passavam de 15 milhões, e os estoques governamentais se aproximavam do elevado nível de 16 milhões de sacas. Assim, as disponibilidades internas de café para 1934 eram avaliadas em mais de 30 milhões de sacas, volume equivalente a dois anos de exportações. Um outro fator que contribuiu para acelerar o processo de centralização da política cafeeira foi a Revolução de 1932, promovida basicamente pela burguesia paulista.

Em consequência desses eventos, o CNC foi extinto em 10/02/1933 e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), autarquia subordinada ao Ministério da Fazenda. Isto, para os Estados produtores, representou um afastamento do controle direto da política cafeeira. A orientação dessa política passou a pautar-se pelos interesses do Governo da União. Isto pode ser percebido pelo fato dos três diretores do DNC, inclusive seu presidente, serem escolhidos diretamente pelo Ministério da Fazenda. Na mesma ocasião da criação do DNC, foi criado também um Conselho Consultivo, composto por um representante das associações da lavoura de cada Estado cafeeiro e dos comerciantes de café do Rio de Janeiro, Santos e Vitória. Esse conselho todavia, só iria reunir-se quando convocado pelo DNC, ao contrário da Comissão Executiva do CNC que tinha até o poder de convocar o Conselho deste último.

As principais atribuições do DNC eram as seguintes : arrecadar a taxa de exportação; propor sua elevação, diminuição ou suspensão; unificar as medidas de defesa econômica do café nos Estados produtores; dispor das quantias arrecadadas para a compra de café, custeio de todos os seus serviços e amortização de empréstimos; orientar todos os serviços de modo prático e eminentemente técnico; e finalmente, submeter à sua fiscalização os Institutos e Associações de café existentes, fazendo-os cumprir suas instruções e decisões. Os serviços administrativos do Departamento era executados pelos seguintes órgãos: Secretaria, Contadoria Geral, Consultoria Jurídica, Estatística e Fiscalização, Agências (no Rio de Ja

neiro, São Paulo, Santos, Paranaguã, Vitória, Salvador e Recife) e Repartição Técnica do Café.

A fim de enfrentar uma iminente derrocada da cafeicultura face à excessivamente volumosa safra de 1933/34, uma das principais medidas adotadas pelo DNC foi o estabelecimento de quotas para o escoamento das safras. Dessas quotas: 40% deveriam ser compulsoriamente vendidos ao DNC, 20% seriam encaminhados aos armazéns e os restantes 30% seriam enviados diretamente aos portos de embarque. O DNC inicialmente pagava 30 mil-réis por cada saca de sua quota, devendo o cafeicultor custear a sacaria, o transporte e os impostos estaduais. Na realidade, o preço pago pelo DNC cobria inicialmente apenas estes custos e, progressivamente foi se deteriorando, até chegar ao ponto de, em 1936, não cobrir sequer os custos da sacaria.

Apesar do estabelecimento destas quotas não ser amplamente favorável aos cafeicultores, principalmente àqueles cujos cafezais eram de maior produtividade, deve-se lembrar que uma outra medida de defesa da agricultura beneficiou bastante a economia cafeeira. Tratava-se da Lei do Reajustamento Econômico de dezembro de 1933, por meio da qual foi aprovada uma redução de 50% em todas as dívidas dos agricultores contraídas até 30/07/1933. A fim de indenizar os credores, o Ministério da Fazenda foi autorizado a emitir até o limite de 500 mil contos de réis em apólices do Governo, a juros de 6% a.a. Por outro lado, a Caixa de Mobilização Bancária (25) passou a incluir as Apólices do Reajustamento Econômico entre suas operações, tornando-a garantia de empréstimos a longo prazo aos bancos, o que significou uma verdadeira criação de moeda. (26) A importância desta medida é salientada por Fishlow que calculou que este programa elevou a renda dos cafeicultores em não menos do que 20%. (27)

A respeito dos fatores que proporcionaram a relativamente rápida recuperação da economia brasileira depois da crise de 1929, recuperação que chegou a anteceder a das economias centrais-mais industrializadas cabe ressaltar entre as suas principais causas: a manutenção do nível de renda através da execução da política cafeeira, a queda da capacidade de importar do País e as políticas monetária e cambial do Governo.

A manutenção do nível de renda, embora num patamar bastante baixo, dos produtores de café foi devida, não apenas à política de compra do produto pelo Governo, mas também ao fato dos estoques terem sido financiados por emissões de papel-moeda e expan-

são do crédito, de acordo com uma política monetária que produziu crescentes déficits públicos. Essa política ao garantir uma certa demanda agregada tornaria também possível diversificar a produção agrícola e elevar a demanda dos bens industriais produzidos internamente, tendo em vista o considerável aumento de preços dos similares importados, devido à política cambial de desvalorização do mil-réis.

A diversificação agrícola, como nos casos da cana-de-açúcar e do algodão, tornou-se viável pela mudança dos preços relativos entre o café e outros produtos agrícolas em favor dos segundos e pela relativa facilidade de transferir recursos da produção cafeeira para outras atividades do setor agropecuário. Essa transferência tornou-se possível porque a renda monetária da economia não havia caído a um nível ainda mais baixo. Um outro fator que ajudou a promover essa diversificação foi o fato dos salários dos trabalhadores rurais terem sido na época flexíveis para baixo, o que permitia reduzir os custos de produção. É importante lembrar que os salários nominais agrícolas caíram aproximadamente 60% entre 1929 e 1930/31. (Carone, 1974, primeira parte) Uma forma de não reduzir os salários agrícolas reais a níveis insuportáveis foi a permissão de se cultivar outros produtos agrícolas nas fazendas de café, o que também contribuiria para a diversificação da agricultura para o mercado interno.

No caso do açúcar, os seus preços se elevaram em 140% entre 1933 e 1937. (Furtado, 1975, cap. XXXI) Esta elevação foi em parte consequência da política estabelecida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool que objetivava manter a estabilidade dos preços internos com base nos custos de produção vigentes no Nordeste. Como os custos de produção eram mais baixos no Centro-Sul, dada as diferenças regionais existentes, tal política acabou promovendo um intenso crescimento da produção nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mediante a ocupação de áreas antes destinadas ao café. (Szmrecsányi, 1976, cap. III)

O algodão foi outro produto que também proporcionou uma alternativa rentável, capaz de minorar os prejuízos dos produtores de café. O crescimento da produção de algodão, a qual passou de 95,5 mil toneladas em 1930 para 351,5 mil em 1936, coincidiu com uma forte expansão da indústria têxtil e aumento da demanda externa. (Villela & Suzigan, 1975, p. 184 - 188)

Quanto à industrialização, os fatores mais importantes foram: a redução da capacidade de importar do País devido à queda-

dos preços do café no mercado internacional e à política de desvalorização cambial, que teve por efeito o surgimento de barreiras - protecionistas favoráveis ao desenvolvimento industrial voltado para a substituição de importações. Como a indústria brasileira estava na ocasião operando com capacidade ociosa, não foi difícil numa primeira etapa atender a elevação da demanda através do aumento da oferta, mediante a progressiva ocupação da capacidade produtiva já existente. Mas, se a redução da capacidade de importar fosse muito violenta, teria havido limitações muito grandes ao desenvolvimento industrial, devido às dificuldades de importação de bens indispensáveis à sua continuidade. Pode-se verificar, no entanto, que as transformações ocorridas na política econômica, entre a Revolução de 1930 e o golpe de Estado que instaurou o Estado Novo em 1937, ao impedir a derrocada da economia cafeeira, não só mantiveram o nível de renda e de emprego, mas também preservaram a capacidade de importar, de um modo favorável à industrialização.

Dessa forma acabaram sendo criadas condições para o desencadeamento de uma nova dinâmica de acumulação de capital, cujo centro passou a localizar-se no setor industrial. É importante ressaltar também que, para isso, foi fundamental a modernização e a diferenciação da estrutura industrial havida durante a década de 1920, a qual possibilitou a implantação de algumas indústrias de bens de produção (Aureliano da Silva, 1976, p. 167-168). Entretanto, como não houvera até então condições objetivas para a implantação da maior parte dessas indústrias de bens de produção, a industrialização brasileira continuava "restringida", entre outros fatores, devido à sua dependência da economia cafeeira na geração de divisas para importar máquinas e equipamentos. (28)

Embora a intervenção federal nos negócios cafeeiros tivesse sido ampla, houve por parte do Estado um esforço para limitar sua participação. Um indício disso reside no fato de que tanto o CNC como o DNC foram criados apenas para tentar solucionar os principais problemas gerados pela crise de 1929, tendo portanto um prazo limitado de duração. (29) Além disso, quando a situação cafeeira se tornou ligeiramente mais favorável a partir de 1934/35, com safras menores e um pequeno aumento nos preços externos, o DNC deixou de exigir a quota de sacrifício - ou seja, a venda compulsória de café para incineração. A quota em questão só foi restabelecida na safra de 1936/37, ao nível de 30% da quantidade comercializada.

Essa relativa liberalização da política cafeeira era -
devida, entre outros, a três fatores. Em primeiro lugar, para os
cafeicultores com cafezais de maior produtividade - devido à menor
idade dos seus cafeeiros ou a melhores condições de solo - à medi-
da em que diminuía o rigor da crise, passava a ser progressivamen-
te mais vantajoso vender toda a produção para exportação, mesmo a
preços mais baixos, do que vender compulsoriamente aos preços irri-
sórios pagos pelo DNC. E, em consequência, principalmente a partir
de 1935, os cafeicultores passaram a reivindicar um regime de maior
liberdade no comércio do café e uma diminuição dos impostos (Taunay,
1945, págs. 455, 461, 462 e 480). Em segundo lugar, a intervenção-
do Estado permitiria a liquidação, entre janeiro de 1931 e junho -
de 1934, de 101 454 318 sacas de café, sendo que 52 905 000 foram-
exportadas e 48 548 318 compradas pelo CNC e pelo DNC (Taunay ,
1945, p. 464), o que aliviava bastante a situação do mercado ca -
feeiro proporcionando ainda que de forma lenta a recuperação da si-
tuação econômica e financeira da cafeicultura. E, finalmente, resta
mencionar a posição dominante que o Brasil ainda desfrutava no mer-
cado internacional do café, permitindo-lhe influir sobre o nível -
dos preços do produto mediante a restrição da oferta. Entretanto, -
ao estabelecer as políticas de valorização, favorecia-se a que a
exploração cafeeira se tornasse rentável também para outros países,
o que aumentava a concorrência e colocava progressivamente em xe-
que esta posição monopolista. Neste sentido vale a pena lembrar -
que a Colômbia passou de uma participação de 2% do consumo mundial
em 1905, para 12% em 1932. Além disso, vários países europeus esti-
mulavam em suas colônias africanas, culturas de substituição aos
produtos primários que importavam de outras áreas, entre eles o
café.

Durante a década de 1930 houve uma diminuição dos dife-
renciais de preços entre o café suave da Colômbia, principal concor-
rente do Brasil, e o brasileiro. Isto favorecia a elevação do con-
sumo do primeiro, em detrimento daquele produzido pelo Brasil. A
fim de contornar a situação foram realizadas as Conferências de
Bogotá (1936) e a de Havana (1937). Entretanto, como os outros paí-
ses produtores responsabilizavam o Brasil pela crise de superprodu-
ção, acreditando que ele não iria abandonar sua política de susten-
tação dos preços, não foi possível chegar a um acordo para a orde-
nação do mercado internacional do café. (30)

Com base nessas considerações, o Governo brasileiro -
promoveu em 1937, já sob o regime do Estado Novo, uma drástica -

mudança da política cafeeira, substituindo a prática de incineração dos excedentes pela concorrência no mercado internacional, a fim de tentar aumentar a receita de divisas do País, diminuir a intervenção do Estado no setor e forçar o estabelecimento de um acordo com os outros países cafeeiros. Para alcançar esses objetivos o DNC estabeleceu uma série de medidas a fim de elevar o volume das exportações. Entre elas cabe mencionar: a diminuição da taxa de exportação e a adição de 1% de impurezas em cada saca exportada, a fim de baratear os custos para o cafeicultor e diminuir os estoques governamentais.

As consequências da política de concorrência foram imediatas: o volume das exportações de café passou de 13 milhões de sacas em 1937, para 17 milhões em 1938 e 16,5 milhões em 1939. Uma outra consequência foi a violenta queda dos preços de café - tanto internos como externos. Entre 1937 e 1938, os primeiros caíram aproximadamente 28% e os segundos 53% em termos nominais. Por outro lado, verificou-se um significativo aumento na participação do Brasil no mercado mundial, a qual correspondeu a 57,2% e 57,4% em 1938 e 1939, enquanto que fora de apenas 48% em 1937 (Villela & Suzigan, 1975, p. 182). Além disso, em termos de renda interna, como se pode observar pelas diferenças na queda dos preços internos e externos do café, as reduções da receita cambial foram em parte compensadas pela desvalorização cambial após o término dos controles da taxa de câmbio em 1937.

Apesar da política de concorrência ter trazido benefícios aos cafeicultores, ela foi combatida por algumas associações de classe rurais, inclusive pela Sociedade Rural Brasileira. Isto porque, se por um lado já tinha havido pressões para uma maior liberalização do comércio do café, a queda dos preços internacionais do produto, em decorrência da nova política cafeeira, também havia sido bastante acentuada, mesmo considerando-se a desvalorização cambial, tornando assim crítica a situação daqueles cafeicultores com cafezais de menor produtividade e pior qualidade. Apesar desses protestos, a política cafeeira pôde ser mantida, uma vez que, com o golpe de 1937, os líderes da burguesia cafeeira haviam sido afastados do poder e até do País. Este último fato fez com que a oposição à política de concorrência do Estado Novo resultasse apenas na reivindicação de maior amparo financeiro e creditício, o qual seria concedido principalmente através da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a qual passou a proporcionar auxílio financeiro regular à cafeicultura. ⁽³¹⁾ De

qualquer forma o estabelecimento das novas diretrizes para a política cafeeira refletia uma tendência mais geral de progressivo fortalecimento do Governo Central em relação aos dos Estados, tendência essa iniciada com a Revolução de 1930.

Apesar disso, a política de concorrência chegou a ser adotada em 1938 e 1939. Com o início da II Guerra Mundial e o fechamento dos mercados europeus, a pressão dos cafeicultores contra a política do DNC voltou a se intensificar com a reivindicação de retorno aos esquemas de valorização, sob a alegação de que a política vigente havia se tornado inoperante com a perda destes mercados. Na verdade a situação da cafeicultura era bastante grave. Em contraposição à estimativa de 20,9 milhões de sacas para a safra de 1940/41, às quais se acrescentavam 6 milhões dos estoques anteriormente acumulados, as exportações previstas montavam a apenas 13 milhões, na melhor das hipóteses (Villela & Suzigan, 1975, p. 208). Diante disso, o DNC voltou a estabelecer a quota de sacrifício de 25% que seria paga a 2 mil-réis por saca, procedeu ao recolhimento de 10,9 milhões de sacas⁽³²⁾ na safra de 1940/41 e ainda estabeleceu condições de preços e quotas para os excedentes da safra de 1939/40.

No âmbito internacional, com o acirramento da concorrência entre os países produtores de café pelo mercado dos Estados Unidos, tornou-se necessário e também viável a realização de um acordo internacional, já que os países latino-americanos abasteciam 85% do consumo mundial e o mercado daquele País representava 50% desse total. Assim, em novembro de 1940, foi assinado o Acordo Interamericano do Café, do qual participaram catorze países produtores e os Estados Unidos. Para a consolidação desse acordo contribuiu o fato dos Estados Unidos desejarem impedir o estabelecimento de uma aliança entre os países latino-americanos e os países do Eixo. Uma das formas de impedir essa aliança era a preservação da mais importante atividade econômica de vários países latino-americanos, qual seja, a cafeicultura.⁽³³⁾

Os principais objetivos do AIC foram o de estabelecer um mercado estável para os cafês latino-americanos, proteger os consumidores dos EUA contra preços excessivamente altos e evitar mudanças radicais nas práticas comerciais vigentes. O dispositivo básico do AIC para atingir esses objetivos consistia num sistema de quotas anuais de exportação de café dos países produtores para os EUA. Inicialmente, a quota global foi de 15,5 milhões de sacas anuais, das quais couberam às exportações brasileiras 9,3 milhões.

Para administrar o Acordo, foi criada a Junta Interamericana do Café, formada por todos os signatários do AIC. Entretanto, como os EUA detinham 33% dos votos de seus representantes, praticamente controlavam o aumento das quotas acima de 5%, pois, para isso eram necessários apenas os votos de um terço dos membros da Junta. A duração do Acordo foi fixada inicialmente em três anos a partir da data da assinatura. Posteriormente ele foi renovado por mais três anos, com pequenas modificações nas quotas individuais, sendo extinto em 1946, por causa das crescentes pressões dos países produtores em relação aos preços estabelecidos pelo AIC.

No ano de 1941, os preços do café subiram sensivelmente tanto em decorrência do Acordo, como devido às políticas individuais dos países latino-americanos de estabelecimento de preços mínimos. E, ainda pelo agravamento das dificuldades no transporte marítimo. Por outro lado, no início daquele ano já se previa uma política de estabilização dos preços por parte dos EUA, como parte de um programa geral de controle inflacionário. Com efeito, em fins de 1941, poucos dias após a entrada oficial dos EUA na Segunda Guerra, a Secretaria da Administração de Preços daquele País estabeleceu como preço-teto a cotação de 13 3/8 centavos por libra - peso para o café tipo Santos 4.

Entre janeiro de 1942 e junho de 1946 esse preço -teto permaneceu praticamente fixo, enquanto que os custos de produção aumentavam rapidamente. Embora o argumento invocado para o congelamento dos preços do café pelos EUA fosse que um aumento dos mesmos iria provocar uma elevação do custo de vida, não deixou de haver - durante o período, aumentos significativos nos preços de outros produtos agrícolas comercializados naquele país. É necessário assinalar, porém, que o baixo preço do café durante a Segunda Guerra Mundial foi um fator que contribuiu poderosamente para o hábito de consumo do produto pela população daquele País, que continua sendo de longe o maior mercado consumidor de café do mundo.

Apesar do AIC não ter sido favorável ao Brasil devido ao congelamento dos preços, sua importância foi inegável - tanto em relação aos próprios preços como no que se refere à garantia de um mercado estável e crescente. Os preços do café, embora baixos, provavelmente o teriam sido ainda mais na ausência do Acordo. Isto é importante, considerando-se que nessa época o café ainda era a principal fonte de divisas do País, embora sua participação no valor das exportações tivesse caído de 72,79% em 1933 para 34% em 1943.

Internamente, continuavam os debates em torno dos destinos da política cafeeira. O preço pago pela quota de equilíbrio caiu de Cr\$ 5,00 por saca na safra de 1936/37 para Cr\$ 2,00 nas safras seguintes. Os produtores lutavam como podiam contra esta quota, alegando que o preço pago por saca não cobria nem os custos da sacaria. Isso era agravado pelo fato dos produtores terem que arcar com as despesas de transporte.

Contudo, as adversidades climáticas de geadas e secas em 1942 e 1943, ao reduzir o volume das safras de modo significativo, colaboraram para que o DNC diminuísse a quota de sacrifício para 10% na safra de 1942/43 e a eliminasse definitivamente na safra seguinte. Por sua vez, a destruição física do café apresentou uma tendência declinante a partir de 1937 e o último ano em que houve necessidade de se queimar café foi 1944, quando foram incineradas 135 mil sacas do total de 78 milhões de sacas destruídas entre 1931 e 1945, o que equivalia a cinco safras normais. Ao lado das condições climáticas desfavoráveis e da destruição de café, que foram os principais responsáveis pelo equilíbrio estatístico obtido nos últimos anos da II Guerra Mundial, as pressões políticas por parte dos produtores também seriam importantes para lhes assegurar, através do Decreto-Lei nº 5 874, o direito de reaverem dos compradores governamentais a diferença de preços resultante do cômputo da quota de equilíbrio de 15% do café negociado na safra de 1943/44.

Depois da Guerra, com a queda do Estado Novo, a oposição dos cafeicultores à política do DNC e ao próprio órgão acabou determinando sua extinção através do Decreto-Lei nº 9 410. Nessa época, a situação do mercado cafeeiro era praticamente de equilíbrio entre oferta e demanda. No plano político, a abertura democrática fez vir à tona todas as pressões sociais amplamente reprimidas durante o Estado Novo ⁽³⁴⁾, inclusive as da burguesia cafeeira.

Com a extinção do DNC, que por longos anos fora reivindicada pela cafeicultura, a execução da política cafeeira ficou a cargo da Divisão de Economia Cafeeira, criada no Ministério da Fazenda pelo Decreto-Lei nº 9 784, de 06/06/1946. O "liberalismo Econômico" vigente logo após a queda de Getúlio Vargas, ficaria claro em relação à política cafeeira no artigo 1º do referido Decreto-Lei. Este artigo limitava o seu campo de ação quase exclusivamente à regulamentação e fiscalização do comércio do café. E, a única referência que poderia ser considerada como sendo-

uma diretriz para a política a ser exercida em relação ao setor cafeeiro se encontra na letra "f" do mesmo artigo já citado, a qual - incumbe a Divisão de Economia Cafeeira de exercer uma política de defesa externa dos preços e de incremento das exportações do produto. Além disso, esse decreto determinava que a política externa do café seria executada pelo Ministério das Relações Exteriores (artigo 29) e os regulamentos e resoluções à direção e à superintendência da política econômica do café seriam expedidas pelo Ministério da Fazenda, as quais seriam as pedras de toque para qualquer alteração nos rumos da cafeicultura.

Entretanto, é necessário salientar que, por um lado os instrumentos da política econômica liberal foram utilizados pelo Poder Público de forma a favorecer predominantemente o crescimento industrial e, por outro lado, a criação da Divisão da Economia Cafeeira, sem qualquer participação dos interesses ligados à cafeicultura reduziu muito a influência de tais interesses na condução da referida política. Por causa disso, as associações de classe rurais como a Sociedade Rural Brasileira, a Associação dos Cafeicultores Paranaenses, a Sociedade Rural do Paraná, a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo acabaram assumindo as reivindicações da cafeicultura.

Mas, os interesses da cafeicultura não foram totalmente deixados de lado. Isto porque havia uma interrelação bastante profunda entre o setor cafeeiro e o processo de industrialização, no sentido de que este último até pelo menos meados da década de 1950 dependia fundamentalmente das divisas geradas pelas exportações de café. Em consequência, a política econômica procuraria obter os maiores preços possíveis para o café no mercado internacional - aliás uma das atribuições da Divisão de Economia do Café - com o objetivo de elevar as receitas de divisas do País. Tal esforço, em princípio, era bastante favorável aos interesses da cafeicultura, na medida em que, contribuía para elevar a rentabilidade do subsetor.

Na realidade, as condições do mercado internacional do café, com a regularização do comércio internacional no imediato pós-guerra eram bastante favoráveis à recuperação da economia cafeeira. Esta seria marcada com a liberalização do preço-teto estabelecido pelos EUA, que vigorou durante a II Guerra Mundial, em julho de 1946, após várias discussões entre aquele país e os países produtores. Assim, a partir de meados de 1947, os preços internacionais do café iniciaram uma marcha ascendente, que representou o final de uma longa fase depressiva para o setor. (35) Como o consumo estava -

crescendo mais que a produção, apenas a existência dos estoques acumulados durante a Guerra agia como elemento moderador no ritmo da elevação dos preços. Ou seja, a diferença entre o consumo mundial e a produção mundial era atendida pelos estoques existentes.

Contudo, entre 1947 e 1949, alguns fatores passaram a influenciar no sentido de uma aceleração da alta dos preços do café, tanto do lado da oferta como do lado da demanda. Nesses anos, a ocorrência de condições climáticas desfavoráveis como: inundações na Colômbia e Guatemala e geadas e secas no Brasil, determinaram uma redução significativa no volume de café produzido. Do lado da demanda, coincidentemente com a queda da produção mundial, iniciava-se a recuperação econômica dos principais países consumidores de café europeus. Essa recuperação se refletia na elevação dos níveis de renda per capita, que, por sua vez, fazia crescer a demanda de café.

À medida que os estoques iam diminuindo, a desproporção entre oferta e demanda no mercado mundial se tornava mais visível e pressionava cada vez mais a elevação dos preços internacionais do produto. Como consequência dessa desproporção, ao lado de outros fatores citados mais adiante, o segundo semestre de 1949 foi marcado por uma violenta elevação dos preços internacionais. Enquanto a cotação do café Santos tipo 4 era de 27,75 cents/libra-peso na primeira quinzena de 1949, em meados de novembro do mesmo ano ela alcançava nada menos que 44,00 cents/libra-peso (Costa, 1962, p. 582).

Esse violento aumento de preços do café no mercado internacional foi também devido a alguns fatores conjunturais durante o primeiro semestre. Esses fatores impediram o desenvolvimento normal das compras de café e tiveram o efeito de acelerar a elevação dos preços no segundo semestre. Entre eles, pode-se destacar os seguintes:

a) No início daquele ano, a queda de preços dos produtos agrícolas nos EUA foi interpretada como primeiro sinal de uma nova crise econômica. Assim, houve redução nas compras de café, dado que um dos primeiros efeitos esperados da crise era a queda da renda per capita dos consumidores e a consequente redução na demanda do produto.

b) Havia, além disso, no início de 1949, uma incerteza em relação ao volume dos estoques remanescentes do DNC, cuja venda havia sido anunciada em fevereiro. Enquanto não se teve conhecimento real desse volume, que era mais baixo do que se esperava, não

houve uma concorrência que pudesse provocar grandes aumentos nos preços entre os países compradores.

c) Por outro lado, esperava-se na ocasião uma grande safra em 1949/50 e a desvalorização do cruzeiro. A expectativa de uma grande safra poderia amenizar o problema do desequilíbrio entre oferta e demanda, enquanto que a desvalorização cambial pelo Brasil permitiria que as compras de café dos países consumidores pudessem ser realizadas através de um menor dispêndio de dólares.

Assim, quando o Governo anunciou que a taxa de câmbio não seria desvalorizada, ao mesmo tempo em que se passou a ter conhecimento de que a safra de 1949/50 seria reduzida por causa das geadas ocorridas no Brasil, de que os estoques remanescentes do DNC eram de pequena monta e de que a queda de preços dos produtos agrícolas nos EUA não era sintoma de uma crise Econômica, os preços do café começaram a disparar.

A reação dos Estados Unidos frente a elevação dos preços do café foi violenta e, em novembro de 1949 a Comissão de Agricultura e Assuntos Florestais do Senado dos EUA iniciou uma investigação a respeito da "súbita e artificial" alta dos preços do café, considerada lesiva ao público consumidor norte-americano. Essa investigação deu origem a um inquérito coordenado pelo Senador Guy Gillette. Neste inquérito tentou-se comprovar que a origem da elevação dos preços do café estava na especulação orientada pelos países produtores e completada por uma conjugação de interesses de certos homens de negócios, e não na desproporção entre oferta e demanda. Posteriormente, o relatório foi revisto, tendo em vista os protestos dos países produtores, que consideraram como uma ameaça de guerra econômica. (36)

Paralelamente à alta dos preços do café no mercado internacional, a política econômica adotada no pós-guerra, resultou no rápido dispêndio das reservas cambiais acumuladas durante a II Guerra Mundial. Em decorrência disso, o desequilíbrio no balanço de pagamento voltou a se fazer presente já em 1947, ensejando pressões no sentido da desvalorização cambial. (37)

Em vez desta, a política cambial adotada entre 1947 e 1953, pautou-se pelas seguintes características: a) adoção da taxa de paridade declarada ao Fundo Monetário Internacional de Cr\$ 18,50 por dólar para todas as transações com o Exterior; b) suspensão desta taxa durante o período, apesar da elevação interna dos preços da ordem de 15% a.a.; e c) estabelecimento, através de um regime de licença prévia, de um rígido controle das importações.

Por estas características, é fácil perceber como o grande beneficiário desta política foi o setor industrial. Isto - porque, por um lado, pelo regime de licença prévia foram proibidas as importações de produtos similares àqueles produzidos internamente, o que proporcionava reserva de mercado para a indústria nacional. E, por outro, a manutenção da taxa de câmbio sobrevalorizada - sob regime de monopólio estatal do câmbio permitia que as matérias-primas e equipamentos para a indústria fossem adquiridos no exterior a preços relativamente baixos, o que reduzia os custos industriais internos.

Nestas circunstâncias, a burguesia cafeeira entregava as divisas obtidas com a exportação de café ao preço de Cr\$ 18,50- por dólar recebido, que valia cada vez menos por causa da inflação interna. Aqueles importadores, por sua vez, que obtinham licenças de importação adquiriam estas divisas pelo mesmo preço (Cr\$ 18,50) para comprar, entre outras coisas, bens de produção e matérias-primas para a indústria. Isto significava que estes últimos pagavam - cada vez menos, em termos relativos, por dólar de mercadoria importada devido ao processo inflacionário interno. Desse modo, havia uma transferência de renda da cafeicultura para o setor industrial, via "confisco Cambial". (38)

Em outras palavras, a melhoria nas relações de troca - do País neste período não foi totalmente absorvida pelo setor cafeeiro. Por outro lado, paralelamente ao fato do valor de - Cr\$ 18,50 por dólar obtido pela exportação de café ser desvalorizado pela inflação interna, houve uma elevação acentuada em dólares - por saca do produto exportado. E, esta elevação mais que compensou a manutenção da taxa de câmbio fixa. Ou seja, a rentabilidade da cafeicultura, em termos absolutos se elevou crescentemente entre 1945 e 1954. Isto pode ser notado pela elevação dos preços recebidos pelos produtores, em termos reais, que foi de três vezes e meia durante este período. (Delfim Netto, 1967, p. 31)

1.3. O Instituto Brasileiro do Café e a Criação do GERCA (1952 - 1961)

A criação do IBC marcou o início de uma terceira- etapa no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira . Essa intervenção voltou a manifestar-se através de um órgão específico, dotado de poderes e recursos para a formulação e execução da política cafeeira. Uma das consequências dessa nova etapa foi a

implantação de um esquema de planejamento da produção cafeeira a partir de 1961, quando se deu a criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Essa implantação decorreu em termos imediatos da crise de superprodução de café no final dos anos cinquenta, a qual impunha, de acordo com a situação da economia, a necessidade de se reduzir a capacidade produtiva do café.

Desde a criação do IBC, haviam sido formuladas propostas no sentido de se estabelecer uma política de plantio, cujo objetivo seria minimizar as flutuações conjunturais da economia cafeeira, agravadas pelo caráter perene e pelo longo ciclo de maturação da cultura de café. Na medida em que, o estabelecimento de uma política de plantio constituía um requisito para o desencadeamento de um processo de planejamento, pode-se dizer que foi nesta fase que se criaram as condições para sua introdução no setor cafeeiro. Dessa forma, a criação do GERCA em 1961 representou o início de um novo modo de intervenção do Estado na economia cafeeira. A seguir procura-se mostrar alguns dos determinantes dessa terceira etapa da pré-história do planejamento da economia cafeeira do Brasil.

Apesar da política cambial do imediato após-guerra ter se orientado de certa forma no sentido de manter em ascensão as cotações internacionais do café e de propiciar uma elevação real da rentabilidade da cafeicultura, não obstante o "confisco cambial", a partir de 1948 começaram a crescer as reivindicações da burguesia cafeeira a favor da criação de um órgão estatal destinado a defender os interesses da produção, distribuição e consumo do café no País e no Exterior. Entre os motivos que geraram estas reivindicações, cabe mencionar de um lado o fato do setor cafeeiro estar subordinado, na época, a uma política cambial centralmente decidida, a qual constituía um dos principais determinantes da rentabilidade do setor e, do outro, o fato de que parte significativa dos ganhos advindos da elevação dos preços do café no mercado internacional ficassem nas mãos do comércio exportador. (39)

A fim de se ter uma idéia melhor de alguns fatores que geraram a criação do IBC, são apresentados a seguir as principais reivindicações do setor cafeeiro a partir de 1948. Estas, de modo geral, eram as seguintes: a) o estabelecimento de um preço mínimo ao produtor, através do seu financiamento com cláusula de retrovenda (40); b) a melhoria dos sistemas de assistência financeira com a finalidade de se poder introduzir novos métodos culturais para baixar os custos de produção; c) uma nova orientação na expansão do plantio (41); d) a melhoria da distribuição do café, com o

objetivo de diminuir a especulação no comércio deste produto.

Tendo em vista que foram estas as principais reivindicações da cafeicultura, que serviram de base entre 1948 e 1952 para a criação de um órgão que supervisionasse a orientação e defesa do café, já no primeiro ano desse período havia duas posições a respeito. A primeira, da FARESP, propunha que este órgão fosse integrado por lavradores eleitos pela classe, cuja representação deveria ser proporcional ao número de cafeeiros existentes nos vários Estados produtores. A segunda, da Sociedade Rural do Paraná, propunha a seguinte composição para o órgão a ser criado: presidente a ser escolhido pelos representantes dos cafeicultores, representante do Ministério da Agricultura, representante do Ministério da Fazenda, representante de cada Estado cafeeiro, cuja indicação deveria ser realizada por todas as associações ou sociedades de classe, e um delegado do comércio de cada Estado cafeeiro.

Apesar da existência destas propostas, apenas em 1951 foi entregue ao Ministro da Fazenda - Horácio Lafer - o anteprojeto da criação do Instituto Nacional do Café, que deveria ser uma entidade autônoma, com patrimônio próprio destinado à defesa dos interesses gerais da produção, distribuição e consumo de café no País e Exterior. As diretrizes básicas deste Instituto seriam: (1) aperfeiçoamento dos métodos culturais do café no sentido de aumentar a produção por árvore; (2) aperfeiçoamento das qualidades do café; radicação do cafeeiro nas zonas ecológicas e economicamente mais favoráveis à produção e à qualidade do café; (3) defesa de um preço justo para o produtor; (4) incremento do consumo nos mercados internos e externos; (5) aperfeiçoamento do comércio e dos meios de distribuição, inclusive transportes. (42)

Entre a apresentação do ante-projeto e a aprovação da lei pelo Congresso, criando o órgão que deveria estabelecer as diretrizes da política cafeeira, houve várias propostas de mudanças no documento original, cabendo citar três entre elas.

A primeira, proposta em 1951 por uma mesa redonda sobre café, tinha como principal objetivo aumentar o número de participantes da Junta Administrativa e também os poderes desta no que se refere ao estabelecimento dos níveis de remuneração da Diretoria e da Junta Administrativa e quanto à disponibilidade dos bens do INC. (43) A segunda fazia parte de uma declaração do então presidente da FARESP e dizia respeito às diretrizes que deveriam ser seguidas pelo novo órgão: "O órgão defendido pela FARESP - dizia a declaração - deveria atuar tanto junto dos mercados consumidores para a sua recupera

ção, como abranger o sistema de produção, interessando-se inclusive pela política de plantio. Penso ser de absoluta conveniência, enquanto não sairmos da situação de supridores de falta de consumo mundial, sem garantia, portanto, de poder vender tudo o que produzimos estabelecemos disciplinamento das novas plantações. Aliás, a ausência de disciplinamento das plantações até hoje feitas em nosso país tem sido causa de sérios inconvenientes, não somente quanto à possibilidade de absorção da produção pelo consumo, como para a parte agrícola do produto, do ponto de vista técnico. Nas zonas velhas, a recuperação deve processar-se dentro de todos os requisitos da lavoura intensiva adotando-se todas as práticas modernas da agricultura". (44)

Finalmente, em meados de 1952, houve uma terceira proposta, do senador capixaba Atílio Vivaçoqua, abarcando três itens: mudança do nome do Instituto do Café para Instituto Brasileiro do Café; inclusão entre as finalidades do IBC da fixação de quotas de liberação por portos em caso de necessidade (algo, por sinal, que foi amplamente combatido pelos representantes do comércio exportador); e instituição de um Fundo da Economia Cafeeira destinado à assistência econômica da lavoura do café e à defesa permanente do produto. Este fundo, seria constituído dos seguintes recursos: saldo apurado na extinção do DNC, dotações a serem fixadas anualmente no orçamento geral da União, com base mínima de 5% do valor das exportações de café no exercício anterior, e outros recursos previstos em lei. (45)

A 22/12/1952 foi sancionada pelo presidente da República a Lei nº 1 779⁽⁴⁶⁾ criando o IBC, sob cuja responsabilidade ficou a partir daí a elaboração e execução da política econômica do café brasileiro no País e no Exterior. A estrutura deste órgão pouco diferia das propostas feitas pela burguesia cafeeira, tendo permanecido sob competência do Ministério da Fazenda o estabelecimento da remuneração da Diretoria e da Junta Administrativa. Ao mesmo tempo não chegou a ser criado o Fundo da Economia Cafeeira proposto.

De acordo com a lei que criou o IBC, à Junta Administrativa - órgão supremo de direção - caberia estabelecer diretrizes da política econômica do café, inclusive a determinação do orçamento anual do IBC e sua destinação (artigo 10º). A composição desse órgão evidenciava um predomínio dos fazendeiros de café do Estado de São Paulo. Isto porque, segundo o artigo 5º, os Estados com produção exportável acima da 200 000 sacas tinham na Junta -

Administrativa um representante para cada milhão de sacas exportáveis ou fração superior a 500 000 até o máximo de dez representantes por Estado. No início da década de 1950 os maiores produtores eram os Estados de São Paulo e Paraná. Neste segundo Estado, como já foi visto, a expansão cafeeira deveu-se em grande parte a cafeicultores paulistas. Além disso, os representantes do comércio de café na Junta Administrativa eram apenas cinco, sendo um de cada uma das praças de Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá e Vitória e, um outro do conjunto das demais praças, sendo que não tinham acesso a postos na Diretoria as pessoas diretamente interessadas no comércio de café (artigo 129).

Estes aspectos da estrutura do IBC correspondiam plenamente às reivindicações da burguesia cafeeira, e mais especificamente aos de sua fração agrária, cuja principal preocupação parece ter sido a defesa da taxa de lucro a longo prazo, revelada pela sua constante preocupação com a expansão desenfreada dos cafezais. No fundo, ao tentar limitar esta expansão, pretendia-se amenizar o caráter cíclico da produção e garantir a estabilidade da taxa de lucro. Para os fazendeiros de café, os comerciantes do produto estavam apenas preocupados em obter a curto prazo o máximo lucro possível dentro das condições do mercado internacional. Isto, segundo os fazendeiros, só servia para intensificar a especulação altista dos preços, favorecendo a expansão desenfreada das plantações, e provocando, num momento posterior, crises de superprodução e queda dos preços, que deprimiam a taxa de lucro.

As reivindicações da burguesia cafeeira constituíam apenas o sintoma aparente da necessidade da criação de um órgão de âmbito nacional para estabelecer as linhas básicas da política econômica do café. Ao lado disso, não se pode deixar de considerar a fundamental importância do setor cafeeiro na economia brasileira, e a necessidade daí decorrente de uma política específica para o produto a fim de possibilitar a maximização das receitas de divisas provenientes de suas exportações. Neste sentido, é importante lembrar que, apesar das condições favoráveis ao crescimento industrial após 1947, acentuadas pela política cambial adotada entre aquele ano e 1953, o mesmo dependia basicamente do desempenho do setor externo no que se refere à geração de divisas para a compra de equipamentos e matérias-primas. A dependência em questão podia ser evidenciada, entre outros sob dois aspectos, no período de 1947 a 1956.

O primeiro advém do fato de inexistir, antes do Plano

de Metas, um setor produtor de bens de produção compatível com as necessidades internas da acumulação de capital. Isto significava - que o crescimento industrial, mesmo substituindo mercadorias antes importadas, não proporcionava uma diminuição nas necessidades de importação. Antes pelo contrário, a nova produção industrial dependia muitas vezes da importação de insumos para o seu funcionamento-corrente. Desse modo, o prosseguimento da industrialização baseada-na substituição de importações, ao mesmo tempo que eliminava a necessidade de importação de alguns produtos tornava fundamental a importação de outros, tornando crescentes as necessidades de divisas-para a continuidade do crescimento industrial. As limitações do setor produtor de bens de produção podiam ser observadas até em relação à própria cafeicultura, boa parte de cujos insumos modernos continuava sendo importada. Por isso, uma das reivindicações da burguesia cafeeira referia-se justamente à pouca disponibilidade de divisas para importação de tratores e outros implementos agrícolas sob o regime então vigente de prévio licenciamento das importações.

Em segundo lugar, o movimento internacional de capitais, por meio do qual poderiam ser supridas essas necessidades de divisas, ainda era bastante restrito na época. Ele se limitava no pós guerra à exportação de capitais norte-americanos para as principais economias européias com o fim de reconstruí-las.

A obtenção de divisas era fundamental para que o crescimento industrial do País pudesse prosseguir. Dada a elevada participação do café no total das exportações brasileiras, esse crescimento tornava-se progressivamente mais dependente da evolução da economia cafeeira. Para ter-se uma idéia dessa dependência basta assinalar que, em 1946, nada menos que 46% do total do valor das exportações brasileiras eram devidas ao café; em 1952, esta participação - chegou a ser de 74%.

Esse aumento da importância do café na pauta das exportações podia ser atribuído em grande parte à política cambial adotada entre 1947 e 1953. Essa política, ao manter fixa a taxa de câmbio não obstante a inflação, por um lado favoreceu o aumento das importações essenciais para o prosseguimento da industrialização, e pelo outro, acentuou a dependência entre a receita de divisas do País e o valor das suas exportações de café. Ao desestimular o aumento das exportações, a política cambial teve como consequência a progressiva exclusão da pauta de todos os produtos dotados de menor competitividade no mercado internacional, praticamente deixando a cargo das exportações de café a responsabilidade da obtenção de

divisas. Portanto, embora a economia cafeeira não fosse mais o centro do processo de acumulação de capital, ela passou no período a assumir de novo uma crescente importância como elemento estratégico para o financiamento do desenvolvimento econômico.

Foi principalmente devido a isso que se havia tornado premente a necessidade da criação de um órgão governamental voltado para a formulação e a execução da política cafeeira. Esta necessidade se intensificou nos primeiros anos da década de 1950, com o agravamento do desequilíbrio da balança de pagamentos provocado pelas perspectivas de alastramento da Guerra da Coréia.

No ano seguinte, em consequência do esforço bélico dos EUA e do fato de que a elevação dos preços do café poder pressionar para cima o seu custo de vida, aquele País estabeleceu um preço-teto para o café importado. Esse preço, no entanto, era, em termos reais, o dobro do vigente em 1945, já que na sua fixação foram consideradas as cotações da época, as quais correspondiam ao período de maior alta de preços do produto até então (Delfim Netto, 1967, p. 27). Em contrapartida, uma vez que em 1951 se esperava uma safra superior às possibilidades de exportação e, em consequência, os preços de mercado estavam abaixo do preço-teto fixado pelos EUA, o Governo brasileiro estabeleceu a partir de junho daquele ano um sistema de preços mínimos para o registro do café exportado e, no caso de haver pressão para baixa dos preços, comprometia-se a comprar e estocar tanto café quanto fosse necessário para manter o nível de preços. Entretanto, as secas ocorridas no terceiro trimestre de 1951 ao diminuírem o volume das safras, acabaram promovendo uma elevação dos preços do café até o preço-teto estabelecido.

Em 1952, os inconvenientes da ausência de uma política voltada especificamente para a economia cafeeira se refletiam no fato de ter aumentado a especulação em torno do café brasileiro no mercado internacional, a ponto de poder prejudicar tanto os preços pagos aos cafeicultores como o nível da receita em dólares indispensável à vida econômica do País. Assim, o passo decisivo para desencadear a criação do IBC seria o êxito da intervenção do Governo brasileiro quando anunciou sua decisão de intervir no mercado, através da aquisição de café para manter os preços no nível de registro, com o que a especulação diminuiu de modo significativo.

Por meio das considerações que acabam de ser apresentadas, pode-se perceber como a própria dinâmica do crescimento econômico no pós-guerra gerou a necessidade da criação de um órgão voltado para a formulação e execução das diretrizes da política -

cafeeira. Por outro lado, dificilmente este órgão assumiria na sua estrutura institucional um caráter de representação dos interesses da burguesia cafeeira, se esta não tivesse poder de pressão para que suas reivindicações fossem ouvidas, a despeito do fato de não-estar mais dominando o aparelho de Estado. Isto não impediu, entre tanto, que fosse bastante relativa a autonomia do IBC na determinação da política cafeeira.

A este respeito cabe assinalar que, embora o órgão tivesse sido estruturado de acordo com a proposta apresentada pela burguesia cafeeira, o seu campo de ação estava subordinado às decisões tomadas em outros escalões. Por exemplo, teoricamente cabia à Junta Administrativa elaborar o orçamento necessário à execução da política cafeeira, mas, na prática era o Ministério da Fazenda que decidia qual o seu montante, pois, a ele competia controlar o orçamento de todo o Governo, inclusive o do IBC. Também no campo da política cambial e da política creditícia, o IBC estava subordinado às decisões da SUMOC e do Banco do Brasil (Bacha, 1976 a, p. - 160, 161). Desse modo, a Junta Administrativa não passava de um forum de debates, no qual os cafeicultores podiam exercer pressão contra o confisco cambial, a favor de melhores preços mínimos de registro, pela transferência do estabelecimento dos preços mínimos do café, que era subordinado à Comissão de Financiamento da Produção, para o IBC e por melhores condições de financiamento. Entretanto, qualquer decisão que se tomasse em relação a um destes pontos teria que ser submetida à orientação da política econômica global.

Uma evidência dessa situação pode ser percebida em relação ao problema da desvalorização cambial, há muito reivindicada pela burguesia cafeeira apesar da elevação dos preços internacionais do café, e que só foi realizada em parte em outubro de 1953, através da Reforma Cambial estabelecida pela Instrução 70 da SUMOC.⁽⁴⁷⁾ A adoção dessa medida não se deveu à conjuntura cafeeira mas a alguns aspectos mais gerais da situação vigente na economia brasileira, entre eles, os desequilíbrios do balanço de pagamentos e a necessidade de novas fontes de financiamento para que o Poder Público pudesse realizar seus investimentos em capital social básico.⁽⁴⁸⁾

A Reforma Cambial estabelecida pela Instrução 70 da SUMOC, estabelecia cinco categorias de importação com taxas diferenciadas em função de leilão das divisas obtidas e, manteve relativamente estáveis as taxas de Câmbio para os produtos exportados.

Além disso, a partir da diferença entre as taxas de câmbio de exportação e importação, criou-se o Fundo dos Ágios, cujo produto era destinado a diversos fins, inclusive o custeio do IBC. Para as exportações pagavam-se bonificações - um valor em cruzeiros por dólar de mercadoria exportada - diferenciadas de acordo com o produto.

Desse modo, o setor público passou a participar financeiramente dos fluxos do comércio internacional, o que ampliava os fundos disponíveis para a realização dos investimentos mais essenciais ao desenvolvimento industrial. E, no que se refere ao setor cafeeiro, as desvalorizações cambiais eram menores do que para outros produtos e pagavam-se menores bonificações cambiais. Em consequência, as declarações a favor da Reforma Cambial feitas por cafeicultores⁽⁴⁹⁾ transformaram-se no ano seguinte na proposta de transferência do Fundo dos Ágios para o IBC, com a finalidade de proporcionar maior autonomia financeira na determinação e execução da política cafeeira, o que obviamente não foi realizado.⁽⁵⁰⁾

Ao contrário do que se esperava, a queda da paridade, que mantinha fixa a taxa de câmbio desde 1946, não acarretou redução nos preços internacionais do café. Estes continuaram a subir nos últimos meses de 1953 e primeiros de 1954, quando atingiram os níveis mais altos de todo o ciclo ascendente iniciado em 1947 e acelerado a partir de 1949. Entre os fatores que acarretaram a elevação dos preços do café entre fins de 1953 e início de 1954 estava a redução da oferta por condições meteorológicas desfavoráveis na América Central e África e as geadas no Brasil em meados de 1953. Como a política brasileira visava manter as cotações internacionais, a exploração dos efeitos das geadas foi feita de forma a contribuir para a elevação das mesmas, de uma média de 50 a 55 centavos de dólar por libra-peso do Santos tipo 4 em 1953 para um dólar em 1954, embora esse nível só se tivesse mantido momentaneamente.

Mas, a partir de junho de 1954 os preços do café começaram a cair, pois a atitude de revolta dos centros consumidores fez com que não só o consumo declinasse em termos absolutos mas também que os importadores nos EUA passassem a utilizar seus estoques e limitassem ao máximo suas importações. Além disso, dizia-se que a próxima safra não havia sido tão afetada e chegou a haver várias campanhas de boicote ao consumo de café nos EUA. Isso provocou uma mudança de hábitos de consumo daquele País, mudança que se refletiu na crescente elevação do consumo de café solúvel e no

aumento da participação do tipo Robusta nas importações norte-americanas de café. (51)

No âmbito interno, uma das principais consequências da evolução dos preços internacionais do café no período de 1949 a 1954, foi um grande incentivo ao aumento do plantio, ampliando a capacidade produtiva da cafeicultura muito acima do que o consumo permitiria. As taxas anuais de expansão do cultivo de café no Brasil - passaram de 2,5% em 1947-49 para 7,1% no período 1955-59, promovendo uma ampliação da produção média anual de 15,5 milhões de sacas - no período de 1950 a 1954 para 25 milhões de sacas no período de 1955-59.

A ampliação do plantio em decorrência do estímulo dos altos preços do café não ocorreu apenas no Brasil, sendo particularmente significativas as expansões da cafeicultura na África, e, em menor escala, na América Central. Como o café africano, que é predominantemente Robusta, é de preço mais baixo e na fase de elevações - ampliaram-se os diferenciais de preços, houve uma preferência dos consumidores pelo café africano em detrimento do café brasileiro. Uma das consequências do significativo aumento da participação do café africano no mercado mundial foi o estabelecimento de um sistema mais complexo de diferenciais de preços. Este foi um dos fatores determinantes do processo crescente de oligopolização do mercado cafeeiro mundial. Nesse processo, o Brasil teve uma perda relativa de participação no total mundial de café exportado. (52)

Por outro lado, a aceleração do processo de formação de um mercado cafeeiro oligopólico levou à realização de Acordos Interamericanos e depois Internacionais para o estabelecimento de quotas e preços numa tentativa de ordenação do mercado. Assim, manteve-se a participação relativa das diferentes espécies de café no mercado internacional, sem a necessidade de uma guerra de preços nas situações de superprodução.

Internamente, a ampliação de novas plantações decorrentes dos altos preços do café se realizou de forma diferenciada nos Estados de São Paulo e Paraná. Nesse último Estado a ampliação foi muito mais elevada entre 1950 e 1955, quando a produção do Paraná - se ampliou em 4 milhões de sacas, enquanto que em São Paulo esse aumento foi de apenas 2 milhões de sacas. Essa expansão cafeeira, se por um lado teve como consequência a transformação do Paraná em primeiro produtor nacional, pelo outro aumentou seus laços de dependência em relação ao Estado de São Paulo e comprometeu o seu possível esforço de industrialização. (53)

Quanto ao primeiro aspecto, é importante considerar que o nascimento da atividade cafeeira no Norte do Paraná havia resultado mais de uma expansão da economia cafeeira paulista do que um esforço produtivo autônomo desse Estado. Assim, até o início dos anos 60, a maior parte da exportação de café do Paraná era realizada através do porto de Santos, já que a região cafeeira do Paraná se mantinha até então isolada do resto do Estado devido à escassez e deficiência das vias de comunicação. Portanto, desde o início, uma boa parte da renda gerada pela cafeicultura paranaense era simplesmente transferida para São Paulo. Mas, mesmo depois de expandida a rede rodoviária do Estado e melhor aparelhado o porto de Paranaguá, a maioria das firmas exportadoras instaladas naquele porto eram simples filiais de empresas com sede em Santos.

Já o comprometimento da industrialização paranaense foi uma consequência tanto das condições históricas em que se realizou a formação da economia cafeeira no Brasil como do fato de que, ao mesmo tempo em que se realizou a grande expansão cafeeira no Paraná na década de 1950, São Paulo entrava num processo de industrialização bastante acelerado. Assim, o esforço não só de transferência da renda do Paraná por causa da predominância do capital comercial de São Paulo, como da transferência de renda que se processou do subsector cafeeiro para o setor industrial através de taxas de câmbio diferenciadas para exportação e importação prejudicaram, entre outros fatores, o desenvolvimento industrial do Paraná. Em certo sentido, o esforço da economia cafeeira paranaense subsidiava o parque industrial de São Paulo e as despesas do Governo Federal.

A grande expansão da capacidade produtiva do café no período 1955-59 induz a reafirmar que, a despeito de ter havido transferência de renda da economia cafeeira para o setor industrial, a mesma não representou um ônus insuportável para os cafeicultores. Estes até 1954 foram beneficiados por um significativo aumento da rentabilidade do cultivo. Portanto, se não houvesse a transferência de renda, via "confisco cambial", a elevação da lucratividade do cultivo de café teria sido muito maior e teria provocado uma taxa de expansão ainda mais elevada do que a realmente ocorrida. Esta, por sua vez, acabaria tendo como consequência o desencadeamento de uma crise de superprodução muito mais séria do que a delineada no final dos anos cinquenta.

Embora o primeiro sintoma do início da crise de superprodução fosse dado pela queda dos preços em junho de 1954, a crise só se agravou a partir de 1957. Isto porque a pequena safra colombiana de

1955/56 e a diminuição da safra brasileira de 1956/57 pelas geadas no Paraná estabilizaram os preços até aquele ano.⁽⁵⁴⁾ Concomitantemente ao início da crise de superprodução na economia cafeeira, a partir de 1957, iniciava-se a implantação do Plano de Metas. Este representou um esforço consciente da política econômica no sentido de promover no País uma industrialização verticalmente integrada.⁽⁵⁵⁾

Se por um lado a execução desse Plano proporcionou a implantação de uma indústria produtora de bens de produção, capaz de promover a acumulação de forma auto-sustentada, pelo outro não chegou a afetar substancialmente a evolução do setor agropecuário. E, naquele momento, inclusive em decorrência do próprio Plano, essa transformação era mais necessária do que anteriormente, a fim de ampliar a receita de divisas para financiar as importações necessárias à industrialização.

Como os preços do café começavam a declinar e havia poucas possibilidades de diversificação da pauta de exportação, optou-se pelo forte endividamento externo como fórmula para obtenção dos bens importados. Assim, apesar da situação do balanço de pagamentos ter se tornado ainda mais difícil depois de 1955, o nível das importações pôde continuar crescendo, embora a uma taxa menor, através de uma entrada substancial de capital estrangeiro no período. Por outro lado, é importante considerar que a entrada de capital estrangeiro no período do Plano de Metas decorreu de uma série de incentivos conscientemente concedidos a fim de tornar viável a industrialização programada. Em outras palavras, foi nessa época que se realizou a aliança entre o capital estrangeiro, o poder público e o grande capital nacional, cada qual assumindo diferentes funções. Em certo sentido, a entrada maciça de capital estrangeiro foi fruto das condições históricas específicas nas quais se realizou a industrialização do País e não apenas decorrente de uma situação conjuntural.

A causa imediata do declínio dos preços do café no mercado internacional foi a enorme safra de 1957/58. E isso foi agravado pelo fato de que as safras que a seguiram terem sido também de grande vulto, dando início a um novo ciclo de superprodução que iria persistir até meados da década de 1960. A primeira medida adotada para minimizar os efeitos da crise foi a tentativa de sustentação das cotações internacionais do café, através da compra de excedentes. Mas, em 1958 não havia mais esperança quanto à possibilidade de sustentar as cotações.

Isto se deu por vários motivos, sendo os seguintes os principais: 1) os estoques existentes até então eram bastante elevados e as cotações continuavam a cair; 2) a rede administrativa do IBC não conseguia adquirir os excedentes com a rapidez necessária, dado que as safras eram crescentes; 3) a colheita de 1959/60 atingiu o elevado montante de 44 milhões de sacas, superior às exportações mundiais de um ano de consumo normal; 4) a compra de todo excedente teria como consequência um imenso déficit orçamentário não só pelas safras excepcionalmente grandes, como também pelo fato de que o preço de compra resultava de um processo de barganha entre o Governo e os cafeicultores. E, como grande parte da compra de excedentes era financiada por novas emissões de papel moeda, a continuidade desta agravaria ainda mais o processo inflacionário já existente. (56)

Uma vez que a crise de superprodução de café no final da década de 1950 não poderia ser solucionada pelas medidas de curto prazo e, dado que os principais problemas, que se apresentavam à cafeicultura eram uma excessiva capacidade produtiva e a necessidade de colocar os excedentes de café no mercado, devido a seu alto custo de compra e de estocagem, o IBC passou a adotar como linha geral a tentativa de estabelecer as diretrizes para uma política cafeeira a longo prazo. Com esta finalidade foram convidadas em 1957 a colaborar para a determinação destas diretrizes as seguintes entidades: Confederação Rural Brasileira, Federação das Associações Rurais dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, Sociedade Rural Brasileira, Associação Paulista e Associação Paranaense de Cafeicultores, entidades comerciais dos principais portos de exportação como Associação Comercial de Santos e Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro e de Paranaguá, assim como órgãos governamentais com afinidades no problema como Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Economia, Superintendência da Moeda e do Crédito, Fiscalização Bancária e Ministério das Relações Exteriores. (57) Entre as propostas apresentadas, cabe ressaltar as linhas gerais das que foram elaboradas pela Sociedade Rural Brasileira e pelo Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro.

A primeira abordava os seguintes aspectos: produção, consumo, distribuição, sendo que a maior preocupação estava relacionada com a elaboração de uma política de produção. Quanto a esta, os principais objetivos a serem atendidos a longo prazo eram: fixação da cultura cafeeira em regiões não-sujeitas ao constante perigo das geadas e dos ventos frios; preferência pelas áreas de

produção de café de boa qualidade; e, criação de um sistema de de-
sestímulo à incorporação de novas áreas cultivadas. A fim de se
atingir estes objetivos propunha-se organizar um mecanismo de cré-
dito e de financiamento que incentivasse a fixação da capacidade -
produtiva nas regiões efetivamente apropriadas para a exploração -
do café. Ao lado disso, os órgãos oficiais de crédito deveriam -
criar restrições à concessão de financiamentos a culturas que não
obedecessem a um planejamento agrônômico e se situassem em superfí-
cies sujeitas às quedas bruscas e sensíveis de temperatura.

Com relação à política de distribuição, propunha-se, em
termos internos a regulamentação dos embarques, a defesa ao produ-
tor pela fixação de um preço mínimo e um amplo sistema de financia-
mento, e no âmbito internacional, a realização de um acordo entre
os países produtores. A escolha dessas diretrizes para a política-
de distribuição baseava-se, em primeiro lugar, no fato de que a
total liberdade comercial para o café conduziria necessariamente -
para uma situação de superprodução e uma súbita baixa dos preços,
afetando sensivelmente a receita de divisas do País e da cafeicul-
tura. E, em segundo lugar, porque o Brasil ao participar com 50%
das exportações mundiais do café, eliminava qualquer possibilidade
de sucesso a execução de uma política de restrição unilateral da
oferta, como já havia sido realizada anteriormente. Além disso,
propunha-se também a execução de um ativo programa de promoção de
vendas para ampliar os mercados consumidores, via aumento da publi-
cidade, criação de incentivos à industrialização do café e melho-
ria da câmbio-café.

No que se refere à proposta do Centro do Comércio Ca-
feeiro do Rio de Janeiro, cabe ressaltar: a criação de um fundo pa-
ra coletar recursos a fim de se poder executar a política cafeeira,
e a delimitação do cultivo de café às áreas mais favoráveis em ter-
mos ecológicos e agrônômicos. Os recursos para o Fundo Café deve-
riam provir de três fontes: dotação tirada dos ágios cambiais,
transferência dos estoques pertencentes ao Governo, através do IBC
e da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), e diferença en-
tre a taxa oficial do dólar-café e a taxa de câmbio livre sobre os
dólares pagos na pauta mínima. Isto representaria uma mudança na
forma de pagamento das divisas obtidas pelo café exportado, o qual
deveria ser feito em duas parcelas: a) uma a ser estabelecida na
base do preço do porto de mercadoria mais barata e b) outra refe-
rente aos dólares restantes, à base da taxa que fosse vigente para
o câmbio livre.

Na versão consolidada desta e outras propostas apresentadas à Junta Administrativa do IBC em 1957 - ou seja, no Plano de Política Cafeeira a Longo Prazo - as principais proposições se dirigiam no sentido de se estabelecer interna e externamente, uma agressiva política de vendas, de promover acordos internacionais do produto, facilitar a instalação de indústrias de café solúvel, e melhorar a assistência técnica e financeira ao setor. (58) No que se refere aos Acordos Internacionais, no mesmo ano da elaboração do Plano de Política Cafeeira a Longo Prazo foi realizado o Acordo do México. Desse acordo participaram sete países latino-americanos e seu objetivo era o de elaborar um sistema estabilizador do mercado-cafeeiro. Para isso, foi estabelecida uma retenção de parte da produção exportável de cada País. Nesse Acordo, o Brasil comprometeu-se a reter 20%, e os demais signatários comprometeram-se a reter 10% de suas produções exportáveis.

Em 1958, o Convênio Latino-Americano ampliou a quota de retenção do Brasil para 40%, da Colômbia para 15%, permanecendo as dos demais países em 10%. A consequência imediata desse convênio foi a redução das exportações de café do Brasil a um nível bastante baixo, sendo que naquele ano as exportações brasileiras do produto se situaram num nível apenas superior ao de 1943, em plena Segunda-Guerra Mundial. A queda no valor das exportações foi compensado internamente por um reajuste nos preços pagos aos exportadores, mediante a majoração das bonificações cambiais.

No ano seguinte, instituiu-se um Convênio Internacional do Café, do qual participavam 15 países produtores e mais a França e Portugal. A defesa dos preços era promovida através do estabelecimento de um sistema de quotas anuais de exportação fixadas trimestralmente. Embora tivesse sido assinado pelo prazo de um ano, esse convênio foi renovado várias vezes, vigorando até fins de 1964. Nesse período o Brasil não preencheu a sua quota de exportação, agravando a queda da sua participação no mercado internacional do café.

Além de promover a formulação de acordos internacionais, o Plano de Política Cafeeira a Longo Prazo procurou incentivar a elevação do consumo interno de café, através da queda dos preços e de melhora da qualidade. Procurou também ampliar os mercados externos através de negócios bilaterais com países socialistas e fazer com que a Alemanha Ocidental e a Itália reduzissem suas tarifas aduaneiras incidentes sobre o café.

Quanto ao programa de assistência à cafeicultura, ao

lado da intensificação dos trabalhos de assistência técnica e financeira iniciou-se em 1959 a execução de um Plano de Renovação da Lavoura de Café, com recursos da Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura do IBC. O objetivo desse plano era diminuir a enorme capacidade produtiva do café, através da erradicação de cafeeiros velhos, substituindo-os à razão de um novo por três arrancados. Para a execução desse plano foi criada uma Comissão de Erradicação de Cafeais Deficitários, de cujos trabalhos resultaram na proposta da criação do GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.

As medidas adotadas por recomendação do Plano de Política Cafeeira a Longo Prazo revelaram-se insuficientes para a solução da crise de superprodução, especialmente a medida que esta seria a gravada sobremaneira pela crise econômica geral do início dos anos sessenta. Na verdade, este plano representaria apenas um conjunto de diretrizes, apesar de bem coordenadas, destinadas à execução da política cafeeira, de acordo com a situação econômica da cafeicultura. Mas, uma coisa era fixar estas diretrizes de forma coerente e coordenada com base na realidade, e outra era propor metas, medidas e instrumentos mais específicos de como atingi-los e os recursos necessários para a execução de tais medidas.

Com relação a estes aspectos cabe ressaltar, em primeiro lugar, que os recursos destinados às compras de café iam muito além das disponibilidades do IBC. E, em segundo lugar, que apenas a partir de 1961 o IBC foi aparelhado institucional e financeiramente para poder executar a política cafeeira com um pouco mais de autonomia. Com efeito, a partir daquele ano, o IBC passou a ter maior influência no estabelecimento dos preços mínimos de registro de vendas, dos preços de garantia, das quotas de contribuição, etc. ⁽⁵⁹⁾ Desse modo foi criada a 13/06/1961, pela Instrução nº 204 da SUMOC, a chamada conta-café, fundo integrado pelas receitas e despesas provenientes da cafeicultura. Com base nesta conta passaram a ser fixados daí em diante, os esquemas de safra e os recursos necessários ao planejamento da cafeicultura. É claro que essa maior autonomia do IBC na condução da política cafeeira era apenas relativa já que, as decisões fundamentais destas continuavam a fluir da SUMOC (e posteriormente do Conselho Monetário Nacional).

Não obstante as limitações do Plano de Política Cafeeira a Longo Prazo - tanto no que se refere às suas próprias características, como em relação a uma certa inadequação institucional e financeira para sua execução - é importante realçar duas de suas

características fundamentais. Em primeiro lugar, o fato de que em suas propostas já se apresentava a necessidade de se estabelecer um planejamento para a cafeicultura. O que provavelmente estava por trás disso era a idéia de que somente através dele se poderia garantir a rentabilidade do setor a longo prazo. Para tanto seria essencial promover transformações na órbita produtiva, quer mediante a introdução de novas técnicas que permitissem a melhoria da produtividade e da qualidade do café, quer pelo estabelecimento das plantações em áreas ecologicamente mais adequadas. Em segundo lugar, notava-se no referido plano uma preocupação de reduzir o parque cafeeiro, tido como principal causa da crise de superprodução. Com o agravamento da inflação e da crise política e econômica do início da década de 1960, tornava-se premente dar uma solução conseqüente à crise cafeeira.

Face a esta situação, a política cafeeira passou a se interrelacionar cada vez mais com a política cambial e monetária. Isto porque a linha seguida pela política cafeeira afetava, e ao mesmo tempo era afetada, pelas decisões da política econômica global. Na área monetária, é importante lembrar que o potencial anual médio de produção de café era de 36 milhões de sacas numa população de 3,9 bilhões de cafeeiros. Enquanto isso, a demanda atingia aproximadamente o nível de 24 milhões de sacas. O excedente anual criado era então de 12 milhões de sacas. Ora, os gastos monetários necessários à estabilização da economia cafeeira não se restringiam à compra de excedentes. Esses gastos eram ampliados pela necessidade da construção de armazéns e por despesas anuais de troca de sacaria, as quais atingiam Cr\$ 68 milhões em 1961 (a preços de 1971).⁽⁶⁰⁾

Na área cambial, as exportações de café eram, como já foi visto, as principais responsáveis pela determinação da capacidade de importar do País. Havia uma necessidade urgente de ampliar essa capacidade principalmente devido ao modo pelo qual havia se articulado o novo padrão de acumulação de capital. A grande participação da empresa oligopólica internacional ao mesmo tempo em que ampliava as necessidades de importações, promovia um estreitamento na capacidade de importar do País, através da utilização de parte das divisas geradas pelas exportações em remessa de lucros, pagamento de royalties e de assistência técnica.

Portanto, a política cafeeira no início dos anos sessenta deveria assumir forçosamente um caráter anti-inflacionário, procurando manter ao mesmo tempo a receita de divisas do País. E,

isto só se tornaria viável mediante a redução da capacidade produtiva do setor, a qual teria como consequência a diminuição da necessidade de compra de excedentes, o que simultaneamente atenderia às necessidades de uma política anti-inflacionária e possibilitava uma elevação dos preços internacionais do café a médio prazo, através da redução da oferta, com o que atenderia às necessidades do País na área cambial, ao permitir uma elevação da sua receita de divisas.

Para tanto tornou-se necessário criar um órgão encarregado de planejar a produção cafeeira, a fim de orientar o desenvolvimento da cafeicultura de acordo com as metas da política econômica do Governo. Esse órgão, apesar de já ter sido anteriormente proposto, só foi criado pelo Decreto nº 79 de 26/10/1961, com a denominação de Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). A ele competia promover a concentração da produção de café nas zonas ecológicas mais favoráveis, incrementar os níveis de produtividade da lavoura cafeeira, adequar a produção de café às possibilidades efetivas de absorção dos mercados internos e externos, e promover a diversificação da estrutura econômica das zonas cafeeiras do País. (61)

De acordo com o Decreto nº 79 de 26/10/1961, o GERCA era integrado por um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva. A composição do primeiro era a seguinte: Presidente do IBC como Presidente do Conselho, Presidente da Junta Administrativa do IBC - como vice-presidente, diretores cafeicultores do IBC e representantes nomeados pelo Presidente da República das seguintes entidades: Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda, Ministérios da Agricultura, Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, SUMOC, Comissão de Financiamento da Produção e um representante dos quatro maiores Estados produtores. Quanto à Secretaria Executiva, tratava-se de um órgão subordinado ao Conselho Deliberativo, com a finalidade de promover e executar as resoluções, instruções e medidas emanadas do mesmo.

Na medida em que o GERCA foi criado, com a finalidade de colaborar com a política econômica global, haveria uma certa contradição entre este e o IBC, onde era sediado, por ser um órgão, que formalmente representava os interesses dos cafeicultores. Assim, as medidas adotadas pelo GERCA mais cedo ou mais tarde poderiam entrar em choque com os interesses deles.

A fim de sanar essa contradição, o decreto nº 385 de 20/12/1961, ao aprovar o Regimento do IBC, deixou claro, ao nível -

da legislação, que esse órgão seria executor da política econômica global, e não da política cafeeira elaborada pelos cafeicultores. Isso passou a ser evidente pelo artigo 7º desse decreto, o qual define a Diretoria do IBC como um órgão executivo das deliberações da Junta Administrativa ou das que o Governo adotasse. E, além disso, a Junta Administrativa passou a ser composta por todas as classes produtoras e esferas governamentais interessadas na política econômica do café. (62)

Quanto à competência do IBC, esta passaria a não excluir, mesmo que se relacionasse com o setor cafeeiro, a competência de outros órgãos governamentais que atuassem no campo específico da política cambial, do controle das exportações e dos financiamentos bancários, com os quais o IBC deveria colaborar. A aprovação do Regimento do IBC, nos moldes em que foi realizado, abriu caminho para que o GERCA passasse, a partir de março de 1962, através do Decreto nº 808, a integrar o IBC, sem que este fato provocasse uma contradição entre a política cafeeira e a política econômica geral, dado que a partir daí tanto o IBC como o GERCA estariam institucionalmente aparelhados para procurar atingir os objetivos da política econômica global.

O GERCA foi ainda modificado pelo Decreto nº 885 de 12/04/1962, o qual estabeleceu uma modificação na composição do Conselho Deliberativo. O presidente deste passou a ser o presidente da Junta administrativa do IBC e não mais o Presidente do IBC.

NOTAS DO CAPÍTULO I

- (1) Sobre a dinâmica da acumulação cafeeira no Vale do Paraíba, seus limites e sua decadência partiu-se do ponto de vista existente. nos seguintes autores: Mello (1975) pp. 46-69; e, Cano (1977) pp. 23-31 e 35-38.
- (2) A respeito da evolução dos preços dos escravos adotou-se os valores citados por Cano (1977) pp. 25-26.
- (3) Esta transição de forma alguma foi direta e pacífica, na medida em que, isto significava modificações sociais, políticas e econômicas qualitativas fundamentais da forma de organização da sociedade. Porém, a análise mais aprofundada desta etapa não faz parte dos objetivos deste trabalho. O importante é apenas ressaltar que mesmo na época em que o Estado utilizava principalmente como instrumentos oficiais de política econômica, aqueles tradicionais como política cambial, etc... Na realidade, intervinha em aspectos essenciais para mudanças qualitativas da sociedade brasileira como no caso da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.
- (4) Sobre as primeiras formas de organização da produção cafeeira com trabalho livre veja-se entre outros autores, Alier & Hall (1978) e Dean (1977).
- (5) Em relação à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre imigrante e o sistema de colonato veja-se, entre outros : Taunay (1945) pp. 188-192; Mello (1975) pp. 83-89; Silva (1976) pp. 41-47 e 50-54; e, Cano (1977) pp. 38-39.
- (6) Taunay (1945) pp. 242-243.

- (7) Esta transformação, a nível da legislação, se consubstanciou pela promulgação da Lei de Terras em 1850, através da qual ficou estipulado que as terras devolutas não poderiam ser ocupadas - por outro título que não fosse o da compra. Com isso, o acesso-futuro à propriedade da terra pelos colonos estava praticamente vetada. Veja-se a respeito, entre outros, Martins (1979), especialmente caps. I e II.
- (8) Veja-se Silva (1976) pp. 54-56 e pp. 70-76 sobre a questão da propriedade da terra e a relativa mecanização do beneficiamento do café como formas de se ampliar a distância entre os que detinham possibilidade real de se estabelecer como fazendeiro de café e aqueles que apenas possuíam sua força de trabalho para vender.
- (9) Sobre a formação e desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista como centro do processo de acumulação de capital e o modo como se relacionavam os componentes deste veja-se Cano (1977) pp. 42-87. E, a respeito da origem da indústria como parte integrante do capital cafeeiro e as contradições do processo da industrialização brasileira veja-se Silva (1976) pp. 49-115. Cabe ainda citar os seguintes trabalhos pioneiros de Fernando Henrique Cardoso sobre as condições sociais e econômicas que a expansão cafeeira no oeste paulista propiciou à industrialização : Cardoso (1960 a), Cardoso (1960 b) e Cardoso (1961).
- (10) Sobre a base fiscal dos estados e União a partir da Constituição de 1889 veja-se Aureliano da Silva (1976) pp. 61 e seguintes.
- (11) Veja-se a respeito das medidas adotadas pelo convênio cafeeiro-de Taubaté os seguintes autores: Costa (1962); Carone (1970) , especialmente pp. 125-128; MIC/IBC (1974); Furtado (1975) , especialmente cap. XXX; Silva (1976), especialmente cap. III ; e, Delfim Netto (1979), especialmente pp. 47-56.
- (12) Quanto ao desenvolvimento dos bancos e da fração financeira da burguesia cafeeira em decorrência do convênio de Taubaté, veja-se Silva (1976), especialmente cap. III.
- (13) Em relação às medidas adotadas pela segunda e terceira Operações de Valorização e suas consequências veja-se Costa (1962) ; Peláez (1973 a); Silva (1976), especialmente cap. III; e, Delfim Netto (1979) pp. 66-81.
- (14) Quanto à organização administrativa e objetivos do Instituto do

Café de São Paulo e dos recursos para o seu funcionamento veja-se Peláez (1973 a).

- (15) A respeito da situação das finanças públicas do Brasil entre 1923 e 1925 e da situação do crédito externo ao Brasil veja-se Aureliano da Silva (1976), especialmente cap. II.
- (16) A respeito da mudança de objetivos da política dos Esquemas de Valorização e da Defesa Permanente, veja-se Aureliano da Silva (1976), especialmente cap. II.
- (17) Quanto à política adotada pelo Instituto de Café de São Paulo em relação à safra de 1927/28 e financiamento da produção, veja-se Peláez (1973 a).
- (18) Em relação ao fato de que a crise cafeeira de 1929 ocorreu em decorrência em grande parte da política do Instituto do Café de São Paulo veja-se: Peláez (1973 a); Furtado (1975), especialmente cap. XXX; e Aureliano da Silva (1976), especialmente cap. II.
- (19) Sobre a dívida externa do Brasil durante a década de 1930 e sua renegociação veja-se Abreu (1975) p. 38-87.
- (20) Veja-se a respeito Aureliano da Silva (1976), especialmente p. 125-141. E, com relação aos principais órgãos criados entre 1930-45 veja-se Ianni (1977), especialmente p. 22-24.
- (21) A exclusão de pessoas ligadas ao comércio não se deu apenas no caso do café. No ato de instituição da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar CDPA (Decreto nº 20 761, de 07/12/1931) também foram excluídas desse organismo as pessoas diretamente ligadas ao comércio do açúcar (Szmrecsányi, 1976). Esse fato poderia demonstrar apenas uma coincidência, porém, poderia ser considerado, por outro lado, como sendo um elemento demonstrativo de uma certa orientação mais geral em relação à política agropecuária.
- (22) Essa estrutura administrativa é semelhante a que seria adotada mais tarde no Departamento Nacional do Café e também no Instituto do Açúcar e do Alcool, ambos os quais foram criados no mesmo ano de 1933. Sobre a organização do IAA, veja-se Szmrecsányi (1976) cap. III.
- (23) Quanto à expansão das plantações de café no Norte do Paraná na década de 1930, veja-se Padis (1970), especialmente caps. IX e X.

- (24) Veja-se Fishlow (1972) pp. 27 .
- (25) A Caixa de Mobilização Bancária foi criada no Banco do Brasil em 1932 com a função de prestador em última instância. Assim, a Caixa concederia empréstimos aos bancos em troca de seus a ativos. Por sua vez, esses empréstimos não poderiam ser utilizados em novas operações bancárias, ou seja, os recursos recebidos da Caixa só seriam usados em operações relacionadas com os ativos apresentados à mesma (Villela e Suzigan, 1975, p. 164).
- (26) Taunay (1945) pp. 449-450; e, Aureliano da Silva (1976) pp. - 172-173.
- (27) Fishlow (1972) p. 30.
- (28) Sobre as razões da industrialização ter permanecido restringida veja-se Mello (1975) cap. II, especialmente pp. 115-124 . E, a respeito da diversificação industrial nos anos vinte pp. 179-184.
- (29) Quanto ao CNC a sua existência havia sido fixada em quatro a nos e o DNC teria a duração que restava ao extinto CNC. Veja-se DNC (1940) pp. 70 e 89.
- (30) A respeito das Conferências de Bogotá e de Havana veja-se Costa (1962).
- (31) Este crédito concedido à cafeicultura elevou-se de Cr\$ 31 mi lhões em 1938 para Cr\$ 74 milhões em 1939 (Andrade, 1950, p. 80).
- (32) Sobre os detalhes dos estabelecimentos das quotas pelo DNC , veja-se Peláez (1974 b).
- (33) A respeito do AIC durante o período da II Guerra Mundial veja-se Costa (1962) e Peláez (1974 b).
- (34) Quanto à política econômica "liberal" no período 1946-1950 veja-se Ianni (1977), especialmente cap. III.
- (35) Quanto à evolução do mercado cafeeiro no período do após-guerra e no que se refere à evolução dos preços e da situação da oferta e da procura veja-se Costa (1962) e Delfim Netto (1967).
- (36) Além disso, há indicações de que a elevação dos preços do ca fé para o consumidor norte-americano estava abaixo, tanto da elevação dos de outros produtos alimentares como do aumento do salário médio pago por hora. Entre 1939 e 1949 enquanto - que os preços do café subiram 46,1%, os dos outros produtos a

limentares sofreriam uma elevação de 51,5% e o salário médio/hora teria subido 119,4%. Se os dados estiverem corretos , teriam sido injustificáveis as acusações de que a elevação dos preços do café foram lesivas aos consumidores americanos - (O Estado de São Paulo, 14/02/1950 - "Poder Aquisitivo e Preço do Café").

- (37) Sobre a Política Cambial do Pós-Guerra e suas consequências - na evolução industrial veja-se Furtado (1975), especialmente - cap. XXXIV; e, Lessa (1975).
- (38) A respeito da transferência de renda do setor cafeeiro para o setor industrial veja-se Bacha (1976 b).
- (39) Um exemplo desta situação seria a elevação dos preços ocorrida em 1949, a qual ficou em grande parte com o comércio, pois, no momento em que ocorreu, a maioria dos fazendeiros de café - já tinham entregue o produto aos comerciantes (Costa, 1962 , p. 585).
- (40) Tese apresentada ao Congresso Rural da FARESP realizado em março de 1948. Isto, segundo Sálvio de Almeida Prado, diretor da FARESP, na época previniria possíveis oscilações e garantiria ao consumo seu total suprimento. Veja-se Almeida Prado - (1956) p. 56-57.
- (41) Em relação às reivindicações apresentadas pelos cafeicultores cabe ressaltar as seguintes citações dos líderes do sub-setor: "Conquanto atravessemos um período de quase subprodução , preocupa-nos seriamente a expansão da produção cafeeira que , embora tenha tido toda sorte de contratempos climáticos tende a aumentar. Inspira-nos este temor o exemplo do que já temos assistido no passado da história cafeeira. Não somente os tratos mais acurados que os atuais níveis de preços proporcionam às lavouras antigas, como o plantio desordenado de novas lavouras poderá ocasionar futura crise de superprodução." (Almeida Prado, 1956, p. 59).
- "Para a sua distribuição (do café) temos nos servidos de um comércio em bases especulativas, com dispositivos como o que agora se lança - visando impor um preço arbitrário com a sonegação do produto ao consumo." (Almeida Prado, 1956, p.70).
- "Procuramos imprimir desde o Convênio dos Estados Cafeeiros - de 1945, uma nova orientação à política cafeeira, interessando mais diretamente o produtor no sistema de distribuição do

produto, então entregue exclusivamente ao comércio, cuja ação se apoiava em processos especulativos por excelência." (Almeida Prado, 1956, p. 91-92) - (declaração de Almeida Prado - diretor do Departamento da FARESP publicada no Jornal Folha da Manhã de 16/02/1952).

"A cafeicultura tem sido vítima de toda sorte de espoliações, como sujeição da ganância dos especuladores, confisco de seus rendimentos por organismos criados e mantidos à sua custa e destinado à defesa e salvaguarda de seus interesses." (in "Notas sobre as Diretrizes da Política Cafeeira Nacional" - conferência realizada em 1948 por José Maria de Paulo na Sociedade de Rural do Paraná).

"Embora o café forneça a quase totalidade das cambiais do País, quando a cafeicultura necessita de jipes, tratores ou qualquer outras utilidades de uso indispensável, precisam men digar dólares... Entendemos que devemos influir no critério da distribuição da licença-prévia de importação e, consequentemente, na distribuição dos dólares advindos do café. Esta é uma das reivindicações pelas quais nos bateremos dentro do nosso programa." (Almeida Prado, 1956, p. 117-118) - (declaração de Almeida Prado para o jornal Folha da Manhã de 04/04 / 1952).

- (42) "Entregue ao Ministro da Fazenda o Anteprojeto do Instituto Nacional do Café" - Correio da Manhã, 17/03/1951.
- (43) Participantes dessa mesa-redonda: Secretário da Fazenda de São Paulo - Mário Beni, o presidente da Sociedade Rural Brasileira - Mário Rolim Teles; diretores da Associação Paranaense de Cafeicultores - Bráulio Barbosa Ferraz e Mário Prudente Correa, e, presidente da FARESP - Alkindar Junqueira - in "Salutares Emendas apresentadas pelos Lavradores ao Projeto - que cria o Instituto Nacional do Café" - Correio Paulistano, 02/09/1951.
- (44) "Uma Política de Café para o Brasil" - entrevista com Sálvio-Almeida Prado - Folha da Manhã 17/11/1951 - citado por Almeida Prado, 1956, p. 90-91.
- (45) "Criação de um Fundo de Economia para a Assistência à Cafeicultura" - Diário de São Paulo 05/06/1952.
- (46) A íntegra desta lei acha-se reproduzida em MIC/IBC (1974) p. 51-59.

- (47) Quanto à Reforma Cambial estabelecida pela Instrução 70 da SUMOC e suas consequências na economia cafeeira, veja-se Delfim Netto (1967) e Duque (1976), especialmente cap. I.
- (48) Em relação à necessidade de realização de investimentos em capital social básico pelo Poder Público veja-se Lessa (1975) e Ianni (1977), especialmente cap. IV.
- (49) Este foi o caso, por exemplo, do então Secretário da Agricultura de São Paulo, Renato Costa Lima, que mais tarde se tornaria presidente do IBC (entre 1958 e 1960) - Revista Mundo Agrícola, nov. 1953, Ano II, nº 15.
- (50) "Os Ágios e seu Saldo" - Folha da Manhã 20/06/1954, citado por Almeida Prado (1956) p. 201 - 202.
- (51) Sobre os fatores responsáveis pela elevação dos preços do café no mercado mundial e a reação dos consumidores veja-se Costa (1962); Delfim Netto (1967); Bacha (1976 a).
- (52) A respeito da formação de um oligopólio diferenciado no mercado cafeeiro mundial veja-se Carvalho Filho (1976), especialmente cap. I.
- (53) Veja-se Padis (1970), especialmente cap. X a respeito da expansão da cafeicultura nos Estados do Paraná na década de 1950 e suas consequências.
- (54) Sobre as condições da crise de superprodução de café no final da década de 1950, veja-se Delfim Netto (1967).
- (55) Para uma análise do Plano de Metas veja-se Lessa (1975) e, sobre as condições específicas em que se tornou viável a implantação do setor produtor de bens de produção veja-se Mello (1975), especialmente pp. 124-130.
- (56) A respeito do período de superprodução de café a partir de 1957 e da política executada veja-se Bacha (1976 a).
- (57) Um sumário das recomendações desses órgãos encontra-se no Relatório da Comissão de Política Econômica do Café a Longo Prazo (IBC, 1957).
- (58) Quanto à versão final do Plano de Política Cafeeira a Longo Prazo e os primeiros resultados de sua implantação veja-se os relatórios do IBC de 1958, 1959 e 1961.
- (59) Em relação aos principais instrumentos da Política Cafeeira, veja-se Carvalho Filho (1976).

(60) Idem p. 9.

(61) A Legislação que criou o GERCA pode ser encontrada no Programa de Racionalização da Cafeicultura, 1962.

(62) A íntegra do Decreto nº 385 de 20/12/1961 encontra-se no Su -
plemento do Diário Oficial de 20/12/1961.

CAPÍTULO II

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO NO SETOR CAFEEIRO

Este capítulo tem por objetivos apresentar as linhas gerais das várias fases do planejamento na cafeicultura, principalmente tendo em vista os seus objetivos, e apontar suas inter-relações com a política econômica geral vigente no País.

Apesar do planejamento voltado para a produção ter se iniciado em 1961 e permanecer até os dias de hoje, o período escolhido para a presente análise corresponde aos anos de 1962 a 1976. Na delimitação desse período procurou-se levar em consideração a dinâmica do processo de planejamento cafeeiro, assim como a evolução do próprio setor. Neste sentido, é importante lembrar que 1962 foi um ano crítico na crise de superprodução de café e marcou o início do processo de planejamento na cafeicultura com a elaboração e execução do Plano Diretor do GERCA, no qual se deu grande ênfase à redução da capacidade produtiva existente. Por outro lado, o ano de 1976 representou praticamente o término da execução do Plano de Renovação e Reviçoramento de Cafezais, o qual tinha como uma das diretrizes principais o aumento da capacidade produtiva da cafeicultura. A mudança de orientação que pode ser observada nesses dois planos deve-se à excessiva erradicação de cafeeiros durante a década de 1960, dando origem a uma crise de subprodução que atingiu seu ponto culminante em 1976.

A despeito destas duas grandes orientações do planejamento cafeeiro, o período considerado na verdade poderia ser subdividido em três etapas: (a) entre 1962 e 1967, quando a ênfase prin-

principal foi conferida a diminuição da capacidade produtiva existente; (b) entre 1967 e 1969, quando se tentou promover a reabsorção dos fatores produtivos (terra, capital e mão-de-obra) liberados durante a etapa de erradicação dos cafezais, mediante a concessão de incentivos creditícios para a implantação de complexos agroindustriais; e (c) entre 1970 e 1976, quando a diretriz principal passou a ser a formação de novos cafezais e a recuperação dos cafezais já existentes.

2.1. Condicionantes dos Programas de Erradicação

No capítulo anterior foi visto que a criação do órgão encarregado de elaborar e executar o planejamento na cafeicultura - o GERCA - foi determinada de um lado pela crise de superprodução de café, que se agravou no final da década de 1950 e no início da de 1960, e do outro pela crescente necessidade de interrelacionamento da política cafeeira com as políticas cambial e monetária, a fim de que o subsetor não se tornasse um fator inflacionário e colaborasse para atenuar os desequilíbrios da balança comercial.

Devido a isso, entre 1961 e 1967, a política cafeeira caracterizou-se por estímulos à redução da produção interna e por incentivos à comercialização externa do produto.

Quanto ao comércio exterior o governo brasileiro procurou aperfeiçoar a ordenação do mercado mundial, através do fortalecimento de acordos internacionais destinados a regular a oferta do produto e a melhor distribuir entre os países produtores os esforços para a defesa das cotações internacionais. Esses objetivos faziam parte do Acordo Internacional do Café de 1962, o qual tinha como membros participantes os principais países produtores e consumidores. Entre as medidas adotadas por esse acordo destacavam-se: a limitação das compras pelos países importadores do café provenientes de países não-membros; o estabelecimento de quotas trimestrais de exportação; a fixação de metas de produção; e o controle dos estoques. No ano seguinte, em julho de 1963, começou a funcionar a Organização Internacional do Café (OIC) que tinha por incumbência administrar os dispositivos do Acordo Internacional e superintender a sua execução. (1)

A fim de cumprir os objetivos para os quais foram criados, tanto o AIC como a OIC, houve um progressivo aperfeiçoamento no estabelecimento das quotas de exportação pelos produtores. Em consequência, a partir de 1966, através da Resolução nº 115

da OIC⁽²⁾ foi adotado o sistema de ajustamento seletivo da oferta de café. Segundo este sistema, cada um dos quatro principais tipos de café - arábicas suaves colombianos, outros arábicas suaves, arábicas não-lavados e robusta⁽³⁾ - passou a ter uma faixa de preços e um preço indicativo. O comportamento desse preço indicativo, por sua vez, passou a provocar reajustamentos da quota de exportação - por tipo, para mais ou para menos, quando ultrapassado o máximo ou rebaixado o mínimo da faixa de preços. Assim, uma política baixista por parte dos países concorrentes do Brasil poderia acarretar um corte de suas quotas ou a não-utilização de possíveis acréscimos de quotas, trazendo portanto maior facilidade para a política de sustentação dos preços do café no mercado internacional.

Ao lado das medidas de controle das exportações mundiais de café, a OIC instituiu também o Fundo Internacional de Diversificação (FID).⁽⁴⁾ O objetivo desse Fundo era o de manter sob controle a produção mundial de café, através de programas de diversificação agrícola nos países produtores, em vez de apenas controlar a oferta internacional de café pela acumulação de estoques. A desvantagem dessa última forma se evidenciara pelo fato de que nem todos os países produtores tinham possibilidades reais de estocar grandes quantidades do produto, com isso provocando distorções no mercado internacional.

Após a criação do Fundo, a OIC procurou resolver um dos problemas básicos do Acordo - o de evitar o gradativo aumento da produção de café, à medida que se estabilizassem os preços internacionais do produto. O financiamento à diversificação agrícola nos países produtores seria proveniente de recursos fornecidos pelos países que exportassem mais de 100 mil sacas. A taxa fixada foi de US\$ 0,60/saca exportada (acima de 100 mil sacas) em cada ano-cafeeiro para mercados sob regime de quotas. Na prática, o esforço comum dos países produtores em relação ao controle da produção só se iniciou em 1964. No Brasil, por exemplo, ao tempo do estabelecimento dos Acordos Internacionais só havia uma política de comercialização que procurava desincentivar o aumento da produção de café. Essa política se materializava principalmente através dos preços e de normas relativas ao escoamento das safras, ambos estabelecidos pelo IBC. Em relação à política de preços assume especial importância o estabelecimento do preço de garantia e da quota de contribuição.

O comportamento dos preços de garantia - ou seja, dos preços pelos quais o Governo garante e/ou compra o excedente da produção - apresentou uma tendência declinante (em termos reais) entre

1963/64 e 1966/67. Entre este último ano-safra e 1969/70, o preço de garantia apresentou uma ligeira elevação, e a partir de então essa tendência tornou-se mais acentuada, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

QUADRO II . 1
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE GARANTIA DO CAFÉ BRASILEIRO (1960/61 a -
1971/72)

A N O S A F R A	PREÇO DE GARANTIA (Cr\$/saca-valores reais)
1960/61	0,380
1961/62	0,375
1962/63	0,300
1963/64	0,722
1964/65	0,578
1965/66	0,352
1966/67	0,297
1967/68	0,343
1968/69	0,376
1969/70	0,393
1970/71	0,597
1971/72	0,547

Fonte: Carvalho Filho (1976)

Os níveis do preço de garantia constituem um importante elemento para a execução da política cafeeira. Além disso eles tem grande repercussão no âmbito monetário da economia, na medida em que, dependendo do volume da produção e da exportação, eles determinam o montante de meios de pagamento a serem dispendidos pelo Governo na aquisição dos excedentes de café, bem como o volume dos recursos necessários para o financiamento da comercialização da safra, o qual é estabelecido com base nestes preços.

Já a quota de contribuição, instituída em 12/05/1961 pela Instrução nº 205 da SUMOC, modificou o mecanismo do confisco cambial. (5) Apesar de existir até hoje, e de ter passado por várias reformulações quanto à sistemática de seu estabelecimento, entre 1961 e 1964 ela tinha seu valor fixado em dólares e constituía uma

parcela fixa do preço externo do café. O valor da quota de contribuição era recolhido à caixa da SUMOC para a execução da política cafeeira. A sua fixação em dólares tornava a remuneração do exportador sensível às variações das cotações no mercado internacional e da taxa de câmbio. Quando havia desvalorização cambial, o valor da quota de contribuição era elevado com a finalidade de não pressionar os preços internacionais para baixo, já que uma queda desta funcionaria como uma desvalorização cambial.

Inserida dentro da política cafeeira mais global, a quota de contribuição foi sendo aumentada até 1964, a fim de que o café fornecesse recursos financeiros às Autoridades Monetárias. O intuito destas era de obter recursos não-inflacionários para atender às grandes despesas de estocagem de café pelo IBC.

Isto foi um dos principais fatores que permitiu que o saldo da Conta-Café⁽⁶⁾ fosse superavitário entre 1961 e 1973, com exceção do ano de 1967. Como se sabe, as principais fontes de receita para a execução da política cafeeira são a quota de contribuição e as vendas de café dos estoques do IBC para o consumo interno e externo. É importante ressaltar que um saldo positivo na Conta-Café é muito bem visto pelas Autoridades Monetárias dado que, além de não precisarem dispender recursos adicionais na política cafeeira, contam com recursos extra para a cobertura do déficit do Tesouro, empréstimos ao setor privado, cobertura para compra de cambiais, etc.

Quanto à política de escoamento das safras,⁽⁷⁾ tornou-se necessário, entre 1959/60 e 1963/64, dividir a produção em duas partes: uma destinada à exportação (série de mercado) e outra de venda compulsória ao IBC (série excedente). Apesar da sistemática para a determinação das quotas ter sido ligeiramente modificada, de modo geral ela consistia no seguinte: o IBC estabelecia o percentual da safra que seria diretamente vendida a ele e os preços de sua aquisição segundo tipo, bebida e região produtora; uma parte do café comprado pelo IBC era revendido para o mercado interno a preços subsidiados, a fim de incentivar a elevação do consumo interno; outra parte era remetida para seus entrepostos no Exterior a fim de elevar a demanda através da propaganda e da promoção de vendas especiais.

Entretanto, o principal esforço da política cafeeira no sentido de reduzir a produção excessiva seria realizado por meio da implantação do planejamento na órbita produtiva. Com essa finalidade foi elaborado em 1962 o Plano Diretor do GERCA. De acordo com

a situação do setor cafeeiro e também da economia como um todo, as principais diretrizes estabelecidas por este Plano foram: (a) promover a erradicação dos cafezais antieconômicos; (b) diversificar com outras culturas agrícolas a área erradicada; e, (c) renovar parte dos cafezais.

O caráter anti-inflacionário desse planejamento cafeeiro pode ser percebido pelo menos de dois ângulos: (1) a erradicação ao diminuir o volume de produção de café proporcionaria uma redução dos gastos governamentais com a compra de excedentes do produto; (2) a diversificação da agricultura nas áreas erradicadas, cujo incentivo maior seria dado aos produtos destinados ao mercado interno, promoveria uma elevação da oferta de alimentos e matérias-primas para a indústria, o que poderia contribuir para reduzir os custos industriais tanto no que se refere à força de trabalho como no que diz respeito aos insumos correntes. Ao mesmo tempo, previa-se que o aumento da oferta de alimentos melhoraria o padrão de vida dos trabalhadores agrícolas e urbanos através da elevação do poder de compra dos seus salários.

Por outro lado, a renovação de parte dos cafezais de acordo com os critérios técnicos e agronômicos seria de importância fundamental para que, ao término da erradicação, não houvesse uma elevação muito acentuada dos preços do café de forma a novamente proporcionar grandes incentivos à expansão da produção. Além disso, a renovação de cafezais era necessária para melhorar a qualidade do produto brasileiro, aumentando seu poder de competição no mercado internacional. Isto porque, a erradicação influiria na diminuição do volume da produção brasileira, mas não sobre a produtividade e qualidade dos cafezais remanescentes.

O critério utilizado para a determinação dos cafezais antieconômicos - ou seja, daqueles que estariam sujeitos à erradicação - foi o da eficiência econômica. Segundo este indicador só haveria eficiência econômica, ou seja, lucro, se o valor total do produto fosse superior aos custos totais; se os dois fossem iguais, a exploração cafeeira encontrar-se-ia no ponto de nivelamento, no qual não há nem lucro nem prejuízo, dado que a receita total seria igual ao custo total.

Em consequência do conceito utilizado, a partir do momento em que a exploração cafeeira se tornasse antieconômica, dever-se-ia transferir o capital para outra atividade econômica pois, este pode encontrar aplicação alternativa mais remuneradora. No entanto, isto nem sempre acontece na prática, porque, enquanto -

houver equilíbrio financeiro - ou seja, enquanto o resultado líquido da operação ao término de uma safra for positivo - a exploração cafeeira mesmo antieconômica permanecerá. Neste caso, para manter o equilíbrio financeiro, sacrifica-se a adequada conservação do cafezal, o que, por sua vez, reduz a produtividade física, acarretando menor grau de eficiência econômica pela elevação dos custos. Desse círculo vicioso dificilmente o cafeicultor conseguiria sair sozinho, havendo portanto a necessidade de uma intervenção racional do Estado.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos seriam utilizados principalmente os estímulos e desestímulos creditícios. Assim, os estímulos consistiriam (a) no pagamento de indenização para a destoca e a remoção dos cafeeiros a serem erradicados, de modo a permitir a manutenção do cafeicultor até a colheita da cultura substitutiva; e (b) na concessão de créditos em bases amplas para as atividades agrícolas que iriam substituir a cafeicultura. Já os desestímulos consistiriam em dificultar o financiamento de entre-safra para os cafezais antieconômicos ou situados em áreas marcadamente inadequadas.

Com a execução do Plano Diretor, entre 1962 e 1966, foram erradicados um total de 724 milhões de cafeeiros proporcionando a liberação de 819 mil hectares. Entretanto, o ritmo de erradicação de cafeeiros antieconômicos foi bastante diferente ao longo deste período, podendo-se notar duas fases durante a execução desse plano.

Numa primeira fase (entre julho de 1962 e o fim de 1963) foram erradicados 587,5 milhões de pés nos principais Estados produtores. Essa grande aceitação inicial pode ter tido como fator de influência, além dos incentivos da indenização paga por cafeeiro erradicado numa situação de crise de superprodução de café, a extensão da legislação trabalhista ao campo em 1963. Isto porque, a indenização paga por cafeeiro erradicado poderia ser compreendida como uma forma rentável para os grandes cafeicultores enfrentarem a elevação dos custos de produção decorrentes da necessidade de pagar salário mínimo e outros encargos trabalhistas aos empregados rurais. Uma outra forma de se enfrentar esse problema seria a maior utilização de máquinas na agricultura que poupasse mão-de-obra. Entretanto, numa situação de crise econômica e social como a do início dos anos sessenta, essa alternativa, ao exigir grandes investimentos seria pouco viável. Além disso, cabe mencionar o fato de que a maioria dos cafezais existentes na época não estavam

adequados ao uso de máquinas nos tratos culturais - para não falar da colheita, que até hoje continua sendo manual.

Em seguida (de janeiro de 1964 a julho de 1966) houve uma queda significativa na erradicação de cafeeiros antieconômicos; abrangendo apenas 136 milhões de pés, ela sofreu uma redução de aproximadamente 76% em relação à fase anterior. Para compreender a mudança havida no ritmo da erradicação, é necessário levar em consideração tanto acontecimentos da área cafeeira propriamente dita como os eventos políticos da época. Estes últimos, ao provocarem alterações nas diretrizes da política econômica, tiveram importantes reflexos na orientação da política cafeeira.

Com relação aos primeiros, cabe mencionar a ocorrência de geadas no Estado do Paraná em 1963, e também de graves secas - nos Estados do Paraná e São Paulo, o que ocasionou uma diminuição acentuada na colheita da safra 1964/65. A consequente diminuição da oferta brasileira promoveu certa estabilidade nos preços internacionais do produto. Paralelamente, os acontecimentos políticos - de abril de 1964 conduziram, entre outras mudanças da política econômica, a uma nova ênfase ao combate à inflação. Esta foi diagnosticada na época como sendo de demanda, e por isso as principais medidas adotadas envolviam: a redução dos déficits federais, a restrição ao crédito e uma violenta redução dos salários reais.

No setor cafeeiro, essa política anti-inflacionária refletiu-se no não-reajustamento do preço pago por cafeeiro erradicado, o qual passou a representar em 1965 apenas 8% do valor médio do cafeeiro em termos reais. Ao mesmo tempo, o IBC promoveu substanciais elevações dos preços de garantia para a compra do café. Estes se tornaram tão estimulantes que estando a colheita do produto estimada em 9 milhões de sacas, foram registradas 18 milhões no decorrer da safra de 1964/65, ou seja, cerca de 9 milhões delas correspondiam aos remanescentes produzidos em anos anteriores e faturados a preços extremamente remuneradores. (Delfim Netto, 1967, pag. 37)

Apesar dessa medida ser contraditória em relação ao objetivo de diminuir o déficit do Orçamento Federal considerado pelo Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG - como meio fundamental para reduzir a inflação, ela tinha sua razão de ser. Um dos motivos que levaram os cafeicultores a apoiarem a Revolução de 1964 foram justamente os baixos preços de garantia pagos pelo Governo anterior. ⁽⁸⁾ Tratava-se, portanto, de uma medida essencialmente "política" e aparentemente transitória. Um fato que reforça esse

argumento é que o preço de garantia voltou a declinar já no ano seguinte.

Devido aos resultados da execução do Plano Diretor nestas duas fases aliados a um recrudescimento da crise de superprodução, no ano de 1965 as medidas da política cafeeira se orientaram para a ampliação do volume exportado. Com tal finalidade foram reduzidos substancialmente os preços de garantia, medida que foi mantida em 1966. Nesse último ano, o Governo Federal criou uma Comissão Interministerial para reformular o programa de racionalização e diversificação econômica das zonas cafeeiras. Segundo declaração do Ministro da Indústria e Comércio - Daniel Faraco - o principal motivo que determinava a necessidade de reformular o planejamento cafeeiro residia no fato de que, apesar da erradicação ter atingido cerca de 700 milhões de cafeeiros, a produção de café estava longe de baixar, ao registrar-se no ano-safra de 1965/66 uma previsão de 33 milhões de sacas, uma das maiores colheitas já obtidas no País.

A constituição de uma Comissão Interministerial também era necessária, segundo o ministro, por duas razões que faziam com que o problema cafeeiro ultrapassasse o âmbito de ação de uma autarquia e até de um ministério. Em primeiro lugar, porque o problema não deveria ser colocado em termos de simples substituição de lavouras de café por quaisquer outras culturas - ou seja, havia a necessidade de se escolher alternativas rentáveis para o café. Em segundo lugar, porque a substituição predominante até então era a de lavouras de café por pecuária extensiva, uma atividade que emprega pouca mão-de-obra, tornando necessário planejar a absorção da mesma por empreendimentos agrícolas, industriais ou agro-industriais. Devido à complexidade destes problemas, a Comissão Interministerial seria integrada pelos ministros da Fazenda, Agricultura, Planejamento, Indústria e Comércio e contava com a colaboração do IBC e do GERCA. (9) Esta reformulação do planejamento cafeeiro iria ser iniciada no ano seguinte juntamente com o esquema cafeeiro estabelecido para a safra de 1966/67.

Segundo este último, os principais problemas apresentados pela cafeicultura eram: o crescimento da superprodução de café e o recrudescimento do processo inflacionário. Em consequência, os objetivos a serem alcançados pela política cafeeira eram: (1) assegurar a estabilidade do mercado interno, (2) proporcionar condições favoráveis ao escoamento externo e (3) estimular a erradicação de cafezais não produtivos. Neste sentido, as principais medidas adotadas foram: (a) o estabelecimento de preços de garantia em níveis in-

feriores aos do ano anterior e (b) a atualização da indenização a ser paga pelo GERCA para a erradicação. Isto porque, se esta não fosse estimulante, sō seriam erradicados cafeeiros quase completamente improdutivos, cuja eliminação praticamente não reduziria a superprodução. (10)

Ao lado disso procurar-se-ia, através da execução de programas regionais promover a diversificação agrícola e econômica dos Estados cafeeiros levando-se em consideração os aspectos sócio-econômicos regionais.

Entretanto, a reação dos cafeicultores às novas diretrizes da política cafeeira no que se refere aos baixos preços estabelecidos para o café foram bastante negativas, cabendo mencionar dois documentos enviados ao Governo Federal contra estas diretrizes.

O primeiro era um manifesto lançado no dia 7/07/1966, o qual foi assinado por 10 entidades representativas das classes rurais. (11) Neste documento lembram a Revolução de 1964 e o papel importante dos cafeicultores e protestam veementemente contra os preços fixados para o café pelo Conselho Monetário Nacional alegando que não foi considerada para o seu estabelecimento a inflação existente. Como represália, os cafeicultores ameaçavam demitir milhares de trabalhadores caso se decidisse não promover a colheita da produção cafeeira. Com isso, criar-se-ia uma gravíssima crise social, pois, era calculado na época em 5 milhões de pessoas o número de trabalhadores empregados na lavoura do produto.

O segundo era um documento da FAESP (12) - Federação da Agricultura do Estado de São Paulo enviado ao Presidente da República. Neste, ressalta-se a desaprovação da cafeicultura em relação aos baixos preços e as possíveis repercussões no que se refere à diversificação agrícola proveniente dos desestímulos concedidos ao café. Neste sentido são apontados dois aspectos do tipo de colocação do problema pelo Governo Federal:

(a) Parte-se do pressuposto que a diversificação agrícola tem que ser feita à custa do café, quando na realidade, o cafezal é o próprio símbolo e maior garantia de uma salutar diversificação das atividades rurais.

(b) As demais atividades agrícolas têm se mostrado remuneradoras apenas em períodos muito curtos. E, no momento atual, talvez a única alternativa interessante que se pode apresentar para o empresário rural das regiões cafeeiras consiste na pecuária de corte.

Face aos protestos dos fazendeiros contra os baixos preços pagos pelo café, a execução do programa de erradicação foi antecipada para ser iniciada em agosto de 1966. Para que isto fosse viabilizado, o esquema financeiro da safra 1966/67 foi conjugado a um programa de imediata erradicação de cafeeiros e a estímulo paralelo à produção agrícola substitutiva à industrialização agrícola, numa decisão tomada na reunião do CMN de 25/06/1966. (13)

Na realidade, como os estudos regionais para promover a diversificação econômica das regiões cafeeiras ainda não haviam sido elaborados, ao mesmo tempo que a erradicação foi antecipada, haveria uma certa defasagem na execução das duas diretrizes básicas. A fim de que se garantisse ao menos a diversificação agrícola das áreas erradicadas, vinculou-se parte do pagamento da indenização à efetiva utilização da área para outras culturas agrícolas, utilização essa que deveria ser submetida à aprovação do IBC e permanecer no mínimo durante dois anos. O mais importante, todavia, foi a substancial elevação dos níveis dos valores da indenização para a erradicação. Essa indenização foi estabelecida tendo em vista duas componentes: o valor do cafeeiro a erradicar e os custos da erradicação e diversificação inicial. Além disso, este valor era variável de acordo com a região cafeeira e o número de cafeeiros a serem erradicados, e os níveis eram crescentes com o aumento da porcentagem de cafeeiros erradicados por estabelecimento e com o aumento dos custos para destoca, o que na realidade significava pagamentos mais elevados para as regiões mais produtivas e com cafezais de menor idade.

O grau da elevação dos níveis da indenização para a erradicação pode ser percebido no seguinte comentário de José Maria Ferraz, presidente da Cooperativa Central dos Lavradores de Café do Estado de São Paulo, em relação à política de incentivo à erradicação de cafezais:

"A medida do IBC é desastrosa já que provocará a erradicação quase total dos cafezais em virtude dos incentivos muito grande à erradicação. Mesmo os cafezais produtivos serão agora erradicados já que o preço médio de Cr\$ 450,00/ cafeeiro arrancado oferecido pelo IBC dá um total de Cr\$ 1 milhão ou Cr\$ 1,2 milhão por alqueire, o que equivale quase ao próprio valor do alqueire de terra." (14)

Este nível de indenização por cafeeiro erradicado assumiria uma importância ainda maior como incentivo à erradicação não apenas devido aos baixos preços do café da época, mas também por -

causa da acentuada restrição ao crédito bancário que vigorou até 1967 de acordo com a política anti-inflacionária estabelecida a partir de 1964. Tratava-se portanto de um meio pelo qual o cafeicultor procura obter recursos financeiros a baixos custos.

Apesar da justificativa para a execução da segunda etapa da erradicação de cafezais ter sido a crise de superprodução de café, cabe ressaltar que o alto volume da safra 1965/66, a qual deu origem a elaboração do Segundo Programa de Erradicação de Cafezais não corresponderia inteiramente à realidade do setor. Isto porque o volume das safras anteriores apresentaram uma tendência decrescente devido principalmente aos resultados obtidos pela execução do Plano Diretor, o qual já havia proporcionado uma redução significativa da capacidade produtiva, pois, ao mesmo tempo que foi erradicado um volume significativo de cafeeiros, não se promoveu praticamente qualquer renovação nos cafezais existentes.

Com relação à outra justificativa apresentada nos documentos oficiais, o recrudescimento da inflação, deve-se levar em consideração o fato da erradicação de cafezais poder proporcionar uma redução do déficit federal, através da elevação do saldo superavitário da Conta-Café, pela redução da necessidade por parte do Governo Federal de comprar uma parte da produção. Mas é inegável que se estava partindo de um diagnóstico que não correspondia totalmente à realidade do setor cafeeiro - ou seja, uma acentuada crise de superprodução, que a partir de 1966 já não existia mais com o ímpeto alegado.

Entretanto, os preços do café estabelecidos pelo Esquema de Safra de 1966/67 e as amplas manifestações contra os seus baixos níveis por parte das associações rurais da burguesia cafeeira tornariam fundamental que de algum modo se proporcionasse uma compensação financeira ao setor a fim de contrabalançar as pressões políticas daí advindas. Embora se pudesse obter o mesmo resultado através da elevação do preço do produto ou a ampliação do crédito para a safra de 1966/67, a erradicação seria a única forma que afastaria, pela redução das safras seguintes, a possibilidade do Governo Federal ter que comprar grandes excedentes de café, ampliando ainda mais os estoques já existentes. Em consequência, haveria também a viabilidade de se proporcionar melhores condições de preços para a cafeicultura restante, pela redução do volume da produção nos anos seguintes. Um indício dessa situação pode ser vista pelo fato de que, embora inicialmente pequena, houve a partir de 1967/68 uma elevação dos preços do café em termos reais. Is

to se deu porque, com uma produção menor o Governo passou a poder garantir níveis de preços mais elevados com o mesmo ou um menor - dispêndio de recursos monetários. Além disso, seria menos provável que os cafeicultores se voltassem contra o Governo de forma radical no que se refere aos preços do café por ele estabelecidos.

O êxito desta segunda fase do programa de erradicação de cafeeiros pode ser visto pelos resultados globais obtidos. Entre agosto de 1966 e maio de 1967 foram eliminados 656 milhões de cafeeiros, proporcionando a liberação de uma área de 674 mil hectares. Diante de tais resultados, apesar da execução do programa de erradicação ter sido previsto para o período de julho de 1966 a julho de 1968, ele foi considerado encerrado em maio de 1967. Para esta decisão também contribuiu a ocorrência de geadas no Estado do Paraná em maio de 1967. Essas geadas, ao danificar 500 milhões de cafeeiros provocaram uma substancial diminuição da produção de café.

2.2. Aspectos da Execução dos Programas de Erradicação nos Estados Cafeeiros

As características gerais apresentadas do primeiro plano destinado a promover a erradicação de cafezais indicam - que a sua amplitude, em termos de formulação, era muito maior do que um conjunto de medidas bem coordenadas para eliminar uma crise de superprodução. Na verdade, o Plano Diretor tinha objetivos - bem mais amplos. Ele se propunha promover transformações qualitativas nas atividades agropecuárias, com vistas a acelerar a introdução de transformações capitalistas no campo.

Neste sentido, cabe chamar a atenção em primeiro lugar para o significado implícito da escolha do conceito de eficiência econômica como parâmetro para a promoção da erradicação - de cafezais. De acordo com esse conceito, o Plano Diretor constatou a existência de três grupos de estabelecimentos nos quais os cafeeiros existentes deveriam ser erradicados por operarem em regime antieconômico.

No primeiro grupo, situavam-se as fazendas que não rendiam o suficiente para remunerar seus proprietários em níveis iguais ou superiores aos que o mesmo poderia obter em aplicações alternativas. Em outras palavras, apesar de obterem lucro, as explorações cafeeiras desse grupo não eram capazes de auferir a taxa média de lucro da economia.

O segundo grupo abrangia as unidades cujo índice de eficiência econômica, inferior ao do primeiro grupo, não só impossibilitava qualquer remuneração ao capital, mas também obrigava o empresário a abrir mão da remuneração a que faz jus.

E, finalmente, cabe citar o caso das unidades menores, as quais, por estarem baseadas no trabalho familiar, tem melhores possibilidades de resistir às maiores quedas dos preços do café. A situação no caso desses estabelecimentos tornava-se ainda mais adversa, pois o pequeno agricultor, além de não receber remuneração pelos fatores fixos, não percebia remuneração adequada pela sua própria mão-de-obra.

Na medida em que a erradicação incidiria preferencialmente sobre os cafezais de menor produtividade, ela tenderia a ser predominante nas unidades baseadas no trabalho familiar tão "ineficientes economicamente" que não permitiam nem a remuneração adequada da própria mão-de-obra do proprietário. Desse modo, com a diminuição da produção de café decorrente da erradicação em primeiro lugar do café dos pequenos cafeicultores, garantia-se aos grandes produtores uma maior rentabilidade e possivelmente a obtenção da taxa média de lucro da economia. Se apenas através da erradicação promovida nas pequenas propriedades ainda não fosse possível uma diminuição suficiente da produção para aumentar a rentabilidade da cafeicultura, promover-se-ia em seguida a eliminação dos cafezais cuja exploração era ineficiente embora estivessem nas mãos de grandes proprietários de terra.

Até certo ponto, trata-se de uma simplificação dos passos a serem seguidos na erradicação, pois não deixou de haver uma certa preocupação social na formulação do Plano Diretor. Isto se deu, por exemplo, no caso do Estado do Espírito Santo, onde predominava a cafeicultura baseada na pequena propriedade. Nesse Estado, a erradicação dos cafezais fora inicialmente vinculada em termos percentuais à capacidade produtiva e ao número de cafeeiros existentes em cada propriedade. Isto parecia indicar que, na determinação das diretrizes da política de planejamento da cafeicultura, eram levados em consideração os interesses dos diversos Estados cafeeiros, inclusive daqueles de menor poder econômico e político. Essa característica iria prevalecer até 1967 quando a estrutura do IBC sofreu transformações significativas. (15)

Apesar destas últimas considerações, pode-se observar que a defesa dos interesses dos empresários dedicados à cafeicultura era intrínseca à formulação do plano em questão já que preferen

cialmente, não seriam seus os cafezais a serem erradicados.

Isto posto, tenta-se analisar, em linhas gerais, de que modo iria se tornar viável a diversificação agrícola proposta nas áreas onde seriam erradicados os cafezais, conforme as medidas apresentadas no Plano Diretor.

Na melhor das hipóteses, quem se encarregaria da produção de alimentos e matérias-primas para a indústria, em lugar do cultivo de café, seriam as pequenas propriedades, já que a erradicação tenderia a incidir primeiro nelas. Contudo, esta transformação seria problemática, pois, se os preços do café da época já significavam, ao nível da produção, uma super-utilização da força de trabalho familiar, inclusive não conseguindo perceber remuneração adequada pela sua própria mão-de-obra, o que se poderia dizer dos outros cultivos agrícolas, que certamente iriam proporcionar uma menor rentabilidade por área e/ou por pessoa ocupada?

Neste sentido haveria duas indicações que reforçam o argumento. Em primeiro lugar, apenas alguns produtos de exportação como o café e a cana-de-açúcar, por exemplo, dispõem, devido ao fato de predominarem nestas explorações os grandes proprietários de terra, de órgãos específicos como IBC e IAA, que têm o poder de pressionar no sentido de obter melhores preços, maiores créditos, condições mais favoráveis, etc. No caso do IBC, a sua própria criação, como foi visto no capítulo anterior, foi decorrente em grande parte da pressão dos cafeicultores. Além disso, quanto ao crédito oficial, não havia ainda na época, um sistema nacional de crédito rural, o que tornava mais concentrada a sua concessão aos grandes proprietários de terras, dado que é inegável que estes possuem, em princípio, melhores condições de garantia e um maior poder político para obtê-los.

Em segundo lugar, os preços dos alimentos e das matérias-primas, quando a comercialização é dominada pelo capital industrial, tendem a ser estabelecidos de modo a não elevar os custos industriais e, portanto nos mais baixos níveis possíveis. Portanto, se o cultivo de café não era rentável para o pequeno proprietário, o de outros produtos tenderia a ser ainda menor. Um indício dessa situação é apontada pelo próprio Plano Diretor ao dizer que no Estado de São Paulo, 52% da renda bruta das propriedades cafeicultoras decorreu, em 1958, do café, enquanto que a segunda exploração mais rentável não chegou a produzir 1/3 da cifra atingida por aquele produto.

Ao grande cafeicultor que tivesse que promover a erra-

dicação apresentavam-se como possíveis alternativas igualmente rentáveis: (1) a transformação das áreas cultivadas em pastagens ou em outras explorações destinadas à exportação para as quais houvesse garantia de preços e créditos, e (2) a continuação na cafeicultura, mediante o cultivo de um produto, de alta qualidade, com base numa intensa capitalização.

No primeiro caso cabe destacar a agroindústria canavieira como atividade de importância significativa na reocupação das áreas cafeeiras, em boa parte devido aos incentivos específicos que lhe foram concedidos. Neste sentido, a Resolução nº 14 de 12/09/1963 do GERCA concedia prioridade às usinas de açúcar na concessão de financiamentos para a implantação de atividades agroindustriais substitutivas ao café. E, em fevereiro do ano seguinte, o IBC firmou um Convênio com o IAA visando a concessão de financiamentos para a implantação de novas usinas de açúcar. A principal causa dos incentivos à agroindústria açucareira devia-se à abertura de novas perspectivas para as exportações brasileiras do produto em consequência da Revolução Cubana e do fechamento do mercado dos EUA ao açúcar produzido naquele País.⁽¹⁶⁾ Desse modo, procurava-se proporcionar uma alternativa rentável à cafeicultura. Entre as 68 propostas recebidas pelo IAA neste ano, nada menos de 49 provinham de Estados cafeeiros e pleiteavam financiamento do GERCA.⁽¹⁷⁾

Entretanto, paralelamente a uma defasagem de dois anos entre a formulação e a execução do Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional do IAA, houve uma expansão desenfreada do plantio de cana, dadas as perspectivas favoráveis do mercado interno, entre outros fatores. Assim, quando este plano foi finalmente implantado, a agroindústria não mais apresentava grandes possibilidades de rentabilidade por causa da queda dos preços internos e externos ocorrida na crise de superprodução da segunda metade de 1965. Devido a isso a agroindústria canavieira só se apresentou como alternativa rentável à cafeicultura durante um período muito curto.

No que se refere ao segundo caso - a produção de café de alta qualidade, tratava-se de um objetivo já previsto pelo Plano Diretor no que se refere ao objetivo de renovar parte dos cafezais. Um indício de que esta cafeicultura deveria ser realizada em moldes altamente capitalizados e, conseqüentemente nas grandes propriedades, por causa das economias de escala, pode ser visto pela seguinte citação referente às necessidades de mão-de-obra para os

cafezais renovados:

"Os cafeeiros antigos são tratados exclusivamente a enxada, à base de um operário para 3.000 pés, necessitando de mais de 600 000 trabalhadores. Nos 500 milhões novos deverão ser usadas carpideiras de tração animal, bastando apenas 25 000 homens para esse trato. Haverá necessidade de braços extras para a colheita, cerca de 150 000 pessoas, durante três meses, que podem ser recrutados na própria zona rural, de outras culturas e nas cidades, especialmente entre mulheres e crianças, que pouco produzem nas indústrias."

Portanto, através da análise das linhas gerais do Plano Diretor, pode-se perceber que a execução deste, segundo a sua formulação inicial, não propunha apenas a substituição do cultivo do café por outras atividades agropecuárias, mas transformações qualitativas no setor agropecuário. Entre estas, na hipótese de que ele fosse executado integralmente, cabe ressaltar: (1) a desejada especialização da pequena propriedade cafeeira na produção de alimentos ou, caso isso não fosse viável, a transformação dos pequenos proprietários em assalariados; (2) a diminuição do número de trabalhadores empregados no setor agropecuário - colonos, parceiros, empregados permanentes - mediante a transformação da exploração cafeeira das grandes propriedades em pastagens ou outras atividades agrícolas, inclusive no caso do café renovado, que necessitassem de menor quantidade de trabalhadores; e (3) uma maior participação dos trabalhadores temporários a serem recrutados nas cidades ou no campo, devido às modificações técnicas que atuariam no sentido de ampliar a sazonalidade da utilização da força de trabalho no meio rural. Conseqüentemente haveria um aumento da oferta de força de trabalho, e isso implicaria numa deterioração das condições de vida, tanto nas cidades como no campo, dado que o mercado de trabalho estruturalmente já possui um excesso de mão-de-obra.

Entretanto, não seria apenas a execução deste plano, que promoveria as conseqüências já apontadas, já que, em 1966/1967 foi dada nova ênfase à erradicação de cafezais com a execução do Segundo Programa de Erradicação.

Neste sentido, mesmo levando em conta as diferenças existentes entre este programa e o Plano Diretor poder-se-ia dizer que, de um modo geral, a nível dos Estados produtores, as conseqüências sócio-econômicas de suas execuções apontaram na mesma direção.

A gravidade da crise social decorrente, dependeria em grande parte da diversificação econômica ocorrida em cada Estado,

cabendo fazer referências mais explícitas aos casos de São Paulo e do Espírito Santo, os quais, de certa forma, constituíram pontos extremos, mesmo levando em conta as diferenças regionais.

No caso do Estado do Espírito Santo, por exemplo, dada a subordinação das outras atividades econômicas a uma cafeicultura realizada predominantemente com base na produção familiar, a ampla substituição do café por pastagens, as quais reocuparam 70% da área erradicada, teve como consequência um amplo movimento de emigração das famílias rurais rumo ao Sul do País e uma grave crise social e econômica no Estado. Para ter-se uma idéia da importância do café na economia desse Estado, basta dizer que, uma queda de 30% na renda proveniente do seu cultivo teve por consequência uma redução de 13% na renda bruta estadual. ⁽¹⁸⁾ Além disso, 80% da força de trabalho agrícola do Estado estava diretamente ocupada no cultivo de café, sendo que 45% eram compostos de proprietários e membros não remunerados da família. Dessa forma, a substituição do café por pastagens teve graves implicações na desarticulação de uma forma de organização da produção agrícola baseada no trabalho familiar e, em seu lugar o surgimento de um amplo movimento de concentração da propriedade fundiária. ⁽¹⁹⁾

Já no Estado de São Paulo, devido ao processo de industrialização já existente e ao fato de haver uma agricultura mais diversificada em decorrência do próprio desenvolvimento industrial, as consequências sociais advindas da erradicação de café não foram tão graves como as do Estado do Espírito Santo. Isto porque, nas áreas onde o café havia sido erradicado foi possível introduzir uma diversificação agrícola mais equilibrada, sendo que a área de pastagens representou apenas 27% da área liberada pela erradicação. Desse modo, parte da mão-de-obra dispensada pela execução dos planos de erradicação pôde ser reocupada nas culturas substitutivas e pelas indústrias e setor de serviços urbanos.

Talvez a diferença fundamental entre os dois Estados - que acabam de ser citados, se deve à posição da cafeicultura nas respectivas economias estaduais. Como a cafeicultura constituía o centro da economia do Estado do Espírito Santo, a erradicação dos cafeeiros provocou ali o virtual desmoronamento da sua economia, processo que foi acompanhado de grave crise social. Já no Estado de São Paulo, o principal Estado industrial do País, a erradicação de cafezais não provocou uma quebra da economia estadual, mas, nem por isso minorou a crise social, já que a indústria nele instalada devido às suas características tecnológicas, não tinha a possibi -

lidade de absorver a mão-de-obra dispensada pela cafeicultura e não reocupada pelas novas atividades agrícolas. Os trabalhadores excedentes, que não migraram para outras regiões ou para os centros industriais do Estado, foram engrossando as fileiras dos chamados "boias-frias".

Nos Estados do Paraná e Minas Gerais, as consequências da execução desses planos em termos sócio-econômicos não deixaram de ser graves, na medida em que as respectivas economias estaduais eram mais dependentes da cafeicultura do que a do Estado de São Paulo. Nesses dois Estados a reocupação das áreas erradicadas deu-se preferencialmente através da formação de pastagens e pela implantação do cultivo de soja. Deve-se acrescentar que nem um nem outro possuem um setor industrial suficientemente dinâmico e capaz de reabsorver um grande contingente de mão-de-obra. Por outro lado, sua diversificação agrícola dependia fundamentalmente da própria cafeicultura. Isto pode ser visto, por exemplo, no caso dos cultivos de arroz, feijão, mandioca, milho, etc, que eram realizados intercaladamente ao café, cujos excedentes eram responsáveis no Estado do Paraná por 70% da oferta estadual de feijão e de 53% da de arroz. (20)

Face às considerações aqui apresentadas, era importante que o planejamento da cafeicultura concedesse uma maior ênfase à diversificação econômica das atividades agropecuárias nas áreas onde o café havia sido erradicado. Isto deveria ser realizado tanto no sentido de propiciar o surgimento de alternativas rentáveis para o café, como no que se refere à expansão do cultivo de produtos alimentares, tendo em vista a queda deste tipo de produção ocasionada pela erradicação dos cafezais. Neste sentido, houve uma aparente continuidade na atuação do GERCA no período entre 1967 e 1970, continuidade cujas principais diretrizes são analisadas a seguir à luz de alguns aspectos da política econômica geral.

2.3. O Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras e o papel do Crédito Rural

Entre 1967 e 1970, a principal diretriz adotada pelo planejamento da cafeicultura foi a de promover a implantação de agroindústrias nas áreas cafeeiras a fim de garantir certa diversificação agrícola. Procurou-se também melhorar a infra-estrutura existente e ampliar as pesquisas e a experimentação agrônômica de produtos alternativos. Por meio de estímulos creditícios pretendia-

-se ao mesmo tempo incentivar a diversificação agrícola nas áreas onde o café havia sido erradicado e garantir essa diversificação a través da constante demanda de produtos agrícolas pelas agroindústrias.

A execução dessa política deveria basear-se numa análise das diferentes estruturas sócio-econômicas vigentes nos Estados cafeeiros. A partir dela poder-se-ia estabelecer as prioridades - quanto às agroindústrias mais indicadas para cada região. Com este fim foram realizados alguns estudos preliminares pelo GERCA, os quais deram origem aos programas estaduais de diversificação econômica.

Aparentemente tratava-se de dar continuidade ao planejamento cafeeiro, mas esta não era a única motivação da política adotada. Para caracterizá-la é preciso buscar as razões que levaram à opção de se incentivar a criação de agroindústrias e à escolha da concessão de estímulos creditícios para atingir os objetivos propostos. Esta última, por sinal, iria prevalecer durante todo o restante do período estudado.

Com relação às diretrizes estabelecidas pelo Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras é importante apontar para dois aspectos da política econômica que tiveram influência nesta determinação.

Em primeiro lugar cabe ressaltar que a política econômica do Governo Federal passou a dar, a partir de 1967, uma grande ênfase à diversificação das exportações, principalmente de produtos manufaturados, visando não apenas melhorar a situação do balanço de pagamentos como incentivar a utilização de possíveis margens de capacidade ociosa existente na indústria. Para isso foram instituídas em 1967 uma série de incentivos fiscais e a abertura de linhas especiais de refinanciamento no Banco Central; e em agosto de 1968 foi criada a taxa de câmbio flexível, entre outras medidas.⁽²¹⁾ Dessa forma os incentivos à agroindústria podem ser entendidos como fazendo parte de uma política mais geral de diversificação das exportações.

Em segundo lugar, cumpre mencionar as diretrizes do Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968 - 1970 em relação ao setor agropecuário, as quais objetivavam promover a elevação da demanda de tratores e fertilizantes. Essas diretrizes se inter-relacionavam com as do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, no que se refere ao modo de organizar a produção agrícola destinada à agroindústria. Como se sabe, para maior rendimento desta, a matéria-prima utilizada deve ser de boa qualidade e

possuir certa uniformidade. E, para isso seria necessário a maior utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, etc., na produção agrícola. Além disso, a construção das próprias agroindústrias requerem equipamentos industriais, o aumento de cuja demanda poderia estimular a produção da indústria de bens de produção, que na época estava com excessiva margem de capacidade ociosa.

No que se refere ao primeiro aspecto apontado, uma coisa era o incentivo à exportação de produtos industrializados para ocupar a capacidade ociosa de indústrias já existentes, e outra o incentivo à instalação de novas empresas rurais - que requeriam maiores investimentos numa época em que a economia brasileira mal dava seus primeiros passos no sentido de sua recuperação e crescimento econômico. Isto significa que, dadas as condições da economia brasileira na época, os incentivos fiscais e creditícios concedidos para a instalação de novas agroindústrias não seriam suficientes para atingir os objetivos pretendidos.

Além disso, no que se refere ao planejamento da cafeicultura propriamente dita, a partir de 1969 o GERCA passou a dar maior ênfase aos incentivos destinados à ampliação dos cafezais, tendo em vista as reivindicações dos cafeicultores. Essas reivindicações baseavam-se no fato da erradicação ter promovido uma excessiva diminuição da capacidade produtiva da cafeicultura. Outro fator que influenciou decisivamente neste sentido foi a irrupção do surto de ferrugem do cafeeiro, uma doença que ameaçava dizimar os cafezais do país. Face a essas novas necessidades colocadas pela evolução do setor cafeeiro, a execução do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras acabou sendo relegada a um segundo plano. Isto, ao lado dos aspectos mencionados no parágrafo anterior serve para explicar, pelo menos em parte, a não utilização da maior parte dos recursos financeiros liberados para o referido programa.

Quanto à escolha dos incentivos creditícios como principal instrumento a ser utilizado para atingir os objetivos estabelecidos pelo planejamento da cafeicultura a partir de 1967, caberia lembrar que o crédito também constituía um instrumento considerado fundamental nas diretrizes do Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968 - 1970 para o setor agropecuário. Por sua vez, a viabilização desse instrumento só se tornou possível com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, no bojo da reforma fiscal e financeira havida na época. (22)

Duas eram as principais características deste sistema.

A primeira consistia na exigência de um orçamento detalhado da parte do proponente e a comprovação por ele das probabilidades de êxito do empreendimento, já que não se pretendia subsidiar atividades deficitárias. Ao estabelecimento de crédito caberia fiscalizar a aplicação do empréstimo, a fim de verificar se ela foi feita de acordo com as finalidades constantes do projeto.

A segunda característica dizia respeito à ampliação do crédito rural a ser concedido pelos bancos privados. Para tanto a Resolução nº 69 do Banco Central estabeleceu que os bancos particulares deveriam aplicar 10% dos seus depósitos no crédito rural, ou recolhê-los aos cofres do mesmo. Além disso, parte dos juros dos créditos concedidos para a aquisição de insumos "modernos" era paga pelo FUNDAG (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola) criado em 1969 em substituição ao FUNFERTIL, cujos recursos provinham em parte da comercialização dos estoques governamentais de café. (23) Essa política, ao mesmo tempo que "selecionava" os empreendimentos agrícolas mais rentáveis a serem financiados, garantia aos bancos um crescimento contínuo dos recursos colocados à sua disposição, uma vez que o retorno dos créditos agrícolas era praticamente garantido. Isto porque parte dos juros era paga pelo FUNDAG e, só eram financiados, em princípio, aqueles empreendimentos agrícolas que tivessem possibilidades de êxito. Mesmo na pior das hipóteses, em que os bancos privados não recuperassem os empréstimos concedidos, eles não seriam muito "prejudicados", visto que os recursos envolvidos correspondiam à parte dos depósitos que renderiam juros menores, caso fossem depositados no Banco Central.

É com base nessas características mais gerais do crédito rural que se pode compreender o fato do GERCA passar a utilizar, a partir de 1967 como principal instrumento na execução de seus planos e programas elaborados, a concessão de financiamentos em condições ainda mais favoráveis do que as do Sistema Nacional de Crédito Rural. Se as condições dos créditos concedidos pelo GERCA fossem iguais ou piores do que aquelas oferecidas pelo SNCR, provavelmente haveria uma pressão por parte dos cafeicultores para melhorar as referidas condições.

Ao mesmo tempo, considerando-se a evolução do sistema financeiro, cuja estrutura significou uma crescente diversidade e a elevação da rentabilidade dos títulos financeiros face às atividades produtivas, haveria um outro tipo de consequência propiciado pelas vantajosas condições dos créditos concedidos pelo planejamento da cafeicultura. (24)

Na medida em que os juros a serem pagos pelos créditos concedidos a projetos agroindustriais e para a ampliação da produção cafeeira - os principais objetivos da atuação do GERCA no período 1967 - 1976 - permaneceram mais baixos do que os relativos às outras atividades agropecuárias, os cafeicultores podiam optar entre aplicar os recursos monetários advindos do crédito na ampliação da produção, compra de fertilizantes, equipamentos, etc., e a sua aplicação, pelo menos em parte, na compra de títulos financeiros de rentabilidade imediata muito mais elevada.

Além do incentivo existente na diferença entre a taxa de juros a ser paga pelo crédito obtido e a taxa de juros paga pelos títulos financeiros, que por si só já constituía um grande atrativo, haveria ainda que considerar, no caso dos incentivos à ampliação da produção cafeeira, o caráter de longo ciclo da plantação de café e a forma de retorno do crédito concedido para o plantio. Como se sabe, o cafeeiro começa a produzir apenas três anos - depois de ter sido plantado; devido a isso, o período de carência do crédito destinado ao plantio foi fixado em três anos. Ou seja, somente após o quarto ano da concessão é que iria iniciar-se o pagamento do montante emprestado.

Isto de um lado facilitava a ampliação dos cafezais, e do outro dava ao cafeeiro um maior prazo para restituir ao banco os recursos financeiros. Isto facilitava ainda mais a aplicação desses recursos na compra de títulos financeiros de curto e médio-prazo, pois garantia a obtenção do retorno antes do vencimento do prazo do crédito para plantio. Esta "preferência" do cafeeiro - em aplicar recursos provenientes do GERCA no mercado financeiro teria como contrapartida uma crescente defasagem entre o aumento da capacidade produtiva financiada e o aumento da capacidade produtiva real. (25)

A fim de melhor ilustrar estas considerações gerais sobre o crédito rural e o planejamento da cafeicultura, tenta-se a seguir fazer uma análise dos condicionantes vinculados à evolução da cafeicultura que mais influenciaram o estabelecimento das políticas de expansão do plantio de café.

2.4. Políticas de Expansão da Capacidade Produtiva da Cafeicultura

Na verdade, os incentivos à expansão da população cafeeira tiveram início já antes dos anos setenta. A formulação -

dos primeiros planos com essa diretriz deu-se paralelamente à execução do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras. Contudo, para fins de análise da evolução do processo, achou-se mais conveniente separar os períodos do planejamento da cafeicultura, segundo as prioridades estabelecidas.

Entre os aspectos que poderiam ser considerados como determinantes para esta nova etapa do planejamento do setor cafeeiro cumpre apontar pelo menos três.

Em primeiro lugar, deve se mencionar a própria situação da cafeicultura na safra 1968/69, em consequência dos dois programas de erradicação e suas implicações a nível do comércio internacional. No referido ano agrícola, o Brasil contava apenas com 2,3 bilhões de cafeeiros conforme se pode observar no Quadro II.2, apresentado a seguir.

QUADRO II.2
EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE CAFEEIROS DO BRASIL

A N O	S A F R A	CAFEEIROS (milhões de pés)
	1960/1961	4 325
	1961/1962	4 306
	1962/1963	4 026
	1963/1964	3 676
	1964/1965	3 491
	1965/1966	3 199
	1966/1967	2 626
	1967/1968	2 319
	1968/1969	2 310

Fonte: IBC - Anuário Estatístico do Café, 1972.

Esse total comparado à população cafeeira de 4,3 bilhões existentes em 1960/61, representava uma diminuição de aproximadamente 47% em relação àqueles anos. Com esta capacidade produtiva a produção anual de café do Brasil não conseguia suprir as necessidades das exportações e do consumo interno sem ter que lançar mão aos estoques existentes no IBC. Em princípios de 1969, estimava-se que no período compreendido entre as safras de 1967/68 e 1969/70 haveria para uma produção total de 57 milhões de sacas de café uma demanda total

de 78 milhões de sacas do produto, sendo 24 milhões para o consumo interno e 54 milhões para a exportação. Conseqüentemente, o déficit total para esses três anos era estimado em 21 milhões de sacas de café, o que, por sua vez, correspondia à produção de um ano. (26) Além do fato da população cafeeira existente ser incapaz de suprir a demanda global do produto, mais de 850 milhões dos cafeeiros existentes tinham uma produtividade média de 7,5 sacas de café beneficiado por mil pés, quando em lavouras tecnicamente bem orientadas poder-se-ia obter de 20 a 30 sacas de café beneficiado por mil pés. (27)

Em segundo lugar, cumpre assinalar que, até então, apesar da execução do Programa de Diversificação Econômica para as Regiões Cafeeiras não havia surgido uma outra atividade agropecuária de densidade econômica semelhante ao café, que pudesse substituir este produto, em termos de geração de divisas para o País e pudesse proporcionar uma alternativa rentável à cafeicultura nas várias regiões produtoras. Neste sentido, pode-se ressaltar a diminuição do índice de renda bruta da agricultura, por exemplo, do Estado de São Paulo, onde ela caiu do índice de 100 em 1963 para 77 em 1968, segundo dados apresentados pelo Instituto de Economia Agrícola. (28) E, de acordo com as teses apresentadas no III Encontro Nacional do Café, boa parte da crise da agricultura era explicada pela crise da cafeicultura, pois, de certa forma considerava-se que a manutenção de outras explorações agrícolas decorria em alto grau em função da continuidade das atividades cafeeiras. Dessa forma, devido às ponderáveis erradicações de cafeeiros, teria sido retirado o suporte de muitas outras atividades agrícolas. (29)

Em decorrência dessas últimas considerações, pode-se notar, em terceiro lugar, que havia uma certa pressão por parte da burguesia cafeeira no sentido de reivindicar uma política de longo-prazo que tivesse por objetivo a expansão da cafeicultura. Este aspecto seria consubstanciado através da execução do Plano de Reorganização Caféeira, (30) formulado e executado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, visando o plantio de 200 milhões de cafeeiros. Com isso, esperava-se garantir um suprimento adicional de 4 milhões de sacas de café, correspondentes a 50% do déficit estimado da produção de café até 1977. É interessante notar a respeito deste plano que ele foi aprovado pelo Governo de São Paulo a 03/10/1969, praticamente ao mesmo tempo em que o era o primeiro programa de incentivo ao plantio elaborado e executado pelo GERCA - ou seja, do que o Programa de Racionalização da Cafeicultura, aprovado

pela Resolução nº 98 de 02/10/1969. Uma das importantes diferenças entre os dois planos dizia respeito às condições de financiamento: enquanto o plano elaborado pela Secretaria da Agricultura de São Paulo estabelecia como teto do valor financiável por cova Cr\$ 1,20 e uma taxa de juros de 4% ao ano, o programa do GERCA estabelecia como teto financiável Cr\$ 1,26, mas com juros de 14% a.a., o que , juntamente com outras falhas havidas durante a sua execução, teve como consequência, no Estado de São Paulo, uma maior aceitação do plano elaborado pela Secretaria da Agricultura. (ver Quadro II.3)

QUADRO II.3

(milhões de pés) PLANTIOS DO ANO-SAFRA 1969/1970

ESTADOS PRODUTORES	FINANCIADO PELO GERCA	FINANCIADO PELOS GOVER NOS ESTADUAIS	TOTAL
Minas Gerais	5,9	2,6	8,5
Paraná	7,5	-	7,5
São Paulo	2,4	17,9	20,3
T O T A L	15,8	20,5	36,3

Fontes: IBC: Economia Cafeeira, Viçosa - Maio 1971

IBC/GERCA: Resultados dos Planos de Renovação e Revisgamento de Cafezais 1969/70-76/77, Fev. 1978.

Entre as falhas em questão pode-se apontar tanto as referentes à determinação dos objetivos propostos pelo programa, como as relacionadas à execução propriamente dita. Quanto aos objetivos, o Programa de Racionalização da Cafeicultura propunha inicialmente que, durante o período de 1969 e 1975, promover-se-ia a erradicação dos cafeeiros considerados irrecuperáveis ao mesmo tempo que se renovaria parte dos cafezais dentro de uma orientação técnica - mais moderna. Assim, além desse plano partir de um diagnóstico - distante da realidade do setor cafeeiro - pois propunha ao mesmo tempo erradicar parte dos cafezais e renovar o plantio, quando a prioridade deveria ser de incentivo à expansão do plantio - cum pre assinalar que a base estatística utilizada para as projeções - da produção, dos estoques e da demanda referentes ao período de - 1969 a 1975 era bastante deficiente. Assim, por exemplo, nas proje

ções do potencial da produção, considerou-se a produtividade média verificada entre 1965 e 1968 em função do número de cafeeiros existentes, deixando de lado a possibilidade de quebras da produção pela ocorrência de fatores climáticos adversos. Ao lado disso, as projeções do consumo interno foram subestimadas, na medida em que tomaram por base a taxa de crescimento da população do País (3%) , quando a taxa histórica de crescimento do consumo interno de café alcançou entre 1960 e 1969 6,24% anuais. (31) Na medida em que os estoques futuros foram calculados pela diferença entre o potencial da produção e a demanda, as projeções padeciam, ao mesmo tempo, de uma superestimação do potencial de produção nos anos em que houvesse quebra da produção, e de uma subestimação sistemática da demanda no que se refere ao consumo interno.

Não tendo sido considerados os efeitos de possíveis adversidades climáticas, os objetivos do Programa tiveram que ser modificados face às geadas ocorridas em 1969. Conseqüentemente passou-se a dar prioridade à expansão do plantio. Contudo, mesmo assim, é de se notar que se este programa tivesse sido executado integralmente, teria havido um aumento da capacidade produtiva cafeeira de 300 milhões de pés em cinco anos. Isto no momento em que o Plano de Reorganização Cafeeira da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo considerava necessário para o restabelecimento do equilíbrio estatístico o plantio de 200 milhões de pés em três anos apenas no Estado.

Quanto à sua execução, além dos juros dos financiamentos concedidos serem, apesar de subsidiados, mais elevados do que os estabelecidos pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, uma limitação concreta resultou da insuficiência de mudas para a realização do plantio no primeiro ano da execução do Programa de Racionalização da Cafeicultura. Em consequência, as metas tiveram que ser reduzidas e o novo programa daí resultante foi submetido ao Conselho Monetário Nacional sob a denominação de Plano de Emergência, apenas tendo sido aprovado a 27/01/1970.

Desse modo, houve uma certa defasagem entre a formulação e a execução desse programa do GERCA, o qual só se iniciaria em 1970, quando já estava em andamento a ampliação da cafeicultura paulista. Isto, por sua vez, teve duas implicações: em primeiro lugar nem sequer a segunda meta de plantio de cafeeiros pode ser atingida, disso resultando a permanência da situação de déficit potencial da produção de café; e, em segundo lugar, tornava ainda mais necessário o GERCA estabelecer e executar um plano nacional -

de expansão da cafeicultura, de acordo com o crescimento das pressões vindas dos demais Estados cafeeiros. Isto porque, face aos incentivos à expansão da cafeicultura proporcionada pelo Estado de São Paulo, os outros Estados cafeeiros iriam ficar em desvantagem, com uma possível diminuição de sua participação no mercado de café e na obtenção de recursos financeiros a juros subsidiados. É dentro desta perspectiva que se pode compreender a tese exposta em 1970⁽³²⁾ pelos técnicos do BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná, segundo a qual esse Estado deveria replantar 120 milhões de cafeeiros para suprir os déficits da produção nacional de café. O mesmo se aplica ao plantio financiado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais no ano agrícola de 1969/70.

Tendo em vista estas circunstâncias, foi elaborado pelo GERCA o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais para os anos de 1970/71 e 1971/72, cujos financiamentos passaram a abranger além do plantio, a formação de mudas, a compra de fertilizantes e corretivos e defensivos agrícolas. Esta ampliação dos financiamentos poderia ser compreendida pelas reivindicações dos cafeicultores, que consideravam como condição de êxito para o programa de renovação da lavoura de café no Centro-Sul, a concessão de assistência financeira a prazo mais longo e com maiores facilidades para a aquisição de fertilizantes minerais em doses maciças, o que, via de encontro às diretrizes estabelecidas no Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968 - 1970, quanto ao aumento da demanda de insumos modernos pela agricultura.

Apesar da relativa compatibilidade entre os interesses industriais e os dos fazendeiros quanto à forma dos incentivos dados à expansão da cafeicultura, houve também algumas inconsistências na elaboração e execução do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais bem como na política cafeeira. Tais inconsistências seriam responsáveis pela relativa aceitação que ele teve por parte dos cafeicultores.

De um lado parece ter havido um certo distanciamento - entre a situação concreta da economia cafeeira e as metas propostas pelo plano, distanciamento que se tentou corrigir através da redução das metas estabelecidas do plantio. A causa principal dessa redução parece ter sido o aparecimento da ferrugem do cafeeiro. Devido às características dessa doença, encontrava-se em execução um Programa de Controle da Ferrugem. Uma das medidas propostas por este Programa consistia na erradicação dos cafeeiros afetados. Assim, seria normal que fossem cortados os financiamentos às

regiões onde houvesse sido constatada a ferrugem.

Entretanto, a despeito destas diretrizes, as sessões do CMN de 22/12/1970 e 19/02/1971 estenderam a aprovação de financiamentos ao plantio e formação de mudas nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, onde essa doença já havia sido constatada.

Embora se pudesse argumentar que os financiamentos para plantio seriam destinados a outros municípios que não aqueles onde a ferrugem estava disseminada, parece que a evolução da mesma confirmava a irracionalidade da extensão do financiamento. Assim, um ano depois, em julho de 1971, a ferrugem podia ser encontrada em toda a Zona da Mata de Minas Gerais, em 53 municípios do Estado do Espírito Santo^e até no Estado de São Paulo, onde anteriormente não havia sido verificada a ocorrência dessa doença.

Portanto, a redução das metas de plantio não foi causada pela ocorrência da ferrugem, dada a extensão dos financiamentos às regiões cafeeiras afetadas. E, este fato demonstra a pouca integração entre os próprios planos do GERCA a serem executados no mesmo período.

Por outro lado, considerando-se as metas de plantio inicialmente propostas, foi pequena a aceitação inicial do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais por parte dos cafeicultores. Este fato pode ser atribuído em parte à elevação dos custos de produção, devido à necessidade de utilizar defensivos agrícolas para enfrentar a ferrugem do cafeeiro, e em parte à política de comercialização do IBC, a qual, ao estabelecer preços internos relativamente baixos, não levava em conta os novos riscos e custos da cafeicultura. Isto pode ser visto no Quadro II.4 pela participação da quota de contribuição no preço médio em dólares do café exportado. Além dos preços externos mostrarem um comportamento firmemente crescente apenas a partir de 1971, a quota de contribuição passaria a ser de crescente em relação aos preços externos somente depois do mesmo ano.

As inconsistências do planejamento da cafeicultura nesta primeira etapa de incentivos à expansão poderiam ser atribuídas de um modo geral à maior ênfase da política econômica à diversificação da pauta de exportações. Neste sentido cabe mencionar uma declaração feita em 1971 pelo então Ministro da Fazenda - Delfim Netto - na qual se anunciava a execução pelo Governo brasileiro de um programa tendente a transformar a indústria extrativa mineral na principal fonte de divisas do País em substituição ao café. (33) Obviamente, na medida em que os interesses cafeeiros não poderiam ser

QUADRO II.4

VOLUME, VALOR E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS DE CAFÉ

ANO	Volume (1000 sc.60Kg)	V A L O R		VALOR MÉDIO		Quota de contribui- ção US\$/sc	%Quota no Valor Médio	Preço míni- mo de com- pra pelo IBC	%xcafé nas totals
		US\$ 1000	Cr\$ 1000	US\$	Cr\$				
		1969	19 613	845 687	1 892 408				
1970	17 085	981 802	2 687 001	57,47	157,27	31,78	55,30	126,99	35,84
1971	18 399	822 113	3 223 447	44,68	175,19	21,51	48,14	152,50	28,31
1972	19 215	1 057 104	4 357 398	55,01	226,77	24,44	44,43	193,92	26,49
1973	19 817	1 344 153	6 152 702	67,82	310,47	29,67	43,75	241,67	21,68
1974	13 279	980 280	5 350 183	73,82	402,89	26,89	36,43	298,89	12,33
1975	14 604	934 145	7 226 560	63,97	494,84	27,43	42,88	493,56	10,78
1976	15 602	2 398 045	19 411 903	153,69	1 244,10	38,42	25,00	812,50	23,72

Fonte: Anuário Estatístico do Café, 1976.

totalmente deixados de lado, ele declarou também que o Brasil estava interessado em manter a sua participação de 33% no mercado mundial de café e, se possível, de aumentar os lucros com as exportações do produto.

Em 1972, como continuava a defasagem entre a produção e a demanda de café, em parte devido à execução dos primeiros planos e programas de incentivo à ampliação da capacidade produtiva, o GERCA elaborou o Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais a ser executado entre 1972/73 e 1974/75. Este, entre suas metas propunha o financiamento do plantio de 600 milhões de cafeeiros em três anos, além de manter as concessões de crédito aos outros itens estabelecidos pelo Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais de 1970 e 1971.

Na medida em que houve ao mesmo tempo reformulações nas condições de financiamento do plantio e na política de comercialização do IBC, a aceitação por parte dos cafeicultores foi ampla e imediata. No que se refere às condições de financiamento, cabe ressaltar a redução da taxa de juros para a formação de mudas, plantio e recepa, de 6% para 3% a.a.. Além disso, a assistência financeira passou a abranger equipamentos agrícolas, para os quais os juros eram totalmente subsidiados, assim como aqueles destinados à compra de defensivos agrícolas.

Quanto à política de comercialização do IBC houve, a partir de 1972, uma redução, em termos relativos, da quota de contribuição paga pelo café exportado, o que aumentava a rentabilidade das atividades do produtor e do exportador. Ao lado disso, em 1972, o IBC deixou de vender seus estoques a preços subsidiados para atender o mercado interno. Ao diminuir a oferta de café para o mercado interno, os preços se elevaram tornando-se bastante compensadores. Essa medida do IBC pode ter sido decorrente tanto de uma tentativa de tornar mais integrada a política cafeeira, como do simples fato de seus estoques serem muito baixos já em 1972.

Nos dois anos agrícolas seguintes, o movimento de contratação de novos financiamentos para a expansão da capacidade produtiva diminuiu de ritmo. Entre as causas que poderiam ser apontadas para a queda deste ritmo cabe ressaltar os aumentos da taxa de juros, o fato do valor financiável para o plantio ter sido estabelecido em Cr\$ 3,10 por cova quando se esperava que fosse de Cr\$ 3,50 e a continuidade da ferrugem, a qual só tornava rentáveis aquelas explorações cafeeiras que tivessem alta produtividade. Apesar disso, continuavam as pressões para que o Programa de Reno-

vação e Revigoração de Cafezais fosse ampliado como se pode notar pelo pronunciamento dos líderes cafeeiros no Encontro Nacional dos Produtores Rurais ⁽³⁴⁾ realizado em Brasília em 1973. No mesmo sentido pode ser mencionada a declaração de Epaminondas Camargo Madeira que apontava entre as causas da necessidade dessa ampliação: a elevação dos custos operacionais em 30% devido à ferrugem, a quebra entre 20 a 30% no plantio dos 600 milhões de cafeeiros e a necessidade de aplicação de fertilizantes para a elevação da produtividade existente, enquanto não entrassem em plena produção os cafezais plantados dentro do Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais.

Apesar dessas pressões, segundo os resultados obtidos - entre 1972/73 e 1974/75, para o qual os contratos de financiamento para novos plantios abrangiam aproximadamente 666 milhões de cafeeiros, a execução desse plano foi considerada praticamente encerrada. Para o ano agrícola de 1975/76 previa-se o financiamento para plantio apenas nas áreas dos Estados do Nordeste e do Espírito Santo dotadas de micro-climas favoráveis ao plantio de café, com o objetivo de suprir uma parcela maior do consumo regional.

Todavia, devido às graves geadas ocorridas em julho de 1975 houve algumas modificações no planejamento da cafeicultura. A fim de se ter uma idéia das conseqüências a nível estadual que estas geadas provocaram seria suficiente dizer que a população cafeeira no Estado do Paraná foi totalmente atingida, a do Estado de São Paulo em 66%, a do Estado do Mato Grosso em 80% e a de Minas Gerais em cerca de 10%. A amplitude dessas geadas e a sua intensidade, que em algumas regiões chegou a atingir todos os cafeeiros, implicariam numa redução da produção de café durante alguns anos e não apenas - numa quebra de safra.

Os efeitos destas geadas, em termos de elevação dos preços internacionais do café foram amplamente sentidos no ano de 1976. Assim, a comparação entre os preços de janeiro de 1975 e janeiro de 1976 mostraram uma elevação de 100%. ⁽³⁵⁾ Para essa elevação contribuíram de forma decisiva, além das geadas brasileiras, as inundações ocorridas na Colômbia, a guerra civil de Angola e o terremoto na Guatemala, os quais restringiram ainda mais o suprimento mundial de café.

Ao lado destes fatores que reduziram a produção nos principais países cafeeiros, o IBC em sua política externa fez todo o possível para manter elevadas as cotações do café. Entre as medidas por ele adotadas neste sentido, cabe destacar o Acordo Comercial

realizado entre o Brasil e Angola, pelo qual o Brasil trocou uma partida de café Robusta por 200 ônibus e 5 mil toneladas de arroz. (36) Com isso praticamente garantiu a alta dos preços de todos os tipos de café, pois, Angola ainda era um dos únicos países cafeeiros que detinha algum estoque de café significativo. Em decorrência disso, os preços do café continuaram a se elevar até fins de 1976, proporcionando ao País naquele ano uma receita de US\$ 2,4 bilhões.

Com isso, o café passava novamente a contribuir poderosamente para a redução dos déficits da balança comercial, cuja estimativa em abril de 1976 era de 800 milhões de dólares contra 3,5 bilhões de dólares em 1975.

A nível do planejamento cafeeiro, a nova conjuntura refletiu-se na elaboração e execução do Plano de Emergência para Recuperação dos Cafezais Geados e da ampliação das metas de plantio do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais 1975/76. Com a execução destes dois planos pretendia-se minimizar os efeitos das geadas de 1975, através de incentivos financeiros à realização de podas de recepa ou decote nos cafezais recuperáveis e à substituição das lavouras no caso daqueles sem possibilidade de recuperação. Além disso, pretendia-se promover a reposição de parte da população cafeeira que havia saído definitivamente de produção.

Apesar da grande euforia para a expansão cafeeira, decorrente dos altos preços do produto em 1976 e das pressões para o prosseguimento do plantio financiado, o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais foi encerrado em julho de 1977. Isto porque, já se considerava que o parque cafeeiro instalado poderia responder nos próximos anos a demanda interna e externa, ao atingir uma produção de 28 milhões de sacas. (37)

Durante o período de 1970 a 1976, a execução dos planos e programas do GERCA propiciou, de modo geral, a expansão dos cafezais e o aumento da demanda de insumos agrícolas modernos - além de algumas implicações no sistema econômico, que não eram previstas inicialmente. Neste sentido seria interessante ressaltar que as aplicações financeiras do GERCA chegaram a representar aproximadamente 8% do total do crédito rural concedido em 1972. Em consequência, poder-se-ia dizer que a sua atuação teria sido um elemento a mais para favorecer o crescimento dos bancos.

Isto porque a totalidade dos recursos liberados por este órgão para os financiamentos de seus planos e programas não foi efetivamente aplicada apenas na cafeicultura. Uma parte ponderável

ficou depositada nas agências de financiamento, basicamente no Banco do Brasil e nos Bancos Estaduais. Em consequência houve um aumento dos recursos financeiros à disposição das agências desses bancos, devido à diferença entre os recursos depositados pelo GERCA e os efetivamente utilizados pelos cafeicultores.

Embora estes recursos não pudessem ser destinados diretamente ao financiamento de outras atividades econômicas, eles possibilitaram um aumento do crédito destinado a estas últimas, ao poderem ser utilizados como garantia. Como se sabe, o limite dos créditos concedidos pelos bancos costuma ser em grande parte proporcional ao valor dos depósitos.

Mesmo considerando que todos os recursos monetários depositados pelo GERCA tivessem sido efetivamente aplicados na cafeicultura, eles não deixariam de ser liberados progressivamente no tempo, especialmente no caso dos créditos liberados para plantio e formação de mudas. Assim, haveria uma certa permanência dos recursos depositados pelo GERCA nos bancos, o que possibilitava também uma ampliação de seus empréstimos a outras atividades econômicas.

Contudo, haveria uma outra espécie de impacto das aplicações financeiras propiciadas pela atuação do GERCA, que não se limitava a um favorecimento do crescimento do Banco do Brasil e dos Bancos Estaduais, mas, teria influência na realimentação do crescimento do sistema bancário e financeiro como um todo.

Para tentar analisar este tipo de influência apresenta-se no Quadro II.5 os dados referentes à evolução da população cafeeira, aqui chamada de capacidade produtiva cafeeira-real e a evolução do número de cafeeiros financiados, segundo o movimento de contratação de créditos destinados ao plantio, aqui denominado de capacidade produtiva cafeeira financiada.

A terceira coluna desta tabela mostra qual deveria ter sido o aumento da população cafeeira, segundo o acréscimo dos cafeeiros financiados, considerando-se sempre a população cafeeira existente no ano imediatamente anterior. A comparação desta coluna com a primeira mostra que o aumento da capacidade produtiva cafeeira financiada seria em todos os anos maior que o da capacidade produtiva cafeeira real.

Um dos primeiros argumentos que poderia explicar tal paradoxo refere-se ao fato de que dessa população cafeeira financiada deveria ser deduzida aquela parcela que não germinou. Além disso deveriam ser descontadas da população cafeeira aquela parte que foi dizimada por fatores climáticos, ou simplesmente abandonada

QUADRO II:5

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CAFEEIRA E DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS

ANOS	POPULAÇÃO CAFEEIRA EXISTENTE 1.000 COVAS	CONTRATAÇÃO FINANCIA/O PLANTIO 1.000 COVAS	POP. (1.000 COVAS) CAFEEIRA RESULTANTE DA CONTRAT. DE FIN.
1969	2 304 371	-	-
1970	2 228 368	36 263	2 340 634
1971	2 271 205	135 393	2 363 761
1972	2 334 017	86 123	2 357 328
1973	2 639 609	374 957	2 708 974
1974	2 762 067	155 430	2 795 039
1975	2 761 226	135 835	2 897 902
1976	2 564 953	353 279	3 114 505
TOTAL		1 277 280	

Em 1976 foram já considerados os 300 milhões de cafeeiros atingidos pelas geadas de 1975.

das para se obter o impacto real da execução dos planos do GERCA sobre o aumento da população cafeeira.

Estes dois argumentos, embora devam ser levados em consideração e sejam de difícil quantificação, não explicam a totalidade das diferenças apresentadas, já que estas são sistemáticas durante todo o período e bastante elevadas.

Ainda para explicar estas diferenças poder-se-ia argumentar que os preços do café existentes no mercado seriam muito baixos frente à elevação dos custos de produção, aumentados pela necessidade de utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas e pela elevação do preço da mão-de-obra, etc., tornando desestimulante a formação de novos cafezais, em termos de rentabilidade, mesmo havendo financiamentos a baixos custos para os principais elementos que entram na produção de café. Em consequência, o número de cafeeiros abandonados e/ou erradicados seria superior ao

número de cafeeiros financiados, o que teria como efeito líquido um a diminuição absoluta da capacidade produtiva real da cafeiculturra.

Todavia, deixando de lado esses argumentos, pode-se notar que, na hipótese disso ter ocorrido configurar-se-ia uma situação, no mínimo bastante estranha, na qual se destinam vultuosos reçursos financeiros para uma atividade que não é rentável. Tudo indica que isso não corresponde totalmente à realidade, já que, se -
gundo os dados disponíveis do IBC, entre 1969 e 1976, para os Estados do Paraná e Minas Gerais, houve plantio de café, embora pequeno, financiado por conta própria. (ver Quadro II.6) Isto aliás era de se esperar, já que, devido às vantagens das condições de finançamento concedidas pelo GERCA, os cafezais formados por conta própria só poderiam ser em pequeno número. Por outro lado, isto seria um indício de que os preços existentes de mercado do café não eram baixos, a ponto de transformar a cafeicultura numa atividade de baixa rentabilidade, que propiciasse um abandono sistemático superior ao plantio financiado no período considerado.

Tendo em vista estas considerações, e de acordo com o desenvolvimento do setor financeiro brasileiro, parece que pelo menos parte dos recursos destinados ao plantio de café foram, na realidade, aplicados no mercado financeiro. Neste sentido haveria uma evidência em relação aos créditos destinados à comercialização do café, conforme notícia publicada pela Gazeta Mercantil,⁽³⁸⁾ cujo resumo é apresentado a seguir:

"Em Santos, os comerciantes de café têm como certa a divulgação nos próximos dias de instrução normativa interna do CMN para evitar que créditos a juros subvencionados para o café tenham aplicação diversa, aumentando a especulação no mercado financeiro. Muitas declarações frias de venda são registradas a penas para efeito da venda do câmbio aos bancos e assim o exportador consegue dinheiro fácil na base de 80% do valor do câmbio a juros de 0,6 e 0,8% ao mês, quando no mercado financeiro não se obtém a menos de 2 a 3% ao mês. E, esse dinheiro obtido a juros subsidiados por se destinar teoricamente à exportação de café é aplicado especulativamente no mercado financeiro."

Entretanto é importante ressaltar pelo menos dois aspectos em relação à expansão do crédito destinado a financiar o plantio de café entre 1969 e 1976.

Em primeiro lugar, há que salientar que, mesmo no caso dos cafeicultores utilizarem os recursos obtidos pela expansão-

QUADRO II.6
CAFEEIROS PLANTADOS POR CONTA DOS ESTADOS
PRODUTORES

1.000 covas

ANO	PARANÁ	MINAS GERAIS
1969	34 349	10 600
1970	2 673	7 700
1971	1 469	500
1972	13 259	1 200
1973	27 799	750
1974	11 907	2 367
1975	1 500	11 016
1976	39 278	6 691

Fonte: IBC - Anuário Estatístico do Café, 1976.

dos financiamentos nas atividades produtivas, incentivados pelos seus baixíssimos custos, isto proporcionava uma liberação de recursos próprios para outras aplicações, como por exemplo, na compra de terras - ou na aquisição de títulos do mercado financeiro. Esta possibilidade era viabilizada pelo fato de que, na realidade, os financiamentos concedidos à expansão do plantio de café se destinavam aos cafeicultores de maior poder econômico.

Em segundo lugar, deve-se considerar que parte dos créditos concedidos à expansão do plantio de café foram efetivamente - desviados para outras aplicações, tanto para a compra de terras como para o mercado financeiro. Neste caso, patenteia-se o giro dos créditos concedidos dentro do próprio sistema financeiro, sem passar em qualquer momento pelas atividades produtivas. Com isso, intensificaram-se ainda mais as contradições entre a evolução das atividades produtivas que geram valor real e o crescimento da órbita financeira que produz um valor fictício.

De modo geral, pode-se dizer que, através dos mecanismos descritos acima houve uma transferência de recursos próprios e/ou de

créditos destinados à cafeicultura para o mercado financeiro. E, na medida em que o acontecido no setor cafeeiro não deve ter sido diferente do ocorrido em outras atividades produtivas - sejam elas agropecuárias ou industriais - trata-se apenas de um caso particular de defasagem entre a órbita real e a órbita financeira da economia.

Dessa forma, o sistema financeiro, que em princípio de veria tender a acelerar o aumento do potencial da produção - seja pela redução de custos, seja pela possibilidade de permitir a realização de um volume de investimento acima das possibilidades individuais dos capitalistas - acabou, em certo sentido, tornando-se um obstáculo à expansão das atividades produtivas na economia brasileira. E, no caso da expansão da produção de café, nem ao menos o aumento do plantio propiciado pelos financiamentos efetivamente concedidos foi atingido. Em outras palavras, pode-se dizer que houve um crescimento do sistema financeiro em detrimento da expansão das atividades produtivas.

NOTAS DO CAPÍTULO II

- (1) Sobre a ordenação do mercado internacional do café e com respeito à organização da OIC, veja-se Castro (1972) e Malta & Milanez (1972).
- (2) Veja-se Carvalho Filho (1976) - pp. 28 e seguintes.
- (3) A composição dos grupos de café, segundo o seu país de origem é a seguinte:
 - Arábicas Suaves Colombianos: Colômbia, Quênia, Tanzânia;
 - Outros Arábicos Suaves: Burúndi, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Ruanda, Venezuela.
 - Arábicas Não-Lavados: Bolívia, Brasil, Etiópia, Paraguai.
 - Robustas: Congo (R.D.), Gana, Guiné, Indonésia, Libéria, Nigéria, OANCAF (Camarões, República Centro-Africana, Daomé, Gabão, Costa do Marfim, República Malgaxe, República Popular do Congo, Togo), Portugal, Serra Leoa, Trindade-e-Tobago, Uganda.
- (4) A respeito do FID veja-se Castro (1972); Malta & Milanez (1972)
- (5) Sobre a quota de contribuição veja-se Carvalho Filho (1976) pp. 47 e seguintes.
- (6) Quanto à evolução do saldo da Conta-Café, apesar das diferenças apresentadas, veja-se McFarquhar & Evans (1972) p. 82; Carvalho Filho (1976) p. 23 e Anuário Estatístico do Café 1976 p. 425.

- (7) Em relação ao escoamento das safras de café entre 1959/60 e 1963/64 veja-se Carvalho Filho (1976) pp. 59/60.
- (8) A respeito dos cafeicultores terem apoiado a Revolução de 1964, veja-se Bacha (1976 a) pp. 165/166. Cumpre notar que esse apoio não tardou a se desfazer diante dos rumos adotados pela política econômica dos Governos Castello Branco e Costa e Silva. Veja-se a respeito Martins (1976).
- (9) Veja-se artigo "Governo vai Racionalizar a Cafeicultura" in O Estado de S. Paulo 22/07/1965.
- (10) Veja-se artigo: "O Novo Esquema Cafeeiro" - O Estado de S. Paulo 01/07/1966.
- (11) Veja-se artigo "Café Enfrenta o Governo" - Jornal da Tarde - 05/07/1966. As entidades que assinaram o manifesto foram as seguintes: Associação Paulista de Cafeicultores, Associação Paranaense de Cafeicultores, Sociedade Paulista de Agronomia, Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, União das Associações dos Fornecedores de Cana de São Paulo, União das Cooperativas de São Paulo, Federação Brasileira das Cooperativas de Cafeicultores, Federação Paranaense das Cooperativas dos Cafeicultores, Sociedade Rural do Norte do Paraná e Sociedade Rural Brasileira.
- (12) Veja-se artigo "FAESP em Documento a Castello - Crítica a Política do Café" - Folha de S. Paulo - 17/07/1966.
- (13) Cf. Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras (1967)
- (14) Veja-se artigo "Opiniões Contraditórias acerca da Erradicação" O Estado de S. Paulo - 06/08/1966.
- (15) Segundo o Decreto-Lei nº 200 de 20/02/1967, artigo 177, os Conselhos, Comissões e outros órgãos colegiados que contassem com a representação de grupos ou classes econômicas diretamente interessados nos assuntos de sua competência, passaram a ter funções exclusivamente consultivas. Em consequência disso o decreto nº 60 737 de 23/05/1967 retirou da Junta Administrativa do IBC o seu poder legislativo, transformando-a em Junta Consultiva com funções exclusivamente de consulta e assessoramento nas matérias anteriormente sujeitas à sua deliberação. Este fato explicaria em grande parte que as reivindicações dos cafeicultores passassem a ser exercidas nos órgãos de classe rural e

não mais dentro do IBC.

- (16) Em relação ao planejamento na agroindústria canavieira, veja-se Szmrecsányi (1976), especialmente as pp. 244-250 relativas ao período.
- (17) É importante ressaltar que destas propostas foram aprovadas 27 com a seguinte distribuição:
- (a) para o Estado de São Paulo foram liberados financiamentos para 9 usinas: 6 com capacidade de produção de 500.000 sacas de açúcar e 3 com capacidade de 250.000 sacas.
 - (b) para o Estado do Paraná foram liberados financiamentos para 10 usinas, sendo 6 com capacidade de produção de 500.000 sacas e 4 com capacidade de 250.000 sacas.
 - (c) para o Estado de Minas Gerais foram liberados financiamentos para 6 usinas com capacidade de produção de 250.000 sacas.
 - (d) para o Estado de Mato Grosso foi liberado financiamento para apenas uma usina com capacidade de produção de 250.000 sacas.
 - (e) e, finalmente para o Estado do Espírito Santo foi liberado financiamento para apenas uma usina com capacidade de produção de 100.000 sacas.
- (18) A respeito da importância da economia cafeeira no Estado do Espírito Santo veja-se Programa de Diversificação do Estado do Espírito Santo (1967). Outra atividade substitutiva e expulsora da mão-de-obra foi o reflorestamento.
- (19) Entre 1967 e 1972 neste processo de concentração da propriedade fundiária, as propriedades rurais do Estado do Espírito Santo de mais de 10.000 ha passaram de uma unidade com 16.457 ha para cinco em 1972, ocupando uma área total de 1,5 milhão de ha. (Graziano da Silva - 1978, pp. 64 e seguintes).
- (20) Quanto à oferta de produtos agrícolas alimentares vindo do cultivo intercalar do café no Paraná, veja-se Programa de Diversificação Econômica do Estado do Paraná (1967).
- (21) Para as principais medidas adotadas em relação à política de exportação de manufaturados veja-se Suzigan e outros (1974), pp. 34 - 44.
- (22) Quanto ao Sistema Nacional de Crédito Rural veja-se Paiva & outros (1976), especialmente cap. V.

- (23) O Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL) foi criado junto ao Banco Central pelo Decreto nº 58.193 de 14/04/1966. Segundo este, o FUNFERTIL visava incrementar o uso de fertilizantes e suplementos minerais nas explorações rurais, contando para isso com os seguintes recursos: (a) parte da receita proveniente da venda de produtos adquiridos pela CFP; (b) parcela de recursos para diversificação agropecuária, concedidos ao GERCA; (c) parcela da contrapartida, em cruzeiros, de acordos de empréstimos firmados pelo Governo Brasileiro com a Agência para o Desenvolvimento Internacional; (d) parcela da contrapartida, em cruzeiros, de acordos para a importação de fertilizantes e produtos fitossanitários dos Estados Unidos.
- (24) No que diz respeito ao desenvolvimento recente do sistema financeiro no Brasil, veja-se Tavares (1974), especialmente o capítulo: "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente", pp. 218-255; e, Tavares (1979), cap. IV.
- (25) As evidências dessa defasagem podem ser encontradas pela comparação dos dados da evolução da população cafeeira existente nos Anuários Estatísticos do Café, publicados pelo IBC e a evolução do número de cafeeiros financiados existente nos Relatórios anuais publicados pelo GERCA.
- (26) Veja-se artigo "Sugestões para o Plano do Café" - O Estado de S. Paulo -27/04/1969.
- (27) Estas estimativas são apresentadas no Programa de Racionalização da Cafeicultura de 1970.
- (28) Estes índices da renda bruta da agricultura paulista estão citados na nota (26)
- (29) Idem no que se refere ao III Encontro Nacional do Café
- (30) Sobre o Plano de Reorganização Cafeeira veja-se os seguintes artigos: "Renovação da Lavoura Cafeeira", Suplemento Agrícola de O Estado de S. Paulo (05/11/1969) e "Plano Cafeeiro já é vitorioso", O Estado de S. Paulo (05/05/1970).
- (31) A taxa histórica de crescimento do consumo interno do café foi calculada a partir dos dados existentes nos Anuários Estatísticos do Café, publicados pelo IBC.
- (32) Sobre a proposta do BADEP veja-se o artigo "O Paraná quer replantar 120 milhões de cafeeiros" - O Estado de S. Paulo -

(24/06/1970)

- (33) Esta declaração encontra-se no artigo "Brasil Substituirá Café por Minério" - O Estado de S. Paulo (11/06/1971)
- (34) Veja-se artigo "Plano de Renovação Cafeeira Exige uma Imediata Ampliação" - O Estado de S. Paulo (8/08/1973).
- (35) Veja-se a respeito o artigo "O Café Sobe 100% e já Preocupa" - Gazeta Mercantil (14/02/1976).
- (36) Sobre o Acordo Brasil-Angola veja-se os artigos "Café Dispara e Pode Render US\$ 2 milhões" - Gazeta Mercantil (02/04/1976) e "As Vantagens (Concretas) de Angola" - Gazeta Mercantil - (15/04/1976).
- (37) Sobre o encerramento da execução do Plano de Renovação e Revisamento de Cafezais veja-se o artigo "Plano do Café não Deve rá ser Prorrogado" - O Estado de S. Paulo (10/12/1976).
- (38) Veja-se artigo "Crédito do Café para o Open" - Gazeta Mercantil (27/03/1976).

CAPÍTULO III
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS
DO GERCA

Através da análise realizada no capítulo II, sobre as linhas gerais do planejamento da cafeicultura, pode-se perceber - que houve no processo uma certa descontinuidade em termos de diagnósticos, também variando portanto, os objetivos que deveriam ser atingidos nas diferentes etapas da atuação do GERCA.

Assim, com exceção do período compreendido pelos anos de 1970 e 1976, pretende-se neste capítulo fazer uma análise e avaliação dessa atuação por plano ou programa executado. A avaliação tem um caráter meramente formal, limitando-se a comparação entre as metas estabelecidas e resultados obtidos.

Um outro fator que determinou a fragmentação da análise por planos e programas diz respeito às diferenças de qualidade técnica que existe entre eles. Neste sentido, cabe salientar que o Plano Diretor de 1962 foi o único para o qual se realizou uma análise das inter-relações entre a cafeicultura e o desenvolvimento econômico, derivando a partir daí as diretrizes de sua execução.

No caso do Segundo Programa de Erradicação e do Programa de Diversificação Econômica nas Regiões Cafeeiras, este tipo de análise é deficiente, disso resultando talvez o fato de não se ter conseguido atingir os objetivos propostos, principalmente com relação ao segundo programa citado. Na medida em que não houve um prévio diagnóstico das relações entre a cafeicultura e a

economia brasileira, acabaram sendo propostos como prioritários - alguns objetivos que dificilmente poderiam ser atingidos. Este foi o caso notadamente dos incentivos à instalação de novas agroindústrias, numa época em que a economia brasileira mal estava saindo da crise econômica de 1961-1967.

Já nos planos e programas que tiveram por objetivo a expansão da cafeicultura, apesar de não haver nos documentos oficiais um diagnóstico explícito da situação da cafeicultura dentro do desenvolvimento econômico, as diretrizes fixadas foram ao menos decorrentes de uma avaliação do desempenho interno do setor cafeeiro. Esses planos e programas, no entanto, podem ser analisados conjuntamente, dada a semelhança que há entre eles em termos de diagnóstico, objetivos, instrumentos, medidas e prioridades. Trata-se do Programa de Racionalização da Cafeicultura (1969); Plano de Emergência (1970); Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (1970); Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais (1972); Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (1975); Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados (1975); e Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (1976).

3.1. Diretrizes e Execução do Plano Diretor de 1962

Partindo da situação de crise de superprodução de café do final da década de 1950, a formulação do Plano Diretor constava de três partes.

Na primeira procurou-se analisar a importância do café na economia brasileira através dos seguintes itens: contribuição da cafeicultura à formação da renda nos diversos Estados cafeeiros, participação das exportações do café na formação da receita cambial, mão-de-obra ocupada no setor cafeeiro, e sua importância na agricultura, em termos de área cultivada do País e de valor da produção.

De acordo com os dados apresentados, pode-se constatar a relevância da cafeicultura no que se refere aos aspectos apontados.

No período entre 1947 e 1959, o cultivo de café contribuiu em média com 5% da renda interna bruta gerada no País, o que é uma elevada percentagem considerando que se trata de um único produto agrícola. Mas, neste particular, o aspecto mais importante apontado dizia respeito às diferenças regionais. Isto porque, enquanto que no Estado de São Paulo, devido ao rápido proces-

so de industrialização, a participação do café na renda interna estadual caía de 16,5% em 1950 para 5% em 1959, no Estado do Paraná ela atingia 32% e no Espírito Santo 30%. Além disso, em cada um desses dois Estados a cafeicultura participava aproximadamente com 50% da renda gerada pelo setor primário.

Quanto à formação da receita cambial, as exportações de café tiveram em média uma participação de 59% no período 1947/60. Essa participação chegou a representar 74% em 1952, mostrando a importância estratégica do setor cafeeiro no processo de desenvolvimento econômico do País.

Um outro elemento importante considerado pelo Plano Diretor diz respeito à ocupação da mão-de-obra. Como se sabe, o cultivo de café, dentro da tecnologia tradicional é uma das atividades agropecuárias que mais ocupa força de trabalho. Nestas condições, em 1958, estimava-se em 5,5 milhões de pessoas o total da força de trabalho envolvida apenas na área agrícola da cafeicultura.

Finalmente, com relação à importância econômica do café na agricultura brasileira, mostrava-se no plano que, da área total cultivada do País, 15,5%, em média no período 1948/60, se destinava ao plantio do produto. Em termos de valor da produção agrícola, na fase de maior alta dos preços no mercado internacional do café, este produto chegou a participar com 20% do valor total da produção agrícola; na média para o período 1947/59 esta percentagem cai para 16,5% - o que ainda representa uma participação bastante elevada, levando em conta o fato de se tratar de uma cultura regional.

Após essas considerações gerais sobre a importância da cafeicultura na economia brasileira, na segunda parte o Plano Diretor procurava detectar os principais problemas existentes na economia cafeeira, para cuja solução, tendo em vista a situação inflacionária da economia nacional, foram formuladas as diretrizes da terceira parte do documento - ou seja, o Plano Diretor propriamente dito.

Apesar da diversidade de condições sócio-econômicas existentes nos Estados cafeeiros, os principais problemas apontados diziam respeito à estrutura de custos e à elevação dos custos cumulativos de estocagem dos excedentes anuais da produção de café. No que se refere ao primeiro aspecto, eram destacadas: (1) a íntima relação entre a produtividade física dos cafezais e a eficiência econômica da exploração e (2) a rigidez da estrutura dos cus -

tos de produção, a qual era evidenciada pela alta participação dos custos fixos nos custos totais - participação que alcançava quase-53%.

Já o segundo problema decorria do fato de que os estoques de café, cujo nível era elevado e tendia a crescer, ultrapassavam de muito as possibilidades de uma eventual colocação do produto nos mercados interno e externo. (ver Quadro III.1)

QUADRO III.1

CUSTO CUMULATIVO DE ESTOCAGEM COM CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS PELO IBC
(acréscimo anual: 13 milhões de sacos)

Período de julho/junho	Estoques (milhões de sacos)	Acréscimo Anual (milhões de Cr\$)	Total do ano (milhões de Cr\$)	Total Cumulativo (milhões de Cr\$)
1961/1962	56	-	7.500 ⁽⁺⁾	7.500
1962/1963	69	3.354	10.854	18.354
1963/1964	82	3.354	14.208	32.562
1964/1965	95	3.354	17.562	50.124

(+) - Segundo o Plano Financeiro da Safra 1961/1962

Fonte: Relatório da Comissão de Tombamento do IBC

Assim, a eliminação do foco inflacionário constituído pelos altos custos de aquisição dos excedentes de café e de construção dos armazéns necessários à estocagem do produto, só seria conseguida por meio da diversificação da produção agrícola das regiões cafeeiras.

De acordo com esse diagnóstico, o Plano Diretor, na sua terceira parte, propunha basicamente: (a) promover a erradicação dos cafeeiros antieconômicos; (b) diversificar com outras culturas agrícolas a área erradicada; e (c) renovar parte dos cafezais.

Na medida em que, segundo o conceito de eficiência econômica utilizado para a determinação dos cafezais que seriam passíveis de erradicação, foi considerada a existência de dois bilhões de pés de café em condições antieconômicas, a meta proposta era de

se promover a erradicação de um bilhão após a colheita de 1961/ 62 e de outro após a colheita de 1962/63.

Quanto à renovação de cafezais, para o estabelecimento de sua meta - ou seja, o plantio de 500 milhões de cafeeiros em quatro anos, em condições técnicas corretas - levou-se em consideração os seguintes aspectos:

(1) A produtividade dos novos cafezais, a qual se esperava poder elevar para 12 sacas de café beneficiado por 1000 pés ; em outras palavras, o dobro da produtividade dos cafezais considerados antieconômicos e, portanto, passíveis de serem erradicados .

(2) Em consequência do aumento da produtividade física, esses 500 milhões de novos cafeeiros seriam capazes de produzir - seis milhões de sacas de café, em vez dos doze milhões produzidos pelos dois bilhões de cafeeiros a serem erradicados.

(3) A evolução da demanda, no que se refere às exportações e ao consumo interno. No que se refere às primeiras, considerou-se que haveria uma elevação de 500 mil sacas anuais nas exportações brasileiras do produto, devido à melhoria das condições técnicas nas novas lavouras e nas remanescentes, o que também melhoraria a qualidade do café. Tratava-se de um aumento compatível com o crescimento vegetativo do consumo. Quanto ao consumo interno, estabeleceu-se como média anual o nível de seis milhões de sacas. Este seria um número ideal para o período de 1963 a 1970; mas o mesmo - não levava em conta o crescimento vegetativo, o qual iria elevar - os níveis de consumo interno de café.

De acordo com as metas estabelecidas para a erradicação e renovação de cafezais, esperava-se porém liberar dois milhões de hectares de terra, ao mesmo tempo em que a produção média anual cairia para 24 milhões de sacas em 1963, passando a ser crescente a partir do ano seguinte devido à produção dos novos cafezais. Com isso, em 1970, quando os novos plantios estivessem em plena produção, atingir-se-ia uma produção anual de 30 milhões de sacas, o que, segundo as projeções da demanda, ainda permitiria um excedente de 3,5 milhões de sacas. Isto propiciaria uma garantia suficiente para atender à eventual ocorrência de fatores climáticos adversos , como geadas e secas. (ver Quadro III.2)

QUADRO III.2
 SITUAÇÃO TEÓRICA DA CAFEICULTURA BRASILEIRA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DO GERCA

ANO	Produção Provisória milhões scs.	Prod. Cafézais Erradicados milhões scs.	Prod. Cafézais Remanescentes milhões scs.	NOVOS PLANTIOS		Produção total milhões scs	Exportação Previsita milhões scs	Consumo Interno milhões scs	Sobras Anuais milhões scs
				Cafézais milhões pés	Produção milhões pés				
1963	36	6	30	125	-	30,0	17,0	6	7,0
1964	36	12	24	125	-	24,0	17,5	6	0,5
1965	36	12	24	125	0,5	24,5	18,0	6	0,5
1966	36	12	24	125	1,5	25,5	18,5	6	1,0
1967	36	12	24	-	3,0	27,0	19,0	6	2,0
1968	36	12	24	-	4,5	28,5	19,5	6	3,0
1969	36	12	24	-	5,5	29,5	20,0	6	3,5
1970	36	12	24	-	6,0	30,0	20,5	6	3,5

Fonte: Plano Diretor p. 42

Considerando que durante o primeiro ano da execução do Plano Diretor iriam ser liberados cerca de 1 milhão de hectares de terra, estimou-se que a reocupação teórica dessa área iria ser a constante no Quadro III.3.

QUADRO III.3

REOCUPAÇÃO PREVISTA DAS ÁREAS LIBERADAS PELA
ERRADICAÇÃO NO 1º ANO DE EXECUÇÃO DO PLANO
DIRETOR

CULTURAS	ÁREAS (1.000 Ha)	% ÁREA TOTAL
Café	100	8,3
Milho	300	24,8
Pastagem	300	24,8
Feijão	50	4,1
Mamona	100	8,3
Amendoim	80	6,6
Soja	40	3,3
Silvicultura e Heveacultura	160	13,2
Fruticultura	30	2,5
Outras culturas	50	4,1

Fonte: IBC/GERCA - Programa de Racionalização da
Cafeicultura Brasileira - Rio de Janeiro,
1962

Apesar da menção explícita de que nas indicações das culturas substitutivas procurou-se dar ênfase àquelas que apresentassem possibilidades de expansão para melhorar as condições alimentares da população ou propiciar divisas, é preciso fazer algumas ressalvas quanto à reocupação teórica das áreas liberadas pela erradicação, de acordo com o Quadro III.3. Na verdade, por meio da participação percentual prevista para cada cultura no total da área liberada, pode-se perceber que iria ser dada maior ênfase àquelas atividades agropecuárias consideradas alternativas rentáveis ao café. Entre essas destacavam-se a própria renovação cafeeira, as pastagens e os cultivos que iriam produzir matérias-primas para as agroindústrias produtoras de óleos vegetais. Um dos únicos produtos destina

dos ao "consumo popular" seria o feijão, com 4,1% da área a ser liberada, uma percentagem relativamente baixa face às outras atividades agropecuárias incentivadas.

Para o período entre maio de 1962 e julho de 1963, estimou-se que seriam necessários Cr\$ 62 bilhões (velhos) a fim de que fossem executadas as metas propostas em relação à erradicação e renovação de cafezais e no que se refere à diversificação agrícola. Conforme o Quadro III.4, que mostra a composição destes recursos, pode-se perceber que as prioridades inicialmente estabelecidas envolveriam a promoção de transformações técnicas nas explorações agropecuárias, haja vista que a maior parcela (31%) dos recursos eram destinados ao financiamento de equipamentos agrícolas, infra-estrutura, convênios para a experimentação agrônômica e produção de mudas e sementes selecionadas, enquanto que apenas 28% dos recursos eram destinados para os financiamentos das culturas substitutivas e 23% para a erradicação de cafezais.

QUADRO III.4
RECURSOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PLANO
DIRETOR DO GERCA

OBJETIVOS	V A L O R (Cr\$ 1 bilhão)	% VALOR TOTAL
Financiamento da erradicação de 1 bilhão de cafeeiros	14 520	23,4
Financiamento da renovação de 125 milhões de pés de café	5 000	8,0
Financiamento das culturas substitutivas	17 445	28,1
Financiamento destinados a equipamentos agrícola, infra-estrutura e convênios de experimentação, ensino e produção de mudas e sementes	19 300	31,1
Despesas admin. do GERCA	450	0,7
Planos complementares e fundo de reserva	5 393	8,7
T O T A L	62 108	100,0

Fonte: IBC/GERCA - Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira - Rio de Janeiro, 1962.

Entretanto, na medida em que os recursos disponíveis do Fundo de Defesa do Café apenas montavam os Cr\$ 34,8 bilhões (velhos), foram imediatamente colocados à disposição da execução do plano Cr\$ 26 bilhões, pois, a preocupação básica era que o financiamento da execução do Plano Diretor fosse realizado com recursos não-inflacionários. A primeira consequência foi a redução da meta de erradicação no primeiro ano de 1 bilhão de pés para 580 milhões de cafeeiros. Além disso, segundo a participação percentual dos recursos destinados aos diferentes itens (ver Quadro III.5) pode-se notar que as prioridades passaram a ser basicamente erradicação (32,3% do total de recursos) e diversificação (38,8%).

De acordo com as metas e prioridades estabelecidas, os principais instrumentos a serem utilizados eram: a concessão de financiamento para os serviços de destoca, remoção de cafeeiros e substituição de culturas agrícolas, e a diminuição dos financiamentos de entressafra para os cafezais antieconômicos ou situados em zonas marcadamente inadequadas.

As medidas adotadas em consequência das metas, prioridades e instrumentos mencionados eram as seguintes:

(a) No caso da erradicação de cafeeiros antieconômicos-deveria ser concedido um crédito de Cr\$ 15,00 por cova, até o limite de Cr\$ 12 000,00 por hectare e, quando fosse constatada a diversificação da área, incluída a possibilidade de formação de pastagens, esse financiamento se transformaria automaticamente em indenização;

(b) Para a renovação de cafezais, o teto estabelecido para a concessão de financiamento seria de Cr\$ 80,00 por cova, obedecidos os limites de um cafeeiro renovado para quatro erradicados, e de 40 000 cafeeiros por propriedade. Além disso, como o café é um produto de longo prazo de maturação, que só começa a render a partir do 3º ano depois de plantado, o reembolso do crédito concedido só seria iniciado a partir do 4º ano da seguinte forma: 20% neste ano; 30% no 5º ano e 50% no 6º ano, sendo que nos três primeiros anos de vigência do contrato, o devedor estava isento de qualquer pagamento para a amortização da dívida. Quanto à forma de liberação do crédito para a renovação de cafezais, esta seria realizada em três etapas anuais: na primeira seria liberado Cr\$ 40,00; na segunda Cr\$ 20,00 e na terceira os Cr\$ 20,00 restantes do teto de financiamento. Com isso, pretendia-se levar em consideração os diferentes níveis dos gastos durante os três primeiros anos de formação dos cafezais. Na medida em que se objetivava com a renovação de

QUADRO III.5

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA
EXECUÇÃO INICIAL DO PLANO DIRETOR DE 1962

FINALIDADE	VALOR DOS RECURSOS (Cr\$ 1.000,00)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
Erradicação	8 400 000	32,31
Renovação de cafezais	1 440 000	5,54
Diversificação	10 079 750	38,77
Equipamento e infra- estrutura	6 080 250	23,38
T O T A L	26 000 000	100,00

Fonte: IBC/GERCA - Plano Diretor p. 72

cafezais localizar o café em zonas ecológicas mais favoráveis e segundo técnicas agronômicas corretas, exigia-se para a liberação do crédito a apresentação de um projeto técnico, elaborado por engenheiro agrônomo do IBC, do Ministério da Agricultura, das Secretarias dos Estados, do Banco do Brasil ou indicados por esses órgãos.

(c) No caso da diversificação agrícola, os tetos de financiamento seriam estabelecidos para o custeio de entre-safra de lavouras periódicas ou semi-permanentes em até 60% do valor das colheitas estimadas e, aqueles destinados à formação de culturas permanentes não deveriam ultrapassar 60% do valor das garantias constituídas. Além disso, para o custeio da entre-safra, os tetos dos financiamentos seriam elevados em 10% quando comprovada a utilização do emprego de sementes selecionadas, ou seja, aquelas provenientes das entidades oficiais ou das particulares de idoneidade reconhecida; em 20%, quando o plantio fosse realizado em curva de nível e em 20%, quando fossem utilizados fertilizantes e defensivos agrícolas. Para a cultura algodoeira, como forma de diversificação, não seria concedido financiamento, o mesmo ocorrendo com a formação de pastagens. Ambas, no entanto, eram beneficiadas pela indenização proporcionada pela erradicação de cafezais.

Os principais agentes executores do Plano Diretor foram o GERCA e o Banco do Brasil. Este último se encarregou das concessões de financiamento para a erradicação e renovação de cafezais e para a diversificação agrícola nas áreas erradicadas. Com essa finalidade foi estabelecido um Convênio em 30/05/1962 entre o IBC/GERCA e o Banco do Brasil, no qual estavam explícitas as condições de financiamento e a alocação de Cr\$ 26 bilhões (velhos), com o que se criava o Fundo de Racionalização da Cafeicultura.

Durante o período da execução do Plano Diretor (1962 - 1966), a primeira observação a ser feita quanto aos resultados atingidos diz respeito à ênfase muito maior do que a inicialmente prevista em relação à erradicação de cafezais. Isto pode ser visto comparando-se o Quadro III.5, que mostra a composição percentual dos recursos a serem aplicados e, o Quadro III.6, o qual se refere à participação dos recursos financeiros efetivamente aplicados. Enquanto que, se previa a aplicação de 32,3% dos recursos totais colocados no Banco do Brasil para a execução da erradicação entre 1963 e 1966, a participação efetivamente aplicada neste programa variou entre 53% e 80%, sendo que apenas em 1965, a participação dos recursos destinados à diversificação agrícola (27%) superou aqueles aplicados na erradicação de cafeeiros (21,2%).

QUADRO III.6

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS EFETUADAS DURANTE A EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR (Brasil)

A N O	Erradica - ção	Div. agrícola	Renovação	Máquinas	Vendas de sementes	Eletrifi- cação	Pesquisa	Frigorí - ficos
1963	80,07	2,61	0,34	3,01	2,36	8,87	1,49	1,26
1964	48,25	1,71	3,33	8,20	5,70	22,24	7,19	3,38
1965	21,19	27,01	15,15	10,54	12,45	1,85	11,81	-
1966	52,94	5,81	15,45	6,39	6,07	-	13,35	-
1967	68,78							

Fonte: Relatórios do IBC 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968

Com relação aos resultados, em termos físicos, ou seja, quanto ao número de cafeeiros erradicados, pode-se notar duas etapas durante a execução do Plano Diretor:

(a) De 23/06/1962 a 31/12/1963, quando foi atingido o novo objetivo proposto (erradicação de 580 milhões de cafeeiros), com a eliminação de 587,5 milhões de cafeeiros, promovendo a liberação de 678 mil hectares.

(b) De janeiro de 1964 a julho de 1966. Nesse período - houve uma queda muito significativa na erradicação, sendo que esta atingiu apenas 136 milhões de cafeeiros, liberando aproximadamente uma área de 202 mil hectares. Os resultados dessa primeira etapa encontram-se no Quadro III.7.

É interessante notar nesta tabela que, da população cafeeira existente nos Estados cafeeiros, a maior participação da erradicação efetivada coube aos Estados de São Paulo (33,8%) e de Minas Gerais (31,9%).

Na medida em que nestes Estados predominam a média e a grande exploração de café, isto poderia estar em contradição com o fato de que o Plano Diretor, segundo o critério de eficiência econômica, daria preferência à erradicação das pequenas unidades produtoras de café. Entretanto, cabe ressaltar em primeiro lugar, que, como não existem dados da erradicação de cafezais por estrato de área, dificilmente se pode dizer que tenha predominado nos Estados de São Paulo e Minas Gerais a erradicação em pequenas ou em grandes explorações cafeeiras. Em segundo lugar, mesmo no caso da erradicação ter incidido em sua maior parte nas grandes explorações cafeeiras, isto poderia ser explicado pela própria crise de superprodução de café, que tornava a formação de pastagens ou a expansão da agroindústria canavieira mais rentável que a cafeicultura e, portanto, essa erradicação demonstraria apenas a transferência de uma atividade agropecuária para outra mais rentável.

Por outro lado, este fato teria relação com a extensão da legislação trabalhista ao campo, pois, somente as grandes fazendas teriam número significativo de empregados, que justificasse a erradicação de cafeeiros como forma de contrabalançar os aumentos de custo de produção, devido aos encargos sociais. Em outras palavras, a possível maior incidência da erradicação de cafezais nas grandes propriedades cafeeiras significaria que a execução do Plano Diretor desviar-se-ia de certa forma do seu indicador básico - "eficiência econômica" - o qual impulsionaria a realização da erradicação preferencialmente nas pequenas unidades cafeeiras e, isto

QUADRO III.7

RESULTADOS DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO PLANO DIRETOR
(Junho de 1962 a Agosto de 1966)

ESTADOS	CAFEIROS ERRADICADOS (1.000 pés)	% TOTAL	ÁREA LIBERADA ha	% TOTAL	VALOR CORRIGIDO DO AGOSTO 1966 (Cr\$ 1.000,00)	% TOTAL
São Paulo	244 420	33,8	304 762	37,2	17 729	41,6
Minas Gerais	230 564	31,9	241 538	29,5	11 609	27,2
Paraná	125 772	17,4	161 062	19,7	7 429	17,4
Espírito Santo	67 903	9,4	60 429	7,4	3 707	8,7
Outros	54 887	7,5	50 726	6,2	2 198	5,1
TOTAL	723 546		818 517		42 672	

Fonte: IBC - Relatório IBC/GERCA, 1968

seria devido principalmente à conjuntura de crise social e econômica existente na economia brasileira.

Quanto aos resultados atingidos pelo programa de renovação de cafezais, pode-se notar, através do Quadro III.8, que esta não chegou a ocupar 1% da área do Brasil, da qual o café foi eradicado, apenas chegando a esse nível no Estado de São Paulo. Portanto, esse resultado distancia-se bastante da meta proposta, que era de 8,3% da área liberada. Entre as causas apontadas pela pequena aceitação deste programa encontram-se o fato dos preços de comercialização terem sido muito desestimulante, segundo os cafeicultores, e a limitação do plantio de novos cafeeiros estabelecida pelo plano.

Na execução do programa de diversificação agrícola nas regiões onde o café foi erradicado, apesar de não ter havido financiamento para a pecuária, esta foi a atividade predominante nos principais Estados produtores (ver Quadro III.8). Ainda cabe ressaltar como atividade diversificatória a expansão da cana-de-açúcar, a qual foi incentivada, através do Convênio estabelecido entre o IBC/GERCA e o IAA para a construção de novas usinas em 1963.

Comparando o Quadro III.3 (reocupação prevista para as áreas liberadas pela erradicação) com o Quadro III.8, que mostra a diversificação real ocorrida, vê-se que os resultados obtidos pela execução do Plano Diretor se distanciaram bastante dos objetivos propostos. Em contrapartida, tampouco foi possível promover uma melhora do padrão de vida dos trabalhadores rurais, que era um dos objetivos declarados do Programa de Diversificação Agrícola e de Renovação de Cafezais, dentro dos pressupostos estabelecidos por este plano.

Com relação ao fato da diversificação agrícola ter se afastado tão acentuadamente da reocupação prevista inicialmente, não obstante as condições de concessão do crédito, há que se considerar dois aspectos. Em primeiro lugar, os tetos dos financiamentos para as culturas temporárias eram variáveis, de acordo com o valor estimado da colheita. Desse modo, conforme já foi visto no capítulo anterior, como a tendência dos preços dos produtos agrícolas - principalmente dos alimentos e das matérias-primas para o mercado interno - tendem a ser baixos, os tetos do financiamento de entre-safra também seriam baixos, o que desincentivava - por diversos motivos - tanto os grandes como os pequenos cafeicultores a diversificar suas áreas erradicadas com esses produtos. Em segundo lugar, no caso das culturas permanentes, como o estabelecimento dos tetos de financiamento estava vinculado às garantias concedi -

QUADRO III.8

DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA NAS ÁREAS LIBERADAS PELA EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR (Junho de 1962 a Agosto de 1966)

CULTURAS SUBSTITUTIVAS	SÃO PAULO		MINAS GERAIS		PARANÁ		ESPÍRITO SANTO		OUTROS ESTADOS		BRASIL	
	Área ha	%	Área ha	%	Área ha	%	Área ha	%	Área ha	%	Área ha	%
Pastagem	81 676	26,8	160 623	66,5	65 069	40,4	42 361	70,1	17 095	33,7	366 824	44,8
Milho	78 019	25,6	34 298	14,2	17 878	11,1	5 680	9,4	15 218	30,0	151 093	18,5
Arroz	51 809	17,0	3 865	1,6	2 738	1,7	60	0,1	6 087	12,0	64 559	7,9
Algodão	22 248	7,3	-	-	25 770	16,0	242	0,4	152	0,3	48 412	5,9
Feijão	6 400	2,1	18 115	7,5	7 731	4,8	1 088	1,8	3 500	6,9	36 834	4,5
Cana de Açúcar	19 505	6,4	4 831	2,0	2 255	1,4	1 269	2,1	964	1,9	28 824	3,5
Mandioca	4 267	1,4	4 106	1,7	3 382	2,1	6 405	10,6	1 522	3,0	19 682	2,4
Amendoim	16 762	5,5	-	-	1 772	1,1	-	-	51	0,1	18 585	2,3
Mamona	4 267	1,4	-	-	4 671	2,9	363	0,6	761	1,5	10 062	1,2
Café	3 047	1,0	966	0,4	483	0,3	121	0,2	101	0,2	4 718	0,6
Reflorestamento	1 524	0,5	1 691	0,7	805	0,5	181	0,3	-	-	4 201	0,5
Outras culturas	15 238	5,0	13 043	5,4	28 508	17,7	2 659	4,4	5 275	10,4	64 723	7,9
T O T A L	304 762		241 538		161 062		60 429		50 726		818 517	

Fonte: IBC: Relatório IBC/GERCA, 1968

das - ou seja, basicamente o valor da propriedade - este seria mais um fator que na prática dificultava o acesso ao crédito dos pequenos produtores. Mesmo na hipótese de que eles conseguissem ter acesso ao crédito, o seu teto seria bastante baixo.

Estes aspectos, juntamente com a provável predominância neste período, da erradicação na grande exploração cafeeira, servem para explicar em grande parte por que a reocupação se deu principalmente através de pastagens. Por um lado, tratava-se da alternativa mais rentável para a grande exploração cafeeira e que somente poderia ser realizada nela, tendo em vista sua exigência de grandes extensões de terras contínuas. E, por outro, como a transformação da pequena unidade produtora de café em estabelecimento produtor de alimentos ou de matérias-primas significava, dadas as condições de crédito e os preços destes produtos, uma rentabilidade ainda menor que a do café, poucas alternativas restavam a seus proprietários - que não a de ingressar no mercado de trabalho.

Quanto à queda do nível de emprego nas atividades agropecuárias em decorrência da erradicação de cafezais, há que se ter em conta que isto ocorreria mesmo no caso, no qual a execução do Plano Diretor tivesse atingido as metas estabelecidas em todos os seus programas, uma vez que a cafeicultura constitui uma das atividades agropecuárias que mais absorvem mão-de-obra durante seu ciclo produtivo. Isto pode ser visto pelo Quadro III.9 que mostra os coeficientes de emprego de algumas culturas agrícolas no Brasil tomando por base o cultivo de café. Apesar das possíveis críticas que este tipo de estimativa possa suscitar, estes dados são apresentados apenas com o intuito de oferecer uma idéia das diferenças entre as diversas necessidades de mão-de-obra.

As considerações que acabam de ser apresentadas tornam-se ainda mais enfáticas pelo fato da reocupação das áreas erradicadas ter estado muito distante das metas previstas. Com a finalidade de estimar, embora precariamente, a queda das oportunidades de emprego decorrente da execução dos Programas de Erradicação de Cafezais, de Diversificação Agrícola e de Renovação de Cafezais, procurou-se construir o Quadro III.10 a partir dos Quadros III.8 e III.9 para os Estados de São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais. As estimativas de reocupação da mão-de-obra nos diferentes cultivos ficou prejudicada pela falta de coeficientes de emprego para alguns tipos de atividades agrícolas. Assim, o cálculo da reabsorção da mão-de-obra em São Paulo corresponde a 81,2% da área diversificada, no Paraná a 77,2%, em Minas Gerais a 90,2% e no Espírito Santo a

QUADRO III.9

COEFICIENTES DE EMPREGO DE ALGUNS CULTIVOS AGRÍCOLAS
NO BRASIL

CULTIVOS	Homem/Dia Ha	% MÃO-DE-OBRA USA DA EM RELAÇÃO AO CAFÉ
Café	73,61	100,0
Milho	25,08	34,1
Arroz	39,13	53,2
Feijão	30,11	40,9
Algodão	35,12	47,7
Mamona	33,35	45,3
Pastagem	10,13	13,8

Fonte: Panagides (1969)

QUADRO III.10

ESTIMATIVA DO DESEMPREGO DE MÃO-DE-OBRA OCASIONADO PELA 1a. FASE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO
(1962 a Agosto / 1966)

FATORES DE DESEMPREGO E REOCUPAÇÃO	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	SÃO PAULO	PARANÁ	T O T A L
(1) Mão-de-obra liberada pela erradicação	59 265	14 827	74 778	39 519	188 389
(2) Recuperação por atividades alternativas					
2.1. Pastagens	7 389	1 949	3 757	2 993	16 088
2.2. Milho	2 867	475	6 522	1 495	11 359
2.3. Arroz	504	8	6 758	357	7 627
2.4. Algodão	-	28	2 604	3 017	5 649
2.5. Feijão	1 818	109	642	776	3 345
2.6. Mamona	-	40	474	519	1 033
2.7. Café	237	30	748	119	1 134
SUB-TOTAL	12 815	2 639	21 505	9 276	46 235
(1) - (2)	46 450	12 188	53 273	30 243	142 154

Fonte: Quadros III.8 e III.9

82,6%. Segundo estas estimativas, o nível de emprego rural no total dos Estados cafeeiros teria diminuído de aproximadamente 142 mil em decorrência da execução do Plano Diretor. Dessa forma a execução - desse plano dificilmente poderia ter conseguido elevar o nível de vida dos trabalhadores rurais como inicialmente se propunha, independentemente da distância havida entre as metas e os resultados.⁽¹⁾

3.2. O segundo Programa de Erradicação (1966 - 1967)

De acordo com o diagnóstico realizado em 1966, a economia cafeeira no Brasil apresentava baixos níveis de produtividade e rendimento. Essa situação fora agravada, no correr dos anos, pela acumulação de estoques, cujos níveis correspondiam a 60 milhões de sacas em mãos do Governo Federal, devido à execução da política oficial de preços para o café. Assim, no caso de perdurar - tal situação, poderia haver graves repercussões no orçamento financeiro do País.

Tendo em vista o diagnóstico realizado pelo Governo Federal, o GERCA deveria executar imediatamente a erradicação e proporcionar estímulos paralelos à produção agrícola substitutiva e à industrialização agropecuária nas áreas cafeeiras bem como à melhoria da qualidade dos cafés brasileiros. Na erradicação de cafeeiros, dar-se-ia preferência aos localizados em zonas de comprovada inadequação para a cultura e aos que resultassem em clara e quantificável redução da capacidade produtiva. Quanto às atividades agropecuárias diversificatórias, dar-se-ia preferência àquelas que, levando em conta as condições regionais, possibilitassem a especialização produtiva e integração agro-industrial. Além disso, seriam estimulados projetos agro-industriais que se orientassem para a utilização dos produtos substitutivos com a finalidade de consolidar a diversificação obtida. Os projetos de diversificação econômica deveriam ainda levar em consideração a possibilidade do estabelecimento de oportunidades regionais alternativas para a mão-de-obra ocupada na produção cafeeira. Com relação à melhoria da qualidade do café brasileiro, pretendia-se, após o período de erradicação, iniciar um programa de intensificação da produtividade de "cafés finos" em áreas ecologicamente adequadas, de forma a atender a demanda externa e interna estimada para o quinquênio de 1970/1975.

Para atender o objetivo de reduzir o volume de café produzido, de forma que nas próximas safras não houvesse reper -

cussões negativas no orçamento financeiro do País, achou-se conveniente que a produção cafeeira baixasse ao nível de 24 milhões de sacas durante o período de 1966 a 1970. Cabe lembrar que este nível era o mesmo previsto pelo Plano Diretor para o primeiro ano de sua execução. Para que isso fosse obtido, apesar da erradicação - vir a ser realizada entre julho de 1966 a julho de 1968, estimou - -se que seria necessário promover nos anos de 1966/67 a erradica - ção de 490 milhões de cafeeiros com o que se obteria a liberação - de 527 milhões de hectares e a retirada do mercado de aproxima da - mente 6 milhões de sacas de café (veja-se o Quadro III.11 que mos tra a posição estimada para a erradicação em junho de 1967).

QUADRO III.11

POSIÇÃO ESTIMADA DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO EM JUNHO DE 1967

E S T A D O S	Cafeeiros erradicados 1.000 pés	Área liberada 1.000 ha	1.000 sacas retiradas do mercado
PARANÁ	190 000	220	3 800
SÃO PAULO	85 000	100	1 020
MINAS GERAIS	65 000	67	260
ESPÍRITO SANTO	105 000	93	630
OUTROS	45 000	47	180
T O T A L	490 000	527	5 890

Fonte: Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeei ras, 1967.

Com relação à diversificação agrícola, que deveria - processar-se nas áreas onde se efetivaria a erradicação de cafeei ros, praticamente não foram estabelecidas metas específicas por produto agrícola, nem sequer nos termos da reocupação anteriormen te prevista pelo Plano Diretor. Um dos motivos para que isto não fosse realizado deve-se ao fato de que, apesar do Programa de Er radicação já estar em execução desde agosto de 1966, apenas em fins daquele ano e no início do ano seguinte foram realizados os estudos para programar a diversificação que seria mais aconselhã-

vel em cada um dos Estados cafeeiros de acordo com suas especificidades regionais.

Segundo esses estudos, no Estado de São Paulo, o programa de diversificação econômica deveria ser orientado no sentido de propiciar o desenvolvimento da agricultura. Para tanto seriam incentivadas principalmente as atividades agroindustriais capazes de utilizar os produtos agrícolas substitutivos. Na verdade, desde a execução do Plano Diretor já havia uma tendência à diversificação agrícola mais equilibrada nas áreas cafeeiras. Para o Estado de Minas Gerais foram indicadas como atividades prioritárias nas áreas erradicadas as culturas de subsistência. Isso porque o arroz, o milho e o feijão eram em grande parte cultivos intercalares ao café, e com a erradicação deste, haveria uma diminuição da oferta de tais produtos. Conseqüentemente, tornava-se necessário incentivar o seu plantio em regime de exploração solteira. Além disso, dever-se-ia incentivar o cultivo de mandioca, que já constituía uma atividade agrícola tradicional da região, bem como o de oleaginosas e a fruticultura, cuja demanda no Estado era atendida principalmente pela produção de São Paulo. O reflorestamento também era recomendado por causa das condições de topografia, principalmente na região leste do Estado de Minas.

No Paraná deveriam ser estimuladas principalmente as culturas alimentares e de oleaginosas tendo em vista a criação de algumas indústrias de óleos vegetais no Estado devido aos incentivos propiciados ao cultivo da soja, dentro da diversificação promovida pelo Plano Diretor. Além disso, dever-se-ia estimular a pecuária de corte na região noroeste do Paraná.

Finalmente, para o Estado do Espírito Santo eram previstos estímulos à silvicultura e à indústria madeireira, à pecuária leiteira e de corte nas regiões já reocupadas com pastagens, às oleaginosas e fábricas de óleos, bem como aos cultivos alimentares, principalmente de milho e feijão, que eram produzidos pelo sistema intercalar e cujos excedentes garantiam uma posição de auto-suficiência ao Estado, sendo que o feijão chegava frequentemente a ser exportado para outras regiões.

Como na primeira etapa do planejamento cafeeiro foi dada alta prioridade à erradicação, destinou-se a este objetivo 30% da receita líquida do Esquema Financeiro da Safra de 1966/67, os quais correspondiam no mínimo a Cr\$ 150 milhões. Na verdade, apenas no programa de erradicação foram gastos até maio de 1967 aproximadamente Cr\$ 200 milhões, cobertos por recursos liberados poste

riormente, durante a execução do plano.

De acordo com as metas e prioridades estabelecidas, o principal instrumento adotado foi a elevação substancial da indenização paga por cafeeiro erradicado, a qual deveria cobrir o valor do cafeeiro e os custos da erradicação e diversificação inicial. A fim de garantir a redução do volume de produção de café e não apenas do número de cafeeiros, os valores das indenizações foram estabelecidos de acordo com as zonas cafeeiras (ver Quadro III.12) sendo mais elevado o destinado às regiões de maior produção.

QUADRO III.12

VALORES DAS INDENIZAÇÕES PREVISTAS PELO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE 1966

Cr\$ (velhos) por cafeeiro

Percentagens erradicadas	Zona A	Zona B	Zona C
15 — 24%	300	280	260
25 — 39%	380	350	320
40% e mais	500	450	400

OBSERVAÇÕES:

Zona A - Norte Novíssimo do PR

Zona B - Norte e Velho do PR, Estado de S. Paulo, Sul e Oeste de MG

Zona C - Demais Áreas Cafeeiras

Fonte: IBC/GERCA - Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, 1967.

Além disso, foi dada prioridade aos projetos que se propunham erradicar no mínimo 15% dos cafeeiros existentes na propriedade, e também aí o valor da indenização era crescente de acordo com as percentagens de pés a serem erradicados. Com isso, procurava-se dar preferência aos projetos que resultassem em clara redução da capacidade produtiva da cafeicultura.

Por outro lado, tencionava-se garantir a diversificação agrícola através do condicionamento do pagamento de parte da

indenização por cafeeiro erradicado, a diversificação agrícola realmente realizada. Com esta finalidade foi estabelecido o seguinte sistema para as retiradas dos valores estabelecidos por cafeeiro erradicado, o qual era composto de quatro parcelas: a primeira, correspondente a Cr\$ 70,00 era paga na assinatura do contrato; a segunda parcela de Cr\$ 50,00 deveria ser paga quando fosse comprovada a erradicação; a terceira, correspondente a 50% do saldo seria liberada quando fossem comprovados a aração, o plantio e a germinação da cultura substitutiva; e, finalmente, a quarta parcela, correspondente ao saldo restante era liberada após 60 dias do último pagamento, o qual era realizado contra promissória com prazo de dois anos, cujo valor era acrescido de 36% de juros e comissões, ou seja, 1,5% ao mês.

Durante a execução do programa de erradicação foram feitas várias modificações tanto na sistemática de liberação das parcelas destinadas ao pagamento dos cafeeiros erradicados, como no que se refere à diversificação agrícola a ser realizada nas áreas liberadas.

Com relação ao primeiro tipo de modificação, cabe mencionar a Resolução nº 374 do IBC, de agosto de 1966, a qual estabelecia o pagamento da erradicação em três parcelas, em vez de quatro: a primeira de Cr\$ 120,00 na assinatura do contrato; a segunda, correspondente a 50% do saldo restante, seria paga quando houvesse comprovação da aração, do plantio e da germinação da cultura substitutiva, e a terceira que correspondia a um financiamento de dois anos, seria efetivada 60 dias após o pagamento da segunda parcela.

Quanto às normas referentes à diversificação agrícola, a primeira modificação foi introduzida pela Resolução nº 381, de dezembro de 1966, pela qual se dispensava a aração dos terrenos declivosos (declive superior a 20%) ou com cafezal originalmente sombreado, permitindo-se a formação de pastagens para a pecuária leiteira. Inicialmente, essa permissão foi restrita às regiões incluídas na Zona C, com exceção dos Estados de Goiás e Mato Grosso. No ano seguinte, ela foi estendida à Zona A do Programa (Paraná Novíssimo), e também passou a ser permitida a quitação da segunda parcela aos mutuários que não julgassem conveniente a execução das operações de aração e gradeação, desde que efetuassem o plantio a que se obrigaram, e aplicassem 50% do valor desta parcela em empreendimentos agro-industriais aprovados pelo IBC/GERCA. Aos que diversificaram as áreas erradicadas com pastagens, foi também permitida a aplicação do valor correspondente à terceira parcela neste tipo de em -

preendimento.

Com a finalidade de conceder maior agilidade à execução deste programa, de acordo com os objetivos e prioridades estabelecidas, sua supervisão foi entregue a diversas entidades. Os agentes financeiros foram o Banco do Brasil, os Bancos Estaduais e alguns bancos particulares. Em vários casos, esses bancos funcionavam também como agentes financeiros do programa de erradicação. A sua função, com exceção do Banco do Brasil, era unicamente a de efetuar o pagamento estipulado nos laudos emitidos pelos avaliadores e fiscais do GERCA. Estes, por sua vez, eram agrônomos do IBC ou técnicos especialmente contratados para esse fim.

Os resultados da erradicação de cafeeiros realizada entre 1966 e 1967 são apresentados no Quadro III.13.

QUADRO III.13

RESULTADOS DA SEGUNDA FASE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS
(Agosto de 1966 a Maio de 1967)

ESTADOS	Cafeeiros erradicados (1.000 pés)	% Total	Área liberada da ha	% Total	Valor em 1966 (Cr\$ 1.000,00)	% Total
São Paulo	54 944	8,4	62 135	9,1	21 420	10,3
Minas Gerais	133 139	20,3	111 596	16,6	35 671	17,1
Paraná	124 185	18,9	146 000	21,7	52 538	25,2
Espírito Santo	235 272	35,9	239 000	35,5	66 547	32,0
Outros	108 257	16,5	115 000	17,1	31 980	15,4
TOTAL	655 797		673 731		208 156	

Fonte: IBC - Relatório IBC/GERCA (1968)

Uma primeira observação que pode ser feita relaciona-se ao fato de que os resultados globais atingidos superaram as metas estabelecidas, conforme pode ser visto comparando este Quadro ao Quadro III.11. Este foi aliás um dos principais motivos para o encerramento do programa de erradicação em maio de 1967, em vez do prazo previsto de julho de 1968.

A segunda observação refere-se especificamente ao Estado do Espírito Santo, cuja erradicação superou em mais do dobro o número previsto, o mesmo ocorrendo, em menor escala, com o Estado -

de Minas Gerais. Em consequência, comparando o número de cafeeiros erradicados nos dois períodos em que o planejamento da cafeicultura esteve dirigido para a redução da capacidade produtiva do setor, pode-se verificar que houve um aumento de 246,5% entre a primeira e a segunda etapa da erradicação no caso do Estado do Espírito Santo.

A elevação da erradicação de cafezais neste Estado poderia ser explicada pela alta havida no valor das indenizações e pela crítica situação financeira que prevalecia neste Estado em 1966 e 1967, dados os preços estabelecidos pelo Esquema de Safra - de 1966/67. Assim, embora o Segundo Programa de Erradicação previsse uma maior incidência da erradicação nas áreas onde a produtividade fosse maior, parece ter ocorrido justamente o contrário. Isto poderia ainda ser verificado pelo fato de que, enquanto ao Estado do Espírito Santo couberam 35,8% do total da erradicação realizada em 1966 e 1967, ao Estado de São Paulo couberam apenas 8,4%. Desse modo, apesar da ampla aceitação do Segundo Programa de Erradicação, parece que a ele aderiram predominantemente aqueles cafeicultores - cuja situação financeira era mais crítica.

Finalmente, caberia destacar que os resultados atingidos pela execução dos dois programas, que tiveram a finalidade de reduzir a capacidade produtiva cafeeira, somavam 1,38 bilhões de cafeeiros, conforme o Quadro III.14 apresentado a seguir.

QUADRO III.14

TOTAL DA ERRADICAÇÃO DE CAFFEEIROS ENTRE JUNHO DE 1962 E MAIO DE 1967

ESTADOS	Cafeeiros erradicados (1.000 pés)	% Total	Área liberada ha	% Total	Valor 1966 (Cr\$1.000,00)	% Total
São Paulo	299 364	21,7	366 897	24,5	39 149	15,6
Minas Gerais	363 703	26,4	353 134	23,7	47 280	18,9
Paraná	249 957	18,1	307 062	20,6	59 967	23,9
Espírito Santo	303 175	22,0	299 429	20,1	70 254	28,0
Outros	163 144	11,8	165 726	11,1	34 178	13,6
TOTAL	1 379 343	-	1 492 248	-	250 828	-

Fonte: IBC/GERCA (1968)

Esse total somado aos cafeeiros erradicados espontaneamente totalizavam 1,73 bilhões de pés, número este muito próximo à meta estabelecida em 1962, principalmente considerando que praticamente não houve a renovação de cafezais prevista no Plano Diretor. Agregando os resultados globais obtidos entre 1962 e 1967, pode-se dizer que a atuação do GERCA teve uma participação de aproximadamente 80% na redução da capacidade produtiva do setor cafeeiro ocorrida nesses anos.

Quanto aos resultados obtidos pelo Programa de Diversificação Agrícola entre 1966 e 1967, pouco se pode dizer, na medida em que houve certos fatores que inviabilizaram a apuração destes resultados. Entre eles cabe ressaltar os seguintes aspectos do próprio planejamento:

(a) Neste período houve uma certa defasagem entre a execução do programa de erradicação e o de diversificação agrícola. Em consequência, apenas em 1967 foram realizados estudos, inclusive a nível das proposições mais detalhadas dos agentes que seriam responsáveis pela execução desse programa a nível estadual. Um exemplo dessa defasagem pode ser visto no caso do Programa de Diversificação Econômica do Espírito Santo, o qual propunha em 1967 a realização de estudos com vistas à identificação e caracterização dos setores ou áreas de investimentos que apresentassem maior rentabilidade empresarial e repercussão sobre o sistema econômico estadual. Em outras palavras, iniciou-se a execução do plano de diversificação agrícola que seria conjugado à erradicação sem ter havido uma prévia formulação das diretrizes e metas a serem atingidas. Este seria um dos fatores que provavelmente iria dar origem às modificações dos planos em relação à permissão da formação de pastagens em algumas áreas, e da conversão da terceira parcela em aplicação em empreendimentos industriais aprovados pelo IBC/GERCA. Isto porque, uma das dificuldades concretamente enfrentadas, no caso deste Estado foi a de que, para alguns cultivos agrícolas, nem sempre se encontravam mudas ou sementes em número suficiente para realizar a diversificação agrícola.

(b) O Programa de Diversificação Agrícola foi praticamente desativado com a mudança do Governo Federal em março de 1967, sendo que a partir daí passou a se dar maior ênfase à instalação de agroindústrias, infra-estrutura e promoção de experimentos e pesquisas agrônômicas nas áreas onde o café havia sido erradicado.

Em vista destas características, a única referência aos resultados atingidos pela diversificação agrícola diz respeito

ao fato de que predominou a formação de pastagens nas áreas onde esta era considerada uma atividade diversificatória.

3.3. Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras

De certa forma a elaboração e execução desse programa pode ser considerada uma continuação da segunda fase de erradicação de cafeeiros. Enquanto a erradicação se manteve desvinculada da obrigação de diversificar a produção da área liberada, não era possível - nem ao menos garantir uma diversificação agrícola a curto prazo. Um dos motivos apresentados para justificar essa impossibilidade baseava-se na constatação de que os produtos agrícolas que poderiam substituir o café em escala considerável estavam todos constantemente em superprodução ou facilmente poderiam alcançar esse estágio. Devido à dificuldade de se ampliar o mercado interno para absorver o excesso de produção só restava a alternativa de passar a cultivar outros produtos para exportação. Contudo as deficiências de infra-estrutura faziam com que os custos desses produtos se elevassem acen tuadamente depois da colheita e até chegar ao porto de embarque ; isso reduzia sua competitividade com produtos dos similares de outros países exportadores. Assim, havia por parte dos cafeicultores uma pequena atração pela implantação de atividades agrícolas substitutivas, pois estas dificilmente compensariam a perda da receita oriunda do café. Por isso se não fosse encontrada uma alternativa rentável para a reocupação dos fatores produtivos liberados pela erradicação, poderia haver sérios problemas de descapitalização nas áreas erradicadas com conseqüente perda de renda para o cafeicultor, para sua região e para o Estado.

Considerando estes aspectos, o GERCA, através do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, procurou dotar as regiões cafeeiras de uma infra-estrutura adequada, principalmente no que se refere à eletrificação e à construção de estradas ; promover a industrialização dos produtos agrícolas substitutivos e investir recursos em pesquisas, experimentação e assistência técnica.

Na medida em que esse programa não fazia uma referência quantificada de seus objetivos, pode-se ter uma idéia das metas estabelecidas através dos recursos liberados a nível estadual, e para cada um dos grandes itens estabelecidos como objetivos (ver Quadro-III.15). A principal prioridade, segundo estes dados, seria dada -

QUADRO III.15

RECURSOS LIBERADOS PARA O PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES CAFEEIRAS (1967 - 1970)

FINALIDADES	PARANÁ		SÃO PAULO		MINAS GERAIS		ESP. SANTO		T O T A L	
	Cr\$ milhões	%								
PróJ Agroin <u>du</u> stria <u>is</u>	21,68	39,65	9,53	25,34	14,96	46,07	15,70	52,40	61,88	35,88
Infra-estru <u>tura</u>	19,91	36,41	15,03	39,96	11,57	35,63	9,51	31,74	56,02	32,49
Ex <u>per</u> imenta <u>ção</u>	10,39	18,99	11,65	30,98	5,94	18,29	4,75	15,85	32,73	18,98
Equipamen <u>tos</u>	2,70	4,94	1,40	3,72	-	-	-	-	4,10	2,38
Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	9,76	5,66
Programas especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	2,07	1,20
Despesas do GERCA	-	-	-	-	-	-	-	-	5,88	3,41
T O T A L	54,68	100	37,61	100	32,47	100	29,96	100	172,44	100

aos projetos de agroindústrias, cabendo a estes 35,88% dos recursos liberados. A nível estadual, o Estado do Paraná obteria a maior parte dos recursos, cabendo a ele 31,71%.

Verifica-se por meio dessa tabela que no Estado de São Paulo foi dada prioridade aos projetos de infra-estrutura, e nos demais Estados aos projetos agroindustriais. Apenas 18,98% dos recursos totais seriam destinados aos programas de pesquisa e experimentação agrônômica. A maior parte desses recursos seriam concentrados no Estado de São Paulo.

A primeira liberação de recursos financeiros necessários à execução desse programa data de Julho de 1967, quando foi aprovada a Resolução nº 74 do IBC, a qual destinava aos Estados cafeeiros Cr\$ 38,8 milhões para investimentos agroindustriais, de infraestrutura, de melhoramento das condições de exploração da propriedade agrícola e para a construção de armazéns, silos, secadores e outros equipamentos necessários ao processamento de produtos agrícolas, e ainda para experimentação e pesquisas agrônômicas, assistência técnica e obtenção de sementes e mudas. Nesta Resolução, foram destacados Cr\$ 4,8 milhões destinados a servir de reserva para os Estados que eram pequenos produtores de café, bem como para custear a administração e os estudos técnicos necessários à execução do Programa de Diversificação. O valor liberado totalizava portanto Cr\$ 43,6 milhões. Dado que estes recursos foram, em sua maioria, aplicados já em 1968, neste mesmo ano, através da Resolução nº 90 do IBC/GERCA liberou recursos adicionais da ordem de Cr\$ 65 milhões, e em 1969 foram ainda liberados Cr\$ 73 milhões pela Resolução nº 99.

Para a execução deste programa podia-se contar ainda com recursos provenientes de 50% do valor da segunda parcela da erradicação daqueles cafeicultores que não haviam julgado conveniente a execução das operações de aração e gradeação em um cultivo substitutivo do café e do valor da terceira parcela da erradicação para os que tivessem diversificado as áreas erradicadas com pastagens. Estes recursos deveriam ser aplicados na compra de certificados de investimento nos empreendimentos considerados prioritários pelas Carteiras de Desenvolvimento dos bancos oficiais ou dos Bancos de Desenvolvimento dos Estados. Segundo a Resolução nº 97, de 09/7/1969 os recursos provenientes da venda de certificados de investimento deveriam ficar mantidos em depósito, em conta especial do Banco do Brasil, à disposição das cartieras de desenvolvimento dos bancos oficiais ou dos Bancos de Desenvolvimento estaduais, enquanto não fossem aplicados na subscrição de ações das empresas beneficiadas

ou seja, das empresas cujos projetos tivessem sido aprovados pelo IBC/GERCA e que estivessem situadas nas regiões cafeeiras e voltadas para atividades agroindustriais vinculadas à execução do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, e/ou à produção de bens de interesse da agricultura e que tivessem seus projetos de instalação ou expansão aprovados pelo IBC/GERCA, através de seus agentes financeiros regionais. Na medida em que seria praticamente impossível poder estimar o montante de recursos provenientes destas parcelas da erradicação e que seria ainda mais difícil saber para que itens foram destinados os recursos liberados, procurou-se detalhar no Quadro III.16 o destino atribuído aos recursos liberados pelas Resoluções nº 74, 90 e 99 do IBC/GERCA.

O principal instrumento de execução do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras foram os créditos concedidos para viabilizar a implantação dos projetos agroindustriais e dos projetos de infra-estrutura e compra de equipamentos, ficando o custeio das pesquisas agrônômicas a cargo de convênios específicos realizados entre o IBC e as instituições estaduais especializadas. Embora tenha sido o principal instrumento, não há qualquer referência nos documentos oficiais quanto às condições destes financiamentos em termos de prazos, taxas de juros, prazos de amortização, etc.

A única referência dizia respeito às diversas fontes de recursos para a realização dos investimentos agroindustriais. Neste sentido estipulou-se que ao IBC/GERCA caberia participar com 60% dos recursos necessários, ficando o empresário responsável por 20% e os Estados, através de suas Companhias ou Bancos de Desenvolvimento pelos 20% restantes. Visando a aplicação desses recursos, o IBC/GERCA celebrou Convênios específicos com a CODES - Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo, a CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, o BDMG - Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais e o BANESPA - Banco do Estado de São Paulo, os quais passaram em consequência a ser os executores dos financiamentos industriais e de infra-estrutura nas regiões cafeeiras. Cabe ressaltar que os recursos destinados à pesquisa, experimentação e assistência técnica ficariam sob controle direto do IBC/GERCA, e seriam aplicados através de convênios diretos com os vários Institutos de Pesquisa estaduais e com entidades dos Ministérios dos Transportes e da Agricultura.

Embora este programa ainda estivesse em execução em 1974, a avaliação aqui apresentada refere-se apenas ao período com

QUADRO III.16

APLICAÇÕES DE RECURSOS NO PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES
CAFEIIRAS (1967 - 1970)

FINALIDADES	PARANÁ		S. PAULO		M. GERAIS		ESP. SANTO		TOTAL	
	Cr\$ m	%	Cr\$ m	%	Cr\$ m	%	Cr\$ m	%	Cr\$ m	%
1) P. Agroindustriais	7,6	24,68	5,0	16,23	6,5	21,10	11,70	37,99	30,80	100
1. Ind. Óleos	3,4									
2. Fertilizantes	0,9									
3. Ind. Milho	0,4				0,7					
4. Ind. Leite	0,6				2,8		0,1			
5. Emb. Metálicas	0,8									
6. Ben. algodão	1,1									
7. Ben. Rami	0,4									
8. Calcário			1,1		0,6					
9. Rações			0,3							
10. Ind. Soja			1,7							
11. Ind. cítricos			1,9							
12. Ind. carne					1,8		2,8			
13. Mat. cerâmica					0,6					
14. Ind. mandioca							0,2			
15. Ração							0,2			
16. Serraria							0,7			
17. Ind. açúcar							1,9			
18. Ind. sisal							0,2			
19. Ind. Algodão							0,4			
20. Móveis							0,6			
21. Vestuário							0,1			
22. Latas							0,6			
23. Avicultura							0,2			
24. Reflorestamento							1,5			
25. Ind. café							2,0			
Infra-estrutura	12,5	41,25	6,3	20,79	6,0	19,80	5,5	18,15	30,30	100
Experimentação	5,3	41,09	4,6	35,66	1,6	12,40	1,4	10,85	12,90	100
Equipamentos	2,7	100							2,7	100
T A L	28,10	36,64	15,90	20,73	14,10	18,38	18,60	24,25	76,70	100

Fonte: IBC/GERCA - Relatórios 1967 a 1970

preendido pelos anos de 1967 a 1970. Essa limitação se justifica - por três motivos:

O primeiro refere-se ao horizonte temporal no qual de veriam ser aplicados os recursos liberados pelas Resoluções nº 74, 90 e 99 - a saber, até fins de 1970.

O segundo diz respeito ao fato de que, devido às novas diretrizes estabelecidas pelo GERCA no sentido de incentivar o aumento do potencial produtivo da cafeicultura a partir de 1970, o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras iria perdendo prioridade na sua execução.

E, finalmente, em terceiro lugar, deve-se mencionar - que os dados apresentados a respeito da execução desse programa no período de 1967 a 1970 permitem uma análise melhor do que nos anos posteriores. Isto porque, além de serem apresentados a nível estadual, eles também contêm indicações dos principais projetos que receberam financiamentos. E, finalmente, poder-se-ia acrescentar - que, na medida em que o horizonte temporal previsto para a execução desse Programa cobria os anos de 1967 a 1970, a avaliação restrita a este período pode fornecer uma visão melhor em termos dos resultados atingidos frente as prioridades estabelecidas para o período previsto de execução.

Após estas considerações, uma primeira observação que pode ser feita, ao comparar o Quadro III.15 (recursos liberados para execução do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras) e o Quadro III.16 (aplicações dos recursos liberados neste programa) refere-se ao fato de que apenas Cr\$ 76,70 milhões dos Cr\$ 172,44 milhões liberados foram realmente aplicados nos diferentes itens que compunham este programa. Assim, parece que os resultados atingidos estiveram bastante aquém das metas estabelecidas. A possível argumentação de que a maioria dos recursos liberados teriam sido aplicados após 1970 não se sustenta, pois, entre 1971 e 1973 apenas foram aplicados aproximadamente Cr\$ 12 milhões. E, além disso, em 1975 o Conselho Monetário Nacional aprovou a reaplicação de recursos oriundos das Resoluções 74, 90 e 99 do GERCA nos programas de estradas vicinais e de eletrificação rural, que faziam parte da programação de melhoria da infra-estrutura cafeeira - colocada em execução neste ano, o que significa que os recursos liberados para a execução do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras não foram totalmente aplicados até 1975.

A segunda observação, também de caráter mais geral, relaciona-se ao objetivo mais geral desse programa, qual seja a

reabsorção dos fatores produtivos liberados pela erradicação de cafeeiros.

Com relação ao fator trabalho, o incentivo à formação de complexos agroindustriais, cujo financiamento absorveu a maior parcela dos recursos aplicados, pouco contribuiria para sua reocupação. Além do fato das agroindústrias necessitarem menor quantidade de mão-de-obra, deve-se lembrar que boa parte de sua mão-de-obra é qualificada, consistindo de técnicos, administradores, etc - os quais evidentemente não correspondiam ao tipo de mão-de-obra que havia sido liberada pela erradicação dos cafezais.

Quanto à reabsorção do fator capital, há que se considerar que o crédito ampliava a potencialidade do capital liberado pela erradicação de cafezais para transformar-se no montante de capital necessário à montagem de uma agroindústria. Um exemplo dessa situação pode ser visto no Relatório do GERCA de 1969 (p. 33) referente à instalação de uma indústria de beneficiamento de algodão no Estado do Paraná. Dos investimentos totais necessários ao início de seu funcionamento, 44% eram recursos financiados pelo GERCA, 20% - provenientes do FINAME e apenas 36% correspondiam a recursos próprios. Apesar dos recursos totais serem bastante elevados - Cr\$ 2,5 milhões a preços de 1969 - as oportunidades de emprego criadas abrangiam apenas 33 operários e 9 funcionários administrativos.

De um modo geral, apesar dos recursos liberados não terem sido totalmente aplicados no período entre 1967 e 1970, a composição de sua aplicação a nível estadual e mesmo quanto aos itens - aos quais foram destinados seria semelhante àqueles propostos segundo as prioridades estabelecidas pelo Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras. Desse modo, com exceção dos Estados - de São Paulo e Paraná, a preferência nas aplicações foram dadas aos projetos agroindustriais, cabendo ressaltar aqueles destinados ao Estado do Espírito Santo, os quais foram os mais elevados, em termos relativos e absolutos, correspondendo à 63% dos recursos totais ali aplicados.

Ainda com relação a este Estado, deve-se mencionar que, do modo como foram realizadas as aplicações dos recursos financeiros, estes iriam tender a consolidar a reocupação das áreas erradicadas por pastagens. Isto porque, dos recursos efetivamente aplicados em projetos agroindustriais, 25% se destinaram a projetos de abate, industrialização de couro e industrialização do leite e seus derivados.

Esta mesma tendência parece ter ocorrido no Estado de

Minas Gerais, mas, em menor escala. Nesse Estado, aproximadamente 70% dos recursos aplicados em projetos agroindustriais se destinaram à industrialização da carne, do leite e de seus derivados. Apesar desta percentagem ter sido muito maior do que no Estado do Espírito Santo, há que se ter em conta que os recursos totais destinados aos projetos industriais no Estado de Minas Gerais era praticamente a metade, em valor absoluto, do que do total destinado a este tipo de projeto no Estado do Espírito Santo.

Finalmente, deve-se fazer alguns comentários com relação aos recursos destinados à experimentação e à pesquisa, a fim de se ter um quadro geral dos resultados atingidos pela execução do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras. Embora tais recursos tenham abrangido a menor parcela do total aplicado, eles foram concentrados nos Estados de São Paulo e Paraná, correspondendo respectivamente a 29% e 19% dos totais das aplicações em cada um destes Estados. Por outro lado, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo alocaram apenas 11% e 8% dos respectivos recursos para esse fim. A concentração de tais recursos nos Estados mais desenvolvidos pode ter contribuído para agravar ainda mais os desequilíbrios regionais.

3.4. O Programa de Controle da Ferrugem

Em janeiro de 1970 foi constatada pela primeira vez a presença da "ferrugem do cafeeiro" no município de Aureliano Leal no Estado da Bahia. Esta doença é causada pelo fungo Hemileia Vastatrix et Br; ela se manifesta, inicialmente, através do surgimento de pequenas manchas amarelas de um a dois centímetros de diâmetro na parte inferior das folhas. Com o progresso dessas lesões, as folhas caem prematuramente causando sérios prejuízos ao crescimento das plantas jovens e à frutificação. Além disso, a disseminação da ferrugem do cafeeiro é extremamente rápida, pois os esporos são transmitidos pelo ar, pela chuva, pelos insetos e pelo próprio homem.

Tendo em vista as graves consequências econômicas que adviriam do alastramento da ferrugem⁽²⁾, o GERCA iniciou, imediatamente depois de sua incidência, a execução de um Programa de Controle da Ferrugem. O principal objetivo desse programa era o de, através do controle da doença nas áreas inicialmente afetadas, evitar que o mal atingisse os cafezais localizados na região centro-sul do País, onde se concentra a maior parte da produção de café.

Com a finalidade de permitir a execução das primeiras medidas adotadas para o controle da ferrugem do cafeeiro, o CMN a provou a 14 de abril de 1970 a liberação de uma verba inicial de Cr\$ 40 milhões. Dentre as principais medidas inicialmente adotadas cabe mencionar:

- (a) O levantamento das áreas afetadas a fim de possibilitar um planejamento dinâmico das medidas de controle;
- (b) A eliminação dos focos de ferrugem, através da erradicação ou recepa dos cafeeiros afetados e do tratamento dos restantes;
- (c) O estabelecimento de uma faixa de segurança de aproximadamente 50 km de largura no eixo Belo Horizonte/Juiz de Fora / Rio de Janeiro, com erradicação total dos cafeeiros nela compreendidos;
- (d) A execução de amplo programa de pesquisas para obtenção de fungicidas e equipamentos de controle mais eficientes, bem como de variedades resistentes ao mal, através do fomento aos núcleos regionais de pesquisa;
- (e) A conscientização do público rural, através de campanhas educativas, visando o conhecimento e controle da ferrugem; e
- (f) A erradicação das mudas de café nas áreas infectadas.

Para a execução dessa erradicação seria concedida uma indenização de Cr\$ 0,10 por cafeeiro, segundo elaboração de um Laudo Técnico de Avaliação e Eliminação das Mudas, realizado por um engenheiro agrônomo do IBC. Esta indenização era paga pelo Banco do Brasil e vigorou no período compreendido entre a segunda quinzena de julho e 30 de agosto de 1970.

A regulamentação das medidas adotadas para o controle da ferrugem do cafeeiro coube principalmente ao Ministério da Agricultura, devendo-se mencionar, neste sentido, as seguintes portarias:

Portaria nº 46 (04/02/1970) que interditou o Estado da Bahia no sentido de proibir o trânsito de mudas, galhos, frutos, sementes e outras partes do cafeeiro dentro e para fora das áreas interditadas;

Portaria nº 164 (06/04/1970) que, face à constatação de focos de ferrugem nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, proibiu a exportação pelo porto do Rio de Janeiro dos cafés produzidos nas áreas interditadas e suspeitas da presença da ferrugem -

do cafeeiro. Ao mesmo tempo autorizou a exportação de café em grão pelos portos de Vitória, Salvador e Ilhéus;

Portaria nº 194 (04/05/1970) que estabeleceu a "faixa de Segurança" ao longo do meridiano 44 e proibiu o trânsito de material de café proveniente das áreas infectadas através da referida "faixa".

Portaria nº 246 (17/06/1970) estabelecendo que as atividades de vigilância fitossanitária incluindo a fiscalização de trânsito ficariam a cargo do Ministério da Agricultura, e

Portaria nº 380 (16/09/1970) que, em consideração à necessidade da obtenção de matéria-prima oriunda da região para as fábricas de café solúvel situadas a Oeste da "faixa" passou a permitir o trânsito do café beneficiado a leste da "faixa" que se destinasse exclusivamente à indústria de café solúvel. Mas, a condição para que isto pudesse ocorrer era de que o café fosse acondicionado em sacaria de papel ou plástico e permanecesse 40 dias no mínimo na cidade do Rio de Janeiro.

Ao lado das medidas de curto prazo que acabam de ser apresentadas, procurou-se também, através da realização de convênios com as principais instituições do Centro Sul do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), desenvolver pesquisas agronômicas no sentido de se proporcionar uma melhor infra-estrutura científica para o controle da ferrugem do cafeeiro. Com tal finalidade foram destinadas verbas específicas para obter a contribuição de especialistas em diferentes áreas do conhecimento e a implementação de estruturas regionais de execução dos trabalhos orientados por estes técnicos. Neste sentido, cabe ressaltar que a Seção de Genética do Instituto Agronômico de Campinas passou a dar prioridade máxima aos experimentos relacionados à obtenção de uma variedade resistente a esta doença. Em decorrência, obteve-se a variedade Icatuca partir do cruzamento da espécie Robusta e o Iaranã, resistente às quatro raças de ferrugem existentes nos cafezais do País. Esta nova variedade assimila o fungo da ferrugem, impedindo sua propagação pelos tecidos das folhas. No entanto, os experimentos com a nova variedade foram muito prejudicados pelas geadas de 1975, as quais aniquilaram quase todos os cultivos em fase de testes nas estações experimentais do IAC no Estado de São Paulo e na região Norte do Estado do Paraná.

Cabe ainda mencionar que foram desenvolvidas pesquisas para o controle da ferrugem em outras seções do IAC e em outras instituições como o Instituto Biológico de São Paulo, Faculdade de

Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, Escola Superior de Viçosa, etc. Os principais aspectos que têm sido estudados dizem respeito à etiologia, ao controle, à tecnologia de aplicação, aos aspectos bioquímicos da resistência e às técnicas de expurgo. (3)

Apesar das medidas adotadas para o controle da ferrugem do cafeeiro, a execução deste programa não conseguiu atingir o seu objetivo mais geral, que era o de evitar que essa doença atingisse os cafeeiros existentes na região Centro-Sul do País (ver Quadro III.17).

QUADRO III.17

DISSEMINAÇÃO DA FERRUGEM DO CAFEIEIRO
NO BRASIL

ESTADOS	Nº DE MUNICÍPIOS JULHO/70	Nº DE MUNICÍPIOS JULHO/71
Bahia	107	119
Espírito Santo	36	53
Zona da Mata M. Gerais	50	Geral
Zona Sul de M. Gerais	4	77
São Paulo	-	26

Fontes: IBC/GERCA - Relatório 1970

MIC/IBC/GERCA - Estímulos e Desestímulos à Cafeicultura
Beasileira

Um outro indício de que seu controle não havia sido totalmente alcançado até anos recentes pode ser constatado no fato de que entre 1971 e 1976, os financiamentos destinados à formação de novos cafezais incluíam a compra de defensivos agrícolas, principalmente de fungicidas, destinados ao combate da ferrugem do cafeeiro.

3.5. Planos e Programas de Renovação e Revigoração de Cafezais

Tendo em vista o diagnóstico realizado pelo GERCA, acerca da insuficiência da produção nacional de café para atender a demanda, além de outros determinantes apresentados no capítulo ante

rior, a diretriz básica do planejamento cafeeiro passou a ser, na década de 1970, de expansão do plantio nas áreas ecologicamente favoráveis e dentro da melhor orientação técnica.

Desse modo, os objetivos inicialmente propostos pelo Programa de Racionalização da Cafeicultura (1969) eram: (a) eliminar os cafeeiros irrecuperáveis, em termos de produtividade e substituí-los por outros cultivados em moldes tecnicamente avançados e em áreas ecologicamente favoráveis; (b) manter em altos níveis de produtividade os cafeeiros plantados desse modo; (c) promover o revigoramento dos cafezais recuperáveis, através de incentivos ao uso de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Contudo, a ocorrência das geadas de 1969, as quais atingiram 97% dos cafeeiros localizados no Estado do Paraná tornou-necessária uma ligeira mudança nos objetivos estabelecidos. Em consequência, a principal ênfase na execução do Plano de Emergência - (1970) foi dada ao plantio de novos cafeeiros, já que a redução do potencial produtivo iria se agravar devido à depauperação de parte do parque cafeeiro pelas geadas daquele ano.

Na medida em que não foram atingidas as metas de plantio estabelecidas pelo plano citado, pretendeu-se, com a colaboração e execução do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais - (1970), atingir objetivos semelhantes àqueles já estabelecidos pelo plano anterior. Entre eles cabe ressaltar: (1) a adequação da produção de café à sua demanda; (2) o fortalecimento da cafeicultura, através da instalação de cafezais em bases técnicas; (3) o aumento da produtividade das lavouras economicamente recuperáveis; (4) a melhoria da qualidade dos cafés produzidos; (5) o incentivo à defesa fitossanitária dos cafezais situados em áreas ecologicamente recomendáveis, através do financiamento de inseticidas e fungicidas, e (6) a melhoria dos tratamentos culturais dispensados às lavouras novas (2 a 3 anos) para obtenção de altos níveis de produtividade.

Para atingir tais objetivos esse plano previa a concessão de incentivos à instalação de viveiros e à formação de mudas, para a ampliação do plantio, a maior utilização de fertilizantes e defensivos e para uma maior difusão das podas e receitas nos cafezais. Assim, para elevar a produção de café procurou-se atuar a curto e médio prazo. A curto prazo, através da utilização de fertilizantes e defensivos e da difusão das práticas de poda e receitas de cafezais, a fim de elevar a produtividade dos cafezais existentes, dado que entre 1966 e 1969 a produtividade média destes havia

sido de 9 sacos beneficiados por mil pés, o que estava longe do nível que poderia ser obtido em lavouras tecnicamente bem instaladas. E, a médio prazo, através do aumento do plantio, o qual requeria uma crescente produção de mudas de café, tanto esta como o plantio seriam incentivados de forma a que fossem realizados dentro da melhor técnica e localizados nas regiões agro-climáticas mais favoráveis. Isso possibilitaria que estas novas lavouras atingissem os níveis de produtividade esperados.

O Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais (1972) foi elaborado dentro da mesma orientação, principalmente por causa da persistência da defasagem entre a produção e a demanda de café. Ele foi executado entre 1972 e 1975, e seus objetivos principais reafirmavam os de planos anteriores. As únicas diferenças decorriam do fato de que neste plano procurou-se promover a consolidação de uma infra-estrutura, no sentido de ampliar os trabalhos de pesquisa e proporcionar maior ênfase aos trabalhos de assistência técnica, para que os novos plantios se realizassem de acordo com as condições técnicas e ecológicas estabelecidas. Esta consolidação de uma infra-estrutura nas regiões cafeeiras também se referia, a partir de 1975, à liberação de financiamentos para ampliação ou implantação de instalações de preparo e de armazenamento do café (terreiros, lavadores, secadores e tulhas) beneficiando diretamente as propriedades cafeeiras e para a realização de investimentos na construção de estradas vicinais e ampliação da eletrificação rural. Além disso, procurou-se durante toda a execução deste plano a maior utilização de equipamentos agrícolas como pulverizadores, polvilhadeiras, atomizadores, tratores e micro-tratores de fabricação nacional.

Por seu lado, o Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados (1975) procurou minimizar os efeitos das geadas de 1975, através de incentivos à realização de podas, recepas e decotes nos cafezais recuperáveis, e à substituição das lavouras no caso daqueles sem possibilidade de recuperação. Com isso, previa-se a retomada dos níveis desejados da produção de café e ao mesmo tempo, o amparo à mão-de-obra empregada neste sub-setor da economia. Como este plano se ocupava basicamente das medidas a serem executadas a curto prazo para se retomar os níveis de produção de café, o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais 1976/ 77 teve por objetivos concretizar a recuperação dos cafezais geados, através de medidas de médio prazo, como os incentivos à implantação de novo contingente de cafeeiros e a manutenção dos tratamentos das

lavouras em níveis adequados, através do fomento da prática de podas, adubação e defesa contra pragas e doenças.

Na medida em que, de acordo com a conjuntura da cafeicultura na época de elaboração de cada um destes planos, foram sendo estabelecidas metas diferentes, estas serão apontadas conforme a formulação existente em cada um dos planos executados no período entre 1970 e 1976.

Com relação ao Programa de Racionalização da Cafeicultura, como houve necessidade de modificação das metas estabelecidas em consequência das geadas de 1969, estas são apresentadas para antes e depois do advento dos fatores climáticos adversos.

Inicialmente, propunha-se a seguinte orientação para a racionalização da cafeicultura: (a) erradicação de 1 bilhão de cafeeiros entre 1969 e 1975; (b) renovação de 700 milhões de cafeeiros neste mesmo período, e (c) recuperação, através de orientação técnica de 1,2 bilhão de cafeeiros remanescentes em condições de produção econômica.

Com a depauperação de parte significativa dos cafezais, as metas para atender os objetivos estabelecidos passariam a ser as seguintes, após as geadas de 1969: (a) antecipação dos programas de financiamento para revigoração das lavouras econômicas; (b) reimplantação da cultura cafeeira nas propriedades que tivessem condições adequadas e que erradicaram café pelos programas do GERCA, e (c) renovação de 500 milhões de cafeeiros e erradicar na proporção de 1 erradicado para 1 renovado. Antes da ocorrência das geadas, essa proporção era de 4 erradicados para 1 renovado. Na medida em que a execução da primeira etapa deste programa tornar-se-ia inviável devido aos motivos já apontados anteriormente, o Plano de Emergência tinha como meta o plantio de 50 milhões de cafeeiros.

Já na formulação do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, como se esperava uma produtividade de 20 sacos de café beneficiados por mil pés nos novos cafezais a serem formados, previa-se que o plantio de 400 milhões de cafeeiros seriam suficientes para se alcançar o equilíbrio estatístico a partir de 1975/76, quando haveria o primeiro saldo positivo entre a produção e a demanda, correspondendo a 1,7 milhão de sacas. O programa seria realizado em duas fases: na safra de 1970/71 procurar-se-ia promover o plantio de 200 milhões de cafeeiros e a formação de 300 milhões de mudas e, na safra de 1971/72, o plantio de 200 milhões de cafeeiros, a formação de 150 milhões de mudas e a realiza

ção de recepa em 20 milhões de pés de café. Apesar de terem sido estas as metas propostas inicialmente, houve uma redução no número de cafeeiros a serem plantados na safra de 1971/72, de 200 milhões de pés para 120 milhões.

Na medida em que os resultados atingidos pela execução do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais estavam bastante distantes das metas estabelecidas e, portanto continuava o problema da defasagem entre oferta e demanda de café, o Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais propunha o plantio de 600 milhões de cafeeiros em três etapas anuais, ou seja, nos anos agrícolas de 1972/73, 1973/74 e 1974/75. Além disso, deveriam ser formadas 600 milhões de mudas nestes três anos agrícolas, e dever-se-ia promover a recepa de 60 milhões de cafeeiros.

Devido à grande aceitação inicial que este plano teve junto aos cafeicultores, basicamente em decorrência da diminuição da taxa de juros paga em todos os financiamentos concedidos pelo GERCA e por causa da elevação dos preços do produto, as metas para o ano agrícola de 1973/74 foram aumentadas para: plantio de 237 milhões de cafeeiros, formação de 280 milhões de mudas e recepa em 30 milhões de pés de café. Pretendia-se com isso atingir em apenas dois anos as metas estabelecidas para o período de vigência do Plano Trienal. Isto quase se tornou possível devido aos resultados amplamente favoráveis obtidos no ano de 1972/73, os quais superaram as metas estabelecidas para aquele ano. Mas, como as novas metas estabelecidas para 1973/74 não foram plenamente atingidas, a execução deste plano continuou por mais dois anos agrícolas. No primeiro pretendia-se obter o plantio de 200 milhões de covas, a formação de 200 milhões de mudas e a recepa de 20 milhões de cafeeiros. E, no ano agrícola seguinte - 1975/76 - procurar-se-ia promover inicialmente o plantio de 44 milhões de cafeeiros com o intuito de apenas complementar a expansão do parque cafeeiro, cuja produção fosse suficiente para atender as necessidades da demanda.

Entretanto, em consequência das graves geadas de 1975, houve a necessidade de uma reorientação do planejamento da cafeicultura. Desse modo, no Programa de Emergência Para Recuperação de Cafezais Geados executado no ano agrícola de 1975/76, as metas prioritárias estabelecidas eram: a realização das operações de recepa em 448 milhões de cafeeiros, a realização de decote em 370 milhões de cafeeiros, a promoção do replantio de 274 milhões de cafeeiros, a formação de 400 milhões de mudas e a substituição de 200 milhões de pés de café. Além disso, previa-se o incentivo de culturas interca-

lares no caso dos cafezais geados, com a finalidade de proporcionar alguma receita alternativa até a completa recuperação dos cafezais. Para estas culturas não chegaram a ser estabelecidas metas específicas na elaboração do plano em questão.

Ao lado disso, também foram ampliadas as metas de plantio do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais 1975/76, de 44 milhões de pés para 144 milhões, e foi estabelecida a meta para a formação de 400 milhões de mudas. Isto porque, como se sabe, a concretização de um programa de plantio - seja na quantidade, seja na qualidade - depende fundamentalmente da formação de boas mudas - em número suficiente.

Na medida em que no ano agrícola de 1976/77 haveria a necessidade de consolidar a recuperação dos cafezais geados, o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais foi estendido até esse ano, e as metas estabelecidas foram as seguintes: formação de 400 milhões de mudas, plantio de 330 milhões de cafeeiros, e execução de recepa ou decote em 10 milhões de cafeeiros. É importante - notar que as metas de plantio estabelecidas por este plano tinham - como objetivo a reposição daquela parte dos cafezais que saíram definitivamente de produção por causa das geadas de 1975. Um indício disto pode ser notado no fato de que a partir da ocorrência dessas geadas saíram de produção 300 milhões de cafeeiros enquanto que a meta de plantio era de 330 milhões de pés.

Quanto às metas de utilização de fertilizantes, defensivos, equipamentos e infra-estrutura, nos planos acima mencionados e las são apenas apresentadas em termos dos recursos destinados para o financiamento desses itens. Assim, não é possível aferir quantitativamente os objetivos propostos, dado que, no caso de fertilizantes e defensivos, os valores financiáveis variavam de acordo com a idade dos cafezais e do tipo de defensivo. O mesmo se pode dizer - quanto aos equipamentos - que englobavam tratores, pulverizadores, etc-com relação à infra-estrutura, que abrangia desde a construção de terreiros nas fazendas de café até a construção de estradas vicinais e ampliação da rede de energia elétrica nas áreas rurais.

Os principais instrumentos utilizados para atingir os objetivos propostos na maioria dos planos e programas executados pelo GERCA nesta etapa do planejamento da cafeicultura consistiam na concessão de créditos para os diferentes itens a serem incentivados e na assistência técnica pela qual deveria ser garantida a correta aplicação dos créditos, em lavouras formadas de acordo com os requisitos ecológicos e agronômicos. Nesses termos, foram liberados em

cada ano agrícola pelo CMN, recursos monetários oriundos do Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários - Café - FDPA-C. ⁽⁴⁾ Estes recursos eram alocados ao Banco do Brasil e aos Bancos Estaduais - ou seja, aos principais agentes financeiros para execução dos planos e programas do GERCA. Além disso, no caso da concessão de créditos para a compra de fertilizantes, defensivos agrícolas, corretivos e equipamentos agrícolas, a Rede Bancária podia operar com recursos próprios. Nestes casos, o FUNDAG - Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - se encarregaria de complementar a taxa de juros subsidiados concedidas pelo GERCA para as taxas normais de crédito rural, quando o financiamento se destinasse à compra de fertilizantes e defensivos agrícolas, e o FDPA-C se encarregaria desta complementação para a compra de equipamentos agrícolas.

Houve ainda algumas diferenças quanto à fonte de recursos destinados aos financiamentos nos programas colocados em execução a partir de 1975, com a finalidade de melhorar a infra-estrutura cafeeira existente. Os recursos necessários à concessão de créditos para instalações de preparo e armazenamento de café eram oriundos do FDPA-C e alocados no Banco do Brasil e Bancos Estaduais. Ocorre, todavia, que tanto o Banco do Brasil como o BANESPA, puderam operar também com recursos próprios. Quanto aos financiamentos destinados ao programa de construção de estradas vicinais e de eletrificação rural, o CMN aprovou a reaplicação dos recursos que haviam sido liberados pelas Resoluções 74, 90 e 99 - os quais eram originariamente destinados ao financiamento de agroindústrias e de infra-estrutura nas regiões cafeeiras, e constavam do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras. Tais recursos seriam repassados pelo Banco Central aos Bancos de Desenvolvimento dos Estados. E, finalmente, os recursos monetários destinados à execução do Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geodados provinham das seguintes fontes: FDPA-C (Cr\$ 4,6 bilhões); Banco do Brasil (Cr\$ 2,6 bilhões) e Sistema Nacional de Crédito Rural (Cr\$ 912 milhões).

Os volumes de recursos liberados pelo GERCA com a finalidade de se incentivar a formação de novos cafezais em moldes tecnicamente corretos, através da concessão de créditos são apresentados no Quadro III.18. Confrontando esse Quadro com as diferentes metas estabelecidas, pode-se notar que progressivamente passaram a fazer parte da assistência financeira os principais elementos que entram na produção de café. Desse modo, não apenas os cafeeiros necessários à expansão do plantio eram enquadrados nos créditos libe

QUADRO III.16
 RECURSOS LIBERADOS PELO GERCA NOS PRINCIPAIS ITENS DOS PLANOS E PROGRAMAS DESTINADOS À AMPLIAÇÃO DA
 PRODUÇÃO DE CAFÉ

I T E M S	1969		1970		1971		1972		1973		1974		1975		1976	
	Cr\$1.000,00	%														
Plantio	67 650	100,00	219 200	44,48	252 000	49,07	609 000	52,77	769 500	51,68	1 015 000	51,19	864 000	7,46	2 692 800	48,98
Formação Mudas			33 600	6,82	15 750	3,07	24 500	2,12	37 500	2,52	30 900	1,56	100 000	0,86	142 800	2,60
Fertilizantes			240 000 *	48,70	240 800 *	46,89	360 000	31,19	440 000	29,55	500 000	25,22	1 600 000	13,82	2 100 000	38,20
Defensivos							41 500	3,60	112 000	7,52	250 000	12,61	350 000	3,02	150 000	2,73
Equipamentos							113 000	9,78	120 000	8,06	150 000	7,57	115 000	0,99	100 000	1,82
Recopa/becote					4 980	0,97	6 100	0,54	10 100	0,67	10 000	0,50	16 500	0,14	12 200	0,21
Des. Regional											26 870	1,35	1 800	0,02		
Caféais Ceados													8 100 000	69,94		
Infra-estrutura													434 000	3,75	300 000	5,46
T O T A L	67 650	100,00	492 800	100,00	513 530	100,00	1 154 100	100,00	1 489 100	100,00	1 982 770	100,00	11 581 400	100,00	5 497 800	100,00

* Nestes dois anos os recursos liberados para compra de fertilizantes incluem defensivos

FONTE: IBC/GERCA - Relatórios 1969 a 1977

rados como também os principais elementos necessários à formação de cafezais em geral, cuja organização exigisse a utilização de mudas, fertilizantes, defensivos agrícolas, equipamentos e a realização - das operações de recepa. E, na medida em que o programa se propunha a melhorar a infra-estrutura das regiões cafeeiras, a partir de 1975 passariam a fazer parte da assistência financeira dos planos e programas executados pelo GERCA alguns componentes desta.

Uma primeira observação que pode ser feita, a partir da análise das participações relativas dos diferentes volumes de recursos liberados, diz respeito às prioridades estabelecidas nesta etapa do planejamento da cafeicultura. Neste sentido, pelos dados apresentados no Quadro III.18 verifica-se que as prioridades se referiam à ampliação do plantio e ao uso de fertilizantes. Isto se deu em todos os anos, com exceção de 1975, quando aproximadamente 70% dos recursos liberados eram destinados à execução do Programa de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados. Deve-se ainda ressaltar que, em 1974, houve uma certa ênfase na liberação de recursos - para projetos de desenvolvimento regional, os quais absorveram 1,4% dos recursos totais liberados à concessão de crédito daquele ano. Esses recursos destinaram-se a dois projetos: o Projeto Pirajuí, no Estado de São Paulo (Cr\$ 20 milhões) e o Projeto de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais (Cr\$ 7 milhões). No primeiro caso, previa-se o plantio de 4 milhões de cafeeiros numa primeira etapa. E, no segundo, o projeto deveria envolver o plantio de 16 milhões de cafeeiros. As justificativas apresentadas para esses projetos eram a fixação de 300 famílias de agricultores em terras da região do Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais, e a substituição de uma atividade anti-econômica - produção de cana-de-açúcar para a Usina de Pirajuí - por uma que proporcionasse o desenvolvimento agrícola da região, aproveitando com a cultura de café as terras e a mão-de-obra tornadas disponíveis.

As condições de financiamento e as principais características que prevaleceram nos planos e programas executados pelo GERCA entre 1969 e 1976 são apresentados no Quadro III.19. Através deste, pode-se notar que tanto a taxa de juros como os prazos de amortização e as formas de retorno dos financiamentos eram amplamente favoráveis aos produtores. Por meio dessas condições, procurou-se levar em conta as diferentes características de cada um dos elementos que eram passíveis de financiamento, melhorando dessa forma a rentabilidade da cafeicultura. Além das taxas de juros serem bastante baixas, ou seja, ainda menores que aquelas cobradas para as

QUADRO III.19

CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO DOS CRÉDITOS DO GERCA

(a) TAXA DE JUROS

Finalidade	Plantio	Formação de mudas	Uso de Fertilizantes	Uso de defensivos	Recepa	Equipamento	Infra-estrutura
Ano							
1969	12%						
1970	6%	6%	7%	7%			
1971	6%	6%	7%	7%			
1972	3%	3%	7%	0%	3%	0%	
1973	6%	6%	7%	0%	6%		
1974	7%	7%	0%	7%	7%	7%	
1975	7%	7%	7%	0%	7%	7%	10%a15%
1976	7%	7%	7%	0%	7%	7%	10%a15%

(b) VALORES FINANCIÁVEIS (Cr\$/unidade)

Finalidade	Plantio	Formação de mudas	Uso de Fertilizantes	Uso de defensivos	Recepa
Ano					
1969	1,26				
1970	1,60	0,10	300	50 a 300	
1971	2,00	0,10	150a360	60 a 300	0,24
1972	3,00	0,12	500	56 a 350	0,30
1973	3,10	0,13	600	100 a 400	0,33
1974	5,00	0,15	1 200	150 a 500	0,50
1975	6,00	0,25	2 000	210 a 500	0,80
1976	8,00	0,35	2 500	250,500e600	1,20

(c) LIBERAÇÃO E RETORNO DOS FINANCIAMENTOS

Plantio			Formação de Mudanças			Compra de Equip/tos.	
	Liberação	Retorno		Liberação	Retorno		Retorno
1º ANO	60%		1º MES	70%		1º ANO	25%
2º ANO	15%		3º MES	30%		2º ANO	25%
3º ANO	25%		12ºMES		33%	3º ANO	25%
4º ANO		20%	15ºMES		33%	4º ANO	25%
5º ANO		30%	18ºMES		33%		
6º ANO		50%					

(d) PRAZOS DE AMORTIZAÇÃO

Plantio	6 anos
Mudas	18 meses
Fertilizantes	2 anos
Defensivos	2 anos
Equipamento	4 anos
Infra-estrutura	4 a 6 anos
Recepa	2 anos

Fonte: IBC/GERCA - Relatórios 1969 a 1976

outras atividades agropecuárias, ⁽⁵⁾ a liberação dos recursos monetários era feita de tal forma que permitia ao cafeicultor dispor dos mesmos à medida que os necessitasse.

No caso do plantio, por exemplo, em que os dispêndios monetários são mais elevados no primeiro ano, liberava-se 60% do valor financiável; no segundo ano, quando os dispêndios se referem praticamente aos tratos culturais, dado que não existe ainda a possibilidade de colheita e, por outro lado, o plantio já está realizado, liberava-se 15% e, no terceiro ano, quando as despesas se tornam mais elevadas pelos custos da primeira colheita, liberava-se 25%. A amortização do financiamento concedido iniciava-se apenas no quarto ano, na época, portanto, da segunda colheita, e era progressiva até o sexto ano. Ou seja, enquanto o cafeeiro não estivesse produzindo razoavelmente e, não se havia obtido o retorno ao menos de parte dos gastos monetários realizados com a formação do cafezal, também não havia necessidade de reembolsar o crédito concedido. O mecanismo era semelhante para o financiamento da formação de mudas, apenas diferindo quanto aos prazos de amortização a qual em termos monetários é bem menor do que na formação de novos cafezais.

Quanto aos financiamentos de defensivos e fertilizantes, o prazo de amortização passou a ser de dois anos, a partir de 1972, e, em vários anos a taxa de juros para a compra de defensivos era totalmente subsidiada. Neste caso, o prazo de amortização era ainda maior do que o necessário, pois, a elevação da produtividade pela aplicação de fertilizantes ou defensivos agrícolas pode ser notada na primeira colheita após seu uso.

Com relação ao financiamento dos equipamentos agrícolas, na medida em que seu preço é bem mais elevado e pelo fato de poderem ser utilizados durante vários anos e assim, o prazo de amortização ser mais longo, o retorno do financiamento foi fixado em quatro etapas anuais, o que favoreceu também uma redução dos custos financeiros dos cafeicultores na utilização do financiamento para a compra de equipamentos agrícolas.

Apesar destas terem sido as condições gerais dos financiamentos concedidos, houve algumas modificações na execução do Plano de Emergência Para Recuperação dos Cafezais Geados. No caso dos cafezais atingidos pelas geadas e em que foram realizadas as operações de recepça ou decote, os fazendeiros receberiam financiamento de custeio de entre-safra do Banco do Brasil, em condições especiais, sendo que no primeiro caso, o prazo foi ampliado de um para quatro anos e, no segundo caso, o prazo foi ampliado de um para dois

anos. Além disso, para os cafezais com capacidade de recuperação , através de podas e tratamento adequado e que foram implantados até 1972/73, através do Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais, foi concedida a prorrogação do vencimento dos empréstimos já contratados a fim de possibilitar a sua liquidação com a renda oriunda da própria atividade. Já para os cafeeiros atingidos até o tronco, sem capacidade de recuperação, cada cova de café teve crédito adicional de Cr\$ 6,00 para replantio, além do reescalonamento do débito existente. Quanto aos compromissos de financiamento contraídos para aquisição de fertilizantes, defensivos e equipamentos, foram concedidos dilatações dos prazos nas áreas cafeeiras onde ocorreram geadas, e o seu prazo foi prorrogado para dois anos.

Ainda quanto à prorrogação de prazos dos financiamentos já concedidos pelo GERCA, falta mencionar a prorrogação por mais três anos dos prazos de financiamentos concedidos à Cia. Agrícola de Minas Gerais, Cia. Agrícola Imobiliária e Colonizadora de São Paulo e à Café do Paraná - Cia. Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná. Estas empresas haviam sido incluídas no programa de financiamento de defensivos com a finalidade de melhorar o suprimento e regular os preços dos defensivos, principalmente dos fungicidas para controle da ferrugem do cafeeiro. A essas companhias estatais foram concedidos em 1973 financiamentos da ordem de Cr\$ 29,6 milhões, cuja aplicação ainda estava em andamento em 1975, com a seguinte distribuição: CAMIG - Cr\$ 7,9 milhões; CAIC - Cr\$ 9,7 milhões e Café do Paraná - Cr\$ 12 milhões.

Devido ao baixo ataque da ferrugem no ano de 1974/75 e às fortes geadas de 1975, houve uma diminuição drástica das áreas de aplicação dos defensivos e as referidas empresas ficaram com elevados estoques de fungicidas e outros defensivos, sem capacidade de venda a curto prazo. Por esse motivo foram colocadas em execução medidas de amparo, tais como a dilatação dos prazos dos financiamentos anteriormente concedidos.

Resta dizer alguma coisa sobre os beneficiários destes créditos, os quais, como já foi visto, foram concedidos em condições bastante favoráveis. Podia fazer jus aos mesmos qualquer pessoa física ou jurídica que fosse proprietária de imóveis rurais localizados em regiões ecologicamente favoráveis à cafeicultura e que tivessem condições de operar com o Sistema Nacional de Crédito Rural. Considerava-se, por outro lado, como proprietário de imóvel a pessoa física ou jurídica, que tivesse o domínio e a posse do mesmo, representados por escrituras públicas definitivas de compra e venda,

formais de partilha ou outros títulos hábeis de domínio e posse definitiva, devidamente transcritos no registro da Comarca em que está situado. Por estas condições, pode-se perceber que apenas uma pequena minoria dos produtores rurais teria acesso às facilidades de crédito concedidas pelo GERCA. Além disso, era considerado imprescindível a apresentação de um projeto técnico-agronômico no qual constassem as principais informações sobre as características do empreendimento e sobre suas necessidades de recursos.

Após a sua apresentação e depois de analisada a capacidade financeira do proponente, o projeto era remetido ao Escritório Técnico para a elaboração do Laudo Técnico de Avaliação do Plano Agronômico. Esse laudo destinava-se à verificação das condições de viabilidade técnica do empreendimento, realizada através de visita à propriedade do solicitante por um engenheiro-agronômico. Os financiamentos somente eram liberados após a verificação da capacidade de contratar do proponente e das condições de viabilidade técnica do empreendimento.

A fiscalização da aplicação dos créditos concedidos, por sua vez, seria realizada pelos agentes financeiros, ficando estabelecido que a liberação das parcelas do financiamento destinado ao plantio e à formação de mudas estava sujeita à prévia comprovação do correto emprego da anterior, mediante laudo competente. Para os financiamentos destinados ao plantio, a fiscalização examinaria se o Plano Agronômico estava sendo cumprido nos seguintes aspectos: número de covas plantadas, espaçamento, número de mudas por cova e replantio das falhas, examinaria também se o plantio estava sendo feito em curva de nível, se a lavoura se localizava no local estabelecido, se existiam culturas intercalares tecnicamente não-recomendáveis e se os elementos de controle da erosão estavam sendo executados.

Os resultados obtidos através da execução dos planos e programas que acabam de ser apresentados, figuram no Quadro III.20 onde eles são comparados às metas estabelecidas. Os resultados em questão referem-se ao plantio, à formação de mudas e à recepa. Mais adiante, no Quadro III.21 são apresentados os resultados do Plano de Emergência Para Recuperação de Cafezais Geados, também comparados com as metas relativas à substituição, replantio, recepa dos cafeeiros afetados pela geada.

A razão pela qual foram considerados apenas estes itens reside no fato de que as metas e resultados aos incentivos ao uso de fertilizantes, defensivos agrícolas, equipamentos e construção-

QUADRO III.20

COMPARAÇÃO DAS METAS E RESULTADOS DOS PLANOS E PROGRAMAS DESTINADOS
À EXPANSÃO CAFEIEIRA

(a) FORMAÇÃO DE MUDAS (MILHÕES DE UNIDADES) - POSIÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE CADA ANO

ESTADO ANO	S. Paulo		Paraná		M. Gerais		E. Santo		Outros		TOTAL	
	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.
1969												
1970	10	65			21		-		0,4		300	96,4
1971	8	42			25		10		5		150	90
1972	56	76			128		15		62		200	337
1973	55	18	55		78	55	19	19	77	18	280	178
1974	40	19	40		39	40	6	10	70	12	200	118
1975	100	42	150		34	50	15	10	89	24	399	179
1976	85	47	140		97	85	29	15	75	19	400	292
TOTAL	325	309			422		94		140		1 929	1 290

(b) PLANTIO (MILHÕES DE PÉS - POSIÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE CADA ANO AGRÍCOLA)

ESTADO ANO	S. Paulo		Paraná		M. Gerais		E. Santo		Outros		TOTAL	
	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.
até 1971	84	58	54	65	59	47	9	1	44	0	250	171
1971/72	-	12	-	39	-	26	-	5	-	4	120	86
1972/73	-	96	-	94	-	110	-	10	-	65	200	375
1973/74	50	53	50	13	50	60	15	10	80	20	245	156
1974/75	-	43	-	33	-	46	-	3	-	11	200	136
1975/76	20	23	0	38	40	64	10	12	74	23	144	160
1976/77*	60	33	130	16	50	27	20	3	70	5	330	84
TOTAL		318		298		380		44		128	1 489	1 168

* Dado até dezembro de 1976

(c) RECEPA (MILHÕES DE PÉS) - POSIÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE CADA ANO

ESTADO ANO	S. Paulo		Paraná		M. Gerais		E. Santo		Outros		TOTAL	
	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.	Metas	Resul.
1969												
1970												
1971		1		1		1		0		0	20	3
1972		2		0		1		0		0	20	3
1973	6	1	6	1	6	0	1	0	11	0	30	2
1974		5		4		1		0			20	10
1975		5		0		0		0		0	20	5
1976		0,5		0		0		0		0	10	0,5
TOTAL		14,5		6		3		0		0	120	23,5

Fonte: IBC/GERCA - Relatórios 1969 a 1977

QUADRO III.21

METAS E RESULTADOS DO PLANO DE EMERGÊNCIA PARA RECUPERAÇÃO DOS CA
FEZAIIS GEADOS
(Ano Agrícola 1975/76)

	METAS (milhões de pês)	RESULTADOS (milhões de pês)	VALORES FINAN CIÁVEIS (Cr\$)
Decote	370	49	0,80
Recepa	448	403	1,20
Replantio	274	110	6,00
Substituição	200	51	6,00

Fonte: IBC/GERCA - Relatório 1976

de infra-estrutura são apresentados nos relatórios do GERCA somente em termos monetários. E, como os valores por hectare são variáveis, de acordo com a idade dos cafezais, no caso de fertilizantes, do tipo de defensivo e do tipo de equipamento e infra-estrutura, não é possível a sua comparação em termos físicos.

Uma primeira observação que pode ser feita em relação - ao Quadro III.20 refere-se à defasagem entre as metas estabelecidas e os resultados obtidos para a formação de mudas e aumento do plantio de café, algumas de cujas razões se procurou apontar no capítulo anterior. Em termos espaciais, pode-se notar também uma certa - concentração das metas e resultados do plantio, da formação de mudas e da recepa de cafezeiros nos Estados cafeeiros produtores tradicionais como São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Mesmo nos anos em que as metas não são especificadas por Estado, os resultados demonstram tal concentração.

Tal concentração poderia evidenciar duas contradições - entre os objetivos estabelecidos nos planos e programas do GERCA e os resultados obtidos. Em primeiro lugar cabe mencionar a pretensão de que os novos plantios fossem realizados em moldes tecnicamente - bem orientados e nas áreas ecológicas mais apropriadas. Contudo , um indício de que a expansão do plantio de café não teria sido realizada, segundo as próprias condições estabelecidas pelo GERCA, é

fornecido pelas geadas de 1975, as quais atingiram totalmente a população cafeeira do Estado do Paraná e parcialmente as dos Estados de Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. Pode-se entretanto, apresentar dois argumentos para questionar este ponto de vista.

O primeiro refere-se ao fato de que as geadas de 1975 foram muito mais fortes do que as anteriores e, portanto, mesmo que o plantio de café financiado pelo GERCA tivesse se limitado às áreas normalmente não sujeitas a este tipo de fenômeno, as geadas daquele ano teriam atingido tais áreas, devido à sua extensão e intensidade. Deve-se notar, todavia, que apenas se trata de um fator atenuante, pois, de um lado, já houve outras geadas fortes anteriormente e, do outro, porque se o objetivo era implantar novos cafezais em áreas ecologicamente favoráveis, teria sido preciso levar em consideração aquelas que não estivessem sujeitas à incidência de fatores climáticos adversos, mesmo nos anos em que eles são mais intensos.

O segundo argumento seria o de que as geadas de 1975 não tiveram grande incidência naqueles cafezais financiados anteriormente pelo GERCA. Apesar deste aspecto poder ser levado em consideração, parece que não corresponde totalmente à realidade. Isto porque, de um lado, houve elevados financiamentos para o plantio de novos cafezais no Estado do Paraná entre 1970 e 1974. Em 1975 as geadas atingiram praticamente todo o parque cafeeiro daquele Estado. E, do outro lado, porque na medida em que o Plano de Emergência Para Recuperação dos Cafezais Geados teve necessidade de estender suas medidas de amparo aos cafeeiros anteriormente financiados pelo GERCA, isto significa que importante parcela destes últimos foi atingida pelas geadas de 1975. Em outras palavras, essas medidas servem para comprovar o fato do financiamento do GERCA para plantio de novos cafeeiros ter sido liberado para áreas ecologicamente contra-indicadas.

Além disso, pode-se questionar o mérito de se liberar recursos da ordem de Cr\$ 8,1 bilhões para financiar a manutenção de cafezais em áreas que as geadas de 1975 mostraram ser ecologicamente desfavoráveis. A este respeito, poder-se-ia argumentar contudo que no caso do Plano de Emergência Para Recuperação de Cafezais Geados não ter sido posto em execução, quem sairia mais prejudicado seria a maioria da população rural, cuja difícil situação seria ainda mais agravada pela diminuição das oportunidades de emprego rural. Essa situação atingiria aproximadamente meio milhão de trabalhadores desempregados pelas geadas ocorridas na cafeicultura .

Isto pode ser verdade, mas se a preocupação fosse realmente com a miséria em que vive a maioria da população existente - no meio rural, a política de manutenção das oportunidades de emprego não é suficiente por si só para resolver o problema. Deve-se concluir, portanto, que os principais beneficiários do reescalonamento dos débitos existentes, dos financiamentos concedidos para o replantio e substituição de cafeeiros, para execução da recepção e do decote, foram os fazendeiros de café. Neste sentido a manutenção da oferta de empregos constituiu mero sub-produto da execução deste plano. Ou seja, a sua elaboração e execução nunca estiveram realmente voltadas para a solução dos problemas sociais existentes no meio rural.

Em segundo lugar, deve-se assinalar que a concentração dos novos plantios de café na região Centro-Sul também estava, de certa forma, em contradição com a necessidade de se promover, através dos incentivos financeiros, a expansão da cafeicultura nos Estados nordestinos e no Espírito Santo, a fim de elevar a renda agrícola destas regiões. Essa necessidade pode ser notada pela declaração do presidente do IBC, Camilo Calazans, a respeito do maior apoio que deveria ser dado à expansão da cafeicultura no Nordeste, como meio de propiciar empregos à mão-de-obra carente dessas regiões. (6)

Apesar de tais intenções, é necessário salientar que os cafeicultores paulistas, mineiros e paranaenses puderam exercer pressões para que a maior parte dos recursos disponíveis fossem destinados a seus Estados. Um dos argumentos por eles utilizados referia-se ao fato de que a cafeicultura deveria estabelecer-se nas áreas onde já existisse infra-estrutura para tanto. Por outro lado, principalmente no que se refere ao café Robusta, as condições ecológicas do Espírito Santo e dos Estados do Nordeste seriam até mais propícias do que as do Estado do Paraná, onde as geadas determinam grandes variações nos volumes das safras. Assim, parece que, por trás dos critérios objetivos estabelecidos pelo GERCA, para incentivar a cafeicultura tecnicamente bem orientada nas áreas ecologicamente mais favoráveis, houve o favorecimento de grandes proprietários rurais na obtenção de recursos financeiros a baixo custo.

Contudo, a despeito dessa concentração espacial do plantio de novos cafezais e da formação de mudas nos Estados cafeeiros-tradicionais, houve também, no período entre 1970 e 1976 um início de implantação da cafeicultura em outros Estados graças à atuação do GERCA. Tal foi o caso dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Rio de

Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará.

No Quadro III.22 são apresentados os resultados alcançados entre 1970 e 1976 por meio dos planos e programas executados pelo GERCA, segundo na ótica dos recursos monetários efetivamente utilizados nos financiamentos concedidos. Os diversos itens destes planos e programas são apresentados, tanto em termos absolutos como em termos da participação percentual de cada um no total dos recursos aplicados. Como nos relatórios anuais do GERCA existem apenas referências aos volumes físicos dos cafeeiros e das mudas financiadas em cada ano, a primeira e segunda colunas foram calculadas com base nesse volume físico multiplicado pelo valor financiável em cada ano. Isto, no caso do plantio, envolve uma superestimação dos recursos aplicados anualmente, na medida em que, o valor financiável se refere à sua liberação ao longo de três anos. Por outro lado, esta estimativa não apresenta grandes disparidades quanto ao volume total empregado no financiamento do plantio. Isto porque, de qualquer forma eles já estariam liberados para esta finalidade e o que interessa aqui é a composição anual dos recursos concedidos, através do crédito, para os diversos programas e planos executados pelo GERCA.

Talvez a observação mais relevante que se poderia fazer sobre a tabela diz respeito à comparação entre os recursos liberados pelo GERCA (Quadro III.18) e aqueles efetivamente aplicados (Quadro III.22). Através desta comparação, pode-se notar que, em vários anos no período 1970/76, a aplicação de recursos nos diferentes itens financiáveis foi menor do que o volume de recursos liberados.

Para o programa de plantio pode-se excetuar apenas os anos de 1972 e 1975, nos quais os recursos aplicados foram maiores do que os recursos liberados. Este fato já era de se esperar, pois os resultados obtidos em 1972 e 1975, em termos físicos, foram mais elevados do que as metas estabelecidas.

No caso dos financiamentos para formação de mudas, apenas em 1972 os recursos monetários aplicados foram mais elevados do que os liberados, tendo havido portanto uma grande incidência da não-utilização dos financiamentos liberados para esta atividade.

Já com relação aos financiamentos liberados para a compra de defensivos e fertilizantes é interessante notar que, no caso dos primeiros, apenas em dois anos - 1972 e 1973 - houve uma aplicação maior de recursos monetários destinados a seus financiamentos do que os liberados para esse fim. E, no caso dos fertilizan

QUADRO III.22

APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZADAS PELO GERCA ENTRE 1969 E 1976 EM CRÉDITOS CONCEDIDOS NA EXECUÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS DE INCENTIVO AO AUMENTO DA PRODUÇÃO CAFEEIRA

I T E M	ATE 1970/71		1971/72		1972/73		1973/74		1974/75		1975/76		1976/77	
	1.000,00 R\$	%												
Plantio	262 320	83,29	164 000	46,63	1 125 000	69,45	483 600	38,16	680 000	42,55	960 000	23,12	672 000	30,20
Form. Mudas	9 640	3,06	9 000	2,56	40 400	2,50	23 140	1,83	17 700	1,11	44 750	1,08	102 200	4,59
Fertilizantes	43 000	13,65	178 000	50,61	200 000	12,35	440 000	34,72	770 000	44,24	1 600 000	38,54	1 200 000	53,93
Defensivos					100 800	6,17	210 000	16,57	119 000	7,45			70 000	3,15
Equipamentos					153 600	9,48	110 000	8,68	42 400	2,65	50 000	1,20	70 000	3,15
Recepa			720	0,20	900	0,05	660	0,04	5 000	0,32	4 218	0,10	600	0,03
Des. Regional									26 870	1,68	1 800	0,05		
Rec.Cafezais Geados											1 482 800	35,72		
Infra-estrutura											8 000	0,19	110 400	4,96
T O T A L	314 960	100,0	351 720	100,0	1 619 940	100,0	1 267 400	100,0	1 597 970	100,0	4 151 568	100,0	2 225 200	100,0

Fonte: IBC/GERCA - Relatórios 1969 a 1977

tes, essa situação só ocorreu em 1974.

Isto parece indicar, no caso dos defensivos, que a demanda de crédito para sua compra foi relativamente maior do que a oferta estabelecida pelos recursos liberados frente aos outros itens financiáveis. Desse modo, parece ter havido um certo subdimensionamento destes recursos face às reais necessidades do sub-setor-cafeeiro. E, no que se refere aos recursos destinados à compra de fertilizantes, parece ter ocorrido o inverso - ou seja, na maioria dos casos, os recursos liberados foram mais elevados do que aqueles efetivamente aplicados, tendo havido, portanto, um certo superdimensionamento destes recursos face às necessidades da cafeicultura. Dessa forma, parece ter havido um escalonamento de prioridades que levava em conta principalmente as linhas gerais do Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968 - 1970, o qual estabelecia como uma das diretrizes para o setor agrícola como um todo, a elevação do uso de fertilizantes como medida de apoio ao crescimento da indústria, e não tanto para elevar a produtividade da agricultura.

No caso dos financiamentos concedidos à compra de equipamentos, apenas em 1972 os recursos liberados foram menores do que os aplicados. Nos demais anos, os primeiros estiveram acima dos segundos. Uma das razões que poderia ser apontada para explicar em parte tal comportamento reside na maior durabilidade dos equipamentos agrícolas face, por exemplo, aos fertilizantes e defensivos.

Infelizmente, a comparação que acaba de ser feita não pode ser desagregada a nível regional, nem estendida ao Plano de Emergência Para Recuperação dos Cafezais Geados. No primeiro caso, a impossibilidade se dá pelo fato dos relatórios do GERCA não apresentarem informações referentes às aplicações efetivamente realizadas e, no segundo, porque parte dos recursos liberados se destinaram a operações de custeio, tanto para o café como para os produtos das culturas intercalares, para as quais não existem dados sobre os recursos efetivamente aplicados. Desse modo, o montante dos recursos aplicados na execução deste último plano refere-se apenas às operações contratadas para replantio, substituição e operações de recepção e decote. Em decorrência disso a defasagem apresentada entre os recursos liberados para o financiamento e aqueles efetivamente aplicados pode ter sido menor do que a apresentada na comparação dos Quadros III.18 e III.22.

Uma consequência do fato de que parte dos recursos financeiros liberados pelo GERCA e colocados à disposição dos bancos não foram efetivamente utilizados para a concessão de créditos aos

diferentes itens que compunham os programas de assistência financeira à expansão da cafeicultura, pode ter sido a crescente pujança dos bancos, que tiveram assim aumentadas as suas disponibilidades monetárias. Neste sentido cabe chamar a atenção para as considerações feitas no capítulo anterior, acerca da defasagem entre a evolução da capacidade produtiva financiada e a da capacidade produtiva-real. Essa defasagem, que não se verificou apenas na cafeicultura, ao ampliar a defasagem entre a órbita produtiva da economia e a financeira teve, sem dúvida, um impacto benéfico sobre o crescimento, não apenas dos bancos, mas do sistema financeiro como um todo.

Em suma, pode-se dizer que houve duas espécies de defasagem: a primeira foi devida à diferença entre os créditos recebidos pelos fazendeiros e aqueles efetivamente aplicados na expansão-cafeeira, conforme já foi visto no capítulo anterior. E, o segundo-tipo de defasagem ocorreu em consequência da diferença entre os créditos concedidos pelos bancos e seus retornos efetivos.

É importante ressaltar que ambas tiveram um impacto favorável ao fortalecimento do sistema financeiro e, portanto, na ampliação da acumulação de capital aí realizada. Por outro lado, não-se deve esquecer que neste processo, os fazendeiros de café não foram prejudicados, na medida em que a ampliação do crédito permitiu inclusive a intensificação da especulação fundiária propiciada pelo primeiro tipo de defasagem apontado. Em outras palavras, muito embora os grandes beneficiários durante o período em que foram executados os planos e programas do GERCA no sentido de expandir a cafeicultura através da ampliação do crédito tenha sido a indústria e os bancos, não se deixou de beneficiar os grandes fazendeiros. Na verdade, os únicos prejudicados foram os pequenos produtores, uma vez que não tiveram o mesmo tipo de acesso ao crédito institucional e os assalariados que se mantiveram na mesma situação, dado que os salários reais não sofreram praticamente nenhuma elevação significativa.

NOTAS DO CAPÍTULO III

(1) Na elaboração do quadro III.10 utilizou-se os coeficientes a apresentados por Panagides (1969). Apesar de se ter consciência das deficiências destes, por serem uma média entre aqueles elaborados pela FAO e pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, os coeficientes de emprego escolhidos possuem a vantagem de abrangerem um maior número de culturas agrícolas.

Na medida em que, os dados do quadro III.10 são apenas uma primeira aproximação da queda das oportunidades de emprego decorrente da execução do Plano Diretor, utilizou-se na transformação de homens/dias para pessoas, a sua divisão por 360 dias. Com isso a suposição implícita é a de que há uniformidade no nível de emprego durante todo o ciclo agrícola e também que a mão-de-obra é empregada em caráter permanente. E, como o nível de emprego da mão-de-obra no campo varia bastante nas diversas etapas do ciclo agrícola, os dados do presente quadro provavelmente estão sub-estimados. Apesar disso, os índices referentes a homens/hectares obtidos por este quadro são semelhantes aos do Censo Agrícola de 1960 no caso das regiões cafeeiras paulistas.

Um outro aspecto que pode demonstrar que os dados apresentados subestimam a queda das oportunidades de emprego da mão-de-obra decorrente da execução do Plano Diretor é o fato destes se referirem apenas ao emprego direto. Assim, não é levado em consideração que a dispensa de um colono, empregado diretamente na produção de café, por exemplo, significava também a

dispensa de toda a sua família. Desse modo, a crise social gerada pela erradicação de cafezais foi muito mais grave do que os dados apresentados apontam nesta primeira aproximação.

Além dos aspectos já apontados haveria ainda que se ressaltar em primeiro lugar que a reocupação de pelo menos parte da mão-de-obra em lavouras temporárias tenha sido realizada - em caráter temporário, dado que esta forma de reocupação do solo muitas vezes representa apenas um primeiro passo para a formação de pastagens.

E, finalmente cabe salientar que os coeficientes de emprego utilizados, na medida em que são uma média, estes não levam em consideração as diferenças regionais existentes nas formas de organização da produção agropecuária nos diversos Estados cafeeiros.

- (2) Neste sentido seria interessante mencionar as graves crises econômicas ocorridas em outros países produtores de café como Ceilão e Java, decorrentes da disseminação da ferrugem do cafeeiro. Isto porque, a cafeicultura em fins do século XIX era a principal atividade econômica nestes países.
- (3) Etiologia - objetiva estudar o fungo da ferrugem do cafeeiro nas condições em que se apresentam nas plantações afetadas, multiplicá-lo in vivo e conservá-lo em condições de laboratório.

Controle - preocupação em se estabelecer quais os melhores fungicidas e quais as dosagens para um eficiente controle da doença.

Tecnologia da Aplicação - preocupação em relação a melhor forma de tratamento, ou seja, terrestre ou aérea, sendo pesquisada a viabilidade técnica do emprego de avião para a aplicação de fungicidas.

Técnicas de Expurgo - objetiva conseguir, através de tratamento químico a eliminação dos esporos.

Esta classificação consta do Relatório do GERCA, 1970.

- (4) O FDPA-C faz parte da Conta-Café no que se relaciona às suas receitas. Entre os itens que fazem parte deste Fundo, os principais, em termos de valor, são provenientes das vendas pelo Banco do Brasil dos dólares recebidos sob a forma de quota de contribuição e das vendas de café dos estoques oficiais do IBC.

(5) Vale a pena lembrar que as taxas de juros cobradas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural em 1972, segundo Paiva e Outros (1976) eram:

(a) para operações de até um ano era de 15% a.a. Neste caso há uma divisão entre duas categorias: a.1) crédito concedido para cooperativas e; a.2) crédito de valor até 50 vezes o salário mínimo. Nestes casos, a taxa de juros era de 13% a.a. pagos pela cooperativa na primeira categoria e pelo mutuário na segunda.

(b) para operações de prazo superior a um ano a taxa de juros era de 7% mais uma taxa a título de correção monetária de 8%. Aqui também há uma divisão nas duas categorias apresentadas em a.1 e a.2. Para estes casos, a taxa de juros era de 5% mais uma taxa de correção monetária de 8%.

(c) para operações de aquisição de insumos modernos a taxa de juros era de 7% mais 8% a cargo do FUNDAG.

(6) Veja-se artigo "Nordeste Recebe Maior Apoio para Expandir a Cafeicultura" - O Estado de S. Paulo (05/10/1975).

APÊNDICE ESTATÍSTICO: TENTATIVA DE AFERIÇÃO DOS EFEI-
TOS DA ATUAÇÃO DO GERCA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A racionalidade da experiência brasileira de planejamento da cafeicultura não pode ser aferida apenas mediante a comparação formal entre seus objetivos declarados e os resultados - por ela obtidos. A esse nível, algumas incongruências puderam ser explicitadas nos capítulos II e III.

Entretanto, cabe ressaltar que, apesar de tais incongruências, o planejamento da cafeicultura pelo GERCA teve uma racionalidade mais ampla, devido ao fato de estar inserido em um processo de importantes transformações qualitativas no setor agropecuário. Essas transformações, fundamentalmente determinadas pelo desenvolvimento do setor industrial, contribuíram para acelerar a difusão das relações capitalistas de produção no campo. Elas foram deliberadamente promovidas a partir da formulação do Plano de Metas em 1956, quando tomou impulso uma fase de industrialização bastante acelerada, que gerou uma crescente urbanização.

Segundo esse plano e os subsequentes, o setor agropecuário deveria:

(a) liberar parte da mão-de-obra nele ocupada de maneira a intensificar, via migrações, a formação de um mercado de trabalho urbano, com excedente de mão-de-obra, a fim de manter - baixos os salários urbanos;

(b) ampliar o volume da sua produção para que a oferta agrícola fosse condizente com o aumento da demanda por parte - de uma população urbana cada vez maior;

(c) continuar a fornecer produtos agrícolas para a exportação, a fim de garantir a obtenção de divisas para pagamento da dívida externa e custeio das importações essenciais ao prosseguimento da industrialização; e

(d) produzir alimentos a baixo preço com a finalidade de reduzir, o quanto fosse possível, o custo da mão-de-obra urbana. O mesmo raciocínio se aplicava aos preços dos produtos agrícolas utilizados como matérias-primas na indústria.

Com a consolidação, no setor industrial, de um departamento produtor de meios de produção, em decorrência da execução do Plano de Metas, o setor agropecuário passou a ter também a função de propiciar a demanda de "insumos modernos" como tratores, fertilizantes, defensivos, etc.

Como já foi visto nos capítulos II e III, as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor do GERCA em 1962 preconizavam, pelo menos a nível do discurso, o atendimento fundamentalmente do primeiro grupo de funções. Os planos e programas formulados a partir de 1970 passaram a atender também o segundo tipo de função. Dessa forma pode-se dividir o período abrangido pelo planejamento da cafeicultura, em duas etapas:

A primeira, entre 1960 e 1970, quando a ênfase da atuação do GERCA foi no sentido de promover a erradicação de cafezais, aumentar a oferta de outros produtos agrícolas e liberar mão-de-obra.

A segunda, entre 1970 e 1975, quando a ênfase da sua atuação passou a ser o aumento da produção de café e a elevação da demanda dos meios de produção de origem industrial.

Com base nessas considerações, pretende-se analisar, a seguir, alguns aspectos da evolução do setor agropecuário nas principais micro-regiões produtoras de café no Estado de São Paulo, durante o período de 1960 a 1975, a partir dos dados existentes nos Censos Agropecuários do IBGE.

A escolha dessas micro-regiões de São Paulo foi devida em parte ao fato de que a difusão das relações capitalistas de produção no campo teve uma maior intensidade neste Estado. E, por outro lado, como o Estado de São Paulo é ao mesmo tempo um dos maiores produtores de café, as transformações ocorridas nessa atividade forçosamente iriam influenciar as formas de organização da produção agropecuária em geral.

Tendo em vista tais vinculações, procura-se, através das tabelas aqui apresentadas, aferir os resultados da atuação do

GERCA comparando as mudanças havidas nas regiões cafeeiras com as que ocorreram no resto do Estado.

1. Critérios de Seleção e Micro-Regiões Seleccionadas

Apesar de se ter consciência das várias limitações dos dados censitários publicados pelo IBGE, a escolha dos meses e não de outros deveu-se principalmente a duas razões. Em primeiro lugar, ao fato da unidade de análise considerada pelo IBGE, a micro-região homogênea ser, a partir de 1968, a mesma para todas as unidades da Federação, o que permite futuras comparações entre os dados aqui apresentados e os de outros Estados cafeeiros. E, em segundo lugar, porque, para a análise das duas etapas do período abrangido pelo planejamento da cafeicultura, os anos dos Censos Agropecuários permitem uma melhor aproximação. Como já se viu, houve uma proximidade muito grande entre os períodos de inflexão das diretrizes estabelecidas pelo GERCA quanto à evolução do setor cafeeiro de um lado, e as datas de realização dos Censos Agrícolas, do outro.

Uma vez aceitas essas premissas, procurou-se inicialmente delimitar as áreas cafeeiras do Estado de São Paulo utilizando como unidades de análise as micro-regiões homogêneas definidas pelo IBGE.

Entretanto, na medida em que os dados coletados pelo Censo Agrícola de 1960 não foram agrupados por micro-regiões, mas sim por zonas fisiográficas, tornou-se necessário fazer uma primeira seleção entre os municípios cuja produção de café, em termos de área e cultivada com o produto e de volume da produção, tivesse sido significativa a nível do Estado em 1960, para em seguida promover o seu agrupamento nas micro-regiões que figuram no Censo Agropecuário de 1970.

Nessa seleção feita a nível das zonas fisiográficas do censo de 1960, foram adotados três critérios.

O primeiro dizia respeito à forma de utilização das terras por zona. De acordo com esse critério, a escolha das zonas fisiográficas relevantes deveria atender aos seguintes requisitos:

- a) a área destinada às lavouras deveria corresponder a um mínimo de 20% em relação à área total da zona fisiográfica;
- b) a área destinada às lavouras permanentes deveria ser maior do que a área destinada às lavouras temporárias; e
- c) a participação da área destinada à cafeicultura de

veria corresponder a mais de 70% da área destinada às lavouras permanentes.

O segundo critério referia-se ao volume da produção de café de cada zona fisiográfica em relação ao total produzido no Estado de São Paulo. De acordo com este critério, o café produzido em cada zona fisiográfica selecionada deveria corresponder a um mínimo de 3% do volume total produzido no Estado. A escolha do limite de 3% teve por objetivo ampliar o tamanho da "amostra". Dessa forma houve a possibilidade de selecionar doze zonas fisiográficas do Estado, cuja contribuição alcançou 82,67% do volume total de café produzido no Estado de São Paulo em 1960.

Já o terceiro critério referia-se à área ocupada pela cafeicultura de cada zona fisiográfica em relação à área total ocupada por essa cultura no Estado. Essa proporção deveria corresponder no mínimo à 7%. Desse modo foi possível escolher treze zonas fisiográficas que, em 1960, correspondiam a 80,72% da área total ocupada por essa cultura no Estado.

Através do cruzamento desses três critérios - cruzamento no qual se deu maior ênfase ao primeiro e ao terceiro, já que o volume anual de produção varia de acordo com a safra - foram finalmente selecionadas onze zonas fisiográficas que, em 1960, contribuíram com 72,23% do volume total de café produzido no Estado de São Paulo e ocupavam 77% da área destinada a essa cultura no mesmo Estado. As zonas fisiográficas de acordo com tais critérios mencionados foram as seguintes: Zona de São Carlos e Jaú, Zona de Botucatu, Zona de Piraju, Zona de Rio Preto, Zona de Catanduva, Zona de Bauru, Zona de Araçatuba, Zona de Marília, Zona de Assis, Zona de Andradina e Zona de Ribeirão Preto.

Depois dessa seleção, procedeu-se à escolha, dentro de cada zona fisiográfica, dos municípios que fossem mais significativos em termos de produção de café. Isto foi feito de acordo com os seguintes critérios:

$$1) \text{ critério de concentração} = \left(\frac{\text{Café produz. no município}}{\text{Café produzido no Estado}} \right)$$

em termos do número de estabelecimentos produtores de café e da área total ocupada pelos mesmos;

$$2) \text{ critério de especialização} = \left(\frac{\text{área destinada ao café}}{\text{área total}} \right)$$

em termos da área total dos estabelecimentos agrícolas e das áreas destinadas às lavouras.

Cada município escolhido deveria corresponder, conforme o primeiro critério, a 0,30% do número de estabelecimentos cafeeiros do Estado e a 0,30% da área de café no Estado. E, de acordo com o segundo critério, a área cafeeira do município deveria corresponder a 20% da área total dos seus estabelecimentos e/ou a 60% das suas áreas de lavoura. A ênfase maior, no cruzamento dos dois critérios foi dada ao segundo, na medida em que este permitia determinar com maior precisão a significação econômica da cultura cafeeira em cada município.

Em seguida procedeu-se ao agrupamento dos municípios escolhidos por micro-regiões homogêneas, para finalmente selecionar as que seriam destinadas a um estudo mais aprofundado. Deste modo, chegou-se à estruturação das seguintes micro-regiões: Alta Noroeste de Araçatuba (MR - 231), Divisor São José dos Dourados - Tietê (MR - 233), São José do Rio Preto (MR - 234), Média Araraquarense (MR - 235), Nova Alta Paulista (MR - 239), Alta Noroeste de Penápolis (MR - 240), Bauru (MR - 241), Alta Paulista (MR-245), Jaú (MR - 246), Ourinhos (MR - 252) e Serra de Botucatu (MR-253).

Além disso, como houve algumas modificações em relação à área de alguns municípios e como outros foram criados no período estudado, para tornar as áreas das micro-regiões comparáveis entre si foi necessário fazer as seguintes modificações :

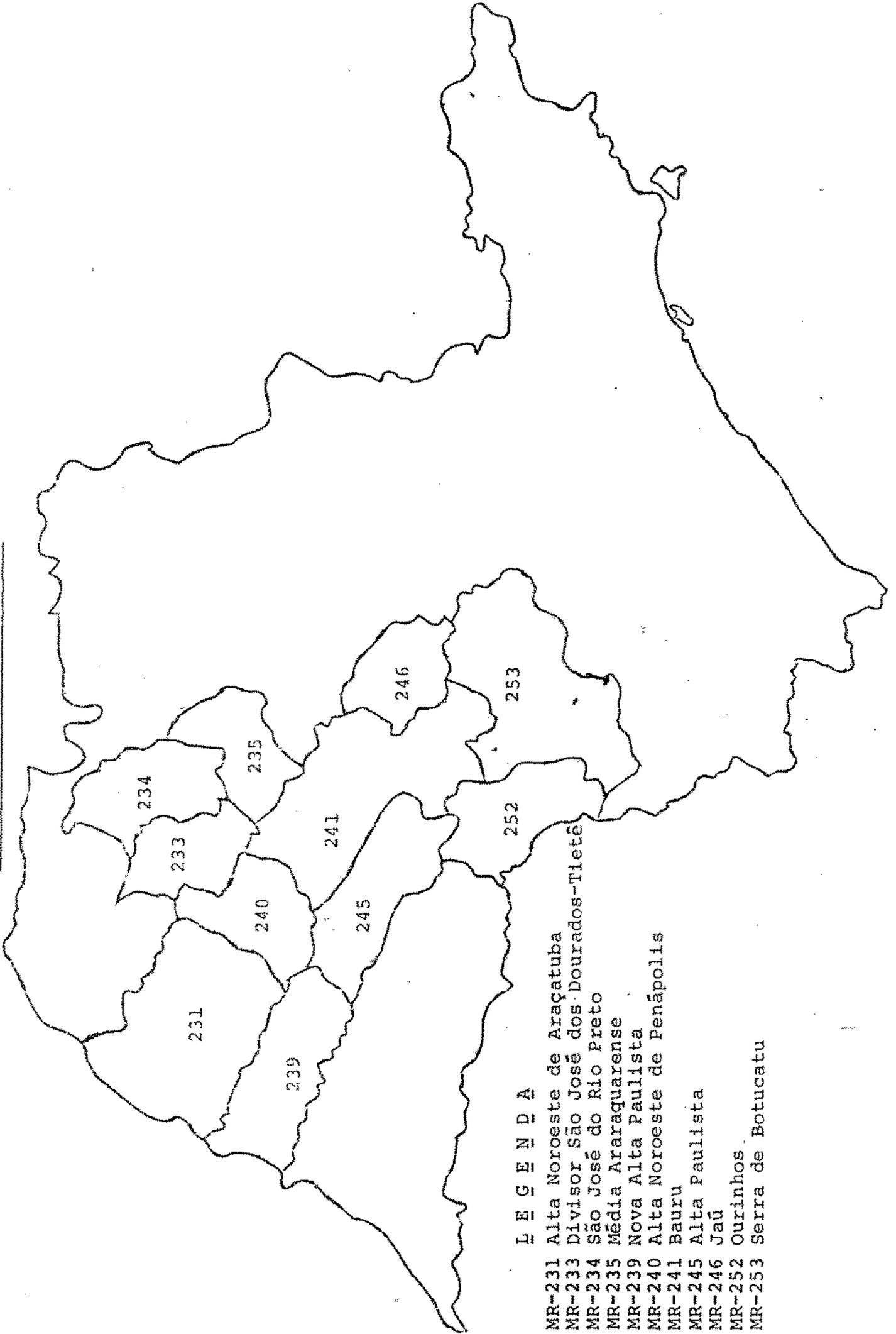
- a) na micro-região da Alta Noroeste de Araçatuba (MR - 231) foram acrescentados os municípios de Auriflama e Gastão Vidigal para os três anos dos censos agrícolas e os municípios de Guzolândia e Nova Lusitânia para os anos de 1970 e 1975, já que estes municípios foram criados depois de 1960;
- b) na micro-região da Média Araraquarense (MR - 235) foi acrescentado o município de Pirangi para todos os anos estudados;
- c) e, finalmente para a micro-região da Serra de Botucatu (MR - 253) foi acrescentado o município de Itaporanga para os três anos estudados.

A fim de melhor visualizar o conjunto das micro-regiões cafeeiras escolhidas, apresenta-se na página seguinte um mapa do Estado de São Paulo, no qual elas aparecem com destaque .

2. Aspectos analisados e principais resultados

Tomando por base a disponibilidade e a comparabilidade dos dados existentes no Censo Agrícola de 1960 ,no Censo Agropecuário de 1970 e na Sinótese Preliminar do Censo Agropecuário de

MAPA DO ESTADO DE SÃO PAULO



L E G E N D A

- MR-231 Alta Noroeste de Araçatuba
- MR-233 Divisor São José dos Dourados-Tietê
- MR-234 São José do Rio Preto
- MR-235 Média Araraquarense
- MR-239 Nova Alta Paulista
- MR-240 Alta Noroeste de Penápolis
- MR-241 Bauru
- MR-245 Alta Paulista
- MR-246 Jaú
- MR-252 Ourinhos
- MR-253 Serra de Botucatu

1975, procurou-se nesta análise abordar os seguintes itens: evolução geral do setor, modalidades de uso do solo e modificações na estrutura fundiária.

Com relação ao primeiro item foram abordados os seguintes aspectos da evolução geral do setor: número e área dos estabelecimentos agrícolas, total e segundo a condição do produtor (proprietário, parceiro e arrendatário); e a evolução do total do pessoal ocupado nesses estabelecimentos. A análise desses dados - proporciona uma primeira aproximação às transformações nas relações sociais de produção de um lado, e às transformações nas relações técnicas de produção do outro.

No que se refere ao segundo item, procurou-se analisar os seguintes aspectos: evolução das áreas de lavouras (temporárias e permanentes), dos principais cultivos agrícolas e do número de bovinos. A relevância desta abordagem está no fato de que, ao se constatar, no primeiro item, uma elevação acentuada da área por pessoa ocupada, poder-se-ia concluir que teria havido uma grande capitalização nas atividades agropecuárias; ao mesmo tempo, todavia, sem negar as transformações técnicas ocorridas, é possível que haja uma super-estimação das mesmas, se não se levar em consideração que a elevação da área por pessoa ocupada pode também ter tido como causa a substituição das atividades cafeeiras - por pastagens, especialmente durante os anos de 1960 a 1970.

Finalmente, quanto ao terceiro item, tentou-se fazer uma primeira aproximação às modificações na estrutura da propriedade fundiária, examinando para tanto a evolução dos grupos de área total e dos grupos de áreas de lavouras. A análise desse item apresenta a vantagem de fornecer um indicador para confirmar que as transformações havidas no setor agropecuário não alteraram a estrutura da propriedade da terra. E, na medida em que, paralelamente a isso, os subsídios creditícios para a modernização do setor agropecuário foram destinados principalmente à grande propriedade rural, poder-se-ia sugerir como hipótese de trabalho que essa modernização ocorreu principalmente no interior das grandes propriedades, que foram as que mais se beneficiaram do processo .

2.1. Evolução Geral do Setor Agropecuário

Sob este título geral são apresentadas inicialmente cinco tabelas relativas aos estabelecimentos agropecuários e ao pessoal ocupado. As quatro primeiras contêm dados referentes

às áreas totais e médias, referentes ao total dos estabelecimentos (I), àqueles que estão em poder dos proprietários (II), àqueles em poder de parceiros e arrendatários (III) e àqueles em poder de ocupantes (IV).

Já na tabela V são apresentados dados referentes à evolução do número de pessoas ocupadas (total e por estabelecimento) bem como à área média por pessoa ocupada.

Na medida em que as categorias utilizadas pelos Censos Agrícolas constituem apenas indicadores gerais, surge a necessidade de balizá-las dentro das limitações que lhes são inerentes. Entre essas limitações caberia ressaltar as quatro seguintes:

1) O fato das categorias utilizadas nos Censos Agrícolas serem muito gerais dificulta a análise das relações sociais de produção. Um exemplo disso pode ser visto na categoria de proprietários, na qual se incluem tanto os pequenos, que estão diretamente ligados ao processo produtivo juntamente com suas famílias, como os grandes, via de regra, só estão vinculados ao processo de forma indireta.

2) Apesar das diferenças existentes entre a parceria e o arrendamento, especialmente quando esta última se dá em moldes capitalistas, houve a necessidade de incluí-las em uma única categoria, dado que o Censo Agrícola de 1960 não apresenta uma distinção clara entre estas duas formas de organização da produção agropecuária.

3) Há uma diferença de critério entre o Censo Agrícola de 1960 e os dois subsequentes já que o primeiro leva em conta a condição do responsável enquanto que os outros dois se referem à condição do produtor. Ora, como se sabe, nem sempre existe uma equivalência entre os dois. Isto pode ser visto, por exemplo, nos casos em que o proprietário é o responsável pela direção do processo produtivo, enquanto quem efetivamente produz seja o parceiro ou o arrendatário. Não obstante essas diferenças, a comparação destes dados constitui a única possibilidade de aferir a evolução das relações sociais de produção.

4) Com relação ao pessoal ocupado só foi possível comparar seu número total, uma vez que a Sinópsse do Censo Agropecuario de 1975 não apresenta os dados desagregados. Desse modo, nele se encontram incluídos empregados (temporários e permanentes), autônomos (parceiros e arrendatários), e até proprietários. Consequentemente a tabela V só fornece uma idéia da evolução do emprego de mão-de-obra em geral e, apenas indiretamente permite algumas

inferências a respeito da produtividade por meio dos índices de área por pessoa ocupada.

Contudo, apesar de todas essas limitações, foi possível identificar algumas tendências gerais bastante interessantes. Entre elas, cabe destacar, em primeiro lugar, que do total da área dos estabelecimentos praticamente 90% manteve-se, no período como um todo, em mãos dos proprietários. Neste particular não houve maiores diferenças entre o total das micro-regiões cafeeiras e o restante do Estado. O mesmo não se deu, todavia, com as áreas em poder dos arrendatários e parceiros, cuja participação na área total foi bem menor e decrescente ao longo do período estudado.

Essa diminuição, como se pode ver comparando as tabelas I e III, foi mais acentuada nas micro-regiões cafeeiras do que no resto do Estado, em que chegou inclusive a elevar-se ligeiramente entre 1960 e 1970. Assim, para o total das micro-regiões cafeeiras, a participação das áreas em poder dos parceiros e arrendatários na área de todos os estabelecimentos caiu de 9,73% em 1960 para 7,43% em 1970 e 6,53% em 1975, enquanto que a referida evolução para as demais regiões paulistas foi de 8,07% em 1960 para 8,17% em 1970 e 7,67% em 1975.

No que se refere às áreas médias dos estabelecimentos houve entre 1960 e 1970 uma elevação nas micro-regiões cafeeiras, ao contrário do que ocorreu nas demais regiões paulistas, em que houve uma diminuição das mesmas. Com isso, as áreas médias dos estabelecimentos das micro-regiões cafeeiras, que eram menores do que no resto do Estado, passaram a ser maiores. Essa diferença não só se manteve, como se ampliou no período seguinte, apesar das áreas médias terem crescido também em outras micro-regiões de São Paulo.

Algo bem diverso ocorreu em relação às áreas médias dos estabelecimentos em poder dos proprietários, as quais, entre 1960 e 1970 cresceram muito mais depressa fora das micro-regiões cafeeiras do que nestas. Com efeito, em 1960, a área média dos estabelecimentos das micro-regiões cafeeiras era mais que o dobro da registrada no resto do Estado. Até 1970, ela permaneceu praticamente constante em torno de 98 ha por estabelecimento, enquanto que nas demais micro-regiões paulistas ela mais do que dobrou, passando de 40,53 ha/estabelecimento em 1960 para 83,68 ha/estabelecimento em 1970 (ver tabela II).

Um dos fatores que podem explicar essas diferenças de comportamento reside na crise econômica e social do início dos

anos sessenta, a qual provavelmente afetou mais seriamente as regiões onde predominavam pequenas propriedades. As dificuldades - que impedem seu desenvolvimento em tais circunstâncias podem ter obrigado seus proprietários a vender uma parte de suas áreas contribuindo assim para elevar a concentração da propriedade fundiária, refletida na área média dos estabelecimentos em poder dos proprietários. A mesma explicação é válida para as regiões de maior concentração da propriedade da terra - isto é, de maior área média por estabelecimento de proprietários. No caso das regiões cafeeiras, estes provavelmente tiveram capacidade financeira suficiente para manter a propriedade das suas terras. Nunca é demais lembrar que, no caso dos estabelecimentos cafeeiros, essa capacidade financeira foi reforçada por meio da indenização paga pelo GERCA para incentivar a erradicação de cafezais no primeiro período de sua atuação. Essa indenização, ao transformar parte do capital imobilizado em dinheiro, tornava desnecessária a venda de terras durante a crise.

Por outro lado, pode-se observar entre 1960 e 1970, um decréscimo tanto do número de estabelecimentos como da área - destinada à parceria e ao arrendamento no total das micro-regiões cafeeiras. Isto provavelmente resultou de uma maior utilização de mão-de-obra assalariada, já que a mesma tendência se verificou - com menos ênfase nas outras micro-regiões paulistas (ver tabela - III). Essa tendência não se manteve na fase seguinte.

Entre 1970 e 1975, houve uma reversão geral das tendências registradas tanto nas áreas médias totais como no que se refere às áreas médias das várias modalidades de estabelecimentos. Tal evolução, entretanto, ocorreu com maior ênfase nas micro-regiões cafeeiras. Nestas a área média em mãos dos proprietários - passou de 98,39 ha/estabelecimento em 1970 para 109,57 ha/estabelecimento em 1975, enquanto que nas outras micro-regiões ela passou de 83,68 ha/estabelecimento para 91,60 ha/estabelecimento.

Essa evolução diferenciada que se deu através de um aumento das áreas totais, simultaneamente a uma diminuição do número dos estabelecimentos, pode também ser explicado pela atuação do GERCA no período considerado, e mais especialmente pela concessão de créditos subsidiados para a expansão da cafeicultura. Apesar da expansão do crédito subsidiado ter sido geral para todas as atividades agropecuárias é inegável que ele foi concedido em condições ainda melhores para a cafeicultura. Isto acarretou o fortalecimento da capacidade financeira dos grandes proprietários

rurais, que passaram a ter maiores possibilidades de aumentar por compra, as áreas de suas terras.

A elevação das áreas médias em poder dos parceiros e arrendatários, por sua vez foi proporcionalmente maior entre 1970 e 1975 no total das micro-regiões cafeeiras do que no resto do Estado. Isto pode ter sido devido a modificações nas relações de parceria e arrendamento, as quais teriam de fato se transformado numa forma disfarçada de assalariamento. Um grande acréscimo de área por parceiro ou arrendatário só se torna viável através da adoção de novas técnicas de produção, capazes de elevar substancialmente a sua produtividade. E, na medida em que a adoção dessas novas técnicas exige um certo investimento, e que geralmente apenas os grandes proprietários de terra dispõem de recursos financeiros próprios ou de acesso ao crédito institucional para realizá-los, tudo indica que o proprietário estaria fazendo os adiantamentos necessários, cabendo apenas aos parceiros uma parte da produção correspondente a um salário - ou seja, à remuneração de sua força de trabalho.

As áreas médias em mãos de parceiros e arrendatários também se elevaram no resto do Estado mas de forma bem menos acentuada do que nas micro-regiões cafeeiras.

Quanto à tabela V, a primeira observação que pode ser feita para o período compreendido pelos anos de 1960 a 1970 diz respeito à queda do pessoal ocupado, tanto nas micro-regiões cafeeiras como no resto do Estado. Essa queda em média foi de 22,26% para as micro-regiões cafeeiras e de 12,88% para o resto do Estado. Na tendência em questão, parece ter sido relevante a atuação do GERCA, com seus estímulos à erradicação de cafezais. Isto porque, como já foi visto, a cafeicultura é uma das atividades agropecuárias que mais requer mão-de-obra. Sua substituição por outras atividades pode ter sido um dos fatores responsáveis pelo aumento da área por pessoa ocupada nas micro-regiões cafeeiras.

Nas demais micro-regiões paulistas, esse aumento foi também considerável, assim como juntamente com a diminuição do pessoal ocupado, a elevação da área por pessoa ocupada poderia ser explicada pelas formas de organização da produção inerentes à grande propriedade agrária, bem como pela substituição de atividades agrícolas por pastagens.

Uma outra explicação plausível vincula o aumento da área por pessoa ocupada à introdução de máquinas, equipamentos e outros insumos agrícolas nessas regiões. Deve-se considerar entre

tanto, que na fase seguinte (1970 - 1975), continuou a haver uma elevação das áreas por pessoa ocupada nas micro-regiões cafeeiras, o mesmo não aconteceu no resto do Estado.

Pode-se dizer que nas micro-regiões cafeeiras houve, de um modo geral, uma ampla difusão do uso de máquinas e equipamentos agrícolas para elevar a produtividade agropecuária; principalmente no período entre 1970 e 1975. Isto não ocorreu com a mesma intensidade nas demais regiões do Estado, onde, pelos dados de área por pessoa ocupada, teria havido uma elevação da produtividade de apenas entre 1960 e 1970, voltando o índice a cair no período seguinte. Ao que tudo indica, todavia, o que parece ter acontecido foi a substituição de umas atividades agropecuárias por outras que necessitam de menor quantidade de mão-de-obra junto com a concentração da propriedade fundiária.

A hipótese de que as transformações técnicas tiveram maior intensidade nas micro-regiões cafeeiras é ainda reforçada pelo fato de que entre 1970 e 1975, continuou a diminuir o número total do pessoal ocupado, ao mesmo tempo em que se elevou quase aos mesmos níveis de 1960 o número de pessoas por estabelecimento. No restante do Estado, ao contrário, houve neste período, simultaneamente, uma elevação do total de pessoal ocupado e do número de pessoas por estabelecimento, e uma diminuição da área média por pessoa ocupada. Em outras palavras, os prováveis aumentos de produtividade atribuíveis às modificações técnicas tenderam a ser mais acentuadas no conjunto das micro-regiões cafeeiras.

2.2. Modalidades de Uso do Solo

A fim de tentar verificar quais as atividades agropecuárias que substituíram o café, entre 1960 e 1970, e de que modo elas evoluíram na etapa subsequente, em que o planejamento da cafeicultura passou a ter como diretriz básica a expansão do cultivo foram construídas nas tabelas VI, VII, VIII e IX.

Nas duas primeiras são apresentados os dados referentes à evolução das áreas de lavouras permanentes e temporárias, bem como sua participação nas áreas totais. Uma das limitações inerentes a estes dados reside no caráter muito geral das categorias utilizadas pelos Censos. Como exceção pode-se mencionar apenas a categoria de lavouras permanentes, cujos números, nas micro-regiões em questão, refletem basicamente os da cafeicultura, que tende a ocupar a maior parte das áreas destinadas a

este tipo de lavouras. Já a categoria de lavouras temporárias, em globa não só uma grande variedade de produtos, mas também uma considerável diversidade de formas do processo produtivo - ou seja, desde aqueles produtos cujo cultivo é feito predominantemente por unidades familiares até aqueles em que predominam as grandes em presas rurais.

Tendo em vista essa diversidade procurou-se construir a tabela VIII a partir de dados apresentados pela Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas, publicada pelo IBGE em 1968, a qual relaciona os principais produtos agrícolas cultivados em ca da micro-região. A partir desses dados foram escolhidos os seguin tes produtos para estudar a evolução das áreas ocupadas por cada um deles, entre 1960 e 1975, nas micro-regiões onde o seu cultivo é importante: cana-de-açúcar, amendoim, feijão, arroz, algodão e milho, além do café.

A relevância econômica dos produtos agrícolas escolhi dos para cada micro-região foi de certa forma confirmado pelo fa to da soma de suas áreas equivaler com exceção da micro-região de Ourinhos (252) a mais de 60% da área destinada às lavouras tempo rárias. Assim, pode-se ter, através da análise dos dados da tabe la VIII, uma idéia bastante aproximada de quais os cultivos agrí colas que tenderam a substituir o café dentro deste tipo de lavou ra.

Por outro lado, na medida em que não existem dados re lativos a pastagens para os três anos aqui considerados, e tendo em vista que seria bastante precário estimar a evolução das ativi dades pecuárias apenas com base nas diferenças entre as áreas to tais e de lavouras, construiu-se a tabela IX, na qual são apresen tados dados referentes ao número de bovinos, à participação do re banho de cada micro-região no total do Estado, e o seu crescimen to percentual em relação ao censo anterior.

A primeira observação que se pode fazer em relação ao período de 1960 a 1970 é a de que o principal fator responsável pela queda do total das áreas de lavouras nas micro-regiões ca - feeiras foi a redução das áreas destinadas às lavouras permanentes (tabela VI). Como a elevação das áreas destinadas às lavouras tem porárias foi relativamente pequena, pode-se supor inicialmente - que grande parte das áreas em que foi erradicado o café, passaram a ser pastagens ou permaneceram sem ocupação. O contrário se deu no resto do Estado, em que houve uma elevação das áreas de lavouras,

sendo a elevação das áreas destinadas às lavouras temporárias, o principal fator responsável por isso, mesmo porque nessas outras-regiões houve também uma redução das áreas destinadas às lavouras permanentes.

Com relação a estas, a Tabela VI indica que foi decisiva a influência da sua evolução nas micro-regiões cafeeiras. Isto, por sua vez, aponta para a importância da atuação do GERCA-nessa determinação.

A erradicação de cafezais, ao permitir uma redistribuição das áreas entre as diversas atividades agropecuárias, reflete-se também nas formas de utilização da mão-de-obra, especialmente num momento em que ainda não havia a possibilidade de uma generalização do emprego de novas técnicas de produção, capazes de permitir uma redução significativa das necessidades de mão-de-obra. Nunca é demais lembrar a esse respeito que a ampliação dos investimentos para tornar mecanizadas as atividades agropecuárias na maior parte das etapas do seu ciclo produtivo, estava praticamente fora de cogitações antes do final da década de 1960, por causa da recessão que assolava a economia brasileira na época. Conseqüentemente, o meio mais fácil de reduzir as necessidades de mão-de-obra, principalmente aquela empregada em caráter permanente, consistia na substituição das lavouras permanentes por lavouras temporárias e por pastagens. Essa tendência manifestou-se no Estado de São Paulo como um todo, mas com muito maior intensidade nas micro-regiões cafeeiras.

Na etapa seguinte, entre os anos de 1970 e 1975, houve uma elevação tanto das áreas destinadas ao total das lavouras, como àquelas destinadas às lavouras permanentes no conjunto das micro-regiões cafeeiras. É importante assinalar que isto se deveu em boa parte à reocupação das terras com lavouras permanentes, já que durante a mesma fase houve uma redução das áreas destinadas às lavouras temporárias. Nas demais regiões paulistas houve uma elevação geral das áreas destinadas às lavouras, sendo que aí foi a expansão das áreas de lavouras temporárias que permitiu que as mesmas aumentassem no Estado de São Paulo como um todo.

Pela comparação entre as regiões cafeeiras e o resto do Estado, no que se refere à ocupação do solo, pode-se perceber a consolidação de uma certa divisão espacial do trabalho, aumentando a participação das micro-regiões cafeeiras no cultivo de café e a das demais no que se refere às lavouras temporárias. Um indício disto seria o fato de que o aumento das áreas de lavouras

temporárias foi causado apenas pelas outras micro-regiões paulistas, já que houve simultaneamente uma diminuição das mesmas em termos absolutos no conjunto das micro-regiões cafeeiras.

Com respeito às taxas de participação das áreas totais de lavouras (tabela VII), é interessante notar que elas caem sistematicamente ao longo de todo o período estudado para o conjunto das micro-regiões cafeeiras. Paralelamente a isso, houve um movimento contrário nas outras regiões paulistas, uma vez que, em todo o período ocorreu uma elevação das taxas de participação das áreas totais de lavouras.

Para o período entre 1960 e 1970, no que se refere às micro-regiões cafeeiras, pode-se perceber que, a principal responsável pela diminuição percentual das áreas destinadas às lavouras foi a queda daquelas ocupadas com lavouras permanentes, já que, as áreas de lavouras temporárias tiveram uma ligeira elevação percentual. Estes aspectos indicam, pois, que as áreas antes destinadas à cafeicultura seriam reocupadas principalmente com pastagens, sendo uma parte menor destinadas às lavouras temporárias.

Ao contrário do total das micro-regiões cafeeiras, o aumento percentual das áreas ocupadas com lavouras temporárias nas outras micro-regiões paulistas, mais que compensaram a queda paralela das áreas ocupadas com lavouras permanentes. Isto porque, neste período, houve uma elevação percentual, embora pequena das áreas totais de lavouras.

Na medida em que a evolução das participações das áreas de lavouras para o total do Estado de São Paulo apresentou a mesma tendência do total das micro-regiões cafeeiras, ao mesmo tempo que as outras micro-regiões paulistas apresentaram um comportamento diferente, pode-se dizer que a evolução das modalidades de uso do solo das primeiras é que influenciaram de modo determinante os rumos destas no Estado de São Paulo.

Entre 1970 e 1975, com os incentivos do GERCA no sentido de expandir a cafeicultura, a evolução da participação das áreas destinadas às lavouras permanentes demonstram uma elevação, principalmente nas micro-regiões cafeeiras. Todavia, ao mesmo tempo houve uma queda percentual tanto das áreas destinadas às lavouras temporárias como das áreas totais de lavouras. Isto posto, pode-se dizer que não apenas a expansão da cafeicultura seria realizada em detrimento das áreas ocupadas com lavouras temporárias como também, parte destas áreas passaram a ser destinadas às pasta

gens, dado que as áreas totais de lavouras tiveram uma elevação percentual no período.

Nas outras micro-regiões paulistas, ao contrário das micro-regiões cafeeiras, houve uma elevação percentual tanto das áreas de lavouras temporárias como daquelas ocupadas por lavouras permanentes. Apesar da elevação das primeiras ter sido menor do que as das segundas, como nas micro-regiões cafeeiras houve ao mesmo tempo uma diminuição percentual das áreas de lavouras temporárias, isto de certo modo serve para confirmar a especialização das outras micro-regiões paulistas nas lavouras temporárias, conforme foi visto também pela análise da tabela VI.

Quanto à tabela VIII, que mostra a evolução das áreas dos principais cultivos agrícolas nas micro-regiões cafeeiras e no resto do Estado, uma primeira observação que cabe fazer refere-se ao fato de que as micro-regiões cafeeiras aqui selecionadas representam significativamente a cafeicultura paulista durante todo o período estudado. Isto pode ser constatado pela participação das áreas destinadas ao café das micro-regiões cafeeiras no total do Estado, a qual representou 67% em 1960, 68% em 1970 e 64% em 1975. Nunca é demais lembrar que, em termos de café produzido, essas taxas de participação são ainda maiores.

Uma segunda observação relativa à etapa entre 1960 e 1970 diz respeito à tendência mais geral de substituição de cafezais por pastagens. Esta substituição aparentemente foi precedida por uma grande expansão das áreas ocupadas pela cultura de milho. Em mais de metade das micro-regiões cafeeiras, este cultivo passou a ocupar em 1970 uma área superior à do café. Este fato é bastante interessante já que em 1960, o café ocupava, em todas as micro-regiões selecionadas, o primeiro lugar nas áreas ocupadas por lavouras, chegando em alguns casos a representar mais de 50% das mesmas. Essa inter-relação entre a expansão das áreas de pastagens e da área cultivada com milho pode ter se dado através do encaminhamento de parte do aumento da produção de milho para a alimentação do gado - seja in natura, seja via rações.

Em terceiro cumpre destacar a redução, na maior parte das micro-regiões cafeeiras, das áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentares de subsistência como o feijão. Este fenômeno pode ser tomado como um indício das mudanças ocorridas nas relações de produção em decorrência da erradicação dos cafezais. Antes da execução dessa política, quando a cafeicultura predominava nas áreas destinadas às lavouras, a relação de trabalho mais -

frequente era a baseada no colonato.

Na medida em que este foi sendo progressivamente substituído por outras relações de trabalho, houve, como seria de se esperar uma redução da oferta de excedentes alimentares produzidos através deste sistema. O eventual aumento da oferta desses produtos por parte das pequenas propriedades não parece ter sido suficiente para compensar a interrupção da produção anteriormente a cargo dos colonos.

Entretanto, estas considerações seriam válidas no que se refere ao cultivo de feijão. No caso do arroz, por exemplo, tal não ocorreu, uma vez que nas micro-regiões cafeeiras, a sua participação nas áreas de lavouras não apenas foi ponderável como crescente. Mas, é interessante ressaltar que a forma de organização da produção desta cultura, provavelmente tenha se modificado, passando este produto a ser explorado predominantemente fora das unidades cafeeiras.

Cumprе ainda ressaltar a grande expansão das áreas destinadas à cana-de-açúcar, cujo cultivo, ao mesmo tempo que elevava a concentração dos estabelecimentos, ampliava a utilização de trabalhadores temporários, piorando assim as condições de emprego rural, especialmente no que se refere à estabilidade e aos baixos salários. Isto porque as condições técnicas deste cultivo evoluíram de forma a aumentar de modo brusco a sazonalidade do emprego de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que a mecanização de parte do ciclo produtivo contribuía para aumentar o número de trabalhadores redundantes durante boa parte do ano. Apenas as colheitas desse produto ainda não foram mecanizadas devido à discrepância existente entre salários reais estáveis e colheitas cada vez maiores, graças à elevação da produtividade por área induzida pelo uso de herbicidas, adubos e outros insumos modernos.

De um modo geral, pode-se dizer que a substituição do café se deu de forma a não apenas manter um determinado grau de concentração da propriedade fundiária, mas também no sentido de torná-lo ainda maior. Isto pode ser visto pelas atividades agropecuárias que predominantemente substituíram a cafeicultura: a pecuária e a lavoura canavieira, ambas geralmente realizadas por meio de grandes explorações rurais. Tanto uma como a outra caracterizam-se pela diminuição do número de empregados permanentes, e a lavoura canavieira tende a aumentar o número de empregados temporários, gerando com isso graves problemas sociais.

Nos anos de 1970 a 1975, ao contrário da fase anterior,

houve na maioria das micro-regiões cafeeiras uma elevação das áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentares de subsistência como arroz e feijão. Entretanto, deste fato não se pode concluir que houve nelas um retorno às formas anteriores de utilização do colonato. Na verdade, é mais provável que tenha ocorrido uma maior expansão das áreas de cultivo desses produtos não apenas fora da unidade produtora de café, como, muitas vezes, fora das próprias micro-regiões cafeeiras. Isto pode ser visto com especial relevância no caso do feijão, cuja participação na área total de lavouras elevou-se mais nas outras micro-regiões paulistas. A este respeito é interessante observar que, em 1960, o mesmo indicador era bastante maior nas micro-regiões cafeeiras do que no resto do Estado.

Um outro fato interessante é que, no período de 1970 a 1975, enquanto houve uma expansão da área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar no Estado como um todo, nas regiões cafeeiras ela diminuiu. Este fato parece indicar que a expansão da referida atividade nas micro-regiões cafeeiras teria ocorrido apenas durante o período 1960/1970, quando o café havia se tornado uma cultura de menor rentabilidade. A partir do momento em que a cafeicultura voltou a se mostrar mais rentável em termos financeiros, graças à generosa concessão de créditos subsidiados pelo GERCA, houve uma reversão das áreas antes destinadas à cana-de-açúcar para o cultivo do café.

Quanto à maior participação das áreas destinadas ao cultivo de milho nas lavouras das micro-regiões cafeeiras, em comparação com o resto do Estado, é provável que isto se deva à expansão da pecuária, em prosseguimento à tendência iniciada na década de 1960/1970. É interessante notar que, no período como um todo, houve uma reversão deste indicador, quando se compara o conjunto das regiões cafeeiras com o resto do Estado. Ou seja, enquanto em 1960 a área ocupada pelo milho representava 14,50% das áreas de lavouras no conjunto das micro-regiões cafeeiras e 21,85% no resto do Estado, essa participação passou a ser de 23,28% e 21,09% respectivamente em 1975.

A fim de completar a análise da evolução das principais atividades substitutivas da cafeicultura foi montada a tabela IX, que apresenta os dados referentes à evolução do número de bovinos.

Uma primeira observação que seria interessante fazer em relação a esta tabela refere-se ao fato de que, ao contrário -

do que se poderia esperar pelos indícios das tabelas anteriores , relativas a uma eventual expansão das áreas destinadas às pastagens nas micro-regiões cafeeiras, entre 1960 e 1970, o crescimento do número de bovinos foi maior no resto do Estado. Consequentemente já que neste período houve também uma redução bastante acentuada da participação das áreas de lavouras nas áreas totais das micro-regiões cafeeiras, pode-se supor que parte das áreas antes-destinadas ao cultivo de café foram apenas nominalmente destinadas à pecuária, com o simples objetivo de garantir a propriedade da terra para posterior utilização produtiva ou especulativa.

Isto parece ser corroborado pelo fato de que, na fase seguinte , de 1970 a 1975, o crescimento do número de bovinos foi mais acentuado nas micro-regiões cafeeiras do que no resto do Estado. Como nesse período ocorreu paralelamente uma redução das áreas destinadas às lavouras temporárias pode-se dizer que nas micro-regiões cafeeiras a anterior substituição da cafeicultura por lavouras temporárias teria sido uma simples transição para a ampliação da exploração das atividades pecuárias. Este crescimento diferenciado entre o conjunto das micro-regiões cafeeiras e as outras micro-regiões paulistas também serviria para explicar a maior participação das áreas destinadas ao cultivo de milho nas micro-regiões cafeeiras, em comparação com o Estado como um todo.

Para concluir a análise destes quadros, cumpre assinalar que a atuação do GERCA parece ter sido importante pelo menos em dois sentidos: num primeiro momento, ao promover a substituição do café por pastagens e outras lavouras temporárias, contribuindo ao mesmo tempo para desorganizar uma forma de relação de trabalho - o colonato; e, num segundo momento, ao induzir a progressiva especialização das atividades agropecuárias nas várias regiões do Estado, promovendo a expansão da cafeicultura em novos moldes e fazendo com que o cultivo de outros produtos se processasse em outros estabelecimentos eventualmente situados fora das regiões cafeeiras.

2.3. Estrutura da Propriedade Fundiária

Finalmente, pretendeu-se neste apêndice apresentar uma primeira aproximação aos efeitos da atuação do GERCA sobre a evolução da estrutura fundiária no Estado de São Paulo. Com este objetivo foram construídas as tabelas X e XI, relativas aos grupos de áreas totais e de áreas de lavouras.

Com base nos dados disponíveis para os vários censos, resolveu-se adotar para o primeiro grupo a seguinte classificação:

- a) até 10 hectares - minifúndio ou pequena propriedade;
- b) de 10 a menos de 100 hectares - pequena ou média - propriedade;
- c) de 100 a menos de 1000 hectares - grande propriedade;
- d) 1000 hectares e mais - latifúndio.

Já com relação ao grupo das áreas de lavoura, a classificação adotada foi a seguinte:

- a) até 5 hectares - minifúndio ou pequena propriedade;
- b) de 5 a menos de 20 hectares - pequena ou média propriedade;
- c) de 20 a menos de 100 hectares - grande propriedade;
- d) 100 hectares e mais - latifúndio.

A primeira observação que deve ser feita refere-se à limitação dos dados apresentados para caracterizar a estrutura fundiária vigente no Estado de São Paulo. Os dados em questão referem-se apenas a estabelecimentos e não a propriedades. Como se sabe, um único proprietário pode possuir mais de um estabelecimento.

Mesmo levando em conta essas restrições, pode-se inferir a partir dos dados, algumas tendências gerais de alteração da estrutura fundiária. E, o que é mais importante do ponto de vista do presente trabalho, torna-se possível comparar a evolução que houve nas micro-regiões cafeeiras e no resto do Estado.

Começando pela análise do período como um todo, observa-se que, tanto num caso como no outro, houve uma redução do número, da área e da participação relativa dos estabelecimentos de até 10 Ha. Ocorre, porém, que essa redução apresentou intensidades e direções bastante diversas. Nas micro-regiões cafeeiras, o número e a área desses estabelecimentos foram reduzidos a menos da metade dos seus níveis iniciais. Já no restante do Estado, a redução foi bem menos acentuada, como se pode notar aliás na sua menor perda de participação percentual. Por outro lado, enquanto que nas micro-regiões cafeeiras houve também, durante o período, uma redução em termos absolutos do número e da área dos estabelecimentos de 10 a 100 Ha - algo que não transparece nos índices de participação relativa - no restante do Estado, a redução do número e da área dos estabelecimentos menores que 10 Ha ocorreu em benefício de todos os demais estratos.

Tanto em termos numéricos como em termos de área, os

maiores acréscimos nas micro-regiões cafeeiras deram-se em relação ao estrato de 100 a 1000 Ha. Os acréscimos do número e da área dos estabelecimentos de mais de 1000 Ha foram bastante reduzidos. No resto do Estado, o estrato que cresceu mais em termos numéricos e em termos de área foi o dos grandes estabelecimentos, seguido de perto pelo estrato dos latifúndios. Um aspecto que diferencia, como já foi visto, o resto do Estado das micro-regiões cafeeiras, é o fato de nele também terem crescido o número e a área dos pequenos e médios estabelecimentos (10 a 100 Ha), em detrimento dos minifúndios de menos que 10 Ha.

Calculando as áreas médias por estrato, verifica-se que nas micro-regiões cafeeiras houve um aumento da área média dos estabelecimentos em todos os estratos menos no último. No resto do Estado, pode-se notar uma tendência quase oposta: houve uma redução das áreas médias em todos os estratos, exceto na dos estabelecimentos de 10 a 100 Ha. Estas constatações e mais as dos parágrafos anteriores parecem indicar que a concentração fundiária aumentou mais, durante o período como um todo, nas micro-regiões cafeeiras do que no resto do Estado.

Tais indícios são corroborados pelos perfis de distribuição do número e das áreas dos estabelecimentos dos vários estratos. No início do período - isto é, em 1960 - a participação do número de estabelecimentos menores que 100 Ha era maior nas micro-regiões cafeeiras do que no resto do Estado, o mesmo ocorrendo embora em menor grau - com a participação da área total desses estabelecimentos. Já no final do período, essa situação se inverteu, com o resto do Estado apresentando uma maior concentração de pequenos e médios estabelecimentos, tanto em número como em área, do que as micro-regiões cafeeiras.

A mesma diferença pode ser observada em relação aos estratos de lavoura. Nas micro-regiões cafeeiras os estabelecimentos com áreas de lavouras inferiores a 20 Ha diminuíram a sua participação conjunta de 84,24% para 78,82%; no resto do Estado, essa redução foi bem menos acentuada, de 86,46% para 82,72%. É importante notar a esse respeito que nas micro-regiões cafeeiras houve uma redução do número de áreas de lavoura em todos os estratos, enquanto que no resto do Estado ele aumentou nos dois estratos superiores.

Decompondo o período nas duas etapas que o constituem, pode-se notar que houve uma evolução bastante diversa nos dois casos. Durante a etapa de 1960 a 1970, que corresponde à

fase de erradicação, houve nas micro-regiões cafeeiras uma grande redução do número e da área dos estabelecimentos de até 10 Ha, e uma redução menor do número e da área dos estabelecimentos de mais de 1000 Ha. Nos estratos intermediários, entre 10 e 1000 Ha, houve aumento no número, na área e na participação relativa dos estabelecimentos. Já no resto do Estado, o aumento foi geral em todos os estratos, exceto na área por estabelecimentos de mais de 1000 Ha, que teve uma ligeira redução. Isto indica que a erradicação afetou mais as micro-regiões cafeeiras como aliás seria de se esperar - e também que afetou principalmente os seus menores estabelecimentos (até 10 Ha). Em termos de áreas médias, o panorama - quase não se altera nas micro-regiões cafeeiras, enquanto que no resto do Estado elas diminuem em todos os Estados.

Quanto ao perfil da distribuição, pode-se notar que, em termos numéricos, os estabelecimentos maiores de 100 Ha aumentaram sua participação nas micro-regiões cafeeiras, e mantiveram-na quase inalterada no resto do Estado. No que se refere à área, os grandes estabelecimentos e os latifúndios mantiveram quase inalterada sua participação nas regiões cafeeiras, enquanto que no resto do Estado, a participação desses estratos diminuiu. Tudo isto também faz supor que a erradicação afetou principalmente os pequenos e médios estabelecimentos das micro-regiões cafeeiras.

No que se refere às áreas de lavouras, houve nas micro-regiões cafeeiras uma redução do número em todos os estratos, enquanto no resto do Estado ocorria exatamente o contrário. Isto seria de se esperar, tendo em vista que a erradicação afetou principalmente as micro-regiões cafeeiras. Ocorre, porém, que nesta - a redução absoluta das áreas de lavoura ocorreu principalmente no estrato de até 5 Ha, tendo sido bem menor em todos os demais, com a possível exceção do estrato de 100 Ha e mais.

Passando para a etapa seguinte, que compreende os anos de 1970 a 1975, e corresponde à fase de expansão do plantio, verifica-se que nas micro-regiões cafeeiras, diminuem o número e a área dos dois primeiros estratos - ou seja, dos minifúndios e dos pequenos e médios estabelecimentos - aumentando o número e a área dos demais. O mesmo ocorre no resto do Estado. A questão que se coloca é quanto à intensidade e quanto à direção da mudança. Os dados disponíveis indicam que ela foi mais intensa nas micro-regiões cafeeiras do que no resto do Estado e de que favoreceram basicamente os estabelecimentos dos estratos de área mais elevados.

Isto pode ser constatado em termos do número e da área dos estabelecimentos de cada estrato, bem como nos seus respectivos índices de participação percentual. O perfil da distribuição que já se tornara mais concentrado nas regiões cafeeiras durante a fase de erradicação (1960/70) passou a sê-lo ainda mais na fase posterior de expansão da cafeicultura. E nada há de estranho nisso, já que os grandes proprietários das micro-regiões cafeeiras, além de terem sido favorecidos pela expansão geral do crédito rural, tiveram ainda as benesses do crédito subsidiado (e pouco controlado) obtido através dos planos e programas do GERCA.

Nessa manutenção da estrutura fundiária concentrada - no conjunto das micro-regiões cafeeiras, a atuação do GERCA pode ter contribuído de duas maneiras. Num primeiro momento, pelo pagamento das indenizações referentes à erradicação de café e mediante o custeio de atividades agropecuárias que substituíram este cultivo. Ela contribuiu para a conservação das propriedades numa época de crise. E, num segundo momento, através do aumento da capacidade financeira dos fazendeiros de café, graças à concessão de crédito à taxas de juros extremamente subsidiadas, ela não apenas possibilitou uma nova expansão da cafeicultura, mas principalmente facilitou o processo de acumulação (financeira e fundiária) dos cafeicultores.

3. Outros Ítems que poderão ser Acrescentados à Análise

A publicação dos resultados definitivos do Censo Agropecuário de 1975 poderá permitir o aprofundamento da análise referente à evolução das relações sociais de produção no campo. Uma das hipóteses que norteou a feitura do presente trabalho foi a de que a atuação do GERCA influenciou essa evolução. Para comprovar essa hipótese, tornar-se-á possível verificar, entre outros aspectos, como evoluíram as várias modalidades de uso do solo, as categorias de pessoal ocupado, tornando possível ainda a construção de alguns índices relativos a produtividade da cafeicultura, ao consumo de insumos modernos, etc.

Desse modo, poder-se-ia caracterizar, em primeiro lugar, as transformações havidas nas relações de trabalho - como, por exemplo, a generalização ou não do trabalho assalariado, principalmente do temporário. Em segundo lugar, poder-se-ia verificar como cresceu a utilização de insumos modernos e quais as implicações deste crescimento para as despesas totais dos estabe-

lecimentos, o que por sua vez poderia ser tomado como um indicador das transformações técnicas e das formas de organização da produção agropecuária. Além disso, poder-se-ia averiguar o significado do aumento da necessidade de investimentos para a manutenção das grandes propriedades rurais, as únicas que tem capacidade financeira para arcar com tais investimentos.

Em terceiro lugar, através da análise da evolução das áreas de pastagem juntamente com a do número de bovinos, poder-se-ia ter uma melhor idéia da substituição da cafeicultura por pastagens, verificando se parte dessas áreas foram efetivamente destinadas à exploração pecuária, ou mantidas sem exploração alguma, apenas como um meio de garantir a integridade da propriedade da terra.

Finalmente, os dados referentes à evolução da capacidade produtiva dos cafezais e da produção de café poderiam mostrar também se houve um aumento significativo da produtividade neste cultivo, e em que medida ele ocorreu preferencialmente dentro das micro-regiões cafeeiras aqui selecionadas ou em outras áreas do Estado. Com isso, a análise da atuação do GERCA no Estado de São Paulo poderia ser completada no sentido de verificar os efeitos do aumento da concessão de créditos destinados a formação de uma cafeicultura em moldes tecnicamente corretos.

Estes são apenas alguns dos aspectos que poderão ser analisados quando for publicado o Censo Agropecuário de 1975. Eles não esgotariam, entretanto, as possíveis abordagens dos múltiplos aspectos relativos à difusão e ao aprofundamento das relações capitalistas de produção no setor agropecuário paulista e à influência da atuação do GERCA nesse processo.

TABELA I - EVOLUÇÃO DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS

Micro-Regiões	1960			1970			1975		
	Área	Nº	AM	Área	Nº	AM	Área	Nº	AM
Estado	19 303 948	317 374	60,82	20 416 024	326 780	62,48	20 761 500	278 959	74,42
231	1 149 834	17 501	65,70	1 212 031	11 556	104,88	1 234 314	9 811	125,81
233	362 094	4 922	73,57	367 693	6 955	52,87	387 486	6 032	64,24
234	464 823	8 284	56,11	475 672	7 938	59,92	493 653	7 706	64,06
235	445 270	5 123	86,92	453 011	6 967	65,02	452 636	6 433	70,36
239	582 131	25 526	22,81	599 229	22 681	26,42	634 587	15 031	42,22
240	384 761	11 425	33,68	404 154	9 146	44,19	421 560	6 783	62,15
241	1 066 994	9 086	117,43	1 086 664	9 438	115,14	1 108 956	7 789	142,37
245	607 189	18 014	33,71	628 652	10 914	57,60	639 471	8 265	77,37
246	363 773	3 883	93,68	337 535	4 806	70,25	346 209	3 686	93,93
252	521 677	6 956	75,00	493 010	7 139	69,06	503 636	6 354	79,26
253	1 015 882	10 654	95,35	970 562	9 962	97,43	947 839	8 632	109,81
Sub - Total	6 964 428	121 374	57,38	7 028 213	107 502	65,38	7 170 347	86 522	82,87
Outras MR	12 339 520	196 000	62,96	13 387 811	219 278	61,05	13 591 153	192 437	70,63

Fonte: IBGE

TABELA II - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM PODER DOS PROPRIETÁRIOS

Micro-Regiões	1960			1970			1975		
	Área	Nº	AM	Área	Nº	AM	Área	Nº	AM
Estado	17 440 945	339 419	51,38	18 338 461	207 918	88,20	18 741 172	192 822	97,19
231	975 839	6 172	158,11	1 123 039	5 832	192,56	1 113 776	5 798	192,10
233	336 177	3 491	96,30	334 521	4 211	79,44	351 586	3 858	91,13
234	417 548	5 666	73,69	439 105	5 682	77,28	459 023	5 551	82,69
235	432 537	4 798	90,15	423 394	5 351	79,12	423 270	5 152	82,16
239	456 545	10 131	45,06	471 398	9 473	49,76	561 966	9 389	59,85
240	316 667	4 355	72,71	347 775	4 429	78,52	383 508	4 196	91,40
241	1 038 598	7 274	142,78	1 032 763	6 686	154,47	1 024 334	5 942	172,39
245	504 935	6 171	81,82	575 501	6 117	94,08	599 705	5 733	104,61
246	352 984	3 593	98,24	314 412	3 877	81,10	329 317	3 300	99,79
252	483 429	5 674	85,20	457 945	5 697	80,38	468 023	5 269	88,83
253	943 976	6 199	152,28	887 844	6 547	135,61	865 179	5 862	147,59
Sub-Total	6 259 235	63 524	98,53	6 287 254	63 902	98,39	6 579 687	60 050	109,57
Outras MR	11 181 710	275 895	40,53	12 051 207	144 016	83,68	12 161 485	132 772	91,60

Fonte: IBGE

TABELA III - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM PODER DE ARRENDATÁRIOS E PARCEIROS

Micro-Regiões	1960			1970			1975		
	Área	Nº	AM	Área	Nº	AM	Área	Nº	AM
Estado	1 673 483	118 751	14,09	1 620 178	100 074	16,19	1 496 122	65 620	22,80
231	172 189	10 714	16,07	79 738	5 136	15,00	97 746	3 482	28,07
233	25 427	1 394	18,24	29 999	2 585	11,61	31 330	1 932	16,22
234	45 266	2 516	17,99	32 690	2 088	15,66	28 233	1 915	14,74
235	12 156	311	39,09	27 336	1 536	17,80	23 917	1 139	21,00
239	123 704	15 189	8,14	107 902	12 123	8,90	63 193	5 051	12,51
240	65 783	6 911	9,52	47 019	4 206	11,18	30 592	2 266	13,50
241	27 397	1 742	15,64	44 220	2 482	17,82	59 188	1 577	37,53
245	101 179	11 729	8,63	47 251	4 519	10,46	35 431	2 270	15,61
246	10 320	273	37,80	21 670	897	24,16	14 284	333	42,89
252	34 045	1 126	30,24	27 182	1 125	24,16	24 515	725	33,81
253	60 516	3 710	16,31	60 747	2 697	22,52	59 767	2 011	29,72
Sub-Total	677 982	55 625	12,19	525 754	39 574	13,29	468 196	22 701	20,62
Outras MR	995 501	63 126	15,77	1 094 424	60 500	18,09	1 027 926	42 919	23,95

Fonte: IBGE

TABELA IV - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIAMENTOS EM PODER DE OCUPANTES

Micro-Regiões	1960			1970			1975		
	Área	Nº	AM	Área	Nº	AM	Área	Nº	AM
Estado	189 520	8 719	21,74	457 385	18 788	24,34	495 464	18 502	26,78
231	1 806	172	10,50	9 261	408	22,70	22 439	515	43,57
233	490	37	13,24	3 173	159	19,96	3 977	200	19,89
234	2 009	102	19,70	3 877	168	23,08	6 253	229	27,31
235	577	14	41,21	2 281	80	28,51	4 970	123	40,41
239	1 882	206	9,14	19 929	1 085	18,37	6 711	387	17,34
240	2 311	159	14,53	9 360	511	18,32	6 581	303	21,72
241	999	60	16,65	9 681	270	35,86	24 611	232	106,08
245	1 075	114	9,43	5 900	278	21,22	2 719	165	16,48
246	469	17	27,59	1 453	32	45,51	2 549	51	49,98
252	4 203	156	26,94	7 883	317	24,87	9 847	314	31,36
253	11 390	745	15,29	21 971	718	30,60	22 519	747	30,15
Sub-Total	27 211	1 782	15,27	94 769	4 026	23,54	113 176	3 266	34,65
Outras MR	162 309	6 937	23,40	362 616	14 762	24,56	382 288	15 236	25,09

Fonte: IBGE

TABELA V - EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECEMENTOS

Micro-Regiões	1960				1970				1975					
	Nº	Por Est.	Ha/ Pessoa	Nº	Por Est.	Ha/ Pessoa	Nº	Por Est.	Nº	Por Est.	Ha/ Pessoa	Nº	Por Est.	Ha/ Pessoa
Estado	1 727 310	5,44	11,18	1 420 040	4,35	14,38	1 468 053	5,26	14,14	14,14	5,26	14,14	5,26	14,14
231	85 832	4,90	13,40	55 008	4,76	22,03	45 174	4,60	27,32	27,32	4,60	27,32	4,60	27,32
233	23 651	4,86	15,31	24 934	3,59	14,75	19 643	3,26	19,73	19,73	3,26	19,73	3,26	19,73
234	53 807	6,50	8,64	34 160	4,30	13,92	32 227	4,18	15,32	15,32	4,18	15,32	4,18	15,32
235	51 506	10,03	8,65	39 422	5,66	11,49	44 859	6,97	10,09	10,09	6,97	10,09	6,97	10,09
239	110 724	4,34	5,26	102 800	4,53	5,83	87 688	5,83	7,24	7,24	5,83	7,24	5,83	7,24
240	47 528	4,07	9,06	37 021	4,05	10,92	25 845	3,81	16,31	16,31	3,81	16,31	3,81	16,31
241	82 602	9,09	12,92	49 744	5,27	21,85	52 479	6,74	21,13	21,13	6,74	21,13	6,74	21,13
245	91 468	5,08	6,64	68 434	6,27	9,19	62 803	7,60	10,18	10,18	7,60	10,18	7,60	10,18
246	39 359	10,14	9,24	21 884	4,55	15,42	23 776	6,45	14,56	14,56	6,45	14,56	6,45	14,56
252	48 750	7,01	10,70	30 485	4,27	16,17	38 090	5,99	13,22	13,22	5,99	13,22	5,99	13,22
253	49 830	4,68	20,39	48 144	4,83	20,16	42 856	4,96	22,12	22,12	4,96	22,12	4,96	22,12
Sub-Total	685 057	5,64	10,23	512 036	4,76	13,73	475 440	5,50	15,08	15,08	5,50	15,08	5,50	15,08
Outras MR	1 042 253	5,32	11,80	908 004	4,14	14,74	992 613	5,16	13,69	13,69	5,16	13,69	5,16	13,69

Fonte: IBGE

TABELA VI - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DECLARADAS COMO SENDO DE LAVOURAS (Ha)

MR	1960			1970			1975		
	Total	perm	Temp	Total	Perm	Temp	Total	Perm	Temp
Estado	4 768 233	1 681 124	3 087 109	4 735 925	1 145 152	3 590 773	5 073 430	1 433 349	3 640 081
231	206 028	82 018	124 010	141 155	23 391	117 764	127 325	26 610	100 715
233	77 606	38 805	38 801	91 980	21 547	70 433	76 355	27 122	49 233
234	141 662	67 887	78 775	141 730	35 578	106 152	116 030	52 924	63 106
235	145 518	85 320	60 198	168 889	65 265	103 624	196 157	106 622	89 535
239	267 262	145 881	121 381	209 142	93 802	115 340	162 836	108 551	54 285
240	120 190	50 464	69 726	103 832	21 214	82 618	91 034	25 429	65 605
241	259 561	161 612	97 949	178 177	74 059	104 118	201 091	94 759	106 332
245	255 927	119 667	136 260	168 648	88 999	79 649	170 316	99 640	70 676
246	135 861	68 142	67 719	136 228	30 104	106 124	162 407	32 763	129 644
252	153 874	85 841	68 033	138 831	57 827	81 004	159 669	46 901	112 768
253	166 401	56 746	109 655	174 603	40 268	134 335	189 543	36 907	152 636
Sub- Total	1 934 890	962 383	972 507	1 643 212	559 606	1 083 606	1 652 763	658 228	994 535
Outras MR	2 833 343	718 741	2 114 602	3 092 713	585 546	2 507 167	3 420 667	775 121	2 645 546

Fonte: IRGE

TABELA VII - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS ÁREAS DE LAVOURAS NAS ÁREAS TOTAIS

MR	1960				1970				1975			
	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Total lavouras		Lavouras perman.	Lavouras tempor.	Total lavouras		Lavouras perman.	Lavouras tempor.	Total lavouras	
Estado	8,71	15,99	24,70		5,61	17,59	23,20		6,90	17,53	24,43	
231	7,13	10,79	17,92		1,93	9,72	11,65		2,16	8,16	10,32	
233	10,72	10,72	21,44		5,86	19,16	25,02		7,00	12,71	19,71	
234	14,07	16,41	30,48		7,48	22,32	29,80		10,72	12,78	23,50	
235	19,16	13,52	32,68		14,41	22,87	37,28		23,56	19,78	43,34	
239	25,06	20,85	45,91		15,65	19,25	34,90		17,11	8,55	25,66	
240	13,12	18,12	31,24		5,25	20,44	25,69		6,03	15,56	21,59	
241	15,15	9,18	24,33		6,82	9,58	16,40		8,54	9,59	18,13	
245	19,71	22,44	42,15		14,16	12,67	26,83		15,58	11,05	26,63	
246	18,73	18,62	37,35		8,92	31,44	40,36		9,46	37,45	46,91	
252	16,15	12,80	28,95		11,73	16,43	28,16		9,31	22,39	31,70	
253	5,59	10,79	16,38		4,15	13,84	17,99		3,89	16,10	19,99	
Sub-Total	13,82	13,96	27,78		7,96	15,42	23,38		9,18	13,87	23,05	
Outras MR	5,82	17,14	22,96		4,37	18,73	23,10		5,70	19,47	25,17	

Fonte: IBGE

TABELA VIII - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS LAVOURAS PAULISTAS

MR	CAFÉ						CANA DE AÇÚCAR					
	1960		1970		1975		1960		1970		1975	
	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.
Estado	1 285 535	26,96	650 877	13,74	690 841	13,62	291 013	6,10	580 487	12,26	621 000	12,24
231	60 420	31,75	17 463	12,37	21 070	16,55						
233	32 861	42,34	18 280	19,87	18 869	24,71						
234	59 953	40,88	26 026	18,36	29 169	25,14						
235	80 325	55,20	40 418	23,93	39 852	20,32	3 840	2,64	17 759	10,52	18 379	9,37
239	126 400	47,29	91 517	43,76	96 252	59,11						
240	45 848	38,14	17 648	17,00	18 307	20,11						
241	149 458	57,58	53 242	29,88	49 505	24,62	6 482	2,50	15 218	8,54	19 470	9,68
245	110 220	43,07	72 518	43,00	70 914	41,64						
246	63 266	46,57	25 215	18,51	25,899	15,95	25 080	18,46	59 443	43,63	53 938	33,21
252	73 741	47,92	44 016	31,70	32 471	20,34	4 240	2,76	11 983	8,63	12 782	8,01
253	48 009	28,85	32 390	18,49	39 187	20,67	5 146	3,09	15 669	8,97	13 235	6,98
Sub - total	855 501	44,21	439 665	22,72	441 495	26,71	44 788	2,31	120 072	7,31	117 804	7,13
Outras MR	430 034	15,18	211 212	6,83	249 346	7,29	246 225	8,69	460 415	14,89	503 196	14,71

(cont. TABELA VIII)

MICRO- Região	AMENDOIM						MILHO					
	1960		1970		1975		1960		1970		1975	
	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.
Estado	166 388	3,49	322 548	6,81	184 500	3,64	898 655	18,85	1 262 089	26,65	1 106 000	21,80
231							24 912	12,09	37 472	26,55	45 792	35,96
233							12 124	15,62	27 768	30,19	19 579	25,64
234							21 845	14,89	52 594	37,11	40 244	34,68
235	951	0,65	6 985	4,14	5 220	2,66	18 989	13,05	39 004	23,09	27 580	14,06
239	32 429	12,13	68 358	32,68	27 458	16,86	19 727	7,38	27 331	13,07	29 410	18,06
240							15 770	13,12	26 607	25,62	23 250	25,54
241	3 294	1,27	6 933	3,89	9 613	4,78	31 827	12,26	48 195	27,05	46 058	22,90
245	56 043	21,90	48 371	28,68	24 536	14,41	21 522	8,41	24 015	14,24	45 704	26,83
246	5	-	192	0,14	635	0,39	21 297	15,68	29 751	21,84	23 207	14,29
252							24 731	16,07	43 133	31,07	34 006	21,30
							67 789	40,74	74 327	42,57	49 880	26,32
Sub- Total	92 722	4,79	130 839	7,96	67 462	4,08	280 533	14,50	430 197	26,18	384 710	23,28
Outras MR	73 666	2,60	191 709	6,20	117 038	3,42	618 122	21,84	831 892	26,90	721 290	21,09

(cont. TABELA VIII)

Micro-Região	FEIJÃO						ARROZ					
	1960		1970		1975		1960		1970		1975	
	Área	% área lav.										
Estado	185 625	3,89	130 179	2,75	231 200	4,55	488 491	10,24	447 728	9,45	523 700	10,32
231							27 092	13,15	9 232	6,54	12 370	9,72
233	2 290	2,95	260	0,32	1 349	1,77	13 500	17,40	27 812	30,24	18 536	24,28
234							28 163	19,20	37 951	26,78	42 361	36,51
235							12 439	8,55	27 616	16,35	23 976	12,22
239							11 163	4,18	4 563	2,18	6 324	3,88
240							12 736	10,60	11 320	10,90	16 386	18,00
241	5 841	2,25	2 210	1,24	4 043	2,01	9 476	3,65	9 248	5,19	9 431	4,69
245							8 199	3,20	4 237	2,51	13 707	8,05
246							5 584	4,11	5 703	4,19	6 750	4,16
252							7 238	4,70	13 269	9,56	20 740	12,99
253	10 376	6,47	13 376	7,66	29 762	15,70	12 032	7,23	14 934	8,55	20 786	10,97
Sub-Total	18 893	9,80	15 882	0,97	35 154	2,13	147 622	7,63	165 885	10,10	191 367	11,58
Outras MR	166 732	5,88	114 297	3,70	196 046	5,73	340 869	12,03	281 843	9,11	332 333	9,72

Micro-Regiões	ALGODÃO						SUB-TOTAL					
	1960		1970		1975		1960		1970		1975	
	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.	Área	% área lav.
Estado	408 297	8,56	531 099	11,21	368 000	7,25	3 724 004	78,10	3 925 007	82,87	3 725 241	73,43
231	44 630	21,66	53 518	37,91	15 939	12,52	162 054	78,65	117 685	83,37	95 171	74,75
233	5 044	6,50	9 880	10,74	4 512	5,91	65 819	84,81	84 036	91,34	62 845	82,31
234	7 366	5,02	7 081	5,00	3 172	2,73	117 327	80,00	123 652	87,24	114 946	99,07
235	4 668	3,21	5 749	3,40	4 128	2,10	121 212	83,30	137 531	81,43	119 135	60,73
239	36 176	13,54	14 303	6,84	12 010	7,38	225 895	84,52	206 072	98,53	171 454	(*)
240	14 408	11,99	20 200	19,45	7 190	7,90	88 762	86,00	75 775	86,67	65 133	71,55
241	10 154	3,91	9 085	5,10	6 880	3,42	216 532	83,42	144 131	80,89	145 000	72,11
245	18 343	7,17	1 902	1,13	1 499	0,88	214 327	83,75	151 043	89,57	156 360	91,81
246	1 385	1,02	1 874	1,38	2 477	1,53	116 617	85,84	122 178	89,69	112 906	69,52
252							100 050	71,45	112 401	80,96	99 999	62,63
253	1 938	1,16	9 928		30 152	15,91	145 676	87,54	160 524	91,93	183 002	96,55
Sub-Total	144 112	7,45	133 520	8,13	87 959	5,32	1 584 171	81,87	1 436 060	83,36	1 325 951	80,23
Outras MR	264 185	9,32	397 579	12,86	280 041	8,19						

(*) Dados inconsistentes

Fonte: IBGE

TABELA IX - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BOVINOS

Micro-Regiões	1960			1970			1975		
	Nº	% total Estado	Δ %	Nº	% total Estado	Δ %	Nº	% total Estado	Δ %
Estado	7 131 024	100,00		9 110 633	100,00	+27,76	11 347 536	100,00	+24,55
231	874 977	12,27	+13,05	989 124	10,86	+13,05	1 194 233	10,52	+20,70
233	171 087	2,40	+31,79	225 473	2,47	+31,79	327 310	2,88	+45,17
234	175 782	2,47	+54,06	270 802	2,97	+54,06	410 425	3,62	+51,56
235	182 492	2,56	+17,39	214 232	2,35	+17,39	222 574	1,96	+3,89
239	284 673	3,99	+42,14	404 625	4,44	+42,14	463 059	4,08	+14,44
240	218 504	3,06	+17,19	263 851	2,90	+17,19	359 629	3,17	+36,30
241	346 753	4,86	+28,94	447 091	4,91	+28,94	576 541	5,08	+28,95
245	243 981	3,42	+21,75	297 044	3,26	+21,75	371 349	3,27	+25,01
246	87 736	1,23	+ 9,47	96 043	1,05	+ 9,47	113 512	1,00	+18,19
252	147 107	2,06	+26,21	185 657	2,04	+26,21	225 960	1,99	+21,71
253	210 870	2,96	+40,34	295 938	3,25	+40,34	354 517	3,12	+19,79
Sub-total	2 943 962	41,28	+25,34	3 689 880	40,50	+25,34	4 619 109	40,71	+25,18
Outras MR	4 187 062	58,72	+29,46	5 420 753	59,50	+29,46	6 728 427	59,29	+24,12

Fonte: IBGE

TABELA X - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS TOTAIS (1960)

Extratores de Área	Menos de 10 Ha						10 a menos de 100 Ha						100 a menos de 1000 Ha						1000 Ha e mais						TOTAL					
	Estab.		Área		%		Estab.		Área		%		Estab.		Área		%		Estab.		Área		%		Estab.		Área		%	
	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Nº	%	Ha	%		
Estado	145 760	45,93	763 295	3,95	139 021	43,81	4 555 385	23,60	30 100	9,49	8 089 427	41,91	2 440	0,77	5 895 841	30,54	317 321	100,00	19 303 948	100,00										
231	11 065	63,22	56 763	4,94	5 196	29,69	157 649	13,71	1 013	5,78	292 440	25,44	227	1,30	5 642 777	55,91	17 501	100,00	1 149 629	100,00										
233	1 540	31,29	9 006	2,49	2 704	54,94	100 054	27,63	635	12,90	161 345	44,56	43	0,87	91 689	25,32	4 922	100,00	362 094	100,00										
234	2 581	31,16	15 067	3,24	4 684	56,54	164 964	35,49	989	11,94	235 618	50,69	30	0,36	49 171	10,58	8 284	100,00	464 820	100,00										
235	590	11,52	3 723	0,84	3 630	70,86	132 387	29,73	862	16,83	219 110	49,21	41	0,80	90 049	20,22	5 123	100,00	445 269	100,00										
239	17 129	67,11	92 008	15,81	7 765	30,42	187 493	32,21	555	2,17	141 916	24,38	75	0,29	160 714	27,61	25 524	100,00	582 131	100,00										
240	6 802	59,54	36 464	9,48	3 916	34,28	114 868	29,85	667	5,84	167 265	43,47	40	0,35	66 164	17,20	11 425	100,00	384 761	100,00										
241	2 097	23,08	11 882	1,11	5 125	56,41	191 072	17,91	1 695	18,66	480 499	45,03	169	1,86	383 532	35,95	9 086	100,00	1 066 981	100,00										
245	11 268	62,55	61 913	10,20	5 840	32,42	157 389	25,92	829	4,60	238 280	39,24	76	0,42	149 606	24,64	18 013	100,00	607 190	100,00										
246	709	18,26	4 475	1,23	2 315	59,62	82 987	22,81	822	21,17	215 455	59,23	37	0,95	60 854	16,73	3 883	100,00	363 771	100,00										
252	1 626	23,38	9 926	1,91	4 317	62,07	152 310	29,34	949	13,64	235 651	45,39	63	0,91	121 289	23,36	6 955	100,00	519 176	100,00										
253	4 551	42,72	24 432	2,40	4 632	43,48	162 212	15,97	1 311	12,31	381 935	37,60	160	1,50	447 305	44,03	10 654	100,00	1 015 884	100,00										
Sub-Total	59 958	49,40	325 659	4,68	50 124	41,30	1 603 385	23,03	10 327	8,51	2 769 514	39,78	961	0,79	2 263 152	32,51	121 370	100,00	6 961 710	100,00										
Outras MR	85 802	43,79	437 636	3,55	88 897	45,37	2 952 000	23,92	19 773	10,09	5 319 913	43,10	1 479	0,75	3 632 689	29,43	195 951	100,00	12 342 238	100,00										

Fonte: IBGE

TABELA Xa - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS TOTAIS (1970)

Extratores do Área MR	Menos de 10 Ha				10 a menos de 100 Ha				100 a menos de 1000 Ha				1000 Ha e mais				T O T A L																	
	Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.		Área															
	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Ha	%														
Estado	131	136	40,13	675	216	3,31	159	560	48,83	5	155	437	25,25	33	603	10,28	8	884	230	43,52	2	448	0,75	5	701	142	27,92	326	747	100,00	20	416	025	100,00
231	5	324	46,07	28	422	2,34	4	782	41,38	148	100	12,22	1	211	10,48	371	636	30,66	239	2,07	663	872	54,77	11	556	100,00	1	212	030	100,00				
233	2	574	37,01	13	575	3,69	3	687	53,01	127	543	34,69	655	9,42	157	972	42,96	39	0,56	68	603	18,66	6	955	100,00	367	693	100,00	367	693	100,00			
234	2	191	27,60	12	980	2,73	4	662	58,74	165	212	34,73	1	054	13,28	241	740	50,82	30	0,38	55	742	11,72	7	937	100,00	475	674	100,00	475	674	100,00		
235	1	323	18,99	9	172	2,02	4	707	67,56	153	600	33,91	905	12,99	218	586	48,25	32	0,46	71	653	15,82	6	967	100,00	453	011	100,00	453	011	100,00			
239	13	777	60,74	75	322	12,57	8	150	35,93	187	585	31,30	681	3,00	179	396	29,94	73	0,32	156	928	26,19	22	681	100,00	599	231	100,00	599	231	100,00			
240	4	185	45,76	22	709	5,62	4	202	45,94	126	305	31,25	720	7,87	192	021	47,51	39	0,43	63	121	15,62	9	146	100,00	404	156	100,00	404	156	100,00			
241	2	726	28,88	15	017	1,38	4	714	49,95	166	682	15,34	1	824	19,33	529	306	48,71	174	1,84	375	658	34,57	9	438	100,00	1	086	663	100,00	1	086	663	100,00
245	4	461	40,88	26	179	4,16	5	341	48,94	156	655	24,92	1	026	9,40	294	525	46,85	85	0,78	151	294	24,07	10	913	100,00	628	653	100,00	628	653	100,00		
246	1	210	25,18	6	939	2,06	2	847	59,24	92	649	27,45	720	14,98	189	855	56,25	29	0,60	48	094	14,25	4	806	100,00	337	537	100,00	337	537	100,00			
252	1	711	23,97	9	349	1,90	4	456	62,42	152	923	31,02	920	12,89	223	579	45,35	52	0,73	107	158	21,74	7	139	100,00	493	009	100,00	493	009	100,00			
253	2	762	27,73	16	640	1,71	5	607	56,28	191	103	19,69	1	459	14,65	411	243	42,37	134	1,35	351	579	36,22	9	962	100,00	970	565	100,00	970	565	100,00		
Sub- Total	42	244	39,30	236	304	3,36	53	155	49,45	1	668	357	23,74	11	175	10,40	3	009	859	42,83	926	0,86	2	113	702	30,07	107	500	100,00	7	028	222	100,00	
Outras MR	88	892	40,56	438	912	3,28	106	405	48,53	3	487	080	26,05	22	428	10,23	5	874	371	43,88	1	522	0,69	3	587	440	26,80	219	247	100,00	13	387	803	100,00

Fonte: IBGE

TABELA Xb - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS TOTAIS (1975)

Extratores de área	Menos de 10 Ha						10 a menos de 100 Ha						100 a menos de 1000 Ha						1000 Ha e mais						T O T A L							
	Estab.		Área		%		Estab.		Área		%		Estab.		Área		%		Estab.		Área		%		Estab.		Área		%			
	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%		
MR	98 455	35,32	501 559	2,42	143 218	51,37	4 826 208	23,25	34 355	12,32	9 116 868	43,91	2 743	0,98	6 316 865	30,43	278 771	100,0	20 761	500	100,00											
Estado	3 931	40,28	20 609	1,67	4 193	42,97	142 097	11,51	1 378	14,12	412 103	33,39	258	2,64	659 503	53,43	9 759	100,0	1 234	312	100,00											
231	1 720	28,52	10 676	2,76	3 562	59,07	123 265	31,81	707	11,72	175 634	45,33	41	0,68	77 910	20,11	6 030	100,0	387	485	100,00											
233	1 948	25,28	11 665	2,36	4 619	59,94	159 728	32,36	1 104	14,33	257 292	52,12	35	0,45	64 967	13,16	7 706	100,0	493	652	100,00											
234	1 184	18,42	7 112	1,57	4 277	66,53	148 415	32,78	940	14,62	236 165	52,18	28	0,44	60 944	13,46	6 429	100,0	452	636	100,00											
235	6 979	46,43	40 142	6,33	7 168	47,69	188 107	29,64	787	5,24	203 492	32,07	97	0,66	202 846	31,97	15 031	100,0	634	587	100,00											
239	2 394	35,44	13 311	3,16	3 485	51,59	118 157	28,03	833	12,33	209 777	49,76	43	0,64	80 314	19,05	6 755	100,0	421	559	100,00											
240	1 780	22,85	9 909	0,89	4 071	52,29	153 563	13,85	1 749	22,47	539 471	48,65	185	2,38	406 014	36,61	7 785	100,0	1 108	957	100,00											
241	2 447	29,61	14 023	2,19	4 640	56,15	146 022	22,83	1 078	13,04	303 412	47,45	99	1,20	176 014	27,52	8 264	100,0	639	471	100,00											
245	706	19,15	4 185	1,21	2 238	60,72	78 632	22,71	697	18,91	186 274	53,80	45	1,22	77 118	22,27	3 686	100,0	346	209	100,00											
246	1 334	20,99	7 563	1,50	4 028	63,39	142 184	28,23	928	14,60	232 894	46,24	64	1,01	120 996	24,02	6 354	100,0	503	636	100,00											
252	2 409	27,96	13 733	1,45	4 635	53,79	161 451	17,03	1 419	16,47	417 492	44,05	154	1,79	355 164	37,47	8 617	100,0	947	840	100,00											
253	26 832	31,05	152 928	2,13	46 916	54,29	1 561 621	21,78	11 620	13,45	3 174 006	44,27	1 049	1,21	2 281 790	31,82	86 417	100,0	7 170	345	100,00											
Sub-Total	71 623	37,23	348 631	2,57	96 302	50,06	3 264 587	24,02	22 735	11,82	5 942 862	43,73	1 694	0,88	4 035 075	29,69	192 354	100,0	13 591	155	100,00											
Outras MR																																

Fonte: IBGE

TABELA XI - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS DE LAVOURAS (1960)

Extrato de área MR	Menos de 5 Ha		5 a menos de 20 Ha		20 a menos de 100 Ha		100 Ha e mais		TOTAL	
	Estabelecim.	%	Estabelecim.	%	Estabelecim.	%	Estabelecim.	%	Estabelecim.	%
Estado	126 180	42,71	126 703	42,89	36 382	12,32	6 148	2,08	295 413	100,00
231	7 712	47,01	7 092	43,33	1 411	8,60	189	1,15	16 404	100,00
233	1 419	31,37	2 314	51,16	698	15,43	92	2,03	4 523	100,00
234	1 891	24,89	3 948	51,96	1 574	20,72	185	2,43	7 598	100,00
235	630	13,17	2 517	52,63	1 386	28,98	249	5,21	4 782	100,00
239	11 035	44,43	11 551	46,50	2 066	8,32	187	0,75	24 839	100,00
240	4 455	41,58	5 194	48,48	985	9,19	80	0,75	10 714	100,00
241	1 719	20,67	3 844	46,21	2 272	27,31	483	5,81	8 318	100,00
245	6 889	39,55	8 454	48,55	1 772	10,22	291	1,61	17 413	100,00
246	658	18,65	1 607	45,55	954	27,04	309	8,75	3 528	100,00
252	1 458	22,69	3 405	52,99	1 356	21,10	207	3,22	6 426	100,00
253	3 802	38,36	4 831	48,72	1 084	10,93	198	2,00	9 915	100,00
Sub-Total	41 668	36,40	54 757	47,84	15 565	13,60	2 470	2,16	114 460	100,00
Outras MR	84 512	46,70	71 946	39,76	20 817	11,50	3 678	2,03	180 953	100,00

Fonte: IBGE

TABELA XIA - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS DE LAVOURAS (1970)

Extrato de área MR	Menos de 5 Ha		5 a menos de 20 Ha		20 a menos de 100 Ha		100 Ha e mais		TOTAL	
	Estabelecim.	%	Estabelecim.	%	Estabelecim.	%	Estabelecim.	%	Estabelecim.	%
Estado	120 488	41,31	127 515	43,72	37 584	12,89	6 090	2,09	291 677	100,00
231	3 695	36,81	4 997	49,79	1 166	11,62	179	1,78	10 037	100,00
233	2 167	35,34	2 997	48,87	874	14,25	94	1,53	6 132	100,00
234	1 745	24,26	3 685	51,24	1 588	22,08	174	2,42	7 192	100,00
235	892	13,58	3 802	57,89	1 620	24,67	254	3,87	6 568	100,00
239	8 424	40,01	11 301	53,67	1 236	5,87	95	0,45	21 056	100,00
240	2 990	36,12	4 299	51,93	912	11,02	78	0,94	8 279	100,00
241	2 382	28,66	4 045	48,68	1 602	19,28	281	3,38	8 310	100,00
245	2 842	28,77	5 425	54,93	1 382	13,99	228	2,31	9 877	100,00
246	971	22,29	2 211	50,76	912	20,94	262	6,01	4 356	100,00
252	1 684	25,94	3 359	51,73	1 291	19,88	159	2,45	6 493	100,00
253	2 761	30,78	4 622	51,53	1 344	14,98	242	2,70	8 969	100,00
Sub-Total	30 553	31,41	50 743	52,17	13 927	14,32	2 046	2,10	97 269	100,00
Outras MR	89 935	46,26	76 772	39,49	23 657	12,17	4 044	2,08	194 408	100,00

Fonte: IBGE

TABELA XIb - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS DE LAVOURAS (1975)

Extratores de área	Menos de 5 Ha		5 a menos de 20 Ha		20 a menos de 100 Ha		100 Ha e mais		T O T A L	
	Estabe- lecim.	%	Estabe- lecim.	%	Estabe- lecim.	%	Estabe- lecim.	%	Estabe- lecim.	%
MR										
Estado	98 762	40,03	102 349	41,48	38 238	15,50	7 390	3,00	246 739	100,00
231	3 430	40,69	3 729	44,23	1 098	13,02	173	2,05	8 430	100,00
233	1 558	30,04	2 906	56,02	650	12,53	73	1,41	5 187	100,00
234	1 783	26,55	3 619	53,89	1 177	17,53	136	2,03	6 715	100,00
235	858	14,26	3 055	50,78	1 750	29,09	353	5,87	6 016	100,00
239	4 535	33,33	7 510	55,20	1 444	10,61	117	0,86	13 606	100,00
240	1 951	32,85	2 989	50,33	906	15,26	93	1,57	5 939	100,00
241	1 616	23,40	3 219	46,62	1 741	25,21	329	4,76	6 905	100,00
245	1 847	24,67	3 895	52,03	1 463	19,54	281	3,75	7 486	100,00
246	638	18,99	1 481	44,08	955	28,42	286	8,51	3 360	100,00
252	1 356	23,18	2 847	48,67	1 416	24,21	231	3,95	5 850	100,00
253	2 120	28,26	3 747	49,95	1 347	17,96	288	3,84	7 502	100,00
Sub- Total	21 692	28,17	38 997	50,65	13 946	18,11	2 360	3,07	76 995	100,00
Outras MR	77 070	45,40	63 352	37,32	24 292	14,31	5 030	2,96	169 744	100,00

Fonte: IBGE

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU (1975) - Marcelo de Paiva Abreu: "A Dívida Pública Externa do Brasil 1931 - 1943" in Pesquisa e Planejamento Econômico vol. 5, nº 1 - Rio de Janeiro, junho 1975, pp. 36 - 87.
- ALIER & HALL (1978) - Verena M. Alier & Michael M. Hall: From Sharecropping to The Colonato, 1978 (mimeo.).
- ALMEIDA PRADO (1956) - Salvio Pacheco de Almeida Prado: Dez Anos na Política do Café - Editora Jornal dos Livros, São Paulo, 1956 .
- ANDRADE (1950) - Almir Andrade: História Administrativa do Brasil - Ed. Livraria José Olympio, São Paulo, 1950.
- AURELIANO DA SILVA (1976) - Liana Maria L. Aureliano Silva: No limiar da Industrialização - Tese de Doutorado apresentada no DEPE/UNICAMP em 1976 (mimeo.).
- BACHA (1976 a) - Edmar Lisboa Bacha: "A Política Cafeeira no Brasil 1952/1967" in Os Mitos de Uma Década, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1976, pp. 159-175.
- BACHA (1976 b) - =====: "O Papel do Café na Economia Brasileira do Pós-Guerra a Meados dos Anos 60" idem, pp. 137-157
- CANO (1977) - Wilson Cano: Raízes da Concentração Industrial em São Paulo - Ed. Difel, São Paulo, 1977.
- CARDOSO (1960 a) - Fernando H. Cardoso: "Condições Sociais de Industrialização em São Paulo" in Revista Brasiliense, nº 28, São Paulo, 1960.

- CARDOSO (1960 b) - Fernando H. Cardoso: "O Café e a Industrialização da Cidade de São Paulo" in Revista de História, nº 42, São Paulo, 1960.
- CARDOSO (1961) - =====: "Condições e Fatores Sociais da Industrialização de São Paulo in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 11, São Paulo, 1961.
- CARONE (1974) - Edgar Carone: A República Nova - Ed. Difel, São Paulo, 1974.
- CARVALHO FILHO (1976) - José Juliano Carvalho Filho: Política Cafeeira do Brasil - Seus Instrumentos - 1961/1971 - Série IPE, Monografias nº 7, São Paulo, 1976.
- CASTRO (1972) - J. Campos Vieira Castro: A Importância do Café no Panorama Nacional, IBC, Rio de Janeiro, 1972.
- CORREIO DA MANHÃ: "Entregue ao Ministro da Fazenda o Anteprojeto do Instituto Nacional do Café" (17/03/1951).
- CORREIO PAULISTANO: "Salutares Emendas Apresentadas pelos Lavradores ao Projeto que Cria o Instituto Nacional do Café" (02/09/1951).
- COSTA (1962) - Ronaldo Costa: "Esforços Intergovernamentais de Ordenamento do Mercado Internacional do Café" in Curso de Economia Cafeeira, tomo II - IBC, Rio de Janeiro, 1962.
- DEAN (1977) - Warren Dean: Rio Claro - Um Sistema Brasileiro de Grandes Lavouras 1820 - 1920 - Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1977.
- DELFIN NETTO (1967) - Antonio Delfim Netto & Carlos Alberto de Andrade: O Café do Brasil - Estudos ANPES nº 3, São Paulo, 1967.
- DELFIN NETTO (1979) - Antonio Delfim Netto: O Problema do Café no Brasil - Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.
- DIÁRIO DE SÃO PAULO: "Criação de um Fundo de Economia para a Assistência à Cafeicultura" (05/06/1952).
- DNC (1935) - Departamento Nacional do Café: O Café na Economia Mundial - DNC, Rio de Janeiro, 1935.
- DNC (1940) - =====: Legislação Federal Cafeeira 1922 - 1940 - DNC, Rio de Janeiro, 1940.
- DUQUE (1976) - Hélio Duque: A Luta pela Modernização da Economia Cafeeira - Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- FIBGE (1960) - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Censo Agrícola - Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, 1960.

- FIBGE (1968) - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas - Rio de Janeiro, 1968.
- FIBGE (1970) - =====
=====: Censo Agropecuário - Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, 1970.
- FIBGE (1977) - =====
=====: Sinótese Preliminar do Censo Agropecuário de 1975 - Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, 1977.
- FIBGE (1978) - =====
=====: Produção Agrícola Municipal - 1975 - Rio de Janeiro e São Paulo, Rio de Janeiro, 1978.
- FISHLOW (1972) - Albert Fishlow: "Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil" in Estudos Econômicos, vol. 2, nº 6 - São Paulo, 1972, pp. 7 - 75.
- FOLHA DE SÃO PAULO: "FAESP em Documento a Castelo critica a Política do Café" (17/07/1966).
- FURTADO (1975) - Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil - Ed. Companhia Editora Nacional, 13a. edição, São Paulo, 1975.
- GAZETA MERCANTIL: "O Café sobe 100% e já preocupa" (14/02/1976)
=====: "Crédito do Café para o Open" (27/03/1976)
=====: "Café Dispara e Pode Render US\$ 2 milhões" - (02/04/1976).
=====: "As Vantagens (concretas) de Angola" (15/04/1976)
- GRAZIANO DA SILVA (1978) - José F. Graziano da Silva: Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira - Ed. HUCITEC, São Paulo, 1978.
- IANNI (1977) - Octávio Ianni: Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 - 1970) - Ed. Civilização Brasileira, 2a. edição, Rio de Janeiro, 1972.
- IBC - Instituto Brasileiro do Café: Relatórios, vários anos.
- IBC/GERCA - Instituto Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura: Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira, IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1962.

- IBC/GERCA - Instituto Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura: Relatórios IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1969 a 1974.
- JORNAL DA TARDE: "Café Enfrenta Governo" (05/07/1966).
- LESSA (1975) - Carlos Lessa: Quinze Anos de Política Econômica - Cadernos do IFCH, nº 4, UNICAMP, 1975.
- MALTA & MILANEZ (1972) - Mauro M. Malta & J. F. A. Milanez: O Café e Sua Importância Econômica - MIC/IBC, Rio de Janeiro, 1972.
- MARTINS (1976) - José de Souza Martins: "O Sentido do Associativismo Empresarial no Brasil" in Szmrecsányi & Queda (organizadores) - Vida Rural e Mudança Social - Companhia Editora Nacional, 2a. edição, São Paulo, 1976, pp. 204 - 215.
- MARTINS (1979) - =====: O Cativo da Terra - Ed. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MCFARQUHAR & EVANS (1972) - A. M. M. McFarquhar & G.B. Aneuryn Evans: Employment Creation in Primary Production - Ed. Organization for Economic Co-Operation and Development, 1972.
- MELLO (1975) - J. Manuel Cardoso de Mello: O Capitalismo Tardio - Tese de Doutorado apresentada ao DEPE/UNICAMP em 1975 (mimeo.)
- MELLO (1977) - =====: "O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização" in Ensaio de Opinião, nº 2/3, Rio de Janeiro, Ed. Inúbia, 1977 - pp. 14 - 16.
- MELLO & BELLUZZO (1977) - J. Manuel Cardoso de Mello & Luiz Gonzaga M. Belluzzo: "Reflexões Sobre a Crise Atual" in Escrita Ensaio, Ano I, nº 2, São Paulo, 1977 - pp. 16 - 27.
- MIC/IBC - Ministério da Indústria e Comércio/Instituto Brasileiro do Café: Anuário Estatístico do Café, MIC/IBC, Rio de Janeiro, vários anos.
- MIC/IBC (1974) - =====: Intervenções Oficiais e Órgãos Cafeeiros do Brasil, MIC/IBC, Rio de Janeiro, 1974.
- MIC/IBC/GERCA (1967) - Minist. Ind. e Com. / Inst. Bras. do Café/Gr. Ex. de Rac. da Caf.: Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1967.
- MIC/IBC/GERCA (1967) - =====: Programa de Diversificação Econômica do Estado do Espírito Santo-MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1967.

MIC/IBC/GERCA (1967) - Minist. Ind. e Com./Inst. Bras. do Café /
Gr. Ex. de Rac. da Caf.: Programa de Diversificação Econômica
do Estado de Minas Gerais - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro ,
1967.

=====
=====
=====: Programa de Diversificação Econômica
do Estado do Paraná - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1967.

=====
=====: Programa de Diversificação Econômica
do Estado de São Paulo - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1967 .

MIC/IBC/GERCA (1970) - =====
=====: Plano de Renovação e Revigoroamento -
de Cafezais - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1970.

=====
=====: Programa de Controle da Ferrugem -
MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1970.

=====
=====: Programa de Racionalização da Cafei-
cultura - Instruções e Normas de Execução dos Financiamentos-
para Formação de Cafezais - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro ,
1970.

MIC/IBC/GERCA (1971) - =====
=====: Estímulos e Desestímulos à Cafeicul-
tura Brasileira - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1971.

MIC/IBC/GERCA (1972) - =====
=====: Plano Trienal de Renovação e Revigo-
ramento de Cafezais - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1972.

MIC/IBC/GERCA (1975) - =====
=====: Plano de Emergência para Recuperação
de Cafezais Geados - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1975.

=====
=====: Plano de Renovação e Revigoroamento -
de Cafezais - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1975.

MIC/IBC/GERCA (1976) - =====
=====: Plano de Renovação e Revigoroamento -
de Cafezais - MIC/IBC/GERCA, Rio de Janeiro, 1976.

- O ESTADO DE S. PAULO: "Poder Aquisitivo e Preço do Café" -
(14/02/1950)
- ===== : "Governo vai Racionalizar a Cafeicultura"
(22/07/1965)
- ===== : "O Novo Esquema Cafeeiro" (01/07/1966)
- ===== : "Opiniões Contraditórias Acerca da Erradica
ção" (06/08/1966)
- ===== : "Sugestões para o Plano do Café" (27/04/1969)
- ===== : "Plano Cafeeiro já é Vitorioso" (05/05/1970)
- ===== : "O Paraná quer Replantar 120 milhões de Ca -
feeiros" (24/06/1970)
- ===== : "Brasil Substituirá Café por Minério"
(11/06/1971)
- ===== : "Plano de Renovação Cafeeira Exige uma Imedia
ta Ampliação" (08/08/1973)
- ===== : "Nordeste Recebe Maior Apoio para Expandir a
Cafeicultura" (05/10/1975)
- ===== : "Plano do Café não Deverá ser Prorrogado"
(10/12/1976)
- PADIS (1970) - Pedro Calil Padis: Formação de Uma Economia Periféri
ca: O Caso Paranaense - Tese de Doutorado apresentada à Facul
dade de Filosofia e Ciências e Letras de São Bento, São Paulo ,
1970 (mimeo.).
- PAIVA & OUTROS (1976) - Rui Miller Paiva & Outros: Setor Agrícola -
do Brasil - Ed. Forense Universitária, São Paulo, 1976.
- PANAGIDES (1969) - S. Panagides: "Erradicação do Café e Diversifica
ção da Agricultura Brasileira" in Revista Brasileira de Economia,
nº 23, Rio de Janeiro, 1969 - pp. 41 - 71.
- PELÁEZ (1973 a) - Carlos Manuel Peláez: "Análise Econômica do Pro -
grama de Sustentação do Café - 1906 - 1945: Teoria, Política e
Mediação" in Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico -IBC,
Rio de Janeiro, 1973 - pp. 195 - 263.
- PELÁEZ (1973 b) - ===== : "O Acordo Interamericano de
Café e o Café Brasileiro durante a II Guerra Mundial" Idem pp .
264 - 297.

- PEREIRA & XAVIER (1971) - A. do Canto Pereira & H. M. Oliveira Xavier: Economia Cafeeira - Racionalização da Cafeicultura Brasileira Período 1961 - 1970 - Viçosa, 1971 (mimeo.).
- POULANTZAS (1977) - Nicos Poulantzas: Poder Político e Classes Sociais - Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1977.
- SILBER (1977) - Simão Silber: "Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira durante o período 1929 / 1939" in Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização, Ed. Saraiva, série ANPEC, São Paulo, 1977.
- SILVA (1976) - Sérgio Silva: Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil - Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- SUPLEMENTO AGRÍCOLA DE O ESTADO DE S. PAULO: "Renovação da Lavoura Cafeeira" (05/11/1969).
- SUZIGAN & OUTROS (1974) - Wilson Suzigan & Outros: Crescimento Industrial no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA, 1974.
- SZMRECSÁNYI (1976) - Tamás Szmrecsányi: Contribuição à Análise do Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil - Tese de Doutorado apresentada no DEPE/UNICAMP em 1976.
- TAUNAY (1945) - Affonso de E. Taunay: Peguesa História do Café - DNC, Rio de Janeiro, 1945.
- TAVARES (1974) - M. Conceição Tavares: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Ed. Zahar, 3a. edição, Rio de Janeiro, 1974.
- TAVARES (1979) - =====: Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira -Tese de Professor - Titular apresentada à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, Rio de Janeiro, 1979 (mimeo.).
- VILLELA & SUZIGAN (1975) - Anibal Villela & Wilson Suzigan: Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945, IPEA, Rio de Janeiro, 1975.